

**O SENTIDO DA PAISAGEM E  
A PAISAGEM CONSENTIDA:  
projetos participativos na produção  
do espaço livre público**

Tese de Doutorado  
Raul Isidoro Pereira

Profa. Dra. Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima  
Orientadora

FAU-USP  
Faculdade de Arquitetura e  
Urbanismo da Universidade de São Paulo

Área de Concentração - Paisagem e Ambiente  
São Paulo 2006

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

O SENTIDO DA PAISAGEM E A PAISAGEM CONSENTIDA:  
projetos participativos na produção do espaço livre público

Raul Isidoro Pereira

Tese de Doutorado apresentada  
à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo  
para obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo

Área de Concentração: Paisagem e Ambiente  
Orientadora: Profa. Dra. Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima

São Paulo 2006

P436s      Pereira, Raul Isidoro  
O sentido da paisagem e a paisagem consentida:  
projetos participativos na produção do espaço livre público /  
Raul Isidoro Pereira. - - São Paulo, 2006.  
203 p. : il.

Tese (Doutorado – Área de Concentração: Paisagem e Ambiente)

Orientadora: Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima

1. Espaços livres   2. Participação comunitária  
3. Arte-educação   4. Pedagogia  
I. Título

CDU 712.25(816.1)

ASSINATURA:

E-MAIL: rauper@uol.com.br

*À Noêmia e Manuel, meus pais,  
incansáveis na luta pela vida, pelos filhos, pela arte, pelos livros e pelos jardins.*

*Ao meu filho, Daniel,  
que me ensinou a musicar o presente.*

*Ao Caio Boucinhas,  
pelo companheirismo de todas as horas.*

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de muitas mãos e o resultado de 23 anos de experiências em processos participativos e seria, portanto, impossível nomear todos aqueles que colaboraram direta ou indiretamente. Quero expressar aqui, minha profunda gratidão. Agradeço também, em especial:

À Catharina Lima, pela prática conjunta e orientação preciosa, sem as quais, esta pesquisa não existiria, compartilhando, com bom humor, os momentos de descobertas e incertezas.

Ao Caio Boucinhas, amigo e colega de todos esses anos de trabalho, protagonista fundamental, sem o qual, não só a tese, como as experiências aqui registradas não teriam a mesma densidade.

À Nídia N. Pontuschka, Maria Angela Faggin P. Leite e Jorge H. Oseki, pelos valiosos comentários no Exame de Qualificação, nas aulas e nas conversas informais. Aos professores Eugenio F. Queiroga, Euler Sandeville Jr, Paulo R. M. Pellegrino, Reginaldo Ronconi, Sílvio S. Macedo, Vera Pallamin, Vladimir Bartalini, pelas contribuições importantes, no decorrer das disciplinas da FAU-USP.

Ao Luiz Renato B. Pequeno, que tem nos presenteado com suas reflexões e com as significativas experiências de assentamentos de comunidades de baixa renda, em Fortaleza.

À Sylvia Dobry, amiga incentivadora, colaboradora e principal responsável pela minha decisão de registrar estas experiências e que, com afeto e paciência, muito contribuiu para o aprofundamento dessas práticas.

À Lizete M. Rubano, pelo privilégio da amizade e convivência, contribuindo, com entusiasmo e carinho, com suas críticas e profundas observações.

À Cleisa M. Maffei Rosa e Dirce Bertan de Freitas, pela amizade e dedicação permanente, pela revisão e comentários cuidadosos desta pesquisa.

À Daniela Ramalho, pela dedicação incansável na coordenação dos projetos desenvolvidos no escritório e pelos subsídios valiosos na estruturação da pesquisa.

Ao Chan Hua Xin e Leonardo Loyolla Coelho, pelo empenho e pela cuidadosa elaboração gráfica deste trabalho, sempre estruturando os conteúdos nele contidos.

Ao Edemilson dos Anjos, amigo sempre presente, que garantiu os encaminhamentos e suportes da produção da pesquisa.

À Equipe do Projeto Quapá, Quadro do Paisagismo - FAUUSP, pela disponibilização de material de pesquisa.

À equipe do LABPECH – FEUSP, Laboratório de Pesquisa e Ensino em Ciências Humanas – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - pelo apoio e aprofundamento das questões relativas à Educação.

Aos mutirantes de todos os estados brasileiros que participaram da construção da ENFF e particularmente, a Adelar Pizetta, Lilian Avivia Lubochinski e Neuri Rossetto.

Aos colegas, professores das Faculdades de Arquitetura, por ter-me convidado para participar de debates e palestras, junto aos alunos: Ana Elena Salvi, Carlos A.

Ferreira Martins, Décio Amadio, Givaldo L. Medeiros, Isabel Ruas, Laura Bueno, Lucas Fehr, Márcio M. Fabrício, Marcus Lima, Manoel Rodrigues Alves, Miguel Buzzar, Willis T. Miyasaka, Wilson R. dos Santos Jr. (faculdades correspondentes): Anhembi Morumbi, Braz Cubas, EESC-USP, FAUUSP, Mackenzie, PUC-CAMP, Santos, UNINOVE e UNIP)

Aos colegas da Pós-graduação: André Tostes Graziano, Denise Falcão Pessoa, Fany C. Galender, Glauco Cocozza, Isabella B. M. Barbosa, Isis M. Vidal, Juliana Gotilla, Nagirley Kessin (Gila), Paulo C. de Moraes Gonçalves, Paulo Romano, Pierre Correa, Roberto Vignola Júnior e Thea Standerski, pelas densas e divertidas discussões sobre paisagem.

Aos amigos colaboradores, pelo apoio e estímulo: Ana Cláudia Castilho Barone, Almir S. Mihessen, Antonio C. Tonca Falsetti, Hamilcar Boucinhas, Helena Maria Ferrari, José David Binsztajn, Laurita Salles, Marcos Aspahan, Márcia da P. Resende, Margarida Nepomuceno, Margareth M. Uemura, Mário Luiz Guide, Marisa Finzi Foá, Neusa M. N. Rainho Ticianelli, Natascha G. Francisco, Olinda de J. G. Vajda, Sérgio L. Canaes, Valmir Pardini.

Aos amigos, pelo trabalho compartilhado nos projetos aqui apresentados: Ana Angélica A. Moreira (Nana), Ana Gonzatto, Ângela Baeder, Carlos Henrique de Oliveira, Cheila A. G. Bailão, Denise Gorczeski, Ézio Magalhães, Fernando Moreira de Castilho, Francelli, Gero Camilo, Lúcia, Luiz Afonso Figueiredo, Luiz Henrique Zanetta, Márcia da Penha Resende, Manoel Boucinhas, Milton Nakamura, Nelson Rebello, Paula Siqueira, Regina Garibaldi, Regina Pannuti, Ricardo Perez, Robson Pabst, Solange Ferrarezi, Sônia Sumiko K. Nagai, Tarcísio de Paula Pinto e Walter Rosa.

À Elaine de Moraes, Izabel M. de Farias Lavendowski, Jorge Pereira Lapas e Oscar Buturi, pela troca de experiências e pelo material de pesquisa fornecido.

Ao meu filho Daniel, meus pais e meus irmãos: Cacilda, Jaime e Rosa, pelo apoio e carinho incondicionais.

Aos gestores municipais, sem os quais, os projetos não seriam possíveis: José de Filippi Júnior, Maria Carmem de Paula Freitas, Inês M. Boffi, Mário W. P. Reali, Walter Rasmussen Júnior, Sebastião Ney Vaz Jr., Ângela Amaral, Lizete Regina G. Arelaro, Selma Rocha e Maria Sirley dos Santos

A todos os educadores e gestores de ensino que, mesmo enfrentando deficiências da estrutura, não medem esforços, para mostrar a importância da educação para a formação dos jovens e das crianças.

A todos os alunos e à comunidade de moradores, que se envolveram, das mais diversas formas, na difícil e fascinante aventura de aprender e ensinar.

Aos dedicados trabalhadores que, no silêncio do anonimato, participaram dos projetos, e especialmente aos mais pobres, que, certamente, nunca leram Certeau nem Paulo Freire, mas são protagonistas fundamentais e sempre esquecidos, na construção da paisagem em que vivemos.

## RESUMO

As rápidas transformações e a dinâmica do mundo contemporâneo, passam a requerer um novo olhar e novas abordagens relativas ao ato de projetar e conceber os espaços da cidade. O entendimento do projeto como simples produto, resultado exclusivo de elaborações formais, baseado em modelos pré-estabelecidos e obtidos através de uma visão de sobrevôo, mostra-se incapaz ou insuficiente para abarcar a complexidade e o metabolismo físico/social dos centros urbanos, mais particularmente das grandes metrópoles. Essa incapacidade se acentua cada vez mais, quando as forças sociais são solicitadas, cada uma na sua especificidade, a fazer frente, aos efeitos do capital globalizado, que atingem possibilidades devastadoras cada vez maiores, com os avanços da tecnologia, da ciência e dos mecanismos de controle mais sutis e capilares sobre os modos de vida e sobre os ecossistemas planetários. Neste sentido, esta tese procura estudar, analisar e quem sabe contribuir, no sentido da reflexão do projeto como processo sem, contudo desconsiderar o produto final, mas procurando entrelaçá-los, num movimento de sístole e diástole, através de processos participativos na construção do espaço livre público.

A pesquisa parte de três experiências, que tem como *lócus* os municípios de Diadema e Osasco, situados na Região Metropolitana de São Paulo, cujo trabalho desenvolveu-se nas escolas da rede pública municipal e estadual, e nas diferentes áreas livres da cidade: praças, parques, vias públicas e quintais residenciais. Nesse processo dialógico e prático, onde o conflito, a incerteza, a colaboração e o desenho convivem em estado de permanente interação, esperamos extrair algum fruto, no sentido do fortalecimento do espaço público, tanto no sentido físico, como no social e político, e com isso, caminhar com vista à criação de lugares de vida mais bonitos e agradáveis, onde todos possam se encontrar, confrontar idéias, se expressarem livremente.



## **ABSTRACT**

The rapid changes and contemporary world dynamics demand new visions and approaches in the field of urban spaces design. Facing landscape design merely as a product, a simple output of formal procedures, based on pre-established models and an overflying perspective is not enough to comprise the complexity and social/physical metabolism of urban centers, especially in the case of a great metropolis. This inability is emphasized even more when social forces are required, each one with its own singularity, to confront the globalized capital consequences, which is reaching more threatening possibilities, due to technological and scientific developments and more subtle and capillary mechanisms of control over ways of life and planetary ecosystems. In this sense, the present thesis aims to study, analyze and perhaps contribute for the debate of design as a process, with no disregard of the final product, but seeking to interlace them, in a systolic and diastolic movement, through participatory processes, in the construction of public open spaces.

The research focuses on three experiences, in the cities of Diadema and Osasco, which are located in the Great São Paulo Metropolitan Region, discussing projects that were developed in both state and municipal public schools, comprising different open spaces such as plazas, parks, streets and residential backyards. In this practical and dialogical process, where conflicts, the feeling of uncertainty, cooperation and design cohabit in continuous interaction, we hope to harvest some fruits in order to support public space, both in physical as in social and political sense, moving towards the creation of living places that can be more beautiful and pleasant where everyone will have the chance to meet, exchange ideas and express themselves freely.

## LISTAGEM DE FIGURAS

Figura 01	Rio Tietê, por volta de 1905.....	pág.	14
Figura 02	Vista da Praça Silvio Romero .....	pág.	21
Figura 03	Ilustração de Lidia Kosowski .....	pág.	33
Figura 04	Conjunto residencial de Byker.....	pág.	36
Figura 05	Favela Brás de Pina.....	pág.	37
Figura 06	Mapa de localização de Osasco.....	pág.	67
Figura 07	Vista do bairro de Rochdale.....	pág.	68
Figura 08	Vista do viaduto da Avenida dos Autonomistas.....	pág.	68
Figura 09	Vista da Avenida Bussocaba.....	pág.	68
Figura 10	Calçada da rua Antônio Agu.....	pág.	68
Figura 11	Assembléia com moradores.....	pág.	72
Figura 12 e 13	Assembléia com moradores.....	pág.	73
Figura 14	Organograma das Equipes no Bairro .....	pág.	73
Figura 15 a 17	Vielas executadas pelo projeto Mutirão.....	pág.	74
Figura 18	Limpeza e retificação de córrego.....	pág.	74
Figura 19	Trabalhadores recebendo salários.....	pág.	75
Figura 20 a 23	Desenhos e trabalhos esculpidos pelos trabalhadores do Projeto Mutirão.....	pág.	75
Figura 24	Trabalhadores e equipe da Prefeitura do Jardim São Pedro.....	pág.	76
Figura 25	Folhetos informativos para distribuição nos bairros.....	pág.	77
Figura 26	Vista geral do Jardim Mutinga.....	pág.	77
Figura 27	Vista geral do Jardim São Pedro.....	pág.	77
Figura 28 a 31	Inauguração de área de lazer do Jardim Mutinga.....	pág.	78
Figura 32 e 33	Trabalho de artesanato em grupo.....	pág.	80
Figura 34 e 35	Assistência médica da Secretaria da Saúde à população.....	pág.	81
Figura 36	Cédulas utilizadas nas eleições.....	pág.	82
Figura 37	Representantes de entidades do bairro em apuração.....	pág.	83
Figura 38 a 40	Votação e atividades artísticas organizadas pela Secretaria de Cultura.....	pág.	83
Figura 41 a 59	Atividades lúdicas com jovens e crianças do bairro.....	pág.	85-86
Figura 60	Obra de Beuys na Documenta de Kassel, 1982.....	pág.	91
Figura 61	Pintura de Beuys.....	pág.	92
Figura 62 e 63	Obra de Beuys: Carvalhos plantados ao lado de totens de basalto.....	pág.	92
Figura 64	Beuys em uma de suas "performances".....	pág.	93
Figura 65 e 66	Planta esquemática das especificações das ruas a serem arborizadas.....	pág.	101
Figura 67	Mapa de um dos roteiros percorridos no dia do mutirão.....	pág.	103
Figura 68 a 69	Carregamento das mudas no viveiro municipal.....	pág.	104
Figura 70	Distribuição das mudas.....	pág.	104
Figura 71 a 75	Plantio das árvores pelos moradores do bairro.....	pág.	104
Figura 76	Etiqueta do Mutirão Verde.....	pág.	106
Figura 77 a 79	Formas de proteção das árvores executadas pelos moradores do bairro.....	pág.	108
Figura 80	Mapa de Diadema.....	pág.	110
Figura 81	Foto aérea de Diadema.....	pág.	111
Figura 82	Vista parcial de Diadema.....	pág.	112
Figura 83	Vista da Represa Billings.....	pág.	112
Figura 84	Esquema: meta.....	pág.	119
Figura 85	Esquema: objetivo .....	pág.	119
Figura 86 e 87	Vista das escolas .....	pág.	126
Figura 88 a 100	Atividades artísticas realizadas pela Secretaria de Cultura de Diadema.....	pág.	132
Figura 101	Pintura feita por crianças em atividades artísticas.....	pág.	133
Figura 102	Reunião dos professores das escolas e os coordenadores do projeto.....	pág.	143
Figura 103	Professores em reunião no jardim da escola.....	pág.	143
Figura 104 e 105	Visita dos alunos à usina municipal de reciclagem de lixo.....	pág.	144
Figura 106	Horta: atividades que integrante do projeto "Uma Fruta no Quintal".....	pág.	144
Figura 107	Palestra e apresentação de vídeo para os alunos da escola.....	pág.	144
Figura 108	Maquete de Diadema elaborada pelos alunos .....	pág.	144
Figura 109	Painel sobre estudo da vegetação elaborado por alunos da escola.....	pág.	144
Figura 110 a 114	Fotos de escolas de Diadema.....	pág.	148
Figura 116	Sylvia Dobry junto a escultura nos jardins da Pinacoteca do Estado.....	pág.	149
Figura 117	Alunos em exercício de percepção da paisagem através do desenho.....	pág.	149
Figura 118	Vista de área para eventos culturais do Parque Pousada dos Jesuítas.....	pág.	150
Figura 119	Parque Pousada dos Jesuítas - Aquarela de Sylvia Dobry.....	pág.	151
Figura 120 a 122	Desenhos do Parque Pousada dos Jesuítas realizados por alunos.....	pág.	152
Figura 123	Cartaz de divulgação do projeto.....	pág.	156
Figura 124	Folheto ilustrativo das fruteiras distribuídas à comunidade escolar.....	pág.	157

Figura 125	Distribuição das mudas.....	pág.	158
Figura 126	Apresentação do grupo de dança no Bairro Eldorado.....	pág.	158
Figura 127	Prefeito José de Filippi Jr. plantando árvore com os alunos.....	pág.	158
Figura 128 e 129	Preparação para o show.....	pág.	158
Figura 130	Palhaços em festa de encerramento da primeira etapa do projeto.....	pág.	158
Figura 131	Palhaços divertindo as crianças.....	pág.	158
Figura 132	Reunião com representantes das Secretarias da Prefeitura de Diadema.....	pág.	161
Figura 133 a 136	Festa de lançamento do Projeto "Uma Fruta no Quintal".....	pág.	162
Figura 137	Projeto "Tudo em Volta".....	pág.	167
Figura 138	Discussão de filme e análise das relações com a rotina da sala de aula.....	pág.	167
Figura 139	Professores em levantamento da escola Vila Palmares - Santo André.....	pág.	167
Figura 140	Apresentação de grupo teatral no Parque-Escola de Santo André.....	pág.	167
Figura 141	Estudo do meio e oficina de arte.....	pág.	167
Figura 142	Caio Boucinhas e Ana Gonzatto em Escola Municipal de Taboão da Serra.....	pág.	168
Figura 143	Caio Boucinhas e professores no quintal de uma Escola em Diadema.....	pág.	168
Figura 144	Projeto paisagístico das escolas.....	pág.	180
Figura 145 e 146	Projeto paisagístico das escolas.....	pág.	181
Figura 147	Paulo Freire em Congresso de Educação a Diadema.....	pág.	183

## LISTAGEM DE TABELAS

Tabela 1 - Organograma das Equipes no Bairro .....	pág.	87
Tabela 2 - Tipo de ocupação no último emprego (Projeto Mutirão) .....	pág.	106
Tabela 3 - Avaliação do "Plano de Arborização" (Projeto Verde) .....	pág.	107
Tabela 4 - Alguns números do projeto Uma Fruta no Quintal .....	pág.	144
Tabela 5 - Espécies de fruteiras* utilizadas no Uma Fruta no Quintal .....	pág.	156

## LISTA DE SÍMBOLOS, ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Grupo de cidades da Região Metropolitana de São Paulo, compreendidas por Santo André, São Bernardo e São Caetano
ABCD	Grupo de cidades compreendidas por Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema
APM	Associação de Pais e Mestres
APM	Associação Paulista de Medicina
APP	Área de Proteção Permanente
APRM	Área de Proteção e Recuperação de Mananciais
CIAM	Conferência Internacional da Arquitetura Moderna
CODESCO	Companhia de Desenvolvimento de Comunidade do Rio de Janeiro
DAV	Departamento de Áreas Verdes de Osasco
DEPAV	Departamento de Parques e Áreas Verdes de Santo André
DEPAVE	Departamento de Parques e Áreas Verdes do Secretariado Municipal do Verde e Meio Ambiente de São Paulo
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EESC USP	Escola de Engenharia de São Carlos - USP
EEPG	Escola Estadual de Primeiro Grau
EMA	Equipe de Meio Ambiente de Diadema
EMEF	Escola Municipal de Educação Fundamental
EMPLASA	Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
FAUUSP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
FUPAM	Fundação para a Pesquisa Ambiental
G8	Grupo que reúne os sete países mais ricos do mundo, mais a Rússia: Alemanha, Canadá, França, Estados Unidos, Itália, Japão e Reino Unido
HTP	Horas de Trabalhos Pedagógicos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISER	Instituto de Estudos da Religião
LAPECH-FEUSP	Laboratório de Pesquisa e Ensino em Ciências Humanas - Faculdade de Educação da USP.
MASP	Museu de Arte de São Paulo
MM	Movimento Moderno
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEA	Núcleo de Educação Ambiental de Osasco
OMC	Organização Mundial do Comércio

ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
PUC-Camp	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
SAB	Sociedade Amigos do Bairro
SANED	Saneamento de Diadema
SECEL	Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Diadema
SEFP	Secretaria de Educação e Formação Profissional
SESC	Serviço Social do Comércio
SH	Secretaria de Habitação de Diadema
SO	Secretaria de Obras de Diadema
SS	Secretaria de Saúde de Diadema
SSU	Secretaria de Serviços Urbanos de Diadema
SVMA	Secretaria do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNINOVE	Centro Universitário Nove de Julho
UNIP	Universidade Paulista
USP	Universidade de São Paulo

Dedicatória .....	IV
Agradecimentos .....	V
Resumo .....	VII
Abstract .....	VIII
Listagem de Figuras .....	IX
Listagem de Tabelas .....	X
Lista de Símbolos, Abreviaturas e Siglas .....	XI

## SUMÁRIO

<b>PRÓLOGO</b> .....	01
▪ Espaços da sedução .....	02
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	04
▪ As origens da inquietação .....	05
▪ O trabalho .....	07
▪ Aspectos metodológicos .....	08
▪ Estrutura do trabalho .....	09
<b>CAPÍTULO 1 - Formas e ocupação da cidade: uma breve identificação</b> .....	12
▪ O horror ao “vazio” .....	15
▪ O arquiteto, a política e o processo continuado .....	18
▪ O visível e o invisível na paisagem.....	26
<b>CAPÍTULO 2 – O projeto como produto e as dissidências</b> .....	29
▪ Paisagem e participação .....	30
▪ Surgem novos paradigmas .....	35
▪ Jornada e destino .....	39
<b>CAPÍTULO 3 – O projeto como processo</b> .....	41
▪ O espaço público: permitido conversar com estranhos .....	42
▪ Alguns princípios e pressupostos da formação do espaço público .....	45
▪ De volta aos arquitetos .....	49
▪ A insustentável certeza do jardim .....	53
▪ Participação: algumas considerações.....	54
▪ Novas perspectivas .....	55
▪ Comunidade: conflitos e consensos.....	57

▪ Representação e participação direta .....	60
<b>CAPÍTULO 4 – Experiências de práticas participativas na paisagem .....</b>	<b>62</b>
▪ Diferenças e simetrias .....	63
<b>4.1. Projeto Mutirão .....</b>	<b>66</b>
▪ Osasco, um pólo inquieto .....	67
▪ A implantação do projeto e o orçamento participativo .....	70
▪ As duas primeiras experiências .....	77
▪ A pesquisa de avaliação .....	78
▪ As quatro novas frentes .....	79
▪ Alguns números sobre os quatro bairros .....	81
▪ Participação direta: três experiências .....	82
▪ Creche, parque infantil ou campo de futebol?.....	82
▪ A apropriação de uma área livre ocupada por sucata .....	84
▪ Os terrenos de aventura .....	84
▪ Uma breve avaliação da experiência .....	86
<b>4.2. Mutirão Verde .....</b>	<b>89</b>
▪ A importância da arborização .....	90
▪ O caso de São Paulo .....	95
▪ Dificuldades da arborização .....	96
▪ Fatores importantes para a arborização de ruas .....	99
▪ Desenvolvimento do projeto .....	102
▪ Domingo de mutirão .....	103
▪ Breve avaliação da experiência .....	108
<b>CAPÍTULO 5 – Estudo de caso: Uma Fruta no Quintal .....</b>	<b>109</b>
<b>5.1 – A Paisagem .....</b>	<b>110</b>
▪ Diadema: passado e presente .....	110
▪ A identidade .....	114
<b>5.2 – O Projeto .....</b>	<b>116</b>
▪ As origens .....	116
▪ Objetivos gerais .....	117

▪ Programa e estratégia .....	118
▪ A Escola é o lugar .....	119
▪ O caminho da Arte.....	126
▪ Dançando e desaprendendo .....	131
<b>5.3 – A Construção .....</b>	<b>134</b>
▪ A implantação do projeto .....	134
▪ A educação por projetos de trabalho .....	135
▪ Interdisciplinaridade: necessidade e problema.....	137
▪ Percorrendo a corrente sanguínea .....	143
▪ A concretude e o sonho .....	146
▪ Quarta-feira no parque .....	150
▪ Hoje é dia de festa .....	155
<b>5.4 – Ruptura e retomada .....</b>	<b>159</b>
▪ Parou por quê ? .....	159
▪ Outras cidades e a volta a Diadema .....	161
▪ Dez anos depois, novos projetos .....	163
<b>5.5 – O processo de avaliação .....</b>	<b>168</b>
▪ Pesquisa da primeira fase do projeto.....	168
▪ Considerações sobre a pesquisa de avaliação .....	176
▪ Uma discussão dos eixos estruturantes .....	177
▪ A prática do Cotidiano .....	177
▪ A Arte .....	184
▪ Estado e escola: superando conflitos .....	185
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	
▪ <b>Tecendo juntos.....</b>	<b>191</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>196</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>201</b>



PRÓLOGO



*As cidades têm capacidade de oferecer algo a todos,  
mas só porque e quando são criadas por todos*

Jane Jacobs <sup>1</sup>

## **Espaços da sedução**

*Durante esses anos, procurei me debruçar sobre experiências que pudessem dar alguma confirmação de que os espaços criados, mais particularmente pelos arquitetos, apresentassem uma possibilidade maior de serem mais vivos e sustentáveis, na medida em que eles contivessem um elo com os desejos dos seus vivenciadores<sup>2</sup>, mesmo que esses desejos não fossem explicitados literalmente, ou que tivessem aflorado por meio de atalhos “enviesados”.*

*A dimensão do universo do cotidiano, contraponto fundamental dos processos, que resultam na implantação de espaços amorfos e destituídos de significado e de pertencimento, evoca uma nova metodologia de abordagem dos projetos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos. Na medida em que, a visão de paisagem, pressupõe a existência e a interação ativa de quem a vê e a vivencia e o meio circundante, e não subsiste apenas como sistema de objetos, a discussão da cotidianidade coloca de “ponta-cabeça” os critérios acadêmicos de se conceber um projeto.*

*Dentro dessa perspectiva, o projeto passa a representar um recorte num continuum de espaço/tempo, em movimento, afastando-se da idéia de um objeto consolidado e fechado. Numa imagem comparativa, transforma-se num tecido com as bordas esgarçadas, abertas para o mundo a sua volta, no lugar de uma trama de bordas alinhavadas e bainhas precisamente definidas. Mesmo que o processo de elaboração não seja participativo, no sentido amplo do termo, com a incorporação dos vivenciadores em suas diferentes etapas do processo projetual, e de implantação da obra, é importante que passe a compreender, a fundo, as coreografias e as “artes de fazer” que o universo do cotidiano exige e contempla.*

*Certeau (1994) mostra que o homem comum não absorve passivamente as ações e objetos que lhes são impostos pelas estruturas de poder, mas, mesmo na condição de dominado, refaz, reinterpreta e pode muitas vezes, utilizá-los como bumerangues a seu favor. E todo esse processo contém em si, uma narrativa própria, um corpo teórico quase autônomo, não facilmente codificável, podendo escapar mesmo aos olhares e crivos externos mais eruditos. E nos meandros do fazer aparentemente banais do dia-a-dia, que se revelam as teimosias do homem ordinário, que insiste em subverter nossos projetos bem calculados e planejados, destituídos de respiradouros para dúvidas e incertezas.*

1. Morte e vida de grandes cidades, 2001.

2. Adotamos aqui o termo vivenciadores, no lugar de usuários, considerando que expressa melhor a idéia de um agente participante na paisagem.

*Essa fina e delicada teia do cotidiano que Lefebvre (1968), Heller (2004) e Certeau (1994) esmiúçam, talvez nos forneça elementos para compreender porque alguns espaços são mais sedutores que outros, mesmo se tratando de espaços banais, não necessariamente planejados por arquitetos.*

*Talvez o mergulho nesse universo de ricas miudezas, associado às questões mais universalizantes, que o conjunto de objetos e ações exige, possa representar uma das inúmeras chaves para a compreensão e o exercício da criação de espaços portadores de encantamento. Os projetos concebidos através do confinamento nos ateliês conseguem cada vez menos, por si só, dar conta dessa complexa tarefa, móvel, difusa e perturbadora; mas quem sabe, seja esse um dos caminhos que mereça ser percorrido.*

*Talvez seja aí, também, nessa capilaridade misteriosa, que se escondam os lugares quentes, brincalhões e intrigantes que tanto perseguimos e onde esperamos ser acolhidos de braços abertos, quando perambulamos pelas ruas da cidade.*

*Talvez aí, também, possam residir alguns de nossos sonhos e demônios.*

*Nesses lugares malucos, conflituosos e densos de humanidade!*

INTRODUÇÃO



Com expressão atenta e introspectiva, diante do computador ou debruçado sobre uma prancheta, música lenta ao fundo, dezenas de croquis espalhados pela parede, canetas coloridas, livros e revistas abertos ou enfileirados na estante. De suas mãos hábeis surgem, como mágica, desenhos e concepções de como deve ser uma cidade, uma casa, um parque, um banco de jardim, uma estante. Desse fazer solitário, onde o universo de formas é elaborado mental e previamente, capacidade única e extraordinária que nós humanos temos de antever o futuro, essas idéias são reificadas e materializadas. A partir daí, “os usuários” vão assim poder tomar posse e desfrutar desse sistema de objetos, bonitos ou não, funcionais ou não, necessários ou não. Esta é uma primeira imagem arquetípica que nos vem à cabeça, quando imaginamos um arquiteto em processo de criação.

É possível, a partir dessa maneira assim individual, se chegar a um resultado final que responda satisfatoriamente às necessidades e desejos dos habitantes, quer do ponto de vista funcional, estético, econômico ou social? A experiência histórica tem demonstrado que sim, e a maioria das coisas do mundo urbano construído, que conhecemos, quando frutos de projetos, são concebidos e elaborados dessa forma, pelas mãos de poucos. E podemos contar com uma infinidade de exemplos de obras autorais de beleza e qualidade técnica inesquecíveis.

Perante a crescente complexidade do mundo contemporâneo, onde as referências modificam-se rapidamente, a velocidade dos avanços da ciência, da tecnologia, dos meios de comunicação interativos, a mobilidade social no território e nos locais de trabalho, a flexibilidade dos processos de vinculação com o emprego, aumentam a velocidade dessas alterações, existe a probabilidade de uma obra assim projetada, ser satisfatória e permanecer viva no tempo, sem o envolvimento mais orgânico dos vivenciadores da cidade? Supondo que a resposta seja sim, é esse o melhor caminho que devemos percorrer, no sentido de uma alteração na correlação de forças entre a apropriação real dos espaços da cidade, rumo a uma sociedade mais democrática e atuante?

Esta é uma das indagações principais que atravessam esta pesquisa.

## **As origens da inquietação**

A partir de questões surgidas durante a prática profissional, atuação esta, suscitada pelas demandas e contingências objetivas, senti a necessidade de refletir e ao mesmo tempo aferir, até que ponto essa atividade empírica não era movida pelo calor da paixão que o tema paisagismo e o contato com a população suscitam, e até que ponto, não se resumia a uma experimentação pontual, não generalizável, que simplesmente respondia e meus anseios subjetivos. É bem provável, que essa práxis não se revista meramente de um caráter espontaneísta, mas advindo também, do auxílio de literatura, cultivada ao longo

dos anos, mas sempre fragmentada e, desenvolvida ao sabor das exigências do cotidiano. Mas até que ponto, não se trata de uma crença meramente subjetiva, ideológica ou uma questão de fé, muito típicas de nossa trajetória, vinculada ao engajamento político?

No decorrer do desenvolvimento do trabalho, através da prática, das pesquisas bibliográficas, dos contatos com as comunidades de moradores envolvidos nos projetos, e de palestras e debates com alunos e professores, de diferentes Faculdades de Arquitetura, foi-se reforçando cada vez mais, a necessidade do aprofundamento das questões relativas aos processos participativos. Esta forma de atuação, não constitui nenhuma descoberta da pólvora, como afirma Frederik Wulz<sup>3</sup> e participação é um conceito que já desenvolvido nos Estados Unidos, antes de 1870, em experiências com o envolvimento dos cidadãos nos planejamentos locais, (Wulz, 1990). Apesar de já ocorrer há muito tempo, o que se verifica, é que representa ainda uma discussão e exercício muito pontuais, tanto nas universidades, como na prática profissional dos arquitetos, cujas experiências são desenvolvidas e representam objeto de interesse, via de regra, de segmentos da comunidade acadêmica mais politizada.

Nos três últimos anos, quando tive a oportunidade de desenvolver projetos de seis parques e cinco praças municipais da cidade de São Paulo, evidenciou-se ainda mais, a dificuldade de se estabelecer tanto um “programa” de projeto, como de se articular os diferentes atores envolvidos: órgãos do poder municipal, entidades organizadas de bairro e profissionais especialistas de diferentes áreas do conhecimento. O “programa” e as necessidades do projeto, definidos pela Prefeitura, nem sempre correspondem às reais necessidades e às aspirações dos moradores e vivenciadores do espaço, o que acarreta, para ficarmos apenas nos aspectos operacionais, uma irracionalidade nas idas e vindas, nas modificações do percurso, que acabam onerando o custo final do projeto e da obra, e despendendo um tempo maior para sua elaboração. A definição consensual, estabelecida no programa, entre os diferentes agentes do processo, pode abrir espaço não somente para uma atuação mais democrática, que deveria ser uma condição primeira, como também pode racionalizar e reduzir significativamente, os gastos públicos, possibilitando um planejamento e cronograma de execuções mais reais.

Através dessas práticas desenvolvidas, desde 1982, foram-se delineando alguns pressupostos:

Primeiro, da indissolubilidade entre três instâncias: o espaço físico, ou o sistema de objetos; os processos projetuais; e a respectiva gestão posterior do equipamento urbano implantado. E conseqüentemente, uma associação direta entre essas categorias, e uma possibilidade de garantia maior de sua continuidade e permanência, ao longo do tempo. Esse percurso, muitas vezes empírico e espontâneo, sempre suscitou inquietações sobre as

3. Frederik Wulz, arquiteto sueco, especializado em processos participativos, mais particularmente em áreas residenciais, leciona no Departamento de Arquitetura do Royal Institute of Technology, em Estocolmo, Suíça.

possíveis formas, dificuldades e satisfações de se projetar coletivamente.

Que motivos podem nos levar a envolver o outro no ato de projetar?

Por que abrir mão da criação individual, de resultado mais rápido, prático e confortável, e possibilitar que o cidadão, não especializado, contribua para a elaboração do projeto sobre o qual temos posse?

Por que abrir mão da segurança de nossa bagagem técnica, para se aventurar num caminho rumo à incerteza, que necessariamente passa a existir, na medida em que nos dispomos a convidar o outro, portador de opiniões muitas vezes, insólitas, diferentes e contrárias às nossas?

Por fim, perante essas indagações, é possível afirmar, que esse percurso difícil e dialético, se não resulta necessariamente num bom projeto, ao menos, pode criar um terreno, propício a discussões, reflexões, questionamentos, rumo a uma melhor compreensão dos metabolismos físico-sociais da cidade.

## O trabalho

Este trabalho possui como tema central, o estudo e a teorização de processos participativos na criação de espaços livres públicos, abordando o papel do arquiteto como colaborador e agente de uma ação política sobre a paisagem. Tenta refletir a respeito do processo coletivo dessa construção do espaço livre público, como pressuposto de que essa abordagem pode constituir uma das formas que possibilita à sociedade civil, uma ampliação não só das apropriações subjetivas e cognitivas dos seus lugares de vida, como também possa compartilhar, do espaço em construção da cidade e de seus significados simbólicos.

Tendo como objeto, os espaços livres públicos<sup>4</sup>, este trabalho tenta entender, formular e contribuir, mesmo que pontualmente, para as formas do fazer de uma arquitetura paisagística participativa. Participação que atualmente se transformou numa expressão comum e banalizada, que pode abarcar desde um auxílio de auto-ajuda até interpretações mais complexas, que rediscutam de forma radical, os diferentes conceitos do fortalecimento efetivo do espaço livre público, frente às mudanças dos processos políticos ocorridos nas últimas décadas, a partir do reordenamento dos países de “socialismo real”. A presente

4. Utilizamos aqui a definição, segundo a qual: “Espaço livre é todo tecido urbano pervasivo, público ou privado, que inclui a diversidade de espaços abertos na cidade e que contempla: calçadas, ruas, quintais, recuos de edificações, além das categorias já tradicionais do paisagismo como jardins, praças e parques. Os espaços livres foram considerados na literatura paisagística, como espaços sem edificação, ou seja “cujo céu é o teto”, porém, há uma infinidade de espaços que fogem do enquadramento convencional, justamente por comportarem configurações híbridas. Como um bom exemplo, podemos citar o vão livre do MASP (Museu de Arte de São Paulo), praça coberta pelo edifício, com amplo acesso para a Avenida Paulista, porém, não a céu aberto”.

pesquisa, não tem a intenção de se debruçar sobre a questão da produção da arquitetura paisagística enquanto linguagem, projeto de desenho ou sobre a espacialização dos locais onde ocorrem os estudos: as escolas, as praças, as calçadas, as ruas, os córregos, mas se detém fundamentalmente no estudo do projeto como processo, tendo como espinha dorsal, o compartilhamento da compreensão da cidade entre seus vivenciadores, no sentido do fortalecimento do espaço público, tanto no sentido físico-territorial como do ponto de vista habermasiano<sup>5</sup>. Apesar de não ter a análise do espaço objetual como base do estudo, os processos pedagógicos e interativos, desenvolvidos em todas as três experiências, partem, para suas construções, do mundo cotidiano do visível, palpável e dos fenômenos (Merleau-Ponty, 1999). É a partir desse universo biofísico, vivenciado, que se procura refletir sobre as questões mais abstratas e universalizantes, na dinâmica de uma *práxis* onde coexistem sempre o produto final e a incompletude da dúvida do vir a ser.

A construção dos espaços das cidades brasileiras é efetivada fundamentalmente pela conjunção e/ou articulação do Estado (aqui, no estudo, mais referenciado no poder municipal) e do capital, através das empresas loteadoras, construtoras, corporações financeiras. A pesquisa procura também, analisar diferentes conceitos e formas de participação, abordando a influência exercida pelas diferentes tendências do Movimento Moderno na Arquitetura e no Urbanismo.

O estudo é exemplificado através de três experiências, ocorrida na Região Metropolitana de São Paulo. Consideramos os dois primeiros projetos: Projeto Mutirão e Mutirão Verde, desenvolvidos no município de Osasco, nos períodos compreendidos entre 1983 e 1986, como constitutivos da gênese do projeto “Uma Fruta no Quintal” (Diadema, 1993/1996), para o qual, dedicamos um estudo mais aprofundado.

## Aspectos metodológicos

A teoria e a prática vão se entrelaçando no decorrer da tese, sem que seja colocado *a priori* um pressuposto teórico. Ambas se conectam, procurando reforçar-se mutuamente, num movimento dialético de vai-e-vem do particular para o geral e vice-versa. As análises efetivadas tiveram um caráter básico qualitativo, extraídas de fontes secundárias de informações, de observações, de reuniões com o corpo diretivo da escola (no caso do projeto Uma Fruta no Quintal), entrevistas orais, e relatos via questionários, e a partir de casos particulares, procurou-se estabelecer contrapontos, no sentido de possibilitar generalizações.

A pesquisa se desenvolve, tomando como suporte o cruzamento teórico-empírico,

5. Ver capítulo 3 desta tese.



baseado em experiências, das quais participei na coordenação e idealização, ocorridas ao longo da trajetória profissional, em duas cidades da Região Metropolitana de São Paulo, centrando o estudo de caso no projeto Uma fruta no quintal projeto de eco-pedagogia, ocorrida em toda a rede pública municipal e estadual de ensino fundamental e médio. Busquei os suportes teóricos na filosofia, antropologia, política, pedagogia, geografia, arte, sociologia e história, e em experiências de outros arquitetos que trabalharam com esse tema. No campo da pedagogia e da prática, Fernando Hernández, Montserrat Ventura, L. S. Vygotsky, Paulo Freire; na filosofia, Edgar Morin, J. Habermas e Merleau Ponty; na antropologia, Michel de Certeau e James Holston; na arquitetura Carlos Nelson F. dos Santos, Mayumi Souza Lima, Rodrigo Lefèvre; na sociologia, Henry Lefèbvre; na geografia, Milton Santos, na política, Karl Marx; na arte, Ana Angélica A. Moreira.

## **Estrutura do trabalho**

No primeiro capítulo procuro refletir, através de uma identificação, utilizando um breve recuo histórico de alguns antecedentes históricos que favoreceram o processo de fragmentação e eliminação gradativa das áreas livres públicas, motivado tanto pelo des-caso por parte do poder público como pelos interesses das corporações do mercado. O *locus* para a análise é a cidade de São Paulo, uma vez que o processo de desenvolvimento de sua expansão urbana ocorre de forma de conurbação com os demais municípios se apresenta com uma íntima relação com a grande maioria das cidades da Região Metropolitana de São Paulo, dentro da qual estão situadas as cidades, objeto de nosso estudo: Diadema e Osasco. Em seguida, abordo algumas questões no sentido de caracterizar melhor as inquietações relativas às novas posturas, frente às dinâmicas físico-sociais que a cidade nos solicita, enquanto profissionais.

No segundo capítulo me detenho nas fortes influências que o Movimento Moderno exerceu e continua exercendo, mais especificamente no campo da arquitetura e do urbanismo, com reflexos diretos também no campo do paisagismo, relativo aos aspectos que envolvem a sociedade civil, no exercício projetual ou na gestão do espaço construído.

As condições sóciopolíticas existentes no período compreendido entre guerras, que exigiam e justificavam soluções rápidas para a reconstrução das cidades destruídas, e a perspectiva fundada na Revolução Russa de 1917, de transformações políticas radicais em outros países, possibilitou fornecer elementos para a formulação de novos paradigmas relativos ao espaço arquitetônico e urbanístico, baseados em novas formas de viver. Esses conceitos tinham na figura do arquiteto francês Le Corbusier, sua expressão e representação máxima. Essa corrente hegemônica começou a ser contestada pelo Movimento

denominado Team 10<sup>6</sup>, formada por arquitetos europeus que propunham, uma nova forma de conceber o projeto da arquitetura e do urbanismo, considerando como componentes fundamentais, o contexto não só biofísico do local como também seus valores sócio-culturais. Nessa concepção, de caráter marcadamente político, a população local participava dos processos de discussão da definição das necessidades e dos conteúdos do projeto. Muitos dos paradigmas corbusianos continuaram sendo seguidos, num contexto posterior a esse período, como receituário mecânico que perduram até hoje, como corrente de pensamento de diversas escolas de arquitetura no Brasil. Sem deixar de ressaltar a importância que o Movimento Moderno trouxe no sentido de pensar o espaço como *locus* de toda a sociedade, que até então excluía de seu horizonte, as classes sociais mais pobres, vislumbrando uma possibilidade de mudança mundial em direção ao socialismo; e ao mesmo tempo pensando o espaço urbano de forma planejada e racional, o Movimento Moderno, por outro lado, pelas próprias condições históricas e também como diretriz conceitual, sugeria pouca abertura para o compartilhamento da sociedade civil na discussão da concepção, construção ou gestão do espaço urbano e arquitetônico.

No terceiro capítulo, teço considerações a respeito do significado e sentido da participação da sociedade civil, tomando como referência, entre outros, dos conceitos que Habermas desenvolve tanto na concepção de espaço público (diferentemente do espaço físico-territorial) como na importância que ele atribui aos processos dialógicos comunicativos e intersubjetivos, para o reforço dessa instância.

O quarto e quinto capítulos tratam de duas experiências desenvolvidas das quais participei, na cidade de Osasco, situada na Grande São Paulo, considerada como gênese do projeto Uma Fruta no Quintal, experiência central desta tese. A primeira experiência, o Projeto Mutirão, promovida pela Prefeitura, nos anos de 1983 a 1985, foi desenvolvida no município de Osasco, e consistia na realização de pequenas obras de infra-estrutura urbana, na periferia da cidade, com a participação de trabalhadores, até então, desempregados, cujas prioridades eram definidas pela população local, por meio de discussões em assembleias. O Projeto Mutirão continha uma semelhança com o que futuramente, a partir de 1989<sup>7</sup> se desenvolveria em outras cidades brasileiras, o OP, Orçamento Participativo.

O segundo projeto, o Mutirão Verde, também desenvolvido no município de Osasco, durante a mesma gestão municipal, desenvolvido nos anos de 1986 e 1987, tinha como propósito a arborização das calçadas das vias públicas de toda a cidade, envolvendo a participação dos moradores, e foi a partir desse trabalho, que surgiu e se reafirmou a idéia da importância da escola como *locus* central do projeto, criado oito anos depois, Uma Fruta no Quintal.

6. Ver capítulo 2 desta tese.

7. Ver capítulo 4.1 – Projeto Mutirão, desta tese.

O sexto capítulo se refere ao estudo de caso do projeto Uma Fruta no Quintal, desenvolvido no município de Diadema, entre 1993 e 1996, e retomado recentemente, que consistia em um projeto de educação ambiental, realizado em toda rede pública básica e média de ensino municipal e estadual, enfocando os temas: flora, fauna, água, solo, ar, resíduos, saúde pública, educação no trânsito e educação alimentar. O projeto, de caráter interdisciplinar, contava com a participação de todas as Secretarias da Prefeitura Municipal, e utilizava a arte, como elemento estruturador do processo pedagógico, e os espaços físicos escolares como pontos de partida para a compreensão e estudo do ambiente urbano.

A pesquisa analisa o porquê da escolha do espaço escolar, como *lócus* importante para o desenvolvimento do projeto, uma vez que, por excelência, possibilita a socialização do aluno (Vygotsky, 1991), fator determinante para a formação enquanto indivíduo autônomo e cidadão; analisa também, o aprendizado sistemático, onde a história, a ciência, e as artes têm um papel fundante para a compreensão do mundo em que vivemos, possibilitando desta forma um processo rumo a sua humanização.

O projeto procurava levar o poder público municipal para dentro da escola e, por meio de uma articulação técnico-pedagógica com os professores, discutir e viabilizar ações, no sentido de possibilitar a compreensão tanto dos aspectos estruturais e dos metabolismos ambientais, como também do processo relativo à gestão da cidade. Nesse sentido, a ação integrada prefeitura-escola, apresentava em seu bojo uma dupla contradição: ao mesmo tempo em que a Prefeitura, enquanto representação do poder executivo, procurava suprir carências, mesmo que de forma parcial, de uma demanda por equipamentos públicos e de informações necessários ao espaço escolar. Com isso ela também traz à tona suas fragilidades, estabelecendo neste confronto dialético, uma necessidade de socializar e ao mesmo tempo de informar, de forma clara, as dificuldades e problemas enfrentados pela estrutura burocrática das Secretarias e dos órgãos participantes. Para isso, fazia-se necessário que o corpo de gestores públicos estivesse munido não somente de informações e dados, como também do suporte pedagógico, para que esse diálogo se estabeleça através de múltiplos caminhos: da escola para outras Secretarias e vice-versa entre todas elas em si, possibilitando uma articulação horizontal inter-secretarial, que normalmente a estrutura organizacional, estabelecida oficialmente pela Prefeitura, não possibilita.

No sétimo e último capítulo, teço as considerações finais, tentando refletir, através de uma análise crítica, sobre a importância dos resultados obtidos, dos erros e acertos das experiências adquiridas no sentido de um reforço tanto do espaço físico, como do espaço público do ponto de vista social e político, tentando, mesmo que pontualmente, criar processos dialógicos e emancipadores, nesse confronto tenso, mas muito gratificante, entre a realidade presente e o sonho.

CAPÍTULO 1  
**FORMAS DE OCUPAÇÃO DA CIDADE,  
UMA BREVE IDENTIFICAÇÃO**



A ocupação urbana ocorrida de maneira desordenada nas grandes cidades brasileiras, tendo como exemplo, as que compõem a Região Metropolitana de São Paulo que se desenvolveu no curto período de algumas décadas, exige cada vez mais, novas formas de compreender, encaminhar respostas e gerir o espaço urbano, dentro de sua dinâmica complexa e ao mesmo tempo conflituosa.

O modelo tecnocrata e pragmático, que tem orientado as políticas públicas no Brasil, e se ampliado na última década pela política neoliberal, tem se mostrado incapaz de implantar, de forma abrangente e profunda, medidas que permitam solucionar problemas relativos à universalização de direitos, bem como da habitação, transporte, saneamento básico, equipamentos de lazer e do manejo responsável dos recursos naturais. "Após um século e meio de vida, a matriz de planejamento urbano modernista (e mais tarde funcionalista), que orientou o crescimento das cidades dos países centrais do mundo capitalista, passou a ser desmontada pelas propostas neoliberais que acompanham a reestruturação produtiva no final do século XX. Em se tratando de países da semiperiferia, como é o caso do Brasil e de outros países da América Latina, esse modelo, definidor de padrões holísticos de uso e ocupação do solo, apoiado na centralização e na racionalidade do aparelho de Estado, foi aplicado a apenas uma parte das nossas grandes cidades: na chamada cidade formal ou legal. A importação dos padrões do chamado "primeiro mundo", aplicados a uma parte da cidade (ou da sociedade) contribuiu para que a cidade brasileira fosse marcada pela modernização incompleta ou excludente" (Maricato, 2000). No caso de São Paulo, a fisionomia da cidade, nos rece um quadro mais didático e visível da desigualdade social, como afirma Sevckenko:

"Do ponto de vista histórico, o que diferenciava São Paulo (do Rio de Janeiro, Salvador ou Recife) era seu modo de expansão urbana, que empurrou a população para as periferias, criando uma espécie de área de privilégio central mantida sob o controle da autoridade pública e para a qual a periferia é invisível". (Sevckenko, 2006)

Mesmo se tratando de uma metrópole de enorme dimensão, como a cidade de São Paulo, essa ocupação não se diferencia muito dos processos de Osasco e Diadema, onde ocorreram nossos estudos de caso, mesmo porque constituem uma só estrutura conurbada. São Paulo foi crescendo, ao sabor do mercado e do capital, criando empreendimentos em pontos distantes da área urbanizada, já adensada, favorecidos pelos baixos custos da terra, e desprovidos de infra-estrutura urbana básica, na perspectiva de uma valorização futura, pressionando, desta maneira, o poder público, no sentido de suprir, e estender a rede de infra-estrutura urbana até os novos núcleos criados. Desta forma, as áreas vazias intermediárias, já adquiridas antecipadamente, também se beneficiavam dessas melhorias. Esse crescimento, se por um lado configura-se, à primeira vista, de forma caótica, para o conjunto da sociedade, não representa o mesmo para os interesses do mercado, satisfazendo plenamente às aspirações dos investidores, que obedecem a uma

lógica aparentemente espontânea, mas na verdade, baseada num horizonte de retorno calculado, de otimização e reprodução do capital.

Nesse rastro de colcha de retalhos, as áreas livres e áreas verdes remanescentes, resumem-se, na sua maioria, aos fragmentos que restaram da corrida imobiliária. Uma foto aérea da Região Metropolitana de São Paulo, revela bem o resultado dessa ocupação: uma cidade, cuja superfície transformou-se numa crosta, quase totalmente concretada e impermeabilizada, com alguns fragmentos e pontos espalhados, semelhantes a “manchas de catapora”, de áreas verdes desconectadas.

O desenvolvimento urbano da Região Metropolitana de São Paulo levou a uma ocupação sistemática das áreas de fundo de vale e das várzeas dos rios, principalmente de seus mais importantes: Tietê, Tamanduateí e Pinheiros. O avanço da engenharia civil, e da tecnologia de drenagem de áreas alagadas, possibilitou uma política de retificação e aterramento e canalização de suas margens, criando o suporte para a implantação de ferrovias e vias expressas para veículos, privando a circulação de mercadorias e do Capital impedindo desta forma, a possibilidade de criação de grandes eixos verdes destinados à recreação e ao lazer, que poderiam interligar as demais áreas da cidade, formando uma importante rede drenante de parques lineares, como contraponto à vertiginosa verticalização.

“Os benefícios ambientais são óbvios, porquanto as áreas verdes marginais garantiriam a um só tempo, a permeabilidade do solo e a proteção das margens a custos baixos. Do ponto de vista da recreação pública, áreas verdes situadas junto a cursos d’água, por serem lineares, oferecem maiores possibilidades de acesso à rede de espaços equipados para o lazer, pois intrrometem-se com maior eficiência no tecido urbano do que grandes superfícies concentradas. Se encarados sob o aspecto da organização da paisagem, os espaços verdes junto aos talvegues destacam visualmente as linhas definidoras do sítio urbano. Assim, conjugam-se e reforçam-se mutuamente, os proveitos que podem advir da sobreposição das áreas verdes sobre a rede hídrica” (Bartalini, 2004)



Fig. 01 - Rio Tietê, por volta de 1905, próximo ao Clube Regatas do Tietê. Foto: Guilherme Gaensly.

Esse processo de ocupação maciça das áreas livres que poderiam ser públicas, advinda do processo de industrialização da cidade, e da priorização do sistema viário, trouxe como consequência também, o início de um processo de lutas da população pela questão da moradia.<sup>8</sup>

## O horror ao “vazio”

*Atacar as cidades, sob pretextos técnicos,  
é solapar a cidadania e apostar no  
mal estar social. Cidade é gente.  
Nicolau Sevcenko<sup>9</sup>*

A lógica que, habitualmente tem norteados os processos de expansão imobiliária nas cidades brasileiras, considera que os espaços “não úteis” precisam ser ocupados pelos “produtivos”, e o capital, para sua reprodução imediata, carrega em seu bojo, uma postura de aversão aos espaços vazios.

Embora na atualidade, a questão do “verde” e da necessidade de áreas livres de lazer, tenha sido incorporada ao discurso do mercado imobiliário, como valor agregado, ela ainda cumpre um papel de coadjuvante.

Esses “vazios”, que constituem espaços de respiração e descompressão física e cultural da cidade, adquirem uma dimensão que extrapola o caráter estritamente utilitário, e é justamente no desfrute desses lugares potencialmente denso de beleza e flexibilidade, que pode residir a magia de lugares como o Quadrado de Trancoso, na Bahia; a Praça São Marcos em Veneza e o Central Park de Nova Iorque, onde obtém-se uma condição da verdadeira dimensão do espaço livre público, como *locus* do encontro e da fruição estética. Dentro de uma visão predadora, as áreas livres precisam ser rapidamente preenchidas, reduzindo os espaços reservados ao sonho, à arte, à dúvida e às manifestações imprevisíveis. Win Wenders estabelece a mesma relação desses espaços urbanos com as imagens dos cheios e vazios dos enquadramentos cinematográficos, que permitem que a imaginação de cada um complete o recorte da imagem não colocada na tela, com

8. “A partir da década de 60, esse quadro muda drasticamente, tendo início no Brasil um processo de urbanização, que prioriza o sistema viário, em detrimento do pedestre e dos espaços públicos. O processo de industrialização da cidade trouxe como consequência, a ocupação desenfreada e o esgotamento das áreas livres. Essa década, marca também um grande avanço das lutas populares por melhores condições de moradia.

Esse processo de maior participação dos municípios na questão de habitação, também está ligado ao crescimento dos movimentos sociais, particularmente da luta por terra e moradia. A consolidação da democracia e das eleições diretas livres, tornaram o município o principal interlocutor dos movimentos e o responsável imediato pelo equacionamento das demandas sociais, por estar mais diretamente em contato com os problemas da população carente”. (Bonduki, 2000)

9. “Boston Blues”- artigo publicado na revista “Carta Capital”, junho de 2005.

seus significados subjetivos.

“No filme *Asas do Desejo*, notei que eu buscava constantemente essas superfícies vazias, essas “no man’s lands”. Eu tinha a sensação de que essa cidade poderia ser definida bem melhor pelas suas superfícies vazias do que pelas cheias. Quando há muito o que ver, quando uma imagem é muito cheia, ou quando há muitas imagens, nada se vê. “Muito” torna-se bem rápido “absolutamente nada”. Todos vocês sabem disso. Vocês conhecem também o efeito inverso: quando uma imagem é quase vazia, muito despojada, é capaz de fazer surgir tantas coisas que chega a preencher totalmente o observador, transformando o vazio em “tudo”.

Os cineastas são confrontados com este problema toda vez que preparam uma tomada. À medida que se deseja captar qualquer coisa para mostrá-la, é necessário se esforçar para não se deixar entrar na imagem. Aquilo que se quer mostrar, isso que se quer *ter na imagem*, explica-se pelo que se *deixa de fora*.

Na Berlim onde vivo, esses espaços vazios permitem que as pessoas entrevejam a imagem da cidade. Não só no sentido de que abrangeriam com o olhar uma *superfície* (talvez mesmo até o horizonte, o que em todo o caso é uma experiência agradável numa cidade) mas também porque podem, assim, ver alguma coisa entre as brechas, envolver o tempo do olhar.” (Wenders, 1994)

Um dos parâmetros que contribuem para a aferição do grau de um equilíbrio ambiental de uma cidade é a capacidade que possui de compatibilizar, democraticamente, a memória espacial e os recursos naturais, com os avanços da tecnologia. Em muitas situações, é comum observar na cultura do poder público brasileiro, que os espaços verdes da cidade são, quase sempre, compreendidos, como fissuras e pontos residuais das áreas edificadas, sendo estas, simbolicamente consideradas como estratos superiores, na hierarquia do processo civilizatório. Essa visão fragmentada, entre os diferentes componentes do tecido urbano, tanto físico como social, exclui o ambiente natural da estrutura sistêmica da cidade e, talvez, ainda constitua uma herança inconsciente dos tempos coloniais, um sentimento de amor e ódio em relação às florestas: admiradas pela sua novidade, exotismo e altos lucros auferidos e, ao mesmo tempo, execradas, pelo perigo que representavam suas entranhas demoníacas e impenetráveis, acessíveis somente à coragem dos indígenas, vistos como seres sem qualidades.

Transportando essa visão para os bancos dos ateliês universitários, Magnoli relata: “Nossa experiência de trabalho em ensino e projetos, indica que o espaço livre consciente é referido à circulação de veículos prioritariamente, mesmo onde estes sejam eventuais. O arquiteto que trabalha em edificação é, em geral, “cego” para com a existência do espaço livre” (Magnoli, 2006:195). Para Queiroga : “O planejamento urbano no país foi profundamente marcado pela ideologia funcionalista do urbanismo moderno. Tradicional-



mente, pouca atenção dá à paisagem e ao ambiente urbano" (Queiroga, 1994:223). A própria maneira como os órgãos públicos compartimentam os saberes, reflete essa visão: a árvore, plantada na beira do rio, nada tem a ver com a Secretaria dos Recursos Hídricos; o mosquito da dengue pertence exclusivamente à área de Saúde; o solo, levado pela erosão, nada diz respeito ao Departamento de Áreas Verdes, mas somente à Secretaria de Obras; a impermeabilização do solo, pelo asfalto, não é de competência da Secretaria do Meio Ambiente, e assim por diante. Nessa colcha de retalhos, onde os setores não interagem, instala-se a disputa entre o espaço construído versus os recursos vivos e naturais; espaços "duros" versus espaços "moles", ficando estes últimos, mais vulneráveis aos predadores.<sup>10</sup> Oseki, vem reiterar essa afirmação:

"O urbanismo transformou-se em disciplina, nos dois sentidos, ideologia e reflexão sobre a cidade; e conjunto de normas de conduta. A racionalidade tecnicista alimenta a superfetação da técnica. Os urbanistas se polarizam em estetas e tecnocratas. A estética se frustra numa cidade como São Paulo onde o belo é difícil". (Oseki, 1992: 203)

As questões ambientais dos espaços livres públicos estão, portanto, intimamente associadas ao processo de ocupação e uso do solo, cujos agentes determinantes são o Estado e o mercado. Essa condição sugere que o arquiteto paisagista, cujo objeto trabalha na dimensão da paisagem, considere, no ato de projetar, outros fatores que não se limitam às simples articulações formais, mas incorpore também múltiplas relações que ocorrem no campo social.

10. "Em contrapartida, os espaços não-produtivos constituíam em sua maioria áreas residuais, espaços inocupados, ociosos, à espera de valorização - os fundos de vale, as várzeas e os brejos -, de difícil exploração econômica, implicando altos custos para sua urbanização. Nestas áreas é que passou a se instalar boa parte dos clubes recreativos e esportivos, tanto os de cunho essencialmente popular quanto os de elite, os circos e os parques de diversões itinerantes e, naturalmente, as populações economicamente excluídas, através da solução das favelas. Também aí, foi se expandindo o chamado futebol de várzea, fenômenos hecaracterísticos de práticas de lazer e de associativismo, mesclado ao populismo político, que iria predominar em São Paulo durante muitas décadas. A maior parte dessas iniciativas ocorreu sempre à margem do poder público, devendo-se mais a lideranças voluntaristas e anônimas e a movimentos informais de apropriação transitória desses espaços. Verificou-se nesse confronto entre espaços produtivos ou utilitários e espaços não-produtivos, do ponto de vista da ação do Estado, uma inequívoca preferência pelos primeiros durante todo o nosso processo de industrialização e urbanização. Houve algumas exceções - como a criação dos parques infantis por Mário de Andrade e a construção do Estádio do Pacaembu, no final dos anos 30 e na década de 1940, e a inauguração do parque do Ibirapuera, por ocasião do IV Centenário da cidade -, mas insuficientes para dotar a metrópole de áreas verdes, espaços e equipamentos lúdicos capazes de atender sua população em rápida expansão. Por outro lado, com o avanço desse processo de urbanização e sob o comando da especulação imobiliária, essas áreas "ociosas" foram, pouco a pouco, sendo retomadas e transformadas em espaços produtivos, seja para abrigar atividades econômicas como novas indústrias, armazéns, e centros de distribuição, seja para a expansão da rede viária - as avenidas marginais e as avenidas de fundo de vale, são típicas da incorporação funcional desses espaços à vida "útil" da cidade. Ou, ainda, foram requisitados para a construção de escolas, creches e hospitais ou, em proporção muito maior, para loteamentos clandestinos e construção de conjuntos habitacionais. Sua função de espaços lúdicos informais, de espaço de lazer, foi majoritariamente suprimida". (Garcia, 1996)

## O arquiteto, a política e o processo continuado

É imediata e automática a associação para o senso comum, do termo ecologia, já tão banalizado, à imagem idealizada de um conteúdo biofísico: animais, água limpa, florestas, montanhas, pássaros e borboletas, dissociados de seu conteúdo político-social e urbano. Grande parte dos brasileiros relacionam meio ambiente apenas com temas relativos a “fauna e flora”, ou seja, ainda a um imaginário pastoral rural, não incluindo todo o sistema edificado e construído da paisagem da cidade<sup>11</sup>.

Com as mudanças das correlações de força, ocorridas após a queda dos regimes do “socialismo real” do leste europeu, passou a se difundir uma apologia generalizada à visão dos benefícios do livre mercado, e da ausência do Estado, como elemento regulador de políticas sociais mais abrangentes, dando lugar a lutas de caráter ambiental, importantes, porém destituídas de suas determinações políticas, presentes nos conflitos entre as classes sociais. Marx, porém, já antecipava, no século XIX, a interdependência entre esses fatores e, já mostrava suas preocupações, no tocante à exploração do trabalho humano, e esgotamento dos recursos naturais<sup>12</sup>.

Na questão relativa ao espaço físico público, a velocidade com que tem ocorrido a incorporação de novas tecnologias, no processo de globalização, ou globalitarismo, segundo palavras de Milton Santos, a simples contraposição, através de outras formas de tecnologia, ou de especializações, não se mostra suficiente, mas fazem-se necessárias, também, ações, através de processos organizativos da sociedade, que proponham novas formas de gestão e ocupação do espaço público. Gestão, que na verdade, já acontece molecularmente, por grande parte do tecido urbano de São Paulo, e mesmo não ocorrendo de forma globalmente orquestrada, já emite sinais de uma nova postura, no que se refere aos encaminhamentos dos planejamentos regionais. Nesse sentido, o momento atual, exige do profissional, um papel, que não se limita unicamente, ao de fornecedor

11. Pesquisa realizada em 2006 conjuntamente pelo Ministério do Meio Ambiente e a organização não governamental: Instituto de Estudos da Religião (ISER)

12. “Com a preponderância sempre crescente da população das cidades, destrói-se não somente a saúde física dos operários urbanos e a vida intelectual dos trabalhadores rústicos, mas também, perturba as trocas orgânicas entre o homem e a terra, tornando cada vez mais difícil a restituição de seus elementos de fertilidade, ingredientes químicos que lhe são tirados sob a forma de alimentos, vestimentas, etc. mas subvertendo as condições nas quais uma sociedade atrasada realiza quase que espontaneamente estas trocas, ela força seu restabelecimento de uma maneira sistemática, sob forma apropriada ao desenvolvimento humano integral e como lei da produção social.” (Marx, 1981 )

“(…) Na agricultura moderna, como na indústria das cidades, o crescimento da produtividade e o rendimento superior do trabalho se compram ao preço da destruição e esgotamento da força de trabalho. Além disso, cada progresso da agricultura capitalista é um progresso não somente na arte de explorar o trabalhador mas ainda na arte de despojar o solo: cada progresso na arte de crescer sua fertilidade por um tempo, um progresso na ruína dos recursos duráveis de fertilidade... a produção capitalista só desenvolve portanto a técnica e a combinação do processo de produção social esgotando ao mesmo tempo as duas fontes de onde jorra toda a riqueza: a terra e o Trabalhador.” (idem)

de subsídios e suportes técnicos, mas também, que compreenda a realidade sobre a qual está atuando, e elabore mecanismos que possam assegurar o mínimo de garantia de uma futura gestão planejada, subsequente à obra implantada. Essa nova "paisagem", constituída pelo espaço físico e pelo que de invisível e processual ele contém, é um dos campos de interesse deste trabalho, e nos remete, portanto, às duas seguintes questões:

Perante uma nova realidade política, e de mudança dos tempos, uma inquietação recorrente em nossa atuação como arquitetos, que trabalham os espaços abertos de áreas públicas, é saber que abordagens possibilitam uma atuação capaz de conceber o espaço físico, de tal forma, que consiga responder aos interesses dos cidadãos, com qualidade técnica e formal, e ao mesmo tempo contemplar e absorver uma margem de ocorrências imprevisíveis, que os usos dos espaços possibilitam no decorrer do tempo. Por outro lado, que mecanismos podem ser empregados, no sentido de garantir, flexibilizar e otimizar, sua permanência e integridade no tempo e no espaço sem contudo calcificar-se? Os instrumentos meramente formais e simplistas têm-se mostrado, em muitos dos casos, insuficientes como respostas às complexidades e re-invenções cotidianas das práticas sociais – universo difícil de ser captado, fora de uma visão de projeto como processo.

"O impasse ambiental confrontado pela humanidade neste final de milênio, clama por uma reflexão profunda acerca dos seus papéis na condução do processo histórico, na manipulação dos dados da natureza. Não é apanágio dos especialistas, a percepção de que nos encontramos imersos em uma crise de contornos sociais e econômicos, ecológicos por vezes dramáticos; o cotidiano opressivo das metrópoles e a exaustão ou perda dos recursos no campo e no ambiente selvagem; o impacto em pequena escala e as mudanças ambientais em escala global, o consumo voraz dos recursos por pequenas parcelas da população mundial e a exclusão gradativa de contingentes pobres, a explosão demográfica e o desequilíbrio na distribuição dos recursos de energia e matéria, delineiam, entre outros aspectos, essa referida crise que é sobretudo ética, filosófica, perceptiva, cultural e que num sentido profundo, portanto, impele-nos a uma re-avaliação da nossa relação com a natureza e com os nossos semelhantes" (Lima, Catharina, 1996: 187)

Essa nova realidade vem solicitar aos profissionais que trabalham a questão da espacialização urbana uma inserção mais orgânica, profunda e sistematizada nos processos sociais globais e também nos mais pontuais, nos modos de vida dos agrupamentos menores.

"O papel do arquiteto na história sofreu transformações; em nossa época as infindáveis discussões sobre o "perfil" do arquiteto, sobre a responsabilidade do arquiteto não indica somente a complexidade do mundo contemporâneo, porém, também uma certa falta de integração com a sociedade, uma certa dificuldade em naturalmente ver a profissão como útil e necessária. No Brasil, o arquiteto organizou fundamentalmente

sua atuação, até aproximadamente 15 anos atrás, por meio do exercício privado em seu escritório particular" (Magnoli, 2006: 230)

Macedo comenta que essa dissociação com o conjunto da sociedade, ainda é agravada pelo caráter elitista que historicamente é associado à figura do arquiteto:

"Nas décadas de 1950 a 1960, o trabalho do paisagista no país era basicamente centrado na construção de jardins e parques sofisticados para as elites, tanto para os palácios do Estado como para mecenas de alta sociedade, que encomendavam projetos especiais para arquitetos e paisagistas, como se encomendavam obras de arte para artistas plásticos de renome" (Macedo, S. Soares, 2006)

Os profissionais que trabalham a espacialização da cidade, como os arquitetos, urbanistas e paisagistas, se deparam cada vez mais com a insuficiência que os processos projetuais convencionais oferecem, para fazer frente à complexidade crescente que a relação espaço físico / sociedade apresenta. A consulta aos vivenciadores do espaço torna-se imprescindível para a elaboração do projeto. Isso para nos determos apenas nessa etapa de participação, a consulta, sem mencionar os processos interativos mais profundos, que incorporam a discussão, elaboração, construção e gestão conjuntas do corpo técnico com a comunidade.

Um exemplo que ilustra bem a contradição exposta na dicotomia entre projeto individual versus projeto compartilhado, pode ser expresso numa experiência que tivemos em 1994 quando solicitado pelo DEPAVE (Departamento de Parques e Áreas Verdes da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente) a elaborar um projeto paisagístico de reforma da Praça Sílvio Romero, no Bairro de Tatuapé, situado na zona leste da cidade de São Paulo. A praça, com área aproximada de 10.000 m<sup>2</sup>, tem o centro ocupado por uma igreja católica, e um belo projeto original da arquiteta Rosa Grena Kliass que gentilmente delegou-nos a tarefa de reformulação. Passou por diversos processos de alterações e deturpações, durante quase três décadas, sem qualquer critério de desenho das áreas pavimentadas ou ajardinadas, tornando-a praticamente irreconhecível em relação ao projeto original. Este fato é muito comum em áreas públicas no Brasil, onde os projetos vão sendo modificados, não simplesmente decorrentes das dinâmicas inevitáveis e necessárias das transformações funcionais por que passam os espaços públicos, mas ao livre sabor e em função dos diferentes gostos e valores estéticos, geralmente duvidosos, dos governantes ou técnicos dos poderes públicos.

De posse do desenho do traçado da praça existente, iniciamos uma consulta verbal às pessoas que freqüentavam a praça e à população do entorno, sobre aspectos relativos aos usos, necessidades e aspirações relacionados à praça. Observamos que o uso da praça obedecia a um zoneamento muito definido, estabelecido não só pelo que seu desenho sugeria pelos equipamentos existentes, como resultado da apropriação, na

prática, do uso consagrado pelos vivenciadores, à revelia da função estabelecida pelo projeto original. Assim, um coreto, raramente usado para esta finalidade, virava pista de skate; a parede da igreja virava mictório, uma vez que a praça não possuía sanitário público, equipamento raro na maioria das praças da cidade de São Paulo. Havia as mesas de jogos onde os idosos jogavam dama e dominó; a área cimentada onde os artesãos vendiam seus produtos nos finais de semana, e onde os grupos musicais e de capoeira se apresentavam; o ponto de táxi; o posto policial; o local de namoro e de uso de drogas tidas como ilegais, em áreas mais protegidas dos olhares públicos; os bancos onde dormiam os bêbados e mendigos. Na igreja eram realizadas missas, casamentos e reuniões com os moradores.

E todas as sextas-feiras à noite, a praça abrigava uma atividade singular: cerca de mil jovens se encontravam para se divertir, conversar, namorar, dançar, beber, muitos movidos por um programa promovido pela Secretaria da Cultura do Município, onde os jovens, de diferentes procedências da cidade, se correspondiam via internet e marcavam encontro na praça para se conhecerem. Essa rica diversidade de usos fazia da praça um ponto de encontro muito significativo e atípico em grande parte das praças paulistanas, cuja população, particularmente da classe média, é afastada, em parte pela concorrência da televisão, "shopping centers", como veículos de entretenimento e lazer e pelo receio de atos de violência, e alegação de "maus usos e costumes" de "frequência indesejável".

No decorrer das consultas aos diferentes agrupamentos, fomos nos deparando com necessidades, desejos conflitantes e muitas vezes antagônicos: os moradores do entorno não eram favoráveis aos encontros de sexta-feira, argumentando que faziam algazarra, estragavam o jardim, sujavam a praça, bebiam muito, "puxavam fumo", falavam palavrões e faziam barulho. Os jovens, portanto, reivindicavam que fossem ampliadas as áreas pavimentadas da praça.



Fig. 02 - Vista da Praça Silvio Romero no bairro de Tatuapé, São Paulo. Foto: Daniela Ramalho.

Os moradores do entorno, por outro lado, solicitavam que se aumentassem os canteiros ajardinados e que não se construíssem sanitários, receosos de "virarem pontos de tráfico de drogas e de homossexuais". A maioria dos adultos pedia que toda a praça fosse fortemente iluminada por questões de segurança, enquanto os namorados pediam o contrário. Uns pediam "fonte luminosa", enquanto outros a rejeitavam, prevendo que

seria transformada em “piscina de mendigos e marginais” e a maioria solicitava que os longos bancos contínuos fossem substituídos pelos “de ondinhas”, para impedir que os “vagabundos” se deitassem.

Diante desse quadro, a definição do projeto através de uma mera solução de desenho, do sistema de objetos, com definição de zoneamento, equipamentos, mobiliário, ou seja, “via prancheta ou computador”, mostrava-se impraticável e incapaz de compatibilizar tamanha gama de divergências. Essa consulta prévia nos conduziu, portanto, a um impasse, demonstrando que a solução só seria viável através de uma discussão em assembléia com todos os segmentos envolvidos. Contando com o auxílio do padre, convocou-se uma reunião na igreja, onde foi possível se chegar a um consenso mínimo, e estabelecer um programa que possibilitasse a elaboração do projeto. Nós, os autores do projeto, juntamente dos gestores públicos, defendíamos firmemente a idéia da manutenção e o incentivo do uso noturno pelos jovens, uma vez que constitui um fato saudável, digno de ser incentivado, e incomum na maioria das praças paulistanas onde havia predominância da classe média ou alta.

“O que está em causa é o projeto da paisagem. A tradição do projeto paisagístico, que atualmente ganha novo interesse, nova força, pode ser um modo rico, de discutir culturalmente as qualidades propostas ao ambiente. A mudança nos referenciais que motivam a revisão do projeto moderno em todos os níveis e campos de atuação, e a mudança no entendimento da cidade, que passa a ser vista como história, como ambiente e espaço público objeto, de desenho, demandam que a arquitetura dos arquitetos veja e interprete a paisagem.

Toda essa complexidade da cultura às portas do terceiro milênio, deve investigar e desafiar a produção contemporânea do paisagismo. No que diz respeito ao caso brasileiro, a crise de paradigmas é evidente no âmbito de sua contemporaneidade – seu maior desafio consistindo na pesquisa exploratória de novas formas que atendam às novas complexidades sócio-culturais, ecológicas e novas funções na qualificação do ambiente urbano. A investigação de uma linguagem expressiva de sua riqueza ambiental e cultural, no novo quadro que se delinea, ainda nos parece um programa básico. O “paraíso terrestre” evocado por autores como Cendrars tem, obviamente, novos e desafiantes contornos, mas segue pleno de possibilidades para estimular a investigação criativa da identidade do projeto da paisagem contemporânea brasileira”.(Lima e Sandeville, 1997: 20). E Magnoli complementa:

“O eixo das discussões quanto às alterações dos ecossistemas se desloca da posição de “não-alteração” para o estudo das possibilidades do conhecimento e acompanhamento do processo dinâmico de alterações programadas, coordenadas, para usos humanos mais eficientes, agora e no futuro. Ao especular sobre métodos que nos permi-

tam um quadro preliminar de padrões, modelos de alternativas de utilização de espaços se abrem uma perspectiva de dar “corpo” dessa inter-relação é, para o arquiteto, a expressão do meio ambiente humano no desenho do hábitat, das paisagens”. (Magnoli, 2006: 230)

Diante desse quadro, cabem algumas considerações:

- Como pode o processo de criação coletiva contribuir para uma reversão dessa situação?
- Como é possível garantir a continuidade e a vitalidade físico-social dos espaços livres públicos, e ao mesmo tempo, criar mecanismos de reflexão sobre as melhorias de condições de vida e as suas possibilidades de superação, para quem se utiliza desses espaços?

Existem inúmeras experiências Região Metropolitana de São Paulo, de mutirões em conjuntos habitacionais, com grande envolvimento dos moradores, onde se obtiveram resultados consideráveis, quanto à qualidade final da obra, e ao processo de discussão e reflexão coletiva. Por outro lado, em muitas dessas experiências, o saldo positivo de ajuda mútua e compartilhada, limitou-se ao período de execução da obra, ou ao de seu planejamento, mas, a partir do momento em que foi cumprida sua função utilitária, ocorreu um esvaziamento desse processo de cooperação. Outra questão que se coloca é:

- Como é possível contrapor-se ao caráter assistencial, onde a dinâmica se resume em cobrir o vácuo da omissão do Estado, no que tange ao suprimento desses equipamentos públicos? Se tomarmos como exemplo, uma praça pública, ela constitui, pela sua natureza intrínseca, um local da diversidade, que pode ser utilizado por cidadãos conhecidos e desconhecidos, por moradores vizinhos e distantes, por adultos, crianças, jovens, velhos, pobres e ricos, e essa variedade de usos e funções, conduz à necessidade de uma metodologia diferente em relação ao exercício projetual, exigindo um enfoque que contemple um leque mais amplo de possibilidades e flexibilidades na dimensão espaço-tempo.

“Assim, eliminar o imprevisto ou expulsá-lo, como acidente ilegítimo e perturbador da racionalidade, é interdizer a possibilidade de uma prática viva e “mítica” da cidade. Seria deixar a seus habitantes, apenas os pedaços de uma programação feita pelo poder do outro e alterada pelo acontecimento. O tempo acidentado é o que se narra no discurso efetivo da cidade: fábula indeterminada, melhor articulada em cima das práticas metafóricas e dos lugares estratificados, que o império da evidência na tecnocracia funcionalista.” (Certeau, 1990)

Considerando-se o fato de que, o poder público, de um modo geral, nem sempre zela pela manutenção das áreas livres públicas, ocorre um fato importante, comprovado por muitas experiências: o bom estado de conservação de determinados equipamentos

públicos possui uma íntima relação com os seus significados simbólicos, funcionais, e a maneira como a população deles se apropria, os compreende e muitas vezes, contribui para sua elaboração, direta ou indiretamente. Se por um lado, o processo de criação ou participação coletiva, pode não conduzir necessariamente, a projetos satisfatórios, do ponto de vista de riqueza sócio-espacial, o contrário também é verdadeiro. Como já mencionamos anteriormente, a história é farta em exemplos de projetos simbólicos significativos, concebidos basicamente por um único profissional ou por uma restrita equipe. Uma vez que, o indivíduo constitui-se fruto de um processo social historicamente determinado e portanto, as mãos do arquiteto-autor são, em última instância, também, mãos coletivas, antenadas, em comunhão com seu tempo, e possuindo profundos elos de ligação cultural e subjetiva com a sociedade, a obra criada possui, conseqüentemente, um caráter de produção social, mesmo que não responda satisfatoriamente aos anseios da comunidade que a utiliza.

Podendo estabelecer uma comparação entre a arte e a produção espacial da cidade, cuja atividade contém a dimensão artística, Ernst Fischer comenta:

"Mesmo o mais subjetivo dos artistas trabalha em favor da sociedade. Pelo simples fato de descrever sentimentos, relações e condições que não haviam sido descritos anteriormente, ele canaliza-os do seu "Eu", aparentemente isolado, para um "Nós"; e este "Nós" pode ser reconhecido até na subjetividade transbordante da personalidade de um artista. Este processo, todavia, nunca é um retorno à primitiva coletividade do passado; ao contrário, representa um impulso na direção de uma nova comunidade cheia de diferenças e tensões, na qual a voz individual não se perde numa vasta dissonância. Em todo autêntico trabalho de arte, a divisão da realidade humana em individual e coletiva, em singular e universal, é interrompida; porém é mantida como fator a ser incorporado em uma unidade recriada." ( Fischer, 1987: 57)

Temos presente também, as limitações do papel do espaço físico no que se refere às mudanças políticas e sócio-culturais sem, contudo negar que ele pode gerar atitudes e respostas, de maior ou menor grau, perante às necessidades exigidas daquele momento. Do ponto de vista operacional, a discussão e a elaboração do projeto, nem sempre são facilmente exeqüíveis, através de simples reuniões corpo-a-corpo com os moradores ou vivenciadores dos equipamentos das proximidades do local a ser trabalhado. É o caso, por exemplo, da área central de uma grande metrópole como São Paulo, por onde circulam, diariamente, milhares de pessoas, tendo parte delas, esse circuito, como roteiro diário, e outra, como roteiro esporádico, ou muito eventual, e onde as relações predominantes se tecem por um caráter impessoal.

A complexidade do mundo moderno, com o rápido desenvolvimento da ciência, tecnologia e meios de comunicação, particularmente via internet, favoreceram também



novas formas de articulação, de organização e de ações conjuntas que não se limitam a comunidades de referência geográfica, cujo contato se faz corpo-a-corpo. Exemplo emblemático foram as atividades desenvolvidas por um grupo de militantes políticos italianos conhecidos como “macacões brancos”, descritos por Negri e Hardt<sup>13</sup>:

Por outro lado, existem áreas livres públicas mais “domésticas”, onde o número de vivenciadores é menor, predominando os laços interpessoais de vizinhança, e suas relações com o espaço são mais íntimas e freqüentes, o que facilita a efetivação de processos participativos mais moleculares (Guattari, 2005: 51)

13. O movimento dos Macacões Brancos surgiu inicialmente em Roma, em meados da década de 1990, durando cerca de três ou quatro anos, onde os militantes começaram a refletir sobre as profundas transformações da sociedade. Na década de 1970, surgiram os “centros sociais” italianos, como espaços alternativos que transformavam prédios abandonados em centros sociais, muitas vezes gerindo ali coletivamente, livrarias, cafês, estações de rádio, espaços de leitura e de concertos. Na década de 1980, os jovens dos centros sociais começaram a identificar o novo paradigma do trabalho criado pelo capital global que caracterizava suas experiências: o trabalho móvel, flexível e precário, típico do pós-fordismo que atingia os países, particularmente os industrializados. O movimento dos Macacões Brancos (em referência à substituição dos macacões azuis dos antigos operários fabris.) surgiu num contexto em que os partidos e organizações da esquerda italiana começavam a ser marginalizadas. Diziam ser trabalhadores “invisíveis”, uma vez que não possuíam contratos fixos, segurança ou qualquer base de identificação, e era justamente aí que residia a força de seu movimento: essa invisibilidade, representada simbolicamente pela brancura dos macacões. Através de atividades festivas, tais como organização de festas rave e manifestações de rua, incorporando imigrantes ilegais, refugiados do Oriente Médio e outros movimentos de libertação, denunciavam as condições miseráveis dos novos trabalhadores precários e exigiam uma “renda mínima” para todos. Essas manifestações surgiam de repente e se proliferavam para várias cidades, tornando-os “transparentes e invisíveis”. Nos conflitos com a polícia, adotaram uma estratégia lúdica e simbólica, imitando os espetáculos de repressão policial, fantasiando-se de Robocops, vestindo joelheiras brancas e capacetes de futebol, transformando-se seus caminhões de dança em gigantescas contrafações de carros de combate. Mas não ficaram só por aí. Decidiram também atuar fora da Itália, unindo-se ao movimento zapatista do México. Os zapatistas são conhecidos pela utilização da comunicação global via internet, mas os Macacões Brancos não possuíam esse veículo como sua principal via, e pretendiam atuar fisicamente no terreno global e internacional através de operações que passariam a se chamar “diplomacia de baixo para cima”. Os Macacões Brancos continuaram suas peregrinações pelo mundo, com atuações em manifestações de desobediência civil na reunião da OMC (Organização Mundial do Comércio) em Seattle, em 1999, nas reuniões de cúpula internacionais em Nice, Praga e Gotemburgo. Por fim atuaram na reunião do G8 em Gênova em 2001, onde enfrentaram violenta repressão policial, culminando na morte do manifestante Carlo Giuliani. A partir de então, os Macacões Brancos resolveram desaparecer, entendendo que seu tempo havia se encerrado e já haviam cumprido um seu papel histórico. “Mais valioso que tudo na experiência dos Macacões Brancos pode ter sido o fato que conseguiram criar uma forma de expressão para as novas formas de trabalho – a organização em rede, a mobilidade espacial e a flexibilidade temporal -, organizando-as como força política coerente contra o novo sistema de poder global. Sem isto, com efeito, não pode haver uma organização política do proletariado. (Negri e Hardt, 2005:337)

## O visível e o invisível na paisagem

*Le Corbusier – Que idéia você tem sobre o futuro da Arquitetura?*

*Salvador Dali - Mole e peluda<sup>14</sup>*

Esse embate entre a certeza do conhecido com a perspectiva do devir, que um projeto contém, pode resultar numa ebulição mais continuada, a qual implica num fator de mudança qualitativa do espaço físico, da sua permanência e integridade no tempo e sua maior apropriação por parte dos cidadãos. O projeto, elaborado numa perspectiva também de processo, pode deixar de ser um objeto estático e previamente consolidado para adquirir flexibilidade e sofrer alterações no decorrer do tempo, absorvendo as mudanças naturais provocadas pela própria dinâmica da cidade. Numa comparação, poderíamos dizer que esse espaço maleável aproxima-se mais de uma visão cinematográfica de imagens em movimento, do que de uma fotografia, passível de ser captada num só relance. As rápidas transformações urbanas atuais das relações de trabalho e das estruturas arquitetônicas exigem uma compreensão de métodos e ações onde o sólido, o eterno e o granítico, dão lugar à fluidez, e à leveza sem, contudo resvalar para a diluição. “A leveza, para mim está associada à precisão e à determinação, nunca ao que é vago ou aleatório” (Calvino, 1998: 28)

Se tomarmos como comparação, o campo da física quântica<sup>15</sup>, essas estruturas sócio-espaciais assemelham-se mais aos *fluxos* do que as *partículas*, onde o planejador não estaria distante, mas dentro do foco de criação e de gestão do espaço, deixando de interpretar simplesmente o papel de sujeito, para tornar-se alternadamente sujeito-objeto. Seu projeto, portanto, contempla, não somente o espaço físico e corpóreo, mas o que ele pode produzir e provocar de invisível e impalpável, e todo esse conjunto talvez não se assemelhe a um corpo de um traçado tão *clean* e geométrico, mas muito mais simbolicamente ao mole, peludo e disforme, como Dali se refere.

Segundo Morin, cada vez mais, os processos de trabalho exigem a utilização de métodos baseados na complexidade, incorporando o componente da imprevisibilidade e da incerteza, pois, as estruturas flexíveis possuem grande probabilidade de resistirem às transformações turbulentas do tempo.

14. In Racine, Michel, Roberto Burle Marx, o elo que faltava, Nos jardins de Burle Marx, 1996, pg. 112, extraído de Salvador Dali, La vision artistique et religieuse de Gaudi, Edita, Lausanne, 1969.

15. “Alguns anos depois, a teoria quântica deixou claro, que mesmo as partículas subatômicas, os elétrons, prótons e nêutrons no núcleo – não se pareciam em nada com os objetos sólidos da física clássica. Essas unidades subatômicas da matéria são entidades muito abstratas e têm um aspecto dual. Dependendo do modo que as observamos, apresentam-se ora com partículas, ora com ondas; e essa natureza dual também é apresentada pela luz, que pode adotar a forma de partículas, ou de ondas eletromagnéticas. As partículas de luz foram chamadas inicialmente quanta por Einstein – daí a origem do termo “teoria quântica” – e são hoje conhecidas como fótons.” (Capra, 1982)

“O conhecimento pertinente deve enfrentar a complexidade. *Complexus* significa o que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto do conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes entre si. Por isso, a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade” (Morin, 2003: 38).

Catharina Lima, a respeito das questões ambientais, complementa: “a linearidade de uma visão excessivamente racional, que se pretende objetiva e analítica – e a qual ganha fôlego com o surgimento da Revolução Industrial e da ciência moderna – tem sido posta em cheque desde a contribuição fundamental da física quântica na primeira metade do século XX, e mais recentemente com o paradigma ambiental postulado de forma abrangente e sistêmica, dentro de perspectivas que incluem a dimensão humana das questões antes vistas apenas como “ecológicas”. Assim, a questão ambiental problematizadora de forma transversal, perpassando de forma indistinta as várias esferas do conhecimento, revolucionou a visão de mundo, chacoalhando redutos científicos, demandando correlações inéditas e novas relações epistemológicas, para os que não quisessem incorrer em um anacronismo; como argumento Leff, “o ambiente não é a ecologia, mas a complexidade do mundo; é um saber sobre as formas de apropriação do mundo e da natureza através das relações de poder que se inscreveram nas formas dominantes de conhecimento. A partir daí, abre-se o caminho que seguimos para delinear, compreender, internalizar e finalmente dar seu lugar – seu nome próprio – à complexidade ambiental”

“Essa percepção sobre a complexidade ambiental, o entendimento de que processos locais se relacionam com a totalidade pede uma nova visão dos corpos do conhecimento, transversal, interconectado” (Lima, Catharina, 2006: 77)

Essa dimensão do espaço físico palpável e as relações sociais, que dele participa e interage, traz à tona as diferentes concepções de paisagem. Milton Santos estabelece a distinção, entre espaço e paisagem, colocando a materialidade e sua ausência como componentes a serem considerados:

“A paisagem é o conjunto das coisas que se dão diretamente aos nossos sentidos; a configuração territorial é o conjunto total, integral de todas as coisas que formam a natureza em seu aspecto superficial e visível; e o espaço é o resultado de um matrimônio ou um encontro, sagrado enquanto dura, entre a configuração territorial, a paisagem, e a sociedade. O espaço é a totalidade verdadeira, porque dinâmica, resultado da geografização da sociedade sobre a configuração territorial. Podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, nos oferecem, no transcurso histórico,

espaços diferentes". (Santos, M., 1988)

Já, Magnoli define paisagem através de outras considerações:

"Entendo o meio ambiente humano, como o resultado das interações das sociedades humanas com o suporte, a base física e biológica que as envolve, contribuindo este suporte, esta base, de diferentes maneiras para sua subsistência biológica e espiritual. Esse suporte, base física e biológica, já tem uma história de interações: desde o aparecimento do homem é objeto da ação do homem, alterando essa base. Daí, poderá sintetizar-se a concepção de ambiente como a interação da sociedade com o suporte físico, quer tenha aparência comumente denominada "natural", quer construída. A interação se dá no espaço geográfico pelas adaptações e novas transformações das sucessivas formas encontradas, elaboradas e reelaboradas. A essas conFORMAções, conFIGURAções, carregadas de interação social com o suporte, temos denominado PAISAGENS." (Magnoli, 2006: 241)

O conceito de paisagem a que Magnoli se refere se aproxima da definição de espaço para Santos, onde ela incorpora na sua definição, o componente social impresso nas dobraduras do suporte biofísico. Porém, independentemente das definições que adotarmos, o que importa aqui é a relevância atribuída ao aspecto social, como elemento fundamental para nossa abordagem no campo conceitual ou profissional. Essa opção, ou seja, a incorporação ou não dos processos sociais, em suas instâncias históricas, políticas, culturais, conduzirá a caminhos diametralmente opostos na condução dos trabalhos, quer de pesquisa ou de ação sobre o espaço/paisagem, qualquer que seja a definição que preferirmos.

Podemos detectar duas vertentes que se contrapõem na condução, tanto no ensino quanto na produção arquitetônica e urbanística nos aspectos atinentes à relação entre sistema de objetos em referência aos termos de Milton Santos, e a ação social; numa das tendências, e possivelmente é a predominante no Brasil, prevalece a crença na força do espaço físico como elemento fundamental, ou seja, do projeto como produto.

A segunda vertente prioriza o social como vetor primeiro da criação do espaço físico, ou seja, considera o projeto como processo.

Mesmo considerando-se que não há uma muralha intransponível entre as duas tendências, havendo uma permeabilidade dialética entre as duas, a discussão da influência que o Movimento Moderno exerceu no pensamento das formas de se conceber os projetos espaciais da cidade, no último século, foi e continua sendo determinante.

CAPÍTULO 2

**O PROJETO COMO PRODUTO  
E AS DISSIDÊNCIAS**



*“O discurso progressista e racionalista, na arquitetura e no urbanismo contemporâneos, parece desempenhar a curiosa tarefa de máquina-do-tempo ao contrário. Não nos desloca para o futuro. Traz-nos o futuro, ou aquilo que se supõe ser o futuro. O presente é cheio de impurezas. Com suas manipulações, adaptações e ambigüidades, é sempre aquilo que não presta mais”.*  
Carlos Nelson F. dos Santos

Uma vez que o tema deste trabalho, se refere a questões da participação dos cidadãos na elaboração projetual, e de gestão dos espaços livres públicos, fica implícito que a visão do objeto a ser projetado, diz respeito mais ao espaço, na definição do Milton Santos, do que à idéia de paisagem no sentido daquilo que nossa vista alcança, e possível de ser captada por uma máquina fotográfica.

Na medida em que o sistema de ações, dispõe-se indissolúvelmente ligado e fundido ao sistema de objetos, a visão que um determinado arquiteto possui, a respeito de paisagem, pode determinar, não somente o método de abordagem projetual, como também, todo seu desenho e elaborações formais, técnicas e estéticas.

Dentro dessa perspectiva, onde os atores sociais ocupam um papel relevante, o estudo da cotidianidade, coloca-se como fundamental para o restabelecimento de um elo perdido nas considerações do modernismo, mais precisamente corbusiano, no sentido da inclusão do conjunto da sociedade no processo de elaboração do projeto e gestão do espaço a ser vivenciado. Na gênese do Movimento Moderno, no início do século dezenove, a urgência da reconstrução das cidades, destruídas pela guerra, justificava e tornava difícil esse processo, uma vez que a necessidade de possuir um teto para se abrigar, sobrepunha a uma preocupação de caráter participativo, cuja elaboração exige um ritmo mais lento, de difícil articulação naquele momento.

## **Paisagem e Participação**

Revela-se importante, a tentativa de identificar as origens da relação entre o Movimento Moderno anterior a 1953, mais particularmente na Arquitetura e no Urbanismo, com as ações que contemplam a participação dos cidadãos na elaboração das etapas do projeto de áreas livres públicas, demonstrando os diferentes enfoques entre essas visões. A necessidade dessa relação comparativa sugere uma fundamentação em alguns pressupostos:

- O de que o Movimento Moderno teve, e continua tendo, forte influência no último século, como paradigma na formação dos arquitetos, pelo menos no Brasil.
- A constatação de que existe uma lacuna, no processo de concepção e prática modernista, no que tange à inclusão dos habitantes como agentes decisivos para a ela-

boração projetual, e para as definições da implantação dos projetos e de suas respectivas gestões.

“A análise dos fatos que dizem respeito à sociedade e à história não pode ter caráter preditivo. É da sua essência a comprovação *ex-post facto*. Não existem leis como as das ciências ditas físicas ou de natureza nas ciências sociais. A razão é simples: os enunciadores não dispõem dos famosos laboratórios para controlar as condições que podem influir no comportamento das variáveis que escolheram para observar. Seus “objetos” costumam contraditá-los com irreverência, pois são, de fato, sujeitos e têm o mau hábito de interagir entre si e com os que se propõem a estudá-los”. (Santos, C.N. F. dos, 1984: 25-26)

A utopia ocupa um papel determinante, como elemento no pensamento modernista, na sua primeira fase, na medida em que, relega ao segundo plano uma forma de contextualização, a experiência do presente e a prática cotidiana, como fatores constitutivos do projeto, da implantação e da gestão do espaço.

Em contraponto a esse pensamento, surgem novos paradigmas, a partir, principalmente do Team 10<sup>16</sup>, grupo de arquitetos europeus, que procura romper com a estrutura dos preceitos dominantes do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), de 1933.

A busca de uma compreensão mais clara, a respeito das relações entre processo e o espaço final construído, leva à necessidade de uma reflexão sobre o Movimento Moderno na arquitetura e no urbanismo, uma vez que estas atividades estão intimamente ligadas ao nosso objeto de estudo, que são os espaços livres públicos. A compreensão das bases e origens conceituais do Modernismo, pode também colaborar, para uma reflexão sobre a relação pedagógica entre profissionais e o público-destinatário, e para o debate da produção do espaço urbano e seus aspectos paisagísticos e ambientais.

A herança do Movimento Moderno, do período aproximado do entre guerras, ou seja, de sua primeira fase, muito contribuiu, chegando até os dias atuais, no sentido de reforçar o papel do arquiteto-criador-individual, como o profissional que elabora seus projetos, dentro de uma perspectiva transformadora, a partir, basicamente de princípios e conceitos teóricos, que, se não minimizam, ao menos não enfatizam a experiência da construção coletiva do mundo real, do tempo presente. O Modernismo, segundo essa abordagem, superestima, o papel da arquitetura e do planejamento urbano, como indutor de uma transformação da sociedade. Essa herança, justifica e vem ao encontro de terminologias de conteúdos autoritários, usuais entre os arquitetos, como, “intervenção urbana”, designando ações cirúrgicas na cidade, usualmente, sem levar em conta sua

16. Team 10 - Grupo de Arquitetos, formado por Aldo Van Eyck, Alison e Peter Smithson, Giancarlo di Carlo, e Ralph Erskine, entre outros. O décimo Congresso do CIAM (daí a denominação Team 10), representou um divisor de água em relação aos princípios, até então hegemônicos, definidos por Le Corbusier, a partir do CIAM de 1933 e da publicação da Carta de Atenas em 1943.

contextualização. Outro termo, "revitalização", também é muito utilizado, com o sentido de renovação de uma determinada área urbana, sem significar necessariamente que, esta área esteja morta, mas que, mesmo considerando-se seu grau de deterioração física, refere-se, muitas vezes, de forma preconceituosa, ao fato de ser freqüentada por populações de baixa renda. Nesse processo de "gentrificação"<sup>17</sup> do espaço, "revitalizar" significaria, portanto, atrair camadas sociais mais abastadas, o que seria, de fato, uma convivência saudável, não fosse o custo da assepsia social, com a restauração urbana e a conseqüente expulsão da população pobre. Exemplo disso é o centro da cidade de São Paulo, cuja pulsação e vitalidade é inquestionável, mas que continuamente é objeto de debate, cujo propósito é sua "revitalização", por parte do poder público, apoiado pela iniciativa privada. Corbusier era explícito, na Carta de Atenas, quanto à questão dos amplos poderes atribuídos ao arquiteto, a ponto de afirmar que:

"No dia em que a sociedade contemporânea, atualmente tão enferma, tornar-se verdadeiramente consciente, de que apenas a arquitetura e o urbanismo (grifo nosso) podem receitar o remédio exato para seus males, terá então chegado o tempo de por a grande máquina em funcionamento". (Le Corbusier, 1993)

Essa concepção forneceu embasamento teórico para subsidiar e justificar o processo projetual da concepção de Brasília, a maior e mais completa tradução de projeto urbanístico do Movimento Moderno. Apesar da extrema complexidade que um empreendimento dessa natureza representa, o projeto foi concebido por apenas um restrito número de profissionais, de reconhecida competência, porém, sem uma discussão mais ampla com a sociedade, ou mesmo, sequer, com um conjunto mais amplo de especialistas de diferentes áreas do conhecimento.

Não podemos negar, entretanto, a contribuição que o Movimento Moderno trouxe, particularmente, no campo da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo, alterando radicalmente a visão da relação entre o espaço e a sociedade<sup>18</sup>. A preocupação social,

17. "O termo "gentrification" foi utilizado pela primeira vez por Ruth Glass nos anos sessenta (Glass, R., 1963) para descrever o processo mediante o qual as famílias de classe média haviam povoado os antigos bairros desvalorizados do centro de Londres, ao invés de se instalarem nos subúrbios residenciais, segundo o modelo até então dominante para essas classes sociais. Por esta noção, a autora compreendia, ao mesmo tempo, a transformação da composição social dos residentes de certos bairros centrais, por meio da substituição de camadas populares, por camadas médias assalariadas; e um processo de natureza diferente: o de investimento, reabilitação e apropriação, por estas camadas sociais, de um estoque de moradias e de bairros operários ou populares" (Zachariasen, 2006: 22).

18. "Creio que seria errôneo e injusto descrever essas soluções "modernistas" para os dilemas do desenvolvimento e redesenvolvimento urbano do pós-guerra, como puros fracassos. Cidades arrasadas pela guerra foram reconstruídas rapidamente, e populações foram abrigadas em condições muito melhores do que as do período entre-guerras. Dadas as tecnologias disponíveis na época, e a evidente escassez de recursos, é difícil ver como tudo isso poderia ter sido conseguido, exceto por uma variante do que foi de fato feito. E, apesar de algumas soluções terem se revelado mais bem-sucedidas (no sentido de gerar ampla satisfação pública, como aconteceu com a Unité d'Habitation de Le Corbusier em Marselha) do que outras (e chamo a atenção para a



associada a uma perspectiva de mudança; a renúncia aos modelos clássicos, em favor de uma linguagem contemporânea; a tentativa de aproximação das artes com o cotidiano; a eliminação dos adornos; a aspiração a uma linguagem internacional; a utilização da industrialização como processo construtivo; a priorização dos espaços sociais em relação aos privados; a liberação dos espaços através da utilização de pilotis, a planta livre, a não ocultação dos elementos construtivos, princípios estes, associados a uma proposta, declaradamente anticapitalista, abalaram os cânones estabelecidos na época. Não é nossa intenção, discorrer aqui, sobre esses novos paradigmas, já exaustivamente debatidos no que se refere aos seus acertos e equívocos. Por outro lado, interessa-nos abordar um ponto, de fundamental importância, que é a lacuna deixada pelo modernismo pré - Team 10, quanto à questão processual, ao ato de projetar e conceber os espaços urbanos, arquitetônicos e as áreas livres. E também porque, salvo raras exceções, esse hiato persiste até hoje, como linha metodológica predominante e deliberada, na prática profissional, e no ensino das Escolas de Arquitetura do Brasil, embora seja possível detectar uma lenta e gradual mudança nesse sentido.

Podemos apontar pelo menos duas razões, no bojo conceitual dessa ausência:

A primeira baseia-se, na noção de tempo-espaço, onde a introdução do novo ocorreria por uma ruptura radical com os padrões estéticos e construtivos, inovações estas, que passariam a ser compreendidas e assimiladas gradativamente, com o decorrer do tempo, onde, o usufruto pleno do projeto presente, seria lançado para uma instância futura. O Movimento Moderno, em sua concepção mais ampla, pretendia romper com aquilo que a sociedade conservadora compreendia como o real e o natural, procurando o estranhamento, causado pelas formas e atitudes não convencionais. Esse tratamento de choque, se por um lado, pode provocar sensação de distanciamento e perplexidade,

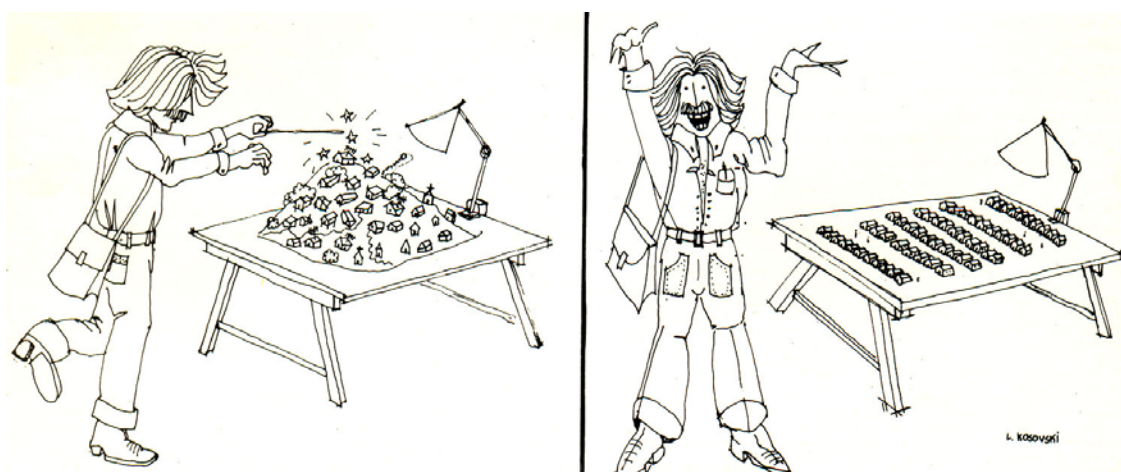


Fig. 03 - Lidia Kosowski. Fonte: Revista Chão, 1978.

inclinação pós-moderna de citar, sempre e apenas, as ruínas), o esforço geral teve razoável êxito na reconstituição do tecido urbano, de modo a preservar o pleno emprego, a melhorar os equipamentos sociais materiais, contribuindo para metas de bem-estar social e, de modo geral, facilitando a preservação de uma ordem social capitalista bastante ameaçada em 1945. ( Harvey, 1992)

importantes e inevitáveis, no processo de apreensão do novo, e do questionamento das normas estabelecidas, por outro, mesmo sem fazê-lo explicitamente, pode conduzir a uma redução do campo dos processos participativos dos cidadãos, não incentivando, nem tampouco, abrindo caminho para a participação dos não favorecidos, ao mesmo tempo que é “desistoricizante” e descontextualizado de acordo com Holston (1993).

No campo da literatura, das artes plásticas e da música, por exemplo, esse componente de internalização de suas novas formas e conteúdos, pelo conjunto da sociedade, permite, numa dimensão cronológica, uma absorção e metabolização mais lentas, mais “natural”, o mesmo não ocorrendo com o espaço construído, uma vez que é apropriado e vivido na sua condição imediata, urgente e cotidiana, não sendo permitido prescindir de sua materialidade e presença. Os cidadãos urbanos necessitam, obrigatoriamente, viver nos espaços da cidade, morar, circular, alimentar-se todos os dias, vestir-se, banhar-se, abrigar-se, e cumprir as mínimas funções vitais para sua sobrevivência.

“A arquitetura pode talvez ajudar a resolver problemas sociais, mas só sob a condição de que as intenções libertadoras do arquiteto coincidam com a prática (e o desejo ...) real das pessoas em exercitar sua liberdade.

A separação entre o exercício das relações sociais, a liberdade individual e o contexto espacial que pode suportá-las, é um artifício arbitrário. Nenhum desses elementos é perceptível sem referência aos outros dois. A construção da máquina da liberdade é o motor que impulsiona a busca de utopia. Mas quando se faz a tentativa extrema de materializar o “melhor lugar / nenhum lugar” (eu/topos, ut/topos), o resultado é frustrante. Congela-se apenas um conceito peculiar de ordem e de felicidade, que, por definição, terá que corresponder às aspirações e identificações do poder e, eventualmente hegemônico. É claro que a liberdade tem relações com o espaço mas, antes de tudo, seu exercício exige convergência de intenções e não apenas boas intenções.” (Santos, C.N., 1988)

Nesse arremesso rumo ao futuro, admitia-se, que as formas modernistas seriam incompreendidas num primeiro momento, para mais tarde serem absorvidas, num contexto de uma sociedade igualitária e já transformada. Pois é justamente nessa trajetória, no intervalo entre a plataforma de lançamento do projeto, da obra implantada, e sua presumida chegada à dimensão da utopia, que reside uma questão de crucial importância, que é a urdidura do processo, onde a vida cotidiana se mistura e se confunde com o devir, podendo reforçar ou subverter a intenção do arquiteto. E vai ser neste palco, do conflito e complexidade, que o embate tenso entre o homem real e o homem ideal vai ocorrer, surgindo, a partir daí, uma terceira dimensão do espaço construído ou a se construir.

“Diferentemente da modernidade, que efetuava sua reflexão a partir dos princípios filosóficos que a explicavam, e não a partir do confronto com a realidade ou com a

materialidade do cotidiano, o momento atual utiliza esse confronto, ou melhor, toma esse confronto, como ponto de partida para elaborar sua reflexão" (Leite, 1997).

O espaço da experimentação vivida do cotidiano e sua inerente instabilidade, a dialética do gosto comum e dos adornos, versus o traço mais "limpo" dos arquitetos, são reduzidos, ou mesmo eliminados. Assim, é operada a assepsia do terreno e excluídas do seu horizonte, as interferências, que poderiam questionar e desviar a trajetória do novo projeto implantado e, procurando desta forma, muitas vezes, sem êxito, transferir e adiar os conflitos para um futuro sonhado e almejado.

Catharina Lima comenta:

"[...] discutir se o desenho da *natureza na cidade* deve ser embasado em princípios científicos ou artísticos, ou ainda a amálgama dos dois, pode se tornar um empreendimento hermético e autoritário, se não encontrar ressonância na sociedade à qual supostamente deve atender. O ônus da não inserção dos cidadãos no processo de projetar (independentemente dos métodos e técnicas que possam vir a ser utilizados para a aferição dos seus desejos, percepções, necessidades) pode representar a consolidação de ambientes "ecologicamente corretos", artisticamente bem elaborados, mas que se esvaziam no hermetismo da proposta e não facilitam sua apreensão pela sociedade." (Lima, Catharina, 1996: 189)

É provável que, no caldeirão onde se mistura a inacabada experiência prático-sensível do cotidiano dos cidadãos e o projeto imaginado do devir, que a utopia nos evoca, possa surgir um projeto em movimento, mais real e reconhecível pelos praticantes da cidade, mesmo que, muitas vezes suscite certo estranhamento não familiar, componente quase recorrente num espaço inovador, e possível de se aproximar mais da idéia de cidade como obra, do que de produto, na linguagem de Henri Lefebvre.

"A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro)." (Lefebvre, H., 1991)

## **Surgem novos paradigmas**

"Entretanto, não devemos mais incorrer em modelos. Sabe-se que todos os modelos de cidade fracassaram, e da mesma forma, todas as descrições estatísticas da felicidade na terra serão destroçadas na voracidade da dinâmica da cidade-mercado-

ria. Não cabe mais, assim, antecipar no projeto um futuro que não virá (pelo andar da carruagem...)." (Manifesto Jardim América, Rev. Contravento, 2002).

A segunda razão implícita, porém, nem sempre verbalizada, da lacuna da qual nos referimos, é a crença de que o processo compartilhado de realização do projeto resulta num empobrecimento das possibilidades criativas do arquiteto, e de seu respectivo produto, onde o desenho seria, de certa forma, desvirtuado, pela mão vernacular e leiga dos cidadãos. Essa via, impedida da contribuição externa, na definição das diretrizes projetuais, traz implícita a idéia de planejamento da cidade, como um artefato exclusivo de especialistas.

Essa visão, que delega e transfere todo poder à figura do arquiteto, já era questionada por uma corrente, entre outras, que propunha uma nova forma de pensar a relação do espaço. "Erskine foi um dos arquitetos pioneiros nas propostas de projeto com participação das comunidades usuárias, realizando em 1948 sua primeira experiência de projeto participativo, o conjunto de Habitações de Gyttop, na Suécia." (Barone, 1998). No Brasil, vários arquitetos também realizaram e ou realizam diferentes experiências no mesmo caminho: Mayumi Watanabe de Souza Lima, Sérgio Ferro, Carlos Nelson F. dos Santos, Lina Bo Bardi, Ermínia Maricato, Luiz Renato Pequeno, Nabil Bonduki, Reginaldo Ronconi, Rodrigo Lefevre, Guilherme Coelho, entre outros.

No campo do paisagismo, atualmente, estão sendo desenvolvidas experiências pelos arquitetos Caio Boucinhas, Catharina Lima e Jonathas Magalhães e pelo Departamento de Paisagismo da FAU-USP, aos quais nos reportaremos mais adiante. No campo da arquitetura e sua interface com o paisagismo, podemos citar os norte-americanos Lawrence Halprin e Henry Sanoff, na Europa o inglês Robin Moore e Lucien Kroll, na Bélgica. O que todos têm em comum, em seus respectivos contextos e métodos diferentes, é a incorporação do vivenciador do espaço no processo de definição do programa, e/ou projeto e/ou implantação da obra.



Fig. 04 - Conjunto residencial de Byker, projeto de Ralph Erskine de 1968. Fonte: Egelius, Architectural Design, nov/dez 1977

"O processo participativo, assim, assumiu para De Carlo, a dimensão política da redistribuição do poder. As pessoas são alienadas tanto quanto os arquitetos. O processo

da participação deve coincidir em primeira instância com o da desalienação", no sentido de fazer valer efetivamente, como dado de projeto, a experiência popular, e não apenas o conhecimento do arquiteto. (Barone, 2002)



Fig. 05 - Favela Brás de Pina, Rio de Janeiro, RJ.  
Foto: acervo do JA: Jornal dos Arquitetos n2, 1979

Fato ilustrativo, pioneiro, ocorreu em 1966, quando um grupo de moradores da Favela Brás de Pina, situada numa zona valorizada do Rio de Janeiro, resolveu se opor à proposta de erradicação e remoção, promovida pela Prefeitura e pelos interesses das corporações imobiliárias locais. Os moradores se associaram a um grupo de arquitetos, coordenados por Carlos Nelson F. dos Santos, formando a CODESCO, Companhia de Desenvolvimento de Comunidade, que desenvolveram em conjunto, os projetos das casas em alvenaria.

A certa altura do processo, os arquitetos transferiram seu escritório para Brás de Pina e após quatro anos, muitos melhoramentos foram conseguidos, numa demonstração prática de que é possível se chegar a soluções melhores e menos custosas, que as erradicações pretendidas.

Foi, portanto, principalmente no campo da arquitetura e do urbanismo, que os grandes debates sobre os processos participativos ocorreram de forma mais profunda e acirrada e, por considerarmos que essas indagações são da mesma natureza da discussão dos espaços livres públicos, é que as deslocamos para o âmbito desta nossa pesquisa. No Brasil, a permanência e a integridade dos espaços construídos, vinculam-se, muitas vezes, às parcerias com a iniciativa privada, ou institucional, que assumem a responsabilidade pelo zelo da área pública, uma vez que o poder governamental, por ausência de vontade política ou por carência de recursos, nem sempre cuida devidamente das áreas

livres: parques, praças, jardins e arborização de ruas. Mas, o componente mais importante, talvez, não resida propriamente na manutenção, mas na adoção e apropriação física e subjetiva do espaço urbano pelos cidadãos.

A questão da permanência e integridade dos espaços livres públicos torna-se ainda mais sensível, quando nos referimos ao projeto paisagístico, uma vez que a vegetação é um dos seus componentes importantes, mais vulnerável à depredação e à remoção, e facilmente passível de sofrer alterações, no decorrer do tempo, tanto devido à ação do poder público, como a dos cidadãos. Como o Brasil não possui uma tradição de consolidação dos contratos sociais conquistados pela sociedade civil organizada, a transformação em normas e leis dos processos pontuais de avanços dos direitos, torna-se ainda mais imprescindível, para a maior garantia da continuidade das ações e dos projetos.

Paulo Gonçalves comenta, sobre a conquista que os movimentos populares obtiveram, no sentido de abrir espaços, que antes lhes eram institucionalmente negados:

“A grande herança legada pelos movimentos populares foi a dessacralização do acesso do cidadão comum aos órgãos públicos, como forma de conseguir ser ouvidos em suas necessidades.

Atualmente, dispomos de um conjunto de instrumentos legais, que prevêm a participação da população na gestão da cidade. Esta gestão participativa pode significar mais transparência na administração pública, por meio de um maior controle, profilático no sentido de inibir o mau uso dos recursos públicos e objetivar uma distribuição mais justa do investimentos do município, para as áreas que apresentem demandas emergenciais”. (Gonçalves, 2005)

Nesse sentido, o Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, aprovado em Julho de 2001, após uma década de pressões, constitui um importante instrumento legal, a favor de um novo e complexo sistema de atuação sobre as questões urbanas, marcadas, sobretudo, pelo princípio da gestão democrática<sup>19</sup>.

19. “O Estatuto abarca um conjunto de princípios – no qual está expressa uma concepção de cidade e de planejamento e de gestão urbana – e uma série de instrumentos que, como a própria denominação define, são meios para atingir as finalidades desejadas. Entretanto, delega – como não podia deixar de ser – para cada um dos municípios, a partir de um processo público e democrático, a explicitação clara destas finalidades. Neste sentido, o Estatuto funciona como uma espécie de “caixa de ferramentas” para uma política urbana local. É a definição da “cidade que queremos”, nos Planos Diretores de cada um dos municípios, que determinará a mobilização (ou não) dos instrumentos e sua forma de aplicação. É, portanto, no processo político e no engajamento amplo (ou não) da sociedade civil, que repousará a natureza e a direção de intervenção e usos dos instrumentos propostos no Estatuto”. (Estatuto da Cidade, 2001)

## Jornada e destino

De um modo geral, a experiência de projetos de áreas livres públicas tem demonstrado que suas implantações, puras e simples, mostram-se cada vez mais, insuficientes para contemplar a complexidade das demandas que o programa exige e para garantir a integridade física, ao longo do tempo.

Esta constatação tem sido verificada no decorrer de trabalhos, onde as propostas paisagísticas apresentavam-se indissolivelmente ligadas ao sentido de gestão. Questões como, o cercamento ou não de um determinado parque, a locação dos equipamentos e seus respectivos usos, a escolha das espécies vegetais, a perspectiva de despoluição dos córregos, a curto ou a longo prazo, mostram-se muito vinculadas ao *modus vivendi*, ao grau, à forma de organização, e ao nível de envolvimento dos moradores e dos futuros freqüentadores do parque.

O desenho, nesse contexto, representa uma etapa importante, e adquire significado e materialidade mais abrangentes, como sintetizador e intérprete de aspirações presentes e futuras. O binômio: implantação de espaços físicos / gestão, pode contribuir para demonstrar que, o processo dialético, compartilhado durante a concepção do projeto, mesmo que parcial, pode ser capaz, ao contrário do imaginado, de enriquecer o resultado, tanto formal, como conceitual, e trazer subsídios para a construção de um espaço compartilhado.

Não se trata, portanto, da eliminação da utopia ou da anulação das contribuições técnicas e estéticas que o arquiteto possa fornecer, mas da colocação dos espaços projetados num contexto semelhante, no campo das idéias, ao que Morin (1986:198) denomina de “verdades biodegradáveis”, passíveis de constantes renovações e reduzindo a margem de riscos de futuras calcificações.

Mas como compatibilizar, um desenho repleto de adornos e o processo efervescente, não linear, dos desejos e ações dos cidadãos em geral, com os traços e conceitos “mais limpos” e “puros”, elaborados pelos paisagistas? Como conceber um produto, que não seja uma simples organização do já estabelecido e consagrado, e que, ao mesmo tempo, não se coloque como um ato impositivo do desenho do arquiteto? Creio que esta tensão, cenário de nosso grande desafio, implica numa completa reformulação da metodologia de ensino, relativa ao ato de projetar, passando a exigir uma nova postura e novos subsídios, para incorporar dados e ações da realidade, a partir dos quais, o resultado pode transformar-se, até, num produto não esperado e previsível.

Lina Bo Bardi comenta a respeito das absorções dos gostos pela sociedade em dimensões de períodos temporais diferentes:

“Nos tempos antigos o juízo procedia lentamente, e como os estilos duravam sé-

culos, o público estava acostumado à evolução vagarosa, não obstante as mais rápidas revoluções políticas, mesmo porque a introdução e a atuação de um período estilístico, se realizando no encontro com o estilo preexistente, não dava lugar a fraturas imediatas que pudessem despertar repulsa, ou seja, um juízo apenas negativo" (Bardi, 2002:29). E. Holston comenta a respeito dessa relação dialética entre o presente e o futuro:

"Para mim, as provocações recíprocas entre antropologia e modernidade, sugerem que não precisamos tentar resolver os paradoxos do planejamento e do desenvolvimento, ou divisar esquemas que supostamente não os tenham. Na verdade, podemos aceitá-los com as tensões que criam, como elementos constitutivos de uma perspectiva crítica do mundo moderno. Tampouco precisamos, todavia, defender o que poderia ser chamado escape fácil do pós-modernismo, que abandona a tentativa de articular visões sócio-culturais alternativas. Como críticos sociais, precisamos, em vez disso, reter o gênero de compromisso com o planejamento, com futuros alternativos, que conhece e mesmo enfatiza o necessário dilema de estar preso entre as contradições utópicas de imaginar um futuro melhor, e a produção inaceitável do status quo. Isto não é uma defesa de um tipo modernista de dominação racional do futuro.

Na verdade, é a sugestão mais modesta de que arquitetos e planejadores aprendam a trabalhar com a análise social, e assimilar os efeitos sociais de seus projetos, no processo de planejamento, sem impor uma teleologia desencarnada da história, nem abandonar o objetivo de novas possibilidades sociais e estéticas. É assim, conceber o planejamento como uma dialética de provocações entre futuros alternativos e condições existentes, que precisa agarrar-se com firmeza a suas tensões intrínsecas". (Holston, 1993)

Rodrigo Lefèvre (1981:19) afirma:

"A busca é de participação na dinâmica do desenvolvimento da sociedade, lembrando que utopias que correspondam à vontade da maior parte da sociedade, dentro de certas condições de organização política, poderão ser simplesmente predição de um futuro próximo, ao 'alcance das mãos', poderão ser um sonho pleno e uma vontade coletiva possível de cumprir".



CAPÍTULO 3  
**O PROJETO COMO PROCESSO**



*"Não acredito em representação.  
Acredito em apresentação"  
José Celso Martinez Corrêa<sup>20</sup>*

## **O espaço público: permitido conversar com estranhos**

A idéia de espaço público, contida no conceito de espaço livre público, está indissoluvelmente ligada à noção do significado das cidades, em contraposição ao mundo rural. A cidade pode ser entendida como a maior metáfora criada pelos humanos ao longo da história, no sentido da materialização de suas expressões no âmbito de sua especificidade como "o animal que vive num mundo à parte, num mundo só seu... num mundo que não é o físico-natural. Na cidade, de maneira evidente, o homem não está colocado diante de qualquer natureza: ela constitui, de maneira clara e inapelável, um mundo humano. Mundo de objetos (coisas), mundo de necessidades, desejos, impulsos e meios tanto de acicatá-los quanto de satisfazê-los, esse mundo é uma invenção humana." (Vainer, 1997:11-12)

A cidade, como registro gravado na fisionomia da terra e das vivências humanas, corporifica a sua história, não só uma história congelada que reporta ao passado, mas como representação sincera de seus conflitos, de suas inquietações, de suas realizações no mundo físico e no mundo dos sonhos. A cidade, melhor do que qualquer outro espaço, confirma, de forma incontestável, a existência humana numa nova dimensão da realidade, a dimensão do simbólico, tecida através de uma sofisticada mediação com a natureza e com a sociedade. Assim "a cidade não é apenas o lugar do encontro entre homens, isto é, o lugar do encontro e afirmação possível da diversidade da humanidade. Criado pelo homem como mundo especificamente humano, a cidade é ainda mais: o lugar do encontro do homem consigo mesmo; ou se preferir, o lugar do encontro do homem com sua humanidade" (idem:12)

E entre os diferentes lugares da cidade, podemos dizer que o que possui a possibilidade maior de conter e sintetizar essa dimensão que nos torna humanos, é o espaço público e no caso específico de nossa pesquisa, o espaço livre público.

"[...] o termo "público" significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele" (Arendt, 2004:62)

No último século assistimos tanto à ampliação da participação política de amplas camadas da população, particularmente as mais pobres, antes relegadas ao limbo da história, como a um descolamento da atuação do Estado em relação aos interesses de

20. Corrêa, José Celso Martinez. Ator e diretor do Teatro Oficina Uzyna Uzona. Entrevista no programa Roda Viva, TV Cultura. 29/03/2004.

sociedade civil cada vez mais plural e complexa. As formas de representação política mais comuns das estruturas dos Estados democráticos modernos estão institucionalizadas, geralmente de forma burocrática, no sistema representativo de caráter partidário. Paralelamente, mas com as devidas interfaces, o sistema econômico se desenvolve como uma esfera auto-referenciada, que tende a se desprender dos limites colocados pela sociedade e pelo Estado. Como via de regra, não existem instâncias intermediárias entre a sociedade civil e o poder central, normalmente centralizador e piramidal, passa a existir uma fratura nessa relação, impossibilitando um ir e vir no cotidiano, tanto das decisões tomadas como de suas necessárias retro-alimentações. Assim, nos períodos que decorrem entre eleições, ambas as instâncias caminham praticamente de formas independentes. Essa lacuna requer uma atuação cidadã continuada, no âmbito da sociedade civil e de suas organizações.

“Neste contexto, precisamente o contexto da modernidade, a solução buscada por Habermas passa necessariamente pelo equacionamento da relação entre sociedade civil, Estado e mercado. Ele descarta a possibilidade de que os problemas que afligem as sociedades humanas possam ter solução, tanto pela via liberal, ou seja, pelos mercados auto-regulados, quanto pela atuação do Estado ou das estruturas de poder institucionalizadas. A solução preconizada passa pela criação ou fortalecimento de uma instância intermediária, na qual possa ocorrer uma interação dialogada entre as esferas da sociedade civil, do mercado e do Estado. A esta instância intermediária convencionou-se chamar de ‘esfera pública’ ”. (Drumond, 2002).

Esfera pública e espaço público, apesar de frequentemente utilizadas com o mesmo sentido, são expressões diferentes. O espaço público, aqui não entendido como um *locus* físico-espacial, do campo da arquitetura e do urbanismo, por exemplo, refere-se a um sub-conjunto mais específico em relação ao campo relacional mais amplo da esfera pública, podendo assumir formas mais definidas como conselhos, fóruns, câmaras, comitês, redes, entre outras instâncias. Enquanto a esfera pública se situa numa intersecção entre a esfera privada, o Estado e o mercado, o espaço público designa uma instância mais particular, destinada a tratar de determinados temas colocados em pauta na esfera pública.

“A relação entre Estado, sociedade civil e mercado (economia) é central no debate contemporâneo sobre espaço público. Cabe, portanto colocar a questão central: como, neste contexto de antagonismo, será possível o aprimoramento dos processos democráticos de tomada de decisão sobre temas de interesse público? Na argumentação aqui desenvolvida, a dinamização e o fortalecimento dos espaços públicos se apresentam como um aspecto fundamental” (idem).

A globalização político-econômica ocorrida nas últimas décadas alcançou ritmos alucinantes, cuja velocidade dos processos de ramificação mundial, no âmbito das

estruturas de poder, passam a exigir por parte das amplas camadas desfavorecidas da sociedade, novas contrapartidas conceituais e organizacionais a fim de fazer frente a essa nova realidade.

A história está fortemente marcada por inúmeros exemplos de manipulação do espaço público<sup>21</sup> por parte do poder constituído, e uma das soluções para esse problema, seria a criação de um processo de autogestão do espaço público, rigorosamente autônomo, estabelecido através de processos dialógicos, participativos de debate permanente e livre de coerção, visando exclusivamente o interesse público. É esse foco na dimensão pública que tem condições de criar um fortalecimento e aprimoramento dos processos democráticos, partilhados horizontalmente por todos. Neste caso o espaço público cria também condições de articular e não excluir as diferentes instâncias (Estado, esfera privada e mercado), na direção do bem público. Articulação esta, de um equilíbrio instável, permanente e conflituosa, porém contando sempre com a coesão das instâncias menos favorecidas e mais marginalizadas do tecido social. Esse equilíbrio instável, não diz apenas respeito a uma dominação histórica efetuada pelo poder do mercado ou do Estado sobre as camadas mais pobres, mas simetricamente, da efetivação de uma luta de não sujeição das camadas mais pobres aos mais ricos. Esta tarefa, em sentido contrário, é sempre um remar contra a corrente ou “matar um leão por dia”, uma vez que pela sua própria condição de penúria e dependência econômica, faz-se necessária uma articulação ao nível da “*cons-ciência*”, como fator de resistência e de não submissão a cooptação por parte dos detentores do poder, tanto político como econômico.

Nesse sentido a proposta de fortalecimento do espaço público significa um avanço em relação às estruturas políticas estabelecidas no último século, quer através de democracias liberais, quer do “socialismo real”. Estabelece-se desta forma, uma dinâmica onde a lacuna existente entre o poder “inatingível” das alturas impermeáveis do Estado e do mercado, tanto no tempo (cronológico) do dia-a-dia como no espaço público das instâncias rizomáticas (Guattari, 2005), pode ser quebrada ou pelo menos reduzida. E essa efervescência diária e onipresente pode oxigenar os elos obscuros que o poder, traduzido como forma de dominação, impõe.

“Se o poder fosse algo mais que essa potencialidade da convivência, se pudesse ser possuído como a força ou exercício como a coação, ao invés de depender do acordo frágil e temporário de muitas vontades e intenções, a onipotência seria uma possibilidade humana concreta. Porque o poder como a ação, é limitado; ao contrário da força, não encontra limitação física na natureza humana, na existência corpórea do homem. Sua

21. Para que não haja confusão entre os dois termos, adotaremos “espaço público” na definição habermasiana, como espaço político e social e “espaço livre público” quando nos referimos ao espaço físico-territorial, conforme já definimos na introdução deste trabalho.

única limitação é a existência de outras pessoas, limitação que não é acidental, pois o poder humano corresponde, antes de mais nada, à condição humana da pluralidade" (Arendt, 2005: 213).

## **Alguns princípios e pressupostos da formação do espaço público**

Segundo Habermas, a participação política se realiza através das interações tecidas no espaço público – espaço relacional por excelência, do encontro entre diferentes, que criam e põem em prática uma esfera comunicativa na qual a racionalidade é o tônus e o “bem comum” alcançável. Neste caso, os interesses privados podem ser temporária ou permanentemente suspensos, tornando-se presente a possibilidade de discussão, a manifestação livre dos diversos interesses em jogo e o uso público da razão, que deve resultar na produção de argumentos e alternativas socialmente aceitas.

“É possível, com base nessa concepção, distinguir alguns princípios fundamentais do espaço público. O primeiro é sua distinção em relação ao Estado e à esfera privada. A ação em seu interior não é, em tese, movida nem pelo sistema econômico, tampouco pelo controle e concentração de poderes com vistas à dominação.

O segundo princípio consiste na ampliação do domínio público, ou seja, significa que as questões relacionadas aos interesses de toda a sociedade tornam-se passíveis de discussão a partir de argumentos trazidos ao público no debate. Esta ampliação do domínio público opõe-se ao controle anteriormente mantido por poderes despóticos ou monopolísticos, ou de grandes e pesadas instituições políticas.

O terceiro princípio envolve o aspecto da inclusão. Assim, diferentemente das considerações de mérito, riqueza ou poder político presentes nas instituições liberais clássicas, a esfera pública é aberta à diferença de modo radical.

E por fim, o quarto princípio refere-se à pluralidade de atores sociais, visões e argumentos que devem ter lugar na esfera pública. Essa pluralidade, longe de consistir em obstáculo, é a própria essência ou condição primeira da esfera pública". (Drumond, 2002).

A promoção do fortalecimento do espaço público permite trazer “à luz do dia” e socializar inúmeras questões mantidas estritamente no âmbito privado ou de grupos e atores específicos, possibilitando a aferição de idéias, no sentido de compará-las, legitimá-las ou mesmo alterá-las, através de um confronto com uma pluralidade de opiniões.

Como lembra Arendt:

“Significa, em primeiro lugar, que tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem maior divulgação possível. Para nós, a aparência – aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos – constitui a realidade”.

[...] “Somente quando as coisas podem ser vistas por muitas pessoas, numa va-

riedade de aspectos, sem mudar de identidade, de sorte que os que estão a sua volta sabem que vêem o mesmo na mais completa diversidade, pode a realidade do mundo manifestar-se de maneira real e fidedigna" (Arendt, 2004: 59-67)

As considerações que faremos a seguir foram baseadas numa análise que Patrícia Tendrich (2005) e Queiroga (2001) desenvolveram por meio de texto elaborado, contendo alguns pressupostos básicos da teoria Habermasiana; pressupostos estes que consideramos muito pertinentes e coincidentes com os conceitos que desenvolvemos nesta tese.

Habermas trabalha dentro de uma concepção onde considera a possibilidade de novos mundos possíveis, e nesse sentido possui um componente da dimensão da utopia. Esses procedimentos são de caráter ético-político, urdido através de projetos e relações coletivas, obtidas fundamentalmente por um processo de interação onde se privilegia o princípio dialógico "racional" e intersubjetivo, baseados em processos participativos pluralistas que permitem aos atores sociais da sociedade civil, um consenso comunicativo pleno e uma auto-regulação sob a égide de leis legítimas.

"Habermas sustenta que a existência de uma cultura comum, na qual os cidadãos partilhem visões de mundo, representações morais e formas de identidade e que permitam agrupá-las em uma cultura comum, é fundamental para a construção de um conceito de espaço público. Mais do que uma união em torno dos direitos e garantias fundamentais do homem, como apregoa o liberalismo, ou em torno de um projeto ou eticidade comunitário nas formulações comunitaristas, os homens, para Habermas, devem compartilhar uma esfera de interação e comunicação". (Tendrich, 2005)

E completa:

"A esfera pública, para J. Habermas, é um *lócus* central onde os atores da sociedade civil interagem mediante discussões públicas, produzindo um poder comunicacional. Através de condições procedimentais, os atores sociais agem no espaço público e é nele que são formadas a opinião pública e a vontade política, as quais legitimarão a lei e a tomada de decisões político-administrativas.

O espaço público é o lugar onde ocorre uma interação comunicativa entre os cidadãos e é de caráter não-governamental. Significa dizer que são esferas autônomas, que são criadas e mantidas pelo sistema político, para fins de criação e legitimação. As esferas públicas são centros que surgem espontaneamente, advém de domínios da *práxis* quotidiana e cuja interação comunicacional é muito densa. Esta interação não se faz de modo necessariamente harmônico ou homogêneo, mas emerge de um conjunto de valores comuns e supra-individuais. No espaço público habermasiano não há considerações de classe, raça, religião, etnia ou sexo. Os indivíduos correlacionam-se, reconhecem seus direitos mutuamente e auto-organizam-se, criando uma capacidade coletiva de ação. Há uma coordenação sistêmica (influenciada pela contribuição de N. Luhmann) não

dominada pelo poder estatal, pelo poder econômico ou pela mídia." (idem:8)

Queiroga reitera:

"Habermas propõe, em sua teoria da ação comunicativa uma outra saída (como crítica à razão) para a filosofia do sujeito, a razão comunicativa, inter-subjetiva, processual, dialética do reconhecimento mútuo.

A ação comunicativa se constitui numa razão que se estabelece entre sujeitos, a partir da perspectiva do entendimento mútuo. Seu campo de estabelecimento é, por excelência, o mundo do vivido, do cotidiano. Trata-se, portanto, de uma razão fundada na cooperação estabelecida através da linguagem, num movimento dialético a partir do embate entre os argumentos expostos nos discursos. Como resultado, sua verdade é praticada a partir do agir comunicativo e não advém, por sua própria definição, de posicionamentos apriorísticos. Como verdade resultante da ação comunicativa, relativiza-se e realiza-se no mundo vivido, não pautado por dogmas (religiosos ou laicos). A razão comunicativa, em sua dimensão cotidiana, não exclui, potencialmente, nenhum ser humano, sejam os interlocutores analfabetos ou letrados. Por outro lado, um "grande intelectual" que não se dispuser ao diálogo visando a compreensão mútua não estará praticando uma ação comunicativa; o que não lhe tira o mérito, mas não coloca seu discurso no plano da razão comunicativa." (Queiroga, 2001: 272)

No dizer de Tendrich:

"Não se trata de um recurso a um idealismo não fundamentado. O fato é que a esfera pública habermasiana produz seus discursos e dela emana um poder comunicacional, que não é aprisionado pelo poder de grupos econômicos, políticos ou burocráticos. As questões relevantes para a vida na sociedade (quaisquer questões), são vocalizadas e discutidas pelos atores sociais, e deste intercâmbio discursivo deriva um poder comunicativo. Logo, não se trata do poder de agir, político, administrativo, decisório e cogente, mas sim de um poder de influir, detectar problemas e estabelecer diretrizes". (Tendrich, 2005:9)

E completa:

"Também o Poder Legislativo não pode ser prescindido. A geração espontânea de opinião desembocará, necessariamente, em decisões eleitorais e legislativas e portanto a sociedade civil habermasiana, apesar de agir em um espaço público autônomo, não prescinde das instâncias decisórias institucionalizadas em um Estado de Direito" (idem:9-10)

Mais recentemente, Habermas reelabora o conceito de sociedade civil, a que alguns chamam de "concepção pós-burguesa da sociedade civil" e os atores da sociedade civil passam a formar um conjunto de indivíduos que devem entender-se mutuamente e estabelecer um consenso diante das situações e problemas, posto que compartilham uma tradição cultural comum. Devem coordenar suas ações através de normas reconhecidas

intersubjetivamente e, portanto, devem agir como membros de uma comunidade unida por laços de solidariedade social. Como indivíduos, compartilham do chamado mundo da vida, onde possuem uma tradição cultural e crescem internalizando valores, expectativas e identidades em comum.

Cabe aos atores da sociedade civil trazer para a esfera pública, sua problemática e utilizarem-se da infra-estrutura comunicativa para explicitarem seus interesses, que evidentemente devem ser universalizáveis e passíveis de vocalização no espaço público. Habermas não condiciona a possibilidade de dialógica à estruturação em grupos específicos. Não é necessário que os atores pertençam a grupos de interesse, sindicatos, partidos ou quaisquer organizações. Basta que as questões atendam ao imperativo de generalização e sejam de relevância para toda a sociedade.

Além disto, novos problemas e "novas contribuições para as soluções de problemas" podem e devem ser expressos pelos atores da sociedade civil, de forma a impulsionar governos, Legislativo e Judiciário para agirem decisoriamente. Daí, concluímos que a sociedade civil habermasiana não se confunde com o Estado, não pretende ocupar seu lugar, nem tampouco, pretende ser invadida pelas instâncias estatais. Além disso, a sociedade civil não é tratada, por Habermas, como um ator coletivo, uno e que aja como um todo indissolúvel. Tampouco os atores da sociedade civil agem de maneira "delegativa". O sistema de normas constitucionais não constitui um todo representativo das opções e valores desta sociedade civil, na medida em que cristalize uma dada situação de equilíbrio de poder. Os parâmetros constitucionais podem ser, na visão de Habermas, modificáveis a todo momento, na exata medida em que os agentes sociais exerçam pressão suficiente sobre os órgãos institucionalizados e os impulsionem a exercerem modificações na Constituição.

A sociedade civil somente poderá ser o sustentáculo dos processos de formação de opinião e vontade política, desde que se mantenha afastada da excessiva burocratização e formalização. As fronteiras entre atores sociais devem ser permeáveis e tênues, revelando um universalismo que evidencie suas intenções. Complexidade excessiva afastaria os atores sociais organizados de suas bases. (idem:10-11)

Habermas parte da constatação de que as sociedades contemporâneas são pluralistas, diferenciadas e nelas grassam atributos como a individualidade e o separatismo. Devido às instâncias burocrático-administrativas e econômicas modernas, haveria a formação de médiums entre indivíduos, que impediriam a criação de uma comunidade política homogênea, como aquela cidade-estado grega (*polis*). Vivemos hoje, não em um espaço público compartilhado, mas sob a égide dos interesses privados e segmentados. Não há nas sociedades contemporâneas, uma participação efetiva, e sim apatia.

A partir dessas constatações, a ação responsável e racional seria, muitas das vezes,



substituída por ignorância e preconceitos, e a igualdade entre os homens seria substituída pelas instâncias de dominação. O chamado consenso básico, ou seja, a capacidade de uma sociedade compartilhar, em sua totalidade, um conjunto de crenças e metas e, portanto, criar uma "cultura política homogênea" torna-se passível de substituição por uma cultura fragmentária e heterogênea, segundo tipologia de G. Almond. (idem:13)

Segundo as formulações habermasianas, os modelos de espaço público homogêneo e politicamente igualitário, não se aplicam mais às sociedades modernas, em função dos direitos de cidadania atuais, desde a Revolução Francesa e a Norte Americana. A mesma visão se aplica à distinção, já obsoleta, entre social e político, uma vez que a publicização da economia e transformação da economia em administração, requerem uma nova abordagem e passa a haver uma expansão dos limites da atividade política, tornando-a governada pelos processos comunicativos e espontâneos da sociedade civil.

No âmbito do alargamento dessa esfera, podem-se situar os diferentes aspectos, que dizem respeito à atuação projetual do arquiteto, onde os níveis de decisão sobre a concepção, construção ou gestão da paisagem ocorrem em diferentes instâncias: no Poder Executivo, no Legislativo (no caso desta pesquisa, circunscrita, basicamente, à esfera municipal), agrupamentos organizados e os que constituem a maioria: agentes da sociedade civil não organizada.

## De volta aos arquitetos

Apesar do termo "participação" apresentar-se como um conceito extremamente amplo, para os arquitetos, à primeira vista, pode evocar duas imagens muito arquetípicas: a primeira, de que se trata de ações, envolvendo exclusivamente populações de baixa renda, e a segunda, que se refere a uma atividade, que conduz ao empobrecimento do desenho, reduzindo-o a traçados precários, orgânicos e naturalistas, menos glamourosos e contemporâneos, colocando-se como uma camisa-de-força à liberdade de expressão e de criação.

Para Frederik Wulz (1990), participação é um conceito que, erroneamente, é atribuído aos anos 60, sendo que o envolvimento dos cidadãos nos planejamentos locais já data de antes de 1870, nos Estados Unidos, e como política de planejamento, de 1960, proveniente da Europa, através do Reino Unido<sup>22</sup>. Porém, como afirma Teixeira (2002: 25),

22. A dimensão decisória da participação está presente em todos ao que trataram do tema da democracia. Rousseau já salientava a importância da tomada de decisão, com o envolvimento direto e permanente do cidadão, sendo o governo um corpo intermediário, encarregado da execução de lei e da manutenção da liberdade, em nome do povo que pode limitar, modificar e retomar o poder quando lhe aprouver. É nula toda a lei que o povo diretamente não ratificar."

"Participação comunitária é normalmente associada à idéia do envolvimento da população local no desenvolvimento social.

a idéia de participação política, tem sua origem na *polis* grega, com o sentido decisional, restringindo-se ao processo eleitoral e, mesmo assim, limitando-se aos que dispusessem de patrimônio (voto censitário).

O conceito envolve um amplo leque de possibilidades, combinações, e níveis de decisões que podem englobar, desde a simples consulta aos cidadãos, até graus de envolvimento mais profundos, abrangendo tanto a colaboração no programa e no projeto, passando pela execução da obra e podendo chegar até o envolvimento em sua gestão. A abordagem participativa nos projetos dos espaços livres públicos pode criar condições para a efetivação de uma nova postura, em relação às suas apropriações, tanto do ponto de vista instrumental, como subjetivo. E no tocante à identificação dos vivenciadores com o lugar, pode também, possibilitar um exercício de ampliação de uma perspectiva, visando à incorporação, na prática, da crença na suas capacidades de opinar, criar e gerir o espaço onde vivem.

Essa nova postura, de caráter participativo, se por um lado, já se tornou familiar, através de experiências pontuais de que temos conhecimento, deixa de ser tão óbvia, quando se considera, no campo das conquistas democráticas, que há cerca de um século, portanto, recente numa cronologia histórica, foi abolida o trabalho escravo no Brasil e há apenas três décadas, saímos de um regime de vinte anos de ditadura militar. Democracia, portanto, não é vista como condição fundamental, *sine qua non*, para uma real e profunda transformação da sociedade, e conseqüentemente para uma gestão e qualidade dos espaços públicos da cidade, colocando-se, ainda, como um acessório de caráter complementar, que pode ou não ser incluído numa agenda de necessidades fundamentais.

Em pesquisa realizada pela ONU, em 2004, em 18 países da América Latina, 56,3% responderam que, desenvolvimento econômico é mais importante que a democracia; 43,9% não acreditam que democracia resolva os problemas de seus países; 58,1% admitem que o presidente possa ir além das leis; 54,7% apoiaram um governo autoritário, desde que resolvesse os problemas econômicos; 36% concordam que o presidente deixe de lado partidos e Congresso; 25,1% não crêem que a democracia seja indispensável para o desenvolvimento. Mesmo considerando-se, que democracia no Brasil, possa ser entendida como uma forma de representação burguesa, legitimada apenas através do voto, esses

As influências mais importantes vieram dos movimentos dos países em desenvolvimento, nas décadas de 1950 e 1960, do trabalho social do ocidente e do radicalismo comunitário.. (Midgley, 1986)

Os planos de muitos países desenvolvidos, enfatizam as ações das cooperativas e as formas de organização econômicas e comunitárias, ressaltando os valores de auto-determinação e auto-suficiência. (Worsley, 1967), argumentando que os pobres e os oprimidos poderiam ser mobilizados para promover o processo econômico e social.” A teoria da corrente da participação comunitária argumentava que os políticos e burocratas exploravam o povo, excluindo-os do processo de desenvolvimento comunitário.” (Sanoff, 1990)

dados são muito significativos, demonstrando que parcela da população parte de um pressuposto que dissocia política, mesmo no estrito sentido parlamentar, dos mecanismos e instrumentos oficiais, que possam trazer uma melhoria das suas condições de vida.

Deve-se considerar, no entanto, que esse conjunto de opiniões não se deve, simplesmente, a fatores de ordem cultural, mas pode também estar relacionado a uma série de fatores que concorrem para essa percepção, e uma delas, possivelmente, diz respeito às premências sociais imediatas como: baixos salários, carência de moradia, saúde, saneamento, transporte, entre outros.

Todos esses fatores, associados a uma condição histórica de submissão a uma dominação política e social as quais estão submetidas as camadas populares, faz com que, parte delas, não acredite em sua capacidade e direito, de opinar sobre os processos projetuais, do desenho, ou da gestão urbana, atribuições estas, compreendidas como atributos reservados exclusivamente aos especialistas. É fato comum, em reuniões das quais participamos com a população da periferia de São Paulo, quando solicitados a opinar sobre determinado tema, responderem ao arquiteto: "Mas isso é o senhor que resolve, que sabe melhor que a gente, doutor, é o senhor que tem estudo".

Sanoff (1990) enfatiza que, principalmente para as camadas pobres da população, mais importante do que as próprias decisões tomadas durante o projeto participativo, é o sentimento de que foram ouvidos e respeitados, e de que suas opiniões foram efetivamente levadas em consideração, ou seja, um sentimento que expressa sua relação de pertencimento, em relação ao espaço vivido. "As experiências em projetos que envolvem processos participativos têm demonstrado que o principal motivo de ratificação do usuário, não é tanto o grau de resolução das suas necessidades, mas o sentimento de poder influir nas decisões". (Sanoff, 1990)

Uma das questões fundamentais, situada no cerne das discussões sobre as contradições e conflitos entre o desenho, gestão, estética, identidade e poder político, contém, como forte componente de fundo, o conteúdo da democracia, desde as formas como são tecidas as micro-decisões do cotidiano, até as mais amplas articulações de caráter coletivo e universal, da natureza das leis e do Estado. Através do exercício da democracia, do afloramento dos conflitos e da busca coletiva dos caminhos, podemos vislumbrar saídas, que possibilitem a socialização, a discussão dos acertos e correção dos erros. Esse enfoque exige uma nova postura do arquiteto, cuja profissão contempla uma especificidade inerente e singular, que é a necessidade final de materializar e transformar o discurso teórico, num sistema de objetos, num espaço vivenciado por outros cidadãos, através do exercício da história, da arte, da política, da ciência e da tecnologia.

"Todos os processos sociais, todas as práticas sociais são processos materiais. Reproduzir-se, trabalhar, comer, distrair-se, instruir-se aperfeiçoar-se, brincar, criar, debater,

ensinar, escutar, fazer amor e fazer a guerra são processos materiais e, por esse motivo, têm uma dimensão espacial. Não se inscrevem no 'espaço': São o espaço, tecem o espaço, pelo menos o espaço humano, aquele da geografia humana e o espaço urbano. A ecologia política tomou impulso no dia em que se tomou consciência de que (quase) não havia espaço 'natural' virgem da ação humana, não mais existia a cena imóvel, eterna, onde se desenrolaria a ação humana" (Lipietz, 1994:10 in Rodrigues, 1998)

Apesar das limitações relativas ao poder de mudança política e cultural que essas práticas possuem, diferentemente do que acreditavam os modernistas corbusianos, elas podem, por outro lado, possibilitar que aflorem determinadas tensões, podendo, a partir daí, resultar em reivindicações de natureza mais ampla, de caráter mais associativo e político. O que temos verificado em experiências conjuntas com a população, através de discussões, a respeito de projetos de parques e praças, nas regiões periféricas e centrais de São Paulo, é que a partir da discussão do conteúdo específico dos debates, pode derivar uma compreensão e ampliação das noções dos limites geográficos e sociais da cidade.

Como o uso do espaço físico público é, por lei, direito de todos, e não somente dos moradores do entorno imediato de uma determinada área, onde porventura esteja em andamento um projeto, podem ocorrer conflitos de interesses, e o desejo de excluir e manter afastados os cidadãos de outros locais da cidade, seja pela alegação de uma condição social "incompatível", seja pelo aumento de frequência, sendo expresso, muitas vezes, em frases como: "Não queremos mendigos ou pessoas estranhas de outros bairros, sentados no banco em frente da minha casa" ou ao extremo: "Não coloquem equipamentos muito atraentes, a ponto de atrair estranhos, e causar barulho e insegurança".

As discussões podem contribuir para um questionamento dessa visão de defesa da apropriação privada dos bairros, e a explicitação dos conteúdos acerca da socialização, na medida em que se compreendam as interconexões das diferentes funções do tecido urbano e da sua sociodiversidade.

"Dentro das representações coletivas indispensáveis para manter nossas grandes cidades funcionando com um mínimo de coerência, é necessário que todos os usuários, seja qual for a sua forma de identificar-se e classificar-se, compartilhem de expectativas de mudança. Dito de outra forma, todos entendem cada fração de território como submetida a sua situação transitória e ambígua. Tudo o que hoje tem um determinado valor está em processo de transformação que depende de uma série de complexas interações internas e externas, mais ou menos manipuláveis, de acordo com o grau de poder de cada agente envolvido em cada momento considerado". (Santos, Carlos N. F. dos, 1984: 5)

## A insustentável certeza do jardim

Deslocando essa discussão para a esfera do projeto de espaços abertos, os processos participativos passam a constituir uma necessidade quase vital, uma vez que se trata de uma atividade, que se desenvolve sobre um suporte biofísico, elementos vivos da natureza, como a vegetação, a avifauna, sujeito às oscilações do tempo, do clima, dos agentes polinizadores, dos microorganismos, entre outros. Esses fatores operam numa íntima ligação entre as dimensões do espaço-tempo, cuja etapa de conclusão da obra, pressupõe o início de um processo de manutenção e preservação que se estende para um tempo futuro, com prazo indeterminado. O bom resultado da integridade das áreas vegetadas vai depender, a partir daí, da existência de inúmeros fatores e cuidados diários e constantes tais como: irrigação, temperatura, grau de pluviosidade, adubação, prevenção contra choques mecânicos, entre outros. A fragilidade do jardim torna as condições de integridade do espaço livre público, mais imprevisíveis, uma vez que um suposto transeunte, pode facilmente danificar ou remover a árvore, um arbusto, ou uma flor, situação que não ocorre facilmente, com a solidez dos elementos construídos, como um banco de jardim, um piso, uma fonte, uma janela ou uma parede de concreto, por exemplo.

O espaço livre público é, portanto, dotado de características intrínsecas e específicas diferentemente do espaço arquitetônico, "fechado" e delimitado: seu uso contém certo grau de incerteza, e constitui o espaço, pelo menos de direito, de todos os cidadãos. Aberto ao céu, ao tempo cíclico e aos ritmos do cosmo, sujeito às contingências do sol, do vento, da chuva e das coreografias dos transeuntes, cria condições para o encontro com os iguais, com os diferentes e com os estranhos, características vitais e definidoras da idéia de cidades. "O espaço livre público é o espaço da vida comunitária por excelência. O espaço edificado público é só eventualmente tão público quanto o espaço livre público" (Magnoli, 2006: 182)

O espaço livre público concentra, numa micro-escala, as contradições do viver urbano e nesse sentido, por estar menos sujeito ao monitoramento e controle, como no caso de uma edificação, esse "ao Deus dará", solicita uma postura mais interativa com seus vivenciadores, já que a definição de seu desenho deve contemplar, de forma mais precisa, esse uso livre e flexível. Esses dois atributos, precisão e flexibilidade, apesar de aparentemente contraditórios, passam a desempenhar papéis fundamentais no projeto, e a precisão não se refere somente ao desenho, mas às suas possibilidades de usos e funções, e às formas como as pessoas entendem e pretendem usar o espaço. Esses pressupostos podem até ser obtidos por meio da simples observação do arquiteto, mas representa um risco e uma aposta no imponderável, exige um grau de inserção na cultura do local e na de seus vivenciadores, donde decorre a necessidade da participação dos agentes interessados, dos vivenciadores do lugar.

## Participação: algumas considerações

*Uma idéia é verdadeira  
até que alguém a imponha.  
Eugène Ionesco*

O conceito de participação abrange um amplo leque de nuances e classificações. Desde o simples ato de projetar, debruçado na prancheta ou por meio do computador, na solidão de um ateliê, até a ocorrência de envolvimento mais profundos com os cidadãos, contém, no âmbito de suas respectivas escalas, gestos e processos participativos.

No sentido mais amplo, podemos verificar que a prática da participação ocorre em toda e qualquer atividade humana, por mais específica que seja a sua dimensão ou seu alcance. As diferentes formas, acontecem, seja analisando, revisando, criticando, sustentando ou determinado os destinos das práticas humanas. Vários arquitetos se detiveram no estudo de processos participativos particularmente no que se refere aos trabalhos desenvolvidos por arquitetos com conjuntos habitacionais urbanos.

Embora muitas vezes, a tentativa de classificar e categorizar formas de participação, enrijecer e tornar simplista uma atividade tão dialética, por outro lado, podem nos fornecer subsídios úteis na prática cotidiana, no sentido de nos situar perante um leque tão amplo de possibilidades. Deste modo, tanto Frederik Wulz, assim como Bordenave (Bordenave, Juan E. Diaz, *in* Gonçalves, 2005) detectam várias etapas e situações que se inserem numa gama que pode ir desde um simples processo de consulta à população, podendo também passar por etapas de discussão do projeto, e chegando a um processo de auto-gestão, onde o papel do arquiteto pode se tornar secundário.

Nosso interesse principal quer na condição de arquiteto, quer na de cidadão, concentra-se, nos processos que abarquem um maior número possível de vivenciadores, considerando-se a importância, também desse aspecto quantitativo, tanto no que diz respeito a uma maior permanência dos espaços considerados. Nesse sentido, o termo "desenvolvimento sustentável", hoje amplamente utilizado pela comunidade acadêmica e pelos meios de comunicação, é comumente associado a uma visão que associa o ambiente, geralmente externo, a uma perspectiva da relação do mundo biofísico com atuações sociais, que possam garantir que gerações futuras não sejam prejudicadas pelas nossas ações presentes. No entanto essa idéia genérica do social, normalmente exclui o campo dos conflitos mais profundos, inerentes mais particularmente aos países periféricos dependentes, desconsiderando que a questão ambiental envolve necessariamente a questão da posse do território, condição esta, assimétrica e excludente. Assim, por exemplo, quando consideramos a ocupação às margens de córregos das APPs (Área de Preservação Permanente), por assentamentos de favela, não podemos nos restringir a uma operação

de teor aritmético (resguardando os 30 metros, previstos em legislação federal), de medição pura e simples da preservação de área permeável e recuperação de mata ciliar. Essa problemática implica, antes de tudo, na discussão das causas primeiras que levaram a população de baixa renda a morar em condições sub-humanas nas margens do córregos. Ninguém opta, por livre escolha, em morar em áreas inundáveis, poluídas e desprovidas das condições mínimas de salubridade e saneamento. Essa "escolha obrigatória" que embute uma realidade perversa, advém da assimetria injusta da posse do solo urbano. Sem essa compreensão, o conceito de sustentabilidade, por exemplo, torna-se parcial, na ilusão de que a natureza por si só, vai se encarregar de resolver esses conflitos.

"O termo 'desenvolvimento sustentável' não é um conceito, mas uma idéia que pretende encontrar soluções para problemas de esgotamento, poluição das riquezas naturais, num futuro... Idéia genérica que abstrai a realidade, oculta a complexidade, a reflexividade do modo de produção de mercadorias, cria uma espessa cortina de fumaça sobre a apropriação dos territórios, a existência das classes sociais, dificulta a análise crítica" (Rodrigues, A. M., 1998: 2)

## **Novas perspectivas**

As experiências mais conhecidas no Brasil, relativas a processos participativos, no âmbito circunscrito de nosso objeto de estudo, referem-se, em sua maioria, a atividades ligadas a projetos e construções de moradias populares, muitas das quais realizadas através de mutirões. O que se verifica, normalmente, em muitas dessas experiências, é que, uma vez concluídas as obras, cada participante retorna ao seus afazeres pessoais, deixando de lado a convivência solidária, ocorrida durante o processo de conquista. No caso dos espaços livres públicos, porém, devido ao caráter intrínseco de seu uso socializado, existe, uma possibilidade e facilidade maior de ocorrer um processo coletivo continuado e mais duradouro.

Muitas dessas experiências, particularmente na cidade de São Paulo, surgiram através de longas e profundas lutas reivindicativas dos moradores dos bairros pobres periféricos, com organizações independentes da estrutura do poder público. Talvez, um processo de participação mais profundo e mais rico, tanto do ponto de vista político, como social, deva, ao invés de colocá-las em campos antagônicos e excludentes, privilegiar essa estrutura autônoma, independente das regras governamentais, regida pela democracia direta, e ao mesmo tempo, reforçar o sistema representativo, seja através do poder legislativo ou de outras formas, no sentido de tornar cada vez mais fiéis, suas aspirações, às práticas efetivas cotidianas de seus representantes. Ambas as categorias, portanto, tanto a representativa

como a democracia direta, não se excluem, mas são complementares, podendo dessa associação, surgir um processo participativo de caráter mais amplo e sólido.

No dizer de Boucinhas:

“O poder público pode ser um facilitador nos processos participativos, criando canais e espaço, e procurando consolidar as instâncias de participação. E temos que entender que os processos participativos, têm que trabalhar com os conflitos, afinal de contas, o morador quer da cidade o valor de seu uso, e o capital imobiliário quer da cidade, o lucro”. (Boucinhas, 2004)

A transformação em leis e normatização das inúmeras conquistas moleculares e pontuais podem possibilitar uma maior garantia de socialização, controle, gestão e permanência dos espaços construídos. O papel do arquiteto deixa de ser o de único e exclusivo depositário da síntese e da verdade, do educador conteudista, para transformar-se num agente múltiplo, no facilitador e intérprete dos conhecimentos técnicos, artísticos e sociais, transformando a relação arquiteto-vivenciador numa via de mão dupla.

Nesse sentido, essa nova perspectiva se afasta daquilo, que no campo da educação, Paulo Freire denomina: “concepção bancária”, onde “a educação se torna um ato de depositar (os conteúdos), em que os educandos são os depositários e o educador o depositante” (Freire, 2006: 66)

É possível inferir que, um dos fatores que possuem condições de aferir, em última instância, a profundidade e o grau de democracia efetiva entre as diferentes categorias é o como ocorrem esses processos, tanto na trama de decisões dos agentes participantes, como de procedimentos, durante todo o andamento do trabalho. A estrutura organizacional e conceitual pode apresentar-se de forma perfeita no seu organograma e na sua lógica racional, mas conter, quer de formas sutis ou declaradas, processos manipuladores, em função dos jogos de poder e interesses individuais, mecanismos estes, facilitados pelo maior domínio da linguagem erudita e argumentação especializada que os profissionais possuem, se comparados com recursos verbais coloquiais dos cidadãos em geral, e mais particularmente, com os das camadas mais pobres da população.

Quem acredita em participação, estabelece uma disputa com o poder, trata-se de reduzir a repressão e não de montar a quimera de um mundo naturalmente participativo. Assim, para realizar participação, é preciso encarar o poder de frente, partir dele, e então abrir os espaços de participação, numa construção arduamente conquistada, centímetro por centímetro, para que também não se recue nenhum centímetro. Participação, por conseguinte, não é ausência, superação, eliminação do poder, mas *outra forma de poder*. (Demo, 2001: 20)

As questões pedagógicas e metodológicas colocam-se como elementos fundamentais para uma avaliação e discernimento mais corretos dos diferentes processos



participativos. Uma orientação efetivamente democrática consegue contemplar, não somente o maior contingente possível de participantes, mas também, compatibilizar e compreender a diversidade de ações e movimentos, tanto dos episódicos, como dos mais permanentes, considerando-os como componentes de um mesmo corpo unificado, cumprindo cada um, diferentes papéis, em seus respectivos contextos. Essa delicadeza no trato desses gestos cotidianos e capilares pode, de fato, contribuir no sentido de alinhar esse tecido complexo de interações humanas, tanto subjetivas como racionais, e possibilitar um processo de polinização social mais profundo e duradouro.

Os processos participativos democráticos, diferentemente daquilo que muitos profissionais especialistas acreditam, carregam em seu bojo, a idéia de que os espaços físicos ou o sistema de objetos urbanos, por si sós, não dão conta da complexidade do viver cotidiano. Carlos Nelson F. Santos ilustra bem essa *práxis* entre a estrutura constituída e o processo, através de uma entrevista do antropólogo Paul Rabinow com Michel Foucault, demonstrando que só a prática social e não o poder exclusivo do espaço arquitetônico é capaz de assegurar critérios de avaliação das instâncias de liberdade e democracia.

"P. R. – Você entende que algum projeto arquitetônico em particular – seja no passado, seja no presente – possa ser visto como força de liberação ou resistência?"

M.F. – Eu não acho que é possível afirmar que uma coisa pertence à ordem de liberação e outra à ordem de opressão. (...) Por outro lado, não acho que haja alguma coisa que seja funcionalmente, por sua natureza intrínseca ou própria – absolutamente liberalizante. Liberdade é uma prática. Portanto, poderá sempre existir um determinado número de projetos, cujos objetivos sejam a modificação de certa restrição, seu relaxamento ou mesmo sua eliminação, mas nenhum desses projetos pode, simplesmente por sua natureza própria, assegurar que as pessoas terão a liberdade automaticamente. Isso não será estabelecido pelo projeto em si mesmo. A liberdade do homem jamais é assegurada pelas instituições e leis que são feitas para garanti-la. Isso explica porque todas essas leis e instituições são permeáveis a uma transformação. Não porque são ambíguas, mas simplesmente porque a liberdade precisa ser praticada". (*in* Santos, C.N., 1988)

## **Comunidade: conflitos e consensos**

O vocábulo participação, portanto, pode designar diferentes conteúdos, desde os de caráter mais manipulador, até o mais libertário, que objetivam verdadeiramente, o sentido de autonomia, cooperação e solidariedade entre os agentes envolvidos. Deslocando-se para um extremo oposto, podemos dizer que, o próprio movimento nazista, se utilizava de métodos calculadamente estudados, que implicavam no envolvimento e

participação da população, porém com os objetivos e resultados que todos nós, tristemente, conhecemos.

Outro equívoco recorrente é a crença em uma participação neutra, com objetivos genericamente amplos e desvinculados das determinações político-sociais. As ações humanas são possuidoras de uma "intencionalidade", um desejo *a priori*, um conjunto de valores a conquistar ou defender mesmo que, muitas vezes, não se apresentem com clareza para seus agentes. Estes, consciente ou inconscientemente, podem se empenhar, no sentido de uma ampliação dos direitos, da autonomia e da inclusão da maioria dos cidadãos ou trilharem o caminho oposto. Essa diretriz de princípios baliza, a todo o momento, as ações durante as diferentes etapas e constitui fato comum, depararmos com determinados agrupamentos sociais, que em situações de conflito, não lutam necessariamente pela proposta mais coletiva e abrangente, mas sim, pelos seus interesses imediatistas e individuais. Os grupos sociais, não necessariamente, se apresentam como entidades harmônicas e homogêneas, e o próprio conceito de comunidade envolve muitas vezes questões não consensuais<sup>23</sup>.

Demo define comunidade:

"Um grupo social espacialmente localizado, de dimensão populacional restrita, relativamente homogêneo e organizado, e politicamente consciente" (Demo, 2001:87).

A consciência política, aqui entendida pelo autor, por vezes pode ser considerada como potencial. No que se refere ao sentido de apropriação e de identidade que essa interação pode propiciar, importa ressaltar, que o conceito de identidade aqui mencionado, pode não estar necessariamente, circunscrito ao âmbito geográfico imediato da área estudada, às proximidades do local de trabalho, moradia ou de outras atividades da vida urbana. Cada vez mais, com o processo de mundialização da economia, da política, da cultura, o incremento e a rapidez dos meios de comunicação, e com a instabilidade e mobilidade dos locais de trabalho, essas referências subjetivas e objetivas passam a se ampliar, tanto no que tange ao espaço físico, como ao virtual, transformando-se em

23. "O agrupamento se caracteriza por 'forte coesão'. Sucede que tais coesões dependem de conjunturas que, na maior parte dos casos, são armadas externamente ao grupo e funcionam como pressões aglutinadoras. Os elementos que se compõem em tais ocasiões, são todos oriundos de, ou remetem a uma estrutura ampla da sociedade, que em certos casos (exatamente os dos grupos que têm de juntar para se expressar ou se defender em comum) apresenta conflitos mais ou menos agudizados.

O 'consenso espontâneo dos indivíduos' não se dá, portanto, em cima de temáticas abstratas e soltas no ar, às quais se recorre como a um manancial generoso. Os indivíduos só abrem mão de suas individualidades, quando sentem que não têm outra alternativa para garantir certos aspectos essenciais de sua sobrevivência. Ainda mais, para fazê-lo, recorrem sempre aos modelos de solidariedade, de reconhecimento e de confiança, que já têm impressos e testados como modelos culturais garantidos. Não se pode desprezar aí, o papel de ritual e tradição sob pena de se cair no intencionalismo ideológico vazio de sentido, aliás tão sedutor para os pensamentos de direita como os de esquerda. Por cima disso tudo e, aumentando a sua complexidade, é bom não perder de vista que, em sistemas capitalistas baseados nos estímulos dos mitos da construção do indivíduo, da competição para o consumo e do ascensionismo social, não há um clima muito propício à formação fácil de 'comunidades'". (Santos, C.N., 1979)

complexas redes moleculares simultâneas, descontínuas e interativas<sup>24</sup>.

É importante que o exercício pedagógico do processo participativo, procure criar condições, não somente para um terreno do consenso, obtido e conduzido no sentido da conciliação, fruto do ocultamento das contradições, sempre presentes em qualquer atividade associativa, mas que possibilite que as decisões finais coletivas, surjam pela exposição e discussão exaustivas de diferentes pontos de vista. Que considerem também como parte do debate, e como natural, as situações de conflito, cuidando, no entanto, para que esses enfrentamentos, não resultem em processos destruturadores do conjunto. A nossa tradição judaico-cristã, para ficarmos apenas no que nos é mais familiar, tende a considerar o conflito, não como um confronto dialético inevitável e complementar de forças opostas, da luta do novo contra o velho, mas como algo nocivo, como ruptura do falso senso romântico de harmonia, esta considerada, não como um equilíbrio instável de forças contrastantes, próprias da diversidade, mas como a paz conciliada e fabricada de um paraíso prometido.

As práticas sociais contemporâneas têm demandado novas formas de ampliação das maneiras como se processam as múltiplas presenças culturais e políticas no âmbito do espaço público, presenças essas que ocorrem de maneira onde coexistem momentos de convergência e consenso e outros, onde os agentes se confrontam de forma conflitiva. As lutas reivindicatórias de diferentes segmentos, exigindo reconhecimento social, têm ocorrido de forma contundente, onde as respostas também apontam para múltiplas soluções, específicas para cada contexto. “Estas intervenções, encarando tensões sociais de frente, têm promovido mudanças de valores em escalas significativas, evidenciando ao mesmo

24. “Quando nos referimos ao ‘local’, imaginamos um espaço restrito, bem delimitado, no interior do qual, se desenrola a vida de um grupo ou de um conjunto de pessoas que possui um contorno preciso, a ponto de se tornar baliza territorial para os hábitos cotidianos. O ‘local’ se confunde assim com o que nos circunda, está ‘realmente presente’ em nossas vidas. Ele nos reconforta com sua proximidade, nos acolhe com sua familiaridade. Talvez por isso, do contraste em relação ao distante, ao que se encontra à parte, o associemos quase que naturalmente à idéia de ‘autêntico’. O debate sobre as identidades é permanentemente perpassado por esses tempos. No fundo, o que está em causa é a busca das raízes, o ponto de inflexão entre a identidade realizada e o solo no qual ela se introduz. A de raiz é sugestiva. Ela revela uma relação social colocada ao terreno no qual viceja. O desenraizamento é visto, portanto, como perda, um perigo, uma ameaça. Desenraizamento do camponês, que deixa o campo para trabalhar na cidade, e dos grupos indígenas, que se afastam de seus antepassados e dos valores regionais, confrontados constantemente por traços que os transcendem. A proximidade do lugar é também valorizada quando contrapomos a vida cotidiana aos laços sociais mais abrangentes. Estes pertenceriam ao domínio do distante, como se estivessem se descolados da vivência imediata. É comum, na literatura das Ciências Sociais, encontrarmos esse tipo de aproximação. Por exemplo, ao traçarmos a história das regiões, do ‘micro’, em contraponto a uma história universal, ‘macro’, em princípio, pensava como estando afastada do envolvimento das pessoas. ‘Local’ e ‘cotidiano’ surgem assim como termos intercambiáveis, equivalentes. O ‘local’ participa ainda de uma outra qualidade: a diversidade. Na verdade, ele se opõe ao ‘nacional’ e ao ‘global’, apenas como abstração. Visto de perto, qualitativamente, ele constitui uma unidade coesa. Seria, pois, mais correto falarmos de “locais”, no plural. Cada lugar é uma entidade particular, uma descontinuidade espacial. Por isso, um autor como Gramsci dirá que o folclore é formado por pedaços heteróclitos de cultura. Cada um deles proviria de lugares específicos, muitas vezes incomunicáveis entre si. Local e localismo se fecham no interior de seus próprios horizontes. Daí a heterogeneidade de seu aspecto”. (Ortiz, 1999)

tempo o espaço público como arena de controvérsia política, em que o dissenso é parte integrante de sua natureza e não obstáculo a ser evitado e rechaçado a qualquer custo." (Pallamin, 2004: 55)

"Young conhece seu modelo de vida na cidade como um instrumento de crítica ao comunitarismo, ou seja, o ideal da fusão de sujeitos e de primazia das relações face-a-face como um modelo básico de política democrática. Este é exatamente o modelo usado para justificar a construção de enclaves fortificados e a retirada para a vida suburbana. Usando argumentos paralelos aos de Jacobs (2000), Young argumenta que o ideal de comunidade 'nega a diferença entre sujeitos' e 'freqüentemente atua para excluir ou oprimir aqueles que são diferentes. O compromisso com um ideal de comunidade, tende a valorizar e reforçar a homogeneidade' e, assim, tem consequências excludentes (Young, 1990:234-235). Ela alega que seu ideal normativo é uma elaboração das virtudes e possibilidades não realizadas de experiência contemporânea das cidades. As principais virtudes são quatro: diferenciação social sem exclusão; diferenciação do espaço social baseado na multiplicidade de usos; erotismo, entendimento de modo amplo como 'uma atração pelo outro, o prazer e a excitação de ser tirado de uma rotina segura para encontrar o novo, o estranho e o surpreendente' (Young, 1990: 139); e publicidade, que se refere ao espaço público como sendo por definição, um lugar aberto e acessível a todos e onde sempre se corre o risco de encontrar aqueles que são diferentes (idem: 238-241). 'Na vida pública as diferenças permanecem não assimiladas (...) O público é heterogêneo, plural e divertido'. (ibidem: 241). Apesar da realidade social em qualquer cidade contemporânea, ser cheia de desigualdades e injustiças, o ideal permite considerar, criticar e formular alternativas a elas." (in Caldeira, 2003)

## **Representação e participação direta**

É possível, que o processo que mais se aproxima do que almejamos, quase tangenciando o campo da utopia, seja aquele da participação direta, onde os indivíduos possam ver seus desejos concretizados e conduzidos, tal como surgiram da fonte, sem intermediações e atalhos, que possam deturpar ou alterar as suas decisões iniciais, ou seja, a idéia mais como apresentação, como diz José Celso Martinez Correa na frase inicial deste capítulo. Isso, porém, na prática, nem sempre é viável, e a delegação de poderes torna-se inevitável, quando se tratam de articulações e reivindicações que comportem um grande contingente de participantes, e/ou em grandes territórios urbanos, tanto pela impossibilidade de deslocamento simultâneo de todos, como por menor disponibilidade destes, sempre limitado à exigüidade do tempo, devido às longas jornadas de trabalho,

condição real da maioria da população trabalhadora brasileira.

O processo participativo compartilhado pode ser um importante caminho para a identificação do cidadão com seu espaço vivenciado, e uma possibilidade de garantia maior da sua permanência e integridade física. Pode significar também, novas perspectivas e novas abordagens para a elaboração de projetos que respondam às reais necessidades dos cidadãos, sem que isso possa representar uma camisa-de-força para a ousadia formal e conceitual, importante e necessária na atividade projetual, e, quem sabe, pode até conduzir ao seu contrário: a um enriquecimento do repertório pré-estabelecido e consolidado, sobre o qual, já estamos confortavelmente acostumados a navegar. Sem abrir mão de nossa utopia, é possível que esta seja uma das maneiras de trazer nossos sonhos para o presente, e mais perto de nós, desenhando os croquis a muitas mãos, “bagunçando a pureza” dos traços, e criando uma nova maneira de encontrar aquilo que denominamos beleza, referenciados, porém numa nova estética.

“Assim, ao me referir à abordagem participativa no projeto de espaços públicos, procuro entendê-la como processo que inter-relaciona a atividade do arquiteto e de outros profissionais, que estudam e projetam espaços, os “espaciólogos” no sentido emprestado por Milton Santos a essa palavra, com as pessoas que usufruirão o lugar, seus sonhos e desejos, objetos do projeto. É uma construção de conhecimentos que se processa de forma coletiva, não implicando na anulação dos profissionais, senão no seu enriquecimento, assim como no dos outros participantes.

Neste processo, os diversos profissionais, entre eles os arquitetos paisagistas, não vão a campo só para recolher informações, mas para dar informações também, numa relação de troca de saberes. Assim, já não se considera que o arquiteto só vai captar as necessidades da comunidade, senão que ele vai participar de uma relação muito mais dinâmica, entre diferentes pessoas, com profissões diferentes que, num dado momento, entrecruzam seus olhares, seus saberes, suas visões de mundo. Se o arquiteto e outro espaciólogo, nessa relação, não se transformam em mestres dos demais integrantes, eles também não se anulam, pois os saberes específicos são importantes e, tal como as experiências de vida, devem ser valorizadas”. (Dobry, 2002)

É no bojo dessas indagações que se inscrevem as experiências relatadas, a seguir, na medida em que consideram o conjunto dos moradores da cidade, como *corpus* fundamental para a tessitura da paisagem compreendida como ação processual.

CAPÍTULO 4  
**EXPERIÊNCIAS DE PRÁTICAS PARTICIPATIVAS  
NA PAISAGEM**



*O plano não é o projeto de uma ação futura,  
mas um agir no presente segundo um projeto.*  
G.C.Argan

## **Diferenças e simetrias**

O presente capítulo procura se deter em três experiências desenvolvidas, desde 1982<sup>25</sup>, durante o trajeto de minha vida profissional, e que já permite um certo distanciamento crítico, tarefa difícil mas, imprescindível sobretudo no âmbito do trabalho acadêmico. Tive participação como idealizador e coordenador das três estruturas básicas iniciais, com exceção do Projeto Mutirão, inicialmente elaborado por José Augusto Guilhon de Albuquerque<sup>26</sup>, mas modificado e adaptado às condições reais daquele momento, para que pudesse ser efetivamente viabilizado. No entanto, os projetos só foram adquirindo corpo, na medida em que se desenvolviam na prática e, no decorrer do processo, muitas pessoas foram se incorporando, colaborando para sua construção, alterações e enriquecimento, estabelecendo uma dinâmica que a práxis do projeto, colocada em campo, possibilita. Acredito que, pelo fato de se tratarem de projetos de caráter coletivo, envolvendo a participação de centenas e até milhares de pessoas, talvez possamos afirmar que essa ampla colaboração, tenha contribuído para reduzir e diluir um possível caráter personalista que esta análise por ventura pudesse conter.

Todos os projetos surgiram de uma necessidade premente, nas cidades de Osasco e Diadema, situadas na Região Metropolitana da Grande São Paulo, a partir de carências comuns à grande parte dos municípios brasileiros e, por esse motivo, essas experiências, respeitadas as devidas singularidades locais, possam ser replicáveis, em centros urbanos de perfis semelhantes.

Apesar das idéias que deram origem aos projetos, partirem de diagnósticos muito concretos e urgentes, que nos forçavam a responder, na prática, a agendas e prazos muito curtos, suas concepções não surgiram de forma automática, como decorrência natural de um levantamento de necessidades imediatas. Da mesma forma, como nas palavras do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, "programa não é partido", na formulação desses projetos, à semelhança da elaboração de projetos arquitetônicos ou paisagísticos, tínhamos a necessidade de criar uma diretriz, "contar uma história", uma narrativa que, de certa forma, fugisse da simples "mitigação da sede", que as reivindicações imediatas exigiam. Vivíamos naquele momento histórico, um período, onde as ações eram pauta-

25. A terceira experiência, o projeto Uma Fruta no Quintal, transformou-se em estudo de caso desta pesquisa.

26. Na época, foi Secretário da Promoção Social da Prefeitura de Osasco e atualmente, ocupa o cargo de chefia do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP- Universidade de São Paulo)

das na dimensão dos sonhos, e não se resumiam exclusivamente, a uma reflexão sobre o tempo presente. Acreditávamos num futuro, com ampla igualdade de oportunidades para a sociedade sem, contudo sufocar as subjetividades, onde política, não fosse vista como uma mera luta pelo poder, aqui entendido no sentido de força bruta e de impedimento de desejos coletivos. "A política não é em primeiro lugar a maneira como indivíduos e grupos em geral combinam seus interesses e sentimentos. É antes um modo de ser da comunidade que se propõe a um outro modo de ser, um recorte do mundo sensível que se opõe a um outro recorte do mundo sensível" (Rancière, 1996: 368)

A arte, como um componente sempre presente nesses projetos, permite essa condição de nos lançar para um mundo desconhecido e incerto, mas geradora de uma inquietude, pela sua misteriosa forma de dizer, ou mesmo de não dizer, dimensão essa, difícil de ser conseguida racionalmente, pelo mero caminho da necessidade visível, estampada e impressa no mundo dos fenômenos.

Foram experiências fragmentadas e interrompidas pelas condições políticas. Ocorriam menos no universo épico e mais no vernacular e, todas, separadamente, tiveram uma força pequena e localizada, mas do seu conjunto, talvez possamos extrair algumas conclusões, que, certamente, não vão alterar significativamente o rumo dos acontecimentos, mas naquele momento, foram as possibilidades e brechas vislumbradas, para exercitar um pouco a radicalidade da elaboração de um mundo sonhado menos desigual. Acreditávamos que a partir do confronto, no presente, entre essa realidade crua, árdua e pragmática do serviço público, e os anseios da utopia, é que se poderia extrair algum fragmento do que é viável para nós, profissionais, que fazemos parte do mercado de trabalho oficial, e ao mesmo tempo, aspiramos por uma cidade mais democrática. A partir da incompletude real desse mundo conflituoso e complexo, ao qual temos acesso, talvez possamos desvendar algumas saídas, através das fissuras desse "lençol freático", nem sempre visível na superfície dos fatos. As três experiências ocorreram entre 1982 e 1996, e tentavam combinar nossa atividade, enquanto arquitetos, com a militância política.

Vivíamos, de um lado, um momento histórico, pós-queda da ditadura militar no Brasil, fato auspicioso que apontava para novas perspectivas de abertura e, por outro, um período que precedia a queda do Muro de Berlim, em 1989, que viria configurar um novo cenário político internacional. Estávamos cientes de que nossas experiências estavam circunscritas, na realidade do serviço público brasileiro, viciado, engessado e de estrutura administrativa hierárquica e piramidal, dispondo de poucos recursos tanto humanos como financeiros e muita demanda de reivindicações da população. Mesmo cientes dessas limitações, podemos afirmar que essas micro-atuações nos permitiram "esticar a corda" das tensões, para experimentar os limites e as possibilidades práticas, procurando incorporar os moradores num processo de discussão, na perspectiva de colaborar na tessitura de uma cidade e que pudessem decidir seus destinos de forma mais coletiva.



Possivelmente, estas três experiências não contenham o rigor de uma equação matemática c.q.d. (“conforme queríamos demonstrar”), mas talvez contribuam, para sinalizar uma perspectiva, de continuidade dessa jornada, balizando que vale a pena ser tentada, mesmo na escala de uma pequena amostra. Talvez não passe de um devaneio de fé, essa aposta numa nova possibilidade, justamente, num mundo mergulhado na desigualdade e na intolerância, conduzido, pelas imagens vertiginosas do espetáculo, pelo rolo compressor dos índices econômicos, e pela velocidade da tecnologia e do consumo. Talvez essa crença, seja um simples mecanismo de ilusão, que nos permite continuar vivos e continuar apostando em mudanças num outro mundo possível. Porém, a certeza dessa incerteza, nos desafia e convida a insistir, até que algum terremoto contrário nos faça acordar. Hélio Pelegrino nos dá uma imagem ilustrativa dessa angústia da dualidade, onde o certo e o incerto coexistem em nossas vidas:

“Sou um ser articulado do nada, sou pé no chão e pé levantado no ar – antes de mergulhar! - e é pela aceitação dessa instabilidade antológica que posso construir o meu caminho: marcha sobre as águas” (Pellegrino, H.,1998:114)

As três experiências, descritas a seguir, possuem um caráter de encadeamento cronológico, desenvolvendo, de forma mais profunda, o projeto Uma Fruta no Quintal, e contém alguns pontos em comum:

- Foram promovidos pelo poder público, de iniciativa das Prefeituras Municipais pertencentes à Região Metropolitana de São Paulo, sendo que em Diadema houve parceria com o governo estadual.
- Os três prefeitos das referidas gestões, de Osasco e de Diadema, cumpriam seu primeiro mandato.
- Todos os projetos contaram, em menor ou maior grau, com a participação das escolas públicas do ensino médio e fundamental.
- Envolveram grande contingente de participantes tanto da sociedade civil, em geral, como de agentes integrantes do corpo organizativo, que viabilizavam os projetos.
- Tinham a arte em diferentes graus, como componente do projeto, ou como elemento estruturador.
- As discussões partiam, basicamente, de situações e necessidades concretas, reivindicadas pelos moradores ou pela comunidade escolar.
- Os três projetos foram matriciais e contaram, em maior ou menor grau, com a participação de diversas Secretarias das Prefeituras.
- Foram promovidas e coordenadas por Secretarias de Obras e Serviços e, não como seria de se esperar, de Educação ou Cultura ou similar, apesar de contar com a participação destas.
- Todas as experiências foram interrompidas, ou por deliberação política do prefeito ou forçada pelo término do mandato.

CAPÍTULO 4.1  
**PROJETO MUTIRÃO**



## Osasco, um pólo inquieto

Situada a 16 km do centro da capital, à oeste da Região Metropolitana de São Paulo, o município de Osasco<sup>27</sup> estende-se ao longo do Vale do Rio Tietê, que corta o município de leste à oeste, em uma faixa que se inicia mais ou menos da confluência do Rio Pinheiros e se prolonga no rumo do poente, tendo como limites, os municípios de São Paulo, Taboão da Serra, Cotia, Carapicuíba, Barueri e Santana do Parnaíba .

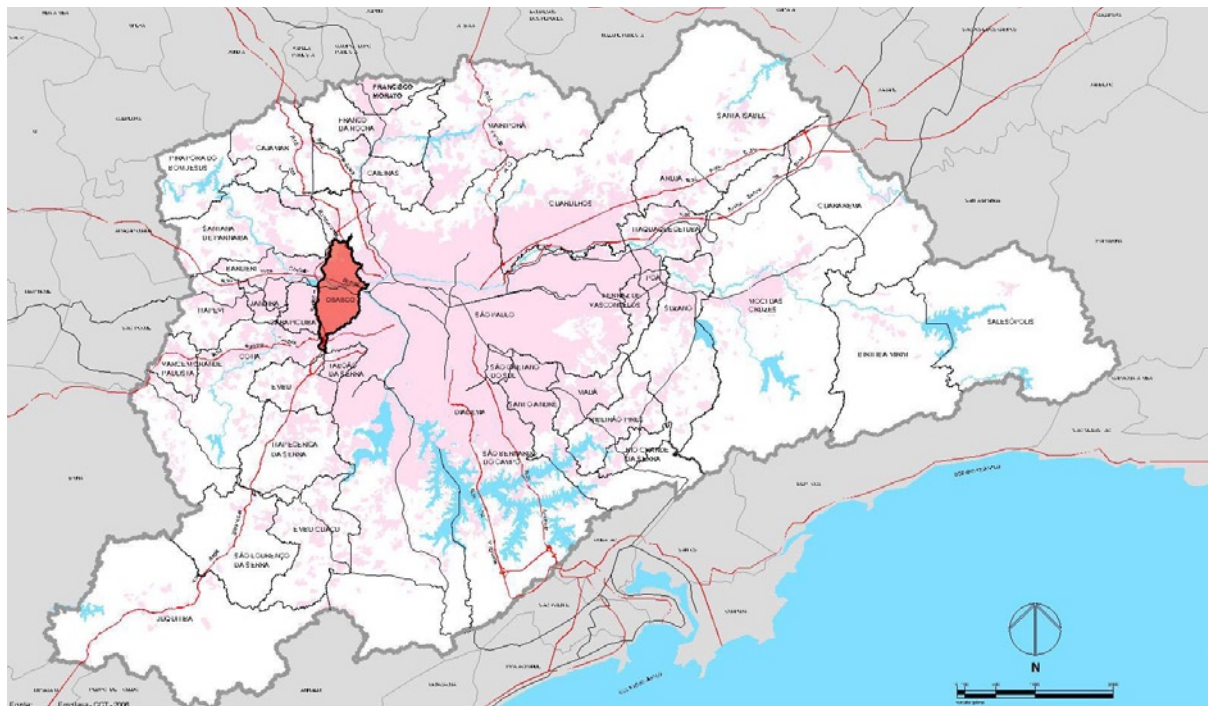


Fig. 06 - Mapa de localização de Osasco na Região Metropolitana de São Paulo. Foto: EMPLASA.

O município é recortado por estruturas viárias e fluviais significativas e impactantes como: via Anhanguera, Rodovia Castelo Branco, Rodovia Raposo Tavares, Estrada de Ferro Sorocabana, Avenida dos Autonomistas e pelo Rio Tietê e todo seu limite oeste é cortado pelo Rodoanel – Anel Viário Metropolitano Mário Covas.

Como a maioria das cidades da Região Metropolitana de São Paulo, Osasco é carente de áreas verdes, restando poucas manchas de vegetação significativa ou de áreas preservadas. Seu processo de urbanização está intimamente ligado ao da capital, caracterizando-se pelo seu dinamismo, possuindo desde os anos 50, taxas de crescimento populacional superiores à de São Paulo e como pólo centralizador da Sub-região Oeste da Metrôpole de São Paulo, apresenta uma das maiores concentrações industriais da Região Metropolitana.

“Entre os séculos XVII e XIX, a região onde se encontra Osasco, era importante

27. Em 2005, possuía 705.450 habitantes. Fonte IBGE.

passagem entre a capital e o sertão. Diferentes meios de transporte foram se sucedendo acompanhando os diferentes ciclos econômicos: navegação e muares / bandeirantismo; tropas de mulas / mineração, açúcar e início do café; ferrovia/café. Esta situação não chegou a propiciar o estabelecimento de núcleo urbano em 'Osasco'". (in Queiroga, 1994)

[...] "O surto industrial do país, no final do século XIX, dá-se sobretudo em São Paulo. As fábricas são instaladas junto às ferrovias. É neste contexto que surge Osasco, núcleo urbano subordinado à dinâmica de São Paulo, marcado pela ferrovia."

[...] "Durante o período do Estado Novo há forte impulso industrializante. São Paulo assume a condição de pólo do processo de industrialização. A expansão da capital paulista reforça o papel industrial de alguns subúrbios, entre os principais está Osasco".



Fig. 07 - Vista do bairro de Rochdale, zona norte de Osasco, onde se avista o "braço morto do Rio Tietê".



Fig. 08 - Vista do viaduto da Avenida dos Autonomistas sobre a Praça Manoel Coutinho.



Fig. 09 - Vista com predominância da Avenida Bussocaba. Foto: arquivo da Prefeitura de Osasco.



Fig. 10 - Calçadão da rua Antônio Agu, centro de Osasco. Foto: Edemilson dos Anjos.

[...] "Com a entrada das multinacionais, concentradas sobretudo na metrópole de São Paulo, aumentam os desequilíbrios regionais. Levas de migrantes empobrecidos chegam a São Paulo e vão ocupar loteamentos distantes. Osasco amplia enormemente seu parque industrial, mas são os loteamentos de periferia que mais caracterizam sua expansão entre 1945 e 1960."

[...] "Osasco conquista sua autonomia na década em que a centralização do

poder, promovida pelo golpe militar, enfraquece o poder dos municípios. O estado se atrela ainda mais aos interesses dos grandes capitais. A população pobre da metrópole vai ocupar áreas distantes, os loteamentos da periferia. Em Osasco cresce mais a população (pobre) que a oferta de empregos".

[...] "com o novo ordenamento mundial, cabe ao terceiro mundo um papel ainda mais marginal. A crise, no Brasil, se dá em todos os âmbitos. Em Osasco, cessam os loteamentos de periferia e, dada sua inserção na metrópole, surgem loteamentos para média e alta renda. Toma um impulso da verticalização e o terciário cresce muito, dando a Osasco a condição de pólo Sub-regional." (idem:13-14)

Quem atravessa a cidade de Osasco, pela rodovia Castelo Branco, avista, de um lado, o perfil azul-marinho do pico do Jaraguá e de outro, centenas de casas, acompanhando a cadência ondulada dos morros mas, no entanto, atrás dessa tranqüila paisagem, esconde "um mar" de contradições.

Dividida pelo Rio Tietê, entrecortada por dezenas de córregos escuros, em 1983, a cidade sofria graves conseqüências das enchentes, das erosões, possuindo loteamentos irregulares, 80 favelas, esgotos a céu aberto, lixos amontoados pelos terrenos baldios, poucas áreas de lazer, sistema de transporte deficiente, alto índice de desemprego e falta de segurança. Eram nestas condições, que vivia a maioria dos 700.000 habitantes de Osasco<sup>28</sup>, e nesse período destacava-se como a sexta cidade em arrecadação do Estado e a quinta em produção industrial.

Esse desenho desordenado, foi se definindo, ao longo de sua formação, pelos interesses imediatos de todo tipo de especulação imobiliária, sem uma política planejada, que beneficiasse a maioria da população. Nesse aspecto, Osasco difere pouco da maioria das grandes cidades brasileiras, retrato fiel de anos de autoritarismo e centralização do Governo Federal, ocupado na época, por José Sarney, cuja política, forçava os prefeitos a trabalharem com apenas 5% da verba arrecadada no município<sup>29</sup>.

"O capitalismo em versão brasileira (desenvolvimentismo) gerou uma quantidade incalculável de problemas para as cidades. Empurrou para as multidões demandando habitação, infra-estrutura e serviços além, naturalmente, de empregos. Os grandes responsáveis, o governo e as unidades hegemônicas do capital monopolista, nem ligaram para o assunto. Por um *gentleman's agreement*, fingiu-se que as demandas por consumo decorrentes seriam atendidas pelos poderes locais. Puro eufemismo. As prefeituras que já não podiam com um gato morto pelo rabo foram esvaziadas por reformas políticas e

28. Fonte: IBGE – 1983

29. "Os governos locais tendem a ter poucos recursos: enquanto na Europa ou nos EUA 35% dos gastos públicos são dirigidos por estruturas de governos locais, a porcentagem é de apenas 20% na América Latina, em média – Lapper, Richard." "Das favelas para subúrbios: São Paulo mostra como civilizar uma megacidade", artigo do Financial Times, 25/08/2006)

tributárias de cunho centralista. A ausência de políticas urbanas efetivas da parte de poderes tão fortes como os que comandaram o país nos últimos anos não foi obra do acaso. As cidades, em particular as situadas na periferia dos grandes centros foram destinadas a 'agüentar o tranco'. Tais como as populações que tiveram de receber, supunha-se que 'se virassem por conta própria' " (Santos, C.N.F.dos, 1984:6).

Foi neste contexto, que a nova gestão administrativa do prefeito Humberto Parro, assumiu a Prefeitura de Osasco em Fevereiro de 1983, ano da primeira tentativa de greve geral do país. Herdando uma dívida de 18 bilhões de cruzeiros (moeda da época), o prefeito e sua equipe, tiveram que recorrer a muita imaginação, no intuito de suprir a carência de infra-estrutura urbana.

Um dos fatores que contribuiu para um primeiro impulso, contando com a participação da comunidade, decorreu do fato da vitória da nova gestão ter acontecido, graças a um paciente trabalho anterior de organização e mobilização da população nos bairros mais carentes da periferia. Essa condição dotou, a nova administração, pelo menos durante os dois primeiros anos de gestão, de uma forte característica pautada por ações voltadas a um compromisso com as lutas populares. No entanto, gradativamente esses objetivos foram sendo substituídos por uma gestão mais pragmática, e as tendências situadas mais à esquerda, foram sendo isoladas ou afastadas do poder municipal.

## **A implantação do projeto e o orçamento participativo**

Foi neste contexto, que em maio de 1983, teve início o Projeto Mutirão, propondo o emprego temporário de mão-de-obra não especializada, na execução de pequenas obras mais urgentes nos bairros da periferia, proporcionando remuneração, durante três a quatro meses, para os trabalhadores e procurando ampliar os canais de organização e envolvimento da comunidade na gestão pública.

O desafio de sua implantação foi ainda maior, porque o Projeto Mutirão ocorreu no primeiro ano de mandato, momento este, onde as condições se apresentam mais difíceis, com a premência de saldo das dívidas anteriores, com a necessidade de reformulação de toda a estrutura administrativa, e potencializado pela inexperiência da nova gestão, comum nos períodos iniciais de governo. Mas, é justamente nessa primeira fase, que a população reivindica com maior força, exigindo tudo a que tem direito, na expectativa de que o novo prefeito responda, de imediato, à demanda de problemas acumulados durante os governos anteriores.

O Projeto Mutirão formou, num curto período de tempo, uma equipe de 260 integrantes, considerando-se desde os trabalhadores das frentes de trabalho, até os agentes

técnicos da Prefeitura. O Projeto desenvolveu-se com a participação integrada de todas as Secretarias e autarquias da Prefeitura, contando com a Câmara de Vereadores, Sindicatos. Entidades Representativas de Bairros e a população em geral, envolvendo um amplo leque de partidos e tendências políticas.

O surgimento do Projeto Mutirão estava associado, em princípio, a três condições básicas:

- Falta de recursos da Prefeitura para a realização de grandes obras que demandassem custos elevados
- Precariedade de infra-estrutura básica urbana
- A crise nacional de desemprego.

O Projeto foi iniciado com a realização de uma pesquisa nos bairros, no intuito de conhecer lideranças, entidades organizadas e agrupamentos informais, e procurando encontrar a melhor maneira de encaminhar e discutir as questões com a população. Definidos os objetivos, a metodologia e os recursos necessários para a implantação do Projeto, criou-se a Associação Pró-Mutirão, sociedade sem fins lucrativos composta por representantes de Sindicatos, Associações Amigos de Bairros e membros da Administração Municipal, responsáveis pela seleção e contratação dos trabalhadores para as frentes de trabalho. Essa Associação era subvencionada por verbas do Poder Executivo Municipal, destinadas à compra de material e ao pagamento dos salários dos trabalhadores.

A escolha dos bairros e a ordem cronológica para a implantação do Projeto eram definidas, utilizando como critérios: a carência de infra-estrutura no bairro; a viabilidade de execução das obras e serviços por mão-de-obra não especializada, que requeriam o mínimo possível de tecnologia, e o nível de organização dos moradores do bairro. O núcleo de coordenação regional ficava sediado num imóvel, geralmente um galpão, alugado no respectivo bairro, local onde os trabalhadores se inscreviam para as frentes de trabalho e recebiam os insumos, as ferramentas, os equipamentos de proteção individual e os salários.

A seleção dos participantes era feita por uma comissão paritária, composta pela equipe de coordenação do Projeto e pela comissão de representantes do bairro, priorizando os chefes ou arrimos de famílias mais numerosas, os residentes no próprio bairro e há mais tempo desempregados. Os trabalhadores selecionados recebiam uma contribuição equivalente a um salário mínimo mensal, com jornada de trabalho de oito horas diárias, de segunda a sexta-feira, sob um contrato, de duração de três meses em média. Concluído este período, a Prefeitura procurava absorver alguns trabalhadores no seu quadro de funcionários fixos, e buscando também, formas de encaminhar os demais ao mercado de trabalho, mas nem sempre com sucesso.

As SABs - Sociedades Amigos de Bairro, as demais entidades e as lideranças locais,

auxiliavam na mobilização para convocação das reuniões dos moradores, que decidiam em assembléia, as melhorias prioritárias para o bairro.

No Jardim Veloso, tomando como exemplo um dos bairros onde foi implantado o Projeto, participaram, além dos moradores em geral:

- Associação dos Moradores do Jardim Veloso
- Associação de Pais e Mestres (APM) da Escola Estadual de Primeiro Grau "Antônio Almeida Júnior"
- Comissão de Moradores de Favelas
- Igreja Jesus Operário
- Comitê dos Desempregados
- Clube das Mães
- Clubes Esportivos
- Lideranças informais, não vinculadas a nenhuma entidade oficialmente organizada.

A Prefeitura selecionava os projetos e serviços viáveis de serem realizados naquele período, levando em conta os custos, os equipamentos existentes e os recursos humanos disponíveis. O objetivo não era apenas a consulta aos moradores, a respeito de seus principais problemas, mas principalmente, o de criar instâncias mais permanentes de discussão, para a resolução dos problemas do bairro.

Nas assembléias, num primeiro momento, a população, incluía em suas reivindicações, todos os tópicos possíveis que lhe ocorriam, sem limitações de quantidades, custo e de viabilidade. A partir daí, a equipe coordenadora do Projeto, procurava esclarecer as condicionantes e limitações técnicas e financeiras do Projeto, estabelecendo uma prioridade de ações, com os respectivos prazos de execução. Em cada bairro atuavam 50 trabalhadores, juntamente com oito funcionários das Administrações Regionais, sob a orientação de um mestre de obras.

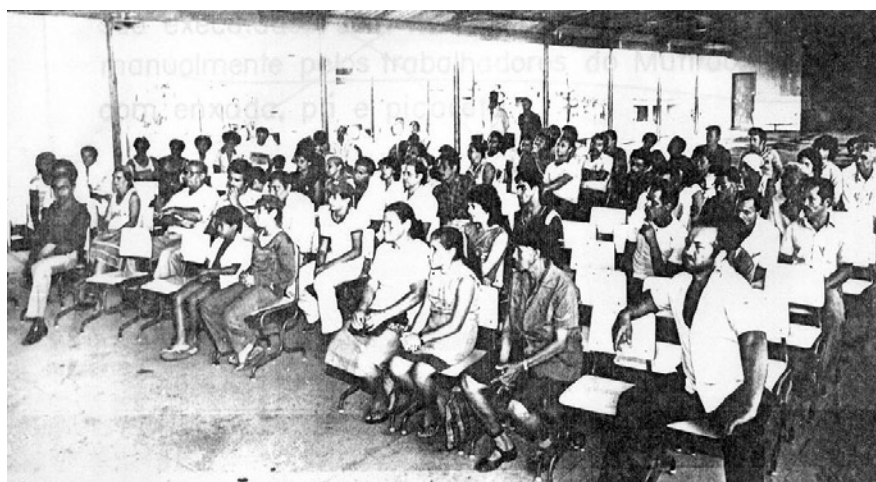


Fig. 11 - Assembléia com os moradores para definir ações prioritárias do bairro.  
Foto: Prefeitura Municipal de Osasco.





Fig. 12 e 13 - Assembléia com os moradores para definir ações prioritárias do bairro.  
Fotos: Prefeitura Municipal de Osasco.

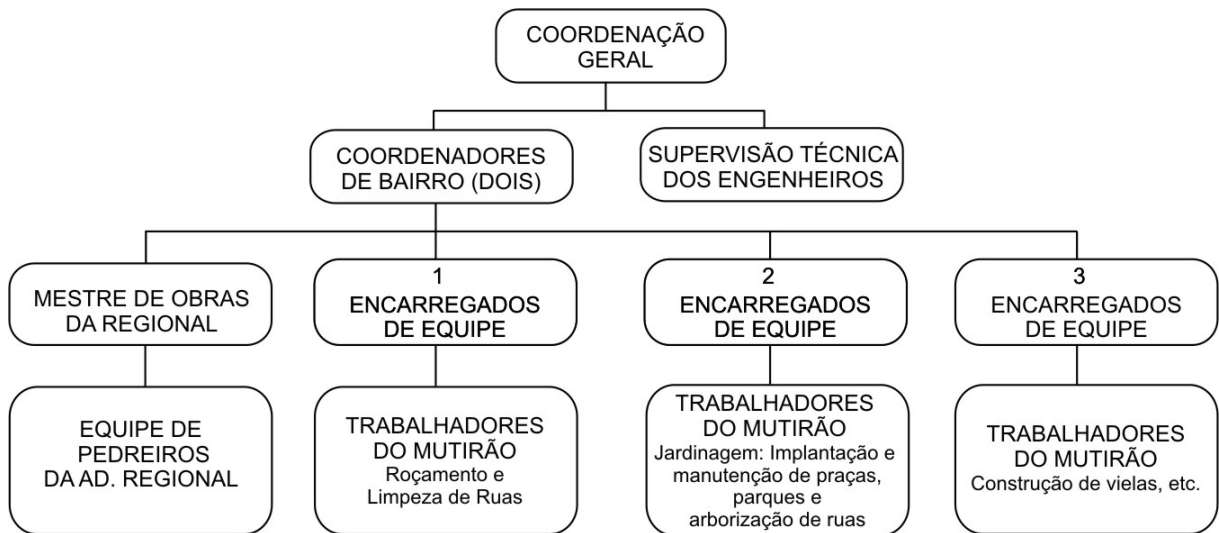


Fig. 14 - Organograma das Equipes no Bairro

Em cada bairro trabalhavam, em período integral, dois coordenadores de equipe, que dirigiam o Projeto local, do ponto de vista técnico, e do atendimento e mobilização dos moradores. Eram também responsáveis pela distribuição das tarefas, insumos e ferramentas aos trabalhadores, pela supervisão dos projetos de construção, e pelo sistema de informação e divulgação das atividades em andamento. Posteriormente, essa função foi desempenhada por funcionários das Administrações Regionais, devido ao fato de alguns encarregados se sentirem constrangidos, por exercerem uma função de comando sobre os membros da equipe, que muitas vezes eram vizinhos próximos de moradia, ou possuíam laços de amizade.

Os serviços e obras executados pelas frentes de trabalho eram basicamente:

- Roçamento e limpeza de terrenos baldios, ruas e equipamentos comunitários municipais.

- Limpeza de córregos e bocas de lobo.
- Cascalhamento de ruas
- Construção de galerias de água pluviais, vielas, escadarias, canaletas, sarjetões e muros de arrimo.
- Ajardinamento de parques, praças e canteiros.
- Arborização de calçadas de vias públicas

O fato dos trabalhadores residirem no próprio bairro, onde o projeto era desenvolvido, trazia uma série de conseqüências positivas: além da possibilidade de almoçarem em casa e de prescindirem de condução para se deslocarem às frentes de trabalho, estabelecia-se uma relação afetiva com o trabalho, uma vez que seus esforços, eram totalmente revertidos para o bairro onde viviam.



Fig. 15 a 17 - Vielas executadas pelo projeto Mutirão.  
Fotos: arquivo Prefeitura Municipal de Osasco

Fig. 18 - Limpeza e retificação de córrego.  
Foto: arquivo Prefeitura Municipal de Osasco.

Segundo relatos, pudemos verificar que a possibilidade que os trabalhadores tinham de melhorar seu próprio bairro, produzia uma sensação de pertencimento e de auto-estima, ainda mais, considerando-se que a maioria deles, no período anterior ao projeto, quando ainda empregados, trabalhava em locais distantes de suas moradias. "Com a gente sem ocupação, se sente por baixo na hora de buscar emprego. O patrão percebe que a gente tá avexado". Essa possibilidade de retorno dos benefícios, mesmo que premidos pelas necessidades precárias e de situações-limite que o desemprego ocasionava, possibilitava certo conforto, nesse contexto de desamparo e impessoalidade sócio-espacial.



Fig. 19 - Os trabalhadores recebem seus salários.  
Fotos: arquivo Prefeitura Municipal de Osasco

“A especialização crescente da produção, numa base regional, mas não raro ligada a interesses distantes, assim como a multiplicação das trocas, contribuem igualmente para tornar o homem estranho ao seu trabalho, estranho ao seu espaço, a sua terra, transformada praticamente em fábrica. Isto é ainda mais verdadeiro, quando se impõe a necessidade de estandardizar a produção, aumentar a produção da terra, racionalizar a atividade e, desse modo, utilizar cada tipo de gleba para uma determinada produção.



Fig. 20 a 23 - Desenhos e trabalhos esculpidos em cabos de picareta, pelos trabalhadores do Projeto Mutirão.  
Fotos: 20 e 21 Raul Pereira. 22 e 23 arquivo Prefeitura Municipal de Osasco.



Fig. 24 - Trabalhadores e equipe da Prefeitura do Jardim São Pedro  
Foto: arquivo Prefeitura Municipal de Osasco

Também o espaço sofre os efeitos do processo: a cidade torna-se estranha à região, a própria região fica alienada, já que não produz mais para servir às necessidades reais daqueles que a habitam. À medida que a cooperação estende sua escala espacial, o homem produtor, sabe cada vez menos quem é o criador de novos espaços, quem é o pensador, o planejador, o beneficiário" (Santos, Milton, 2004: 28-29)

Um aspecto importante que contribuiu para a consolidação da relação entre a Prefeitura e os moradores do bairro, foi o trabalho de informação, desenvolvido por meio de folhetos distribuídos de casa em casa, onde eram elencadas as obras e serviços em andamento, funcionando também, como um documento de compromisso mútuo entre as duas instâncias. No folheto constavam os objetivos do Projeto, as limitações técnicas e financeiras do município e a discussão das questões relativas ao desemprego.

Dada à escassez dos recursos públicos, e à impossibilidade de atender, de imediato, à grande demanda de reivindicações dos moradores, era importante levar aos bairros, não somente o conjunto de informações sobre as melhorias em andamento, mas também sobre as dificuldades enfrentadas para a resolução dos problemas.

Sem informação, não era possível haver uma participação efetiva dos moradores, especialmente, num primeiro ano de gestão, quando tudo é esperança e expectativa e só com o passar do tempo, através dos resultados concretos visíveis das obras e serviços, é que a população, paulatinamente, vai adquirindo confiança nas políticas públicas. Esse processo, era reforçado pela realização periódica de assembléias com os moradores, no

sentido de avaliar, discutir e informar o andamento dos trabalhos.



Fig. 25 - Folhetos informativos para distribuição nos bairros.  
Foto: arquivo Prefeitura Municipal de Osasco

## As duas primeiras experiências

O Projeto Mutirão foi implantado, inicialmente, em duas regiões de Osasco: no Jardim Mutinga, bairro localizado na zona Norte e nos bairros Jardim São Pedro / Primavera, ambos na zona Sul, regiões precárias de infra-estrutura básica. O Jardim Mutinga possuía duas favelas com 283 habitações e 1.616 moradores num bairro de 6.434 moradores com apenas dois equipamentos públicos: uma Escola de Primeiro Grau e uma Unidade de Medicina Preventiva.



Fig. 26 - Vista geral do Jardim Mutinga (1983).  
Foto: arquivo da Prefeitura de Osasco.



Fig. 27 - Vista geral do Jardim São Pedro (1983).  
Foto: arquivo da Prefeitura de Osasco.

O Jardim São Pedro / Primavera não era muito diferente: um pequeno bairro com ocorrência de favelas, possuindo também apenas dois equipamentos públicos: uma Escola de Primeiro Grau, uma creche municipal e nas proximidades, fora dos limites do bairro, uma Unidade de Medicina Preventiva.

## A pesquisa de avaliação

Paralelamente, foi realizada uma pesquisa de opinião, através de questionários, no sentido de aferir a receptividade da população, em relação ao Projeto e de levantar dados para uma possível ampliação das atividades, abrangendo aspectos referentes à saúde, às manifestações culturais e às habilidades e competências da população, revelados durante o projeto.

A aceitação dos moradores, no seu conjunto, foi muito boa, com pequenas variações de um bairro para outro, em função da abrangência geográfica que cada obra conseguia alcançar em cada região.

No caso do Jardim São Pedro/Primavera, as atividades executadas, possuíam uma abrangência muito localizada, tais como, a construção de galerias de águas pluviais numa determinada rua, alargamento do córrego em outra área, ou drenagem superficial num trecho de rua. Ocorria, que muitas vezes, um determinado morador, quando consultado sobre as impressões de um determinado projeto, em cuja rua, onde residia, não havia sido feita nenhuma melhoria, respondia não ter sido beneficiado em nada, mesmo ciente da constatação de que, numa rua próxima a sua, por exemplo, tivesse sido implantada uma nova galeria de águas pluviais.



Fig. 28 a 31 - Inauguração da área de lazer do Jardim Mutinga.

Fotos: 28 e 29 Raul Pereira. 30 e 31 arquivo Prefeitura Municipal de Osasco

“O projeto não teve serventia para mim. Não vi nenhuma melhoria na minha rua”. Por outro lado, isto já não ocorria no Jardim Mutinga, onde a população foi unânime em responder entusiasticamente sobre o Projeto, e acreditamos que isso se deva ao fato da construção de uma área de lazer de 6.000m<sup>2</sup>, que beneficiava não somente o Jardim Mutinga como também os bairros vizinhos. Como se tratava de uma obra de caráter mais regional, de alcance geográfico maior, não dependia tanto da proximidade imediata de um domicílio específico.

Este fato levou a uma reformulação do caráter das ações, dando maior ênfase às obras para que atendessem ao maior número possível de moradores, uma vez que a Prefeitura não dispunha, de recursos suficientes, para responder a todas as demandas pontuais e individuais. Uma vez que a configuração de Osasco, pela carência de equipamentos urbanos públicos e terrenos disponíveis, não permite uma distribuição equitativa desses bens, a discussão com os moradores, relativas aos critérios geográficos de prioridades de implantação, adquiria um papel fundamental. Nesse sentido, o estabelecimento da instância do Orçamento Participativo<sup>30</sup> (que na época não possuía esse nome), vem tentar equacionar, através do diálogo e do esclarecimento, a relação entre o volume de demanda e a real possibilidade de sua efetivação, por parte do poder público.

## **As quatro novas frentes**

A forma como o Projeto Mutirão se desenvolvia e, a intensificação do volume do trabalho, além do previsto nessas primeiras experiências, obrigou a equipe a restringir-se, fundamentalmente, a tarefas relativas à execução de obras. Pela proposta original, esta atividade era ainda limitada e insuficiente, procurando ampliar o espaço de atuação, através da participação mais efetiva de outras Secretarias, destacando-se funcionários fixos e com dedicação integral ao projeto. Foram definidas quatro áreas para a implantação de novas frentes: Jardim Veloso, Jardim Marieta, Jardim Helena e Jardim Helena

30. Orçamento Participativo: criado oficialmente, em 1989, no governo municipal de Olívio Dutra, em Porto Alegre, RS. Processo que tem como objetivo, fortalecer o mecanismo de participação popular e democracia direta, aprimorando o debate entre o governo municipal e a população, através de amplo e sistemático processo de discussão em assembléias gerais e regionais sobre as prioridades de investimentos públicos e destinação dos recursos orçamentários. Desta forma, procura-se pensar e conhecer a realidade da cidade coletivamente, e promover uma distribuição de verbas de forma mais democrática e transparente, de tal modo que favoreça a maioria da população, reforçando assim, os mecanismos de controle social e reduzindo a possibilidade de ações que favoreçam o clientelismo e a corrupção, fortalecendo as iniciativas de organização da sociedade. Esse processo, aplicado predominantemente nos municípios do PT (Partido dos Trabalhadores), mas não exclusivamente, possui hoje em todo o Brasil, mais de 140 prefeituras brasileiras como Santo André (SP), Aracaju (Sergipe), Blumenau (SC), Belo Horizonte (MG) e várias cidades de outros países, adotaram o O.P.: Saint-Denis (França), Rosário (Argentina), Montevidéu (Uruguai), Barcelona (Espanha), Toronto (Canadá), Palmela (Portugal), Manchester (Inglaterra), Mons (Bélgica)

Maria. Dobry comenta sobre o bairro como *lócus* de experiências significativas no campo da Educação: “Osasco é uma região que contribui com indicadores importantes: ali, o movimento operário foi um dos primeiros a sofrer grande repressão do regime militar de 64. A indústria ferroviária que lá se concentrava, dada à opção feita pelo governo de um desenvolvimento básico na indústria automobilística, foi quase extinta e deixou a região com um alto índice de desemprego, base para o desenvolvimento de lutas populares e movimentos operários. Foi em Osasco também que Paulo Freire, trabalhando com alfabetização para adultos no bairro Helena Maria, desenvolveu a importante teoria que o tornaram conhecido internacionalmente”. (Dobry, 2005: 55)

Com a reformulação do Projeto, procurou-se estabelecer um trabalho integrado entre os diversos órgãos da Prefeitura, no sentido de levar aos bairros, um conjunto de serviços básicos que fossem compatíveis com a dinâmica do projeto e com a realidade local, evitando a superposição de tarefas semelhantes desempenhadas, pelas diferentes Secretarias. Esta forma de atuação diferenciava-se, pela maior oferta de serviços concentrados numa mesma área, gerando um efeito multiplicador, ao mesmo tempo em que fornecia subsídios e informações essenciais para o planejamento global das futuras realizações da Prefeitura.

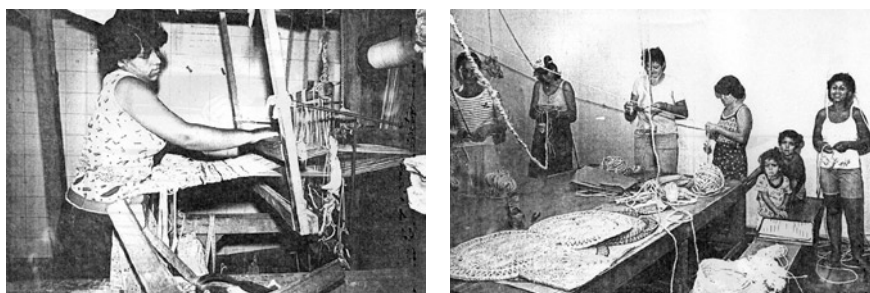


Fig. 32 e 33 - O trabalho de artesanato em grupo além de romper o isolamento das donas de casa proporcionam-lhes uma pequena renda. Fotos: arquivo Prefeitura Municipal de Osasco

A partir desse atendimento, diversas Secretarias apresentaram programas para serem desenvolvidos em apenas duas áreas, pois os recursos foram considerados limitados para atuar em quatro áreas simultaneamente. Participaram desta nova etapa, os seguintes órgãos e secretarias: Educação e Cultura, Promoção Social, Esportes e Turismo, Saúde e Higiene, Escritório de Planejamento de Osasco, Assessoria Política do Gabinete, Secretaria de Obras, Imprensa e Comunicações.

A maioria da população demonstrou boa receptividade em relação ao planejamento integrado, embora sua expectativa fosse voltada, mais prioritariamente para a execução de obras. Nessa fase, a Secretaria de Saúde e Higiene, em colaboração com a Secretaria de Negócios da Administração, criaram um programa de treinamento de primeiros socorros e prevenção de acidentes com os trabalhadores e suas coordenações. Realizaram também, uma importante tarefa de vacinação e de atividades preventivas,



principalmente na comunidade escolar, criando uma equipe composta por 3 médicos, 2 auxiliares, 2 enfermeiras, 3 dentistas e um oftalmologista. Durante seu desenvolvimento, o Projeto Mutirão envolveu, diretamente, nos trabalhos, 260 pessoas, sendo 200 trabalhadores braçais, 30 funcionários das Regionais e 30 técnicos de coordenação das diferentes Secretarias.



Fig. 34 e 35 - Assistência médica da Secretaria da Saúde à população e criação de cursos de primeiros socorros aos coordenadores do Mutirão.  
Fotos: arquivo Prefeitura Municipal de Osasco

## Alguns números sobre os quatro bairros

### Jardim Veloso

Situado na zona Sul do município de Osasco, o bairro possuía 8.906 habitantes, sendo que os moradores da favela somavam 890 habitantes distribuídos em 203 habitações. A área possuía rede de água, energia elétrica, iluminação pública, um colégio, e três terrenos municipais desocupados. As ruas se encontravam em péssimo estado de conservação, e em sua grande maioria o bairro não possuía guias e sarjetas e nem tão pouco um sistema de drenagem de águas pluviais.

### Jardim Marieta

Situado na zona Norte, o bairro possuía rede de água, energia elétrica, iluminação pública e praticamente todas as ruas possuíam guias e sarjetas, encontrando-se muitas delas, danificadas pela erosão. A população total era de 8.017 habitantes, sendo 989 dos moradores habitando em favelas distribuídos em duas áreas da prefeitura, ocupando apenas 197 habitações. Existia na área, um parque infantil municipal e nas proximidades, fora do perímetro do bairro, uma escola de primeiro grau, duas creches, um parque infantil e um pronto socorro.

### Jardim Helena Maria

Situado na zona Norte, abrigava uma população de 7.053 habitantes, 913 dos quais, moradores de favelas, ocupando 192 habitações. O bairro possuía: um Centro de

Saúde, uma escola de primeiro grau e uma unidade de medicina preventiva. E nas proximidades, fora do perímetro do bairro, havia dois parques infantis, uma creche, um Centro de Vivência e uma escola de 1º grau.

### Jardim Helena

Localizado na Zona Sul, a população total era de 4.870 habitantes, 712 dos quais, moradores em uma favela composta de 137 habitações. O único equipamento público existente era uma escola de primeiro grau, e na região do entorno, não muito próxima, existiam duas outras escolas de primeiro grau, e não havia equipamentos de saúde nem atendimento à criança de 0 a 6 anos.



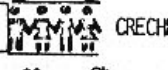
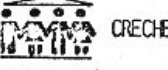




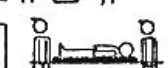
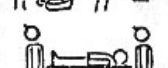
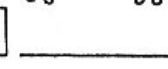

## Participação direta: Três experiências

### Creche, parque infantil ou campo de futebol?

No Jardim Veloso havia dois terrenos municipais e diferentes reivindicações da população, em relação à destinação da área: parque infantil, creche ou campo de futebol. E através de discussões em assembléia, organizada pela coordenação do Projeto e pela comissão de entidades do bairro, optou-se pelo plebiscito, como a melhor forma de encaminhamento.

**O POVO É QUEM DECIDE**

O QUE FAZER NOS TERRENOS DA PREFEITURA NO JD. VELOSO  
MARQUE COM UM X A SUA ESCOLHA PARA CADA TERRENO

TERRENO 1 CÉSAR LADEIRA ONDE ESTAVA O CIRCO (TERRENO PLANO)	TERRENO 2 R. PIRACICABA E JOSÉ DO PATROCÍNIO (TERRENO INCLINADO)
1 - <input type="checkbox"/>  HORTA COMUNITÁRIA	1 - <input type="checkbox"/>  HORTA COMUNITÁRIA
2 - <input type="checkbox"/>  CRECHE E PARQUE INFANTIL	2 - <input type="checkbox"/>  CRECHE E PARQUE INFANTIL
3 - <input type="checkbox"/>  ÁREA DE LAZER LIVRE	3 - <input type="checkbox"/>  ÁREA DE LAZER LIVRE
4 - <input type="checkbox"/>  BIBLIOTECA	4 - <input type="checkbox"/>  BIBLIOTECA
5 - <input type="checkbox"/>  CENTRO DE SAÚDE	5 - <input type="checkbox"/>  CENTRO DE SAÚDE
6 - <input type="checkbox"/>  PRONTO-SOCORRO	6 - <input type="checkbox"/>  PRONTO-SOCORRO
7 - <input type="checkbox"/> _____ OUTROS CITAR	7 - <input type="checkbox"/> _____ OUTROS CITAR

PRESTIGIE AS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DO BAIRRO,  
ELAS SÃO O CAMINHO ENTRE OS SEUS PROBLEMAS E A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Fig. 36 - Cédulas utilizadas nas eleições. Fonte: Catálogo de experiências municipais. CEPAM - 1997



Fig. 37 - Os representantes de entidades do bairro participam da apuração.  
Foto: arquivo Prefeitura Municipal de Osasco.

A aprovação das eleições, realizada numa escola municipal, desencadeou uma acirrada campanha no bairro, realizada num clima de festa, com bandas, atividades culturais e artísticas, composta por artistas locais. A Secretaria de Educação e Cultura, montou cinco salas de lazer, com atividades diversas para as crianças que acompanhavam os pais: colagem, pintura e atividades circenses, prática utilizada, sistematicamente, nas assembléias do Projeto Mutirão. Enquanto os pais participavam da reunião, as crianças se divertiam, nas salas de atividades infantis e, deste modo ficavam desobrigadas da presença em discussões, consideradas maçantes para elas, ao mesmo tempo em que permitia que os pais, se concentrassem nas discussões. Um fato muito comum nessas ocasiões era as crianças acompanharem os pais, e mais especialmente as mães, uma vez que a maioria não possui a alternativa de ter alguém em casa para cuidar das crianças.

A escolha majoritária da população para o equipamento urbano, destinado àquela área, em votação, recaiu sobre o item "Creche e Parque Infantil".



Fig. 38 a 40 - Votação e atividades artísticas organizadas pela Secretaria de Cultura.  
Fotos: arquivo Prefeitura Municipal de Osasco.

## **A apropriação de uma área livre ocupada por sucata**

Outra experiência, ocorrida no Projeto Mutirão, foi a desocupação de uma área contígua à favela do Jardim Veloso, utilizada privativamente por um morador, como depósito e comércio de lixo e sucata, local onde há muito tempo era reivindicada pela população para uso público.

Foi formada uma comissão mista, composta pela Secretaria de Higiene e Saúde, Secretaria da promoção Social, Administrações Regionais de Obras, Secretaria dos Negócios Jurídicos, Secretaria da Educação e Cultura e Assessoria Política do Gabinete. A população foi mobilizada para discutir o assunto e, aprovou a iniciativa, seguida da construção, nessa área, de um Centro Comunitário, para o desenvolvimento de serviços intersecretariais.

## **Os Terrenos de Aventura**

No Jardim Mutinga, durante a primeira fase do projeto, um terreno baldio da prefeitura, próximo a uma favela, era reivindicado, pelos moradores, como área de lazer.

O Projeto Mutirão retomou o trabalho no local para desenvolver uma experiência pedagógica de paisagismo, denominada "Terrenos de Aventura". Esta denominação pretendia expressar a particularidade do projeto, já que a proposta era especificamente dirigida às crianças e jovens do bairro, convidando-os para que, através do desenho e outras atividades artísticas, imaginassem, projetassem seu sonho, e se apropriassem desse espaço. O trabalho envolveu a parceria das Secretarias da Promoção Social, Educação e Cultura, Obras e contava com a coordenação de arquitetos, artistas plásticos e assistentes sociais e o evento consistia numa série de atividades, desenvolvidas durante o dia todo.

Na primeira etapa, os participantes percorriam o terreno, observando todos os elementos significativos da paisagem do local e do entorno, que poderiam constituir numa base referencial para um projeto: pontos de vistas panorâmicos, movimento, de terra, drenagem, áreas de sombreamento, posição do sol, dos ventos e assim por diante. Em seguida, desenhavam e pintavam o projeto que sonhavam para a praça, sobre uma folha de papel, onde constava uma base da planta baixa do terreno e suas conexões com o entorno.

Para finalizar, participavam de partidas de futebol e de danças coletivas.

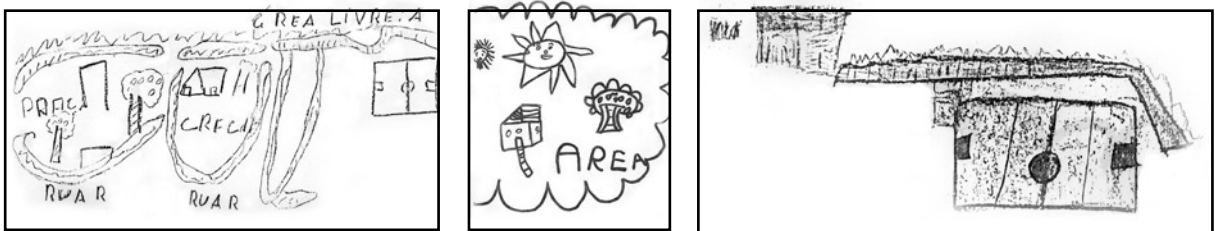


Fig. 41 a 58 - Atividades lúdicas com jovens e crianças do bairro, coordenados por arquitetos e artistas plásticos. Fotos: Neusa M.N.R. Ticianelli.



Fig. 59 - Atividades lúdicas com jovens e crianças do bairro, coordenados por arquitetos e artistas plásticos. Fotos: Neusa M.N.R. Ticianelli.

### **Uma breve avaliação da experiência**

Uma proposta como esta, apesar de rica de possibilidades, mesmo com o alcance limitado de uma nova forma de gestão, carrega em seu bojo, uma contradição: apesar de ser portadora de legitimidade, não possui mecanismos legais efetivos, que garantam uma continuidade e, devido ao seu curto tempo de duração, não acumula força suficiente para a continuidade do projeto. Os militantes políticos que antes atuavam como liderança nos bairros, vão sendo cooptados pelo poder executivo, por meio da obtenção de cargos, do controle econômico e político.

O que verificamos nas seis frentes do Projeto Mutirão é que a pequena remuneração, mesmo temporária, teve um papel importante, como elemento regularizador da vida dos trabalhadores desempregados. A maioria deles, em média, há oito meses desempregados, encontrava no Projeto Mutirão um abrigo, onde, durante o período de duração dos trabalhos, conseguiam uma estabilidade financeira e subjetiva mínimas que permitia saírem, com mais auto-estima, em busca de ocupações mais permanentes.

É conhecido também, o desgaste físico e psicológico que resulta a condição de desempregado, principalmente quando se estende por longo período de tempo, possuindo o trabalhador em exercício, melhores condições subjetivas e objetivas para a bus-

ca de novas alternativas.

O projeto de certa forma é um embrião de uma Prefeitura itinerante e sub-Prefeitura descentralizada. Apesar das dificuldades encontradas, os resultados obtidos pelo Projeto Mutirão foram considerados muito positivos. Na pesquisa de opinião efetuada em dezembro de 83, o Projeto ocupava o terceiro lugar, como uma das realizações importantes da Administração Municipal.

Em média, 30% dos trabalhadores conseguiram, posteriormente emprego fixo em outros locais e 20% obtiveram colocações temporárias cujo ganho era superior ao salário mínimo pago pelo Projeto. Neste levantamento, constatou-se também que o Projeto Mutirão teve um papel importante, para os trabalhadores, como processo de reciclagem e como um passo para uma melhor qualificação de mão de obra. Um percentual de 30 a 40% dos trabalhadores do Projeto Mutirão era especializado, como demonstram os dados abaixo, obtidos na frente de trabalho do Jardim Veloso.

Tabela 1

<b>Tipo de ocupação no último emprego</b>	<b>Nº de trabalhadores</b>
Trabalhador braçal	51
Pedreiro	13
Pintor	02
Carpinteiro	02
Motorista	02
Eletricista	02
Funileiro	01
Vigia	01
Cobrador	01
Soldador	01
Vendedor	01
Auxiliar Gráfico	01
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>78</b>

Apesar de ter se transformado numa das realizações importantes da Prefeitura, o projeto teve uma duração de apenas 2 anos. Na verdade, o final do projeto refletiu e inaugurou um novo rumo da administração, em direção às propostas mais populistas, de caráter eleitoreiro, afastando do núcleo do poder, tendências mais progressistas, e fiéis às propostas iniciais de governo.

O projeto Mutirão foi encerrado de forma autoritária, por determinação do prefeito, sem que nunca fosse dada uma explicação convincente. Na verdade, essa decisão, deveu-se a uma incompatibilidade política entre a tendência do grupo ao qual pertencia a equipe coordenadora, com o núcleo central do poder executivo, que já apontava na direção da condução de políticas mais clientelistas, e ligado aos interesses de grupos empresariais da cidade.

A despeito de todo o caráter efusivo e mobilizador ocorrido no Projeto Mutirão, não se pode concluir que um processo de curta duração, como foi o caso, possa criar mecanismos arraigados na população, a ponto de fazer frente e emergir reações organizadas, para se contrapor às decisões autoritárias, por parte do núcleo dirigente da Prefeitura. O processo, que possa mobilizar as pessoas envolvidas, possui fragilidades e as possibilidade de se fortalecer leva tempo com idas e vindas, e infelizmente não ocorre no instante e no momento que ocorre o fato.

Diante desse quadro e do novo remanejamento de cargos, ocorrido na da Secretaria de Obras, fui transferindo, passando a exercer a função de diretor do DAV – Departamento de Áreas Verdes, quando então teve início o plano de arborização da cidade, denominado Mutirão Verde.



CAPÍTULO 4.2  
**MUTIRÃO VERDE**



## A importância da arborização

A vegetação possui um papel importante como elemento estruturante e de percepção da paisagem, demarcando, de forma inequívoca, a diferenciação dos espaços construídos e dos espaços abertos da cidade. Funciona como elemento, que através de suas formas, cores, texturas e atribuição estética, pode sinalizar, reforçar ou induzir percursos, criando e sugerindo momentos de parar, de ver, de sentar, de se surpreender, reforçando qualidades cênicas, contribuindo para a coreografia geográfica e subjetiva dos cidadãos e, conseqüentemente, para conforto e melhoria da qualidade de vida.

“A arborização no espaço da malha urbana, satisfaz em primeira instância, a necessidades estéticas e de conforto climático. A preservação, a conservação e restauração do estrato arbóreo do ecossistema local, seja ele natural ou antrópico, deve ser considerado como um valor intrínseco de qualidade de vida e parte integrante do patrimônio ambiental e paisagístico das cidades” – (Chacel, F. , 2004).

Nesse sentido, a árvore, pela sua estrutura arquitetônica, composta por uma coluna e uma copa (teto), constitui um elemento amigável no tecido urbano, uma vez que libera, pela configuração de seu tronco livre e colunar, a circulação dos pedestres e veículos (dois dos principais contingentes móveis, que transitam pelos espaços das cidades) da mesma forma com que o Movimento Moderno liberou o espaço do chão, através dos pilotis, numa curiosa coincidência de conjunção natureza/cultura.

O uso da vegetação na cidade, não pode ser visto como um acessório ou mero resultado aritmético dos efeitos do balanço de oxigênio, da melhoria da qualidade do ar, e de seus atributos físico-químicos, que preenchem as brechas dos espaços construídos. As plantas são elementos indicadores e de controle da idade da cidade e da qualidade do meio ambiente, e são responsáveis, em uma área determinada, pela própria percepção do espaço projetado.

“Dentro de um amplo espectro de possibilidades, qual o grau de flexibilidade que os projetos devem assumir para expressarem uma compreensão da paisagem como um elemento vivo e, assim, se apresentarem como alternativas capazes de ampliarem a percepção ambiental dos usuários, concorrendo para que estes assumam sua real condição de cidadania?”

Este exercício ético que se propõe na escolha entre diversas alternativas informadas sobre o redesenho da paisagem, dentro de uma ampliação constante do repertório informacional dos seus usuários, deve fazer dos planos de sistemas de espaços livres, instrumentos para uma rearticulação da sociedade com a natureza” (Pellegrino, Paulo, 1988:64-65).

A alteração contínua de sua forma, cor e crescimento das árvores, demarca a idade das cidades, e cria uma referência temporal, revelando sua história, imprimindo e

“tatuando” a memória vegetal na geografia da cidade. O crescimento das árvores estabelece uma relação dinâmica de escala, em contraposição aos espaços edificados que, diferentemente destes, acompanham, num movimento dinâmico, nossas vidas e etapas de crescimento, criando, no percurso do cotidiano, uma cumplicidade histórica.

As árvores das vias públicas, ao mesmo tempo em que constituem um elemento importante da paisagem urbana, possuem um significado importante para o cidadão, proprietário ou usuário do imóvel, em frente ao qual está plantada. Com a perda ou a redução sucessiva dos quintais, a árvore da calçada passa a representar uma figura simbólica, como extensão de seu lote, e de transição, entre o espaço público e o privado.

Beuys, por meio da arte, nos dá um exemplo, em 1982, na Documenta de Kassel<sup>31</sup>, quando propõe que os moradores plantem 7.000 carvalhos nas ruas da cidade, fincando ao lado de cada árvore, um totem de basalto negro, retirado de uma grande pilha, descarregada em frente ao edifício principal da exposição, na Friedrichsplatz, para perplexidade e escândalo da Prefeitura e dos moradores. Desta forma, na medida em que as árvores iam crescendo, a relação de escala estabelecida com a rocha, ia também se alterando, criando uma alusão poética à passagem do tempo, e uma tensão entre a natureza viva e a inércia duradoura do basalto, rocha de origem vulcânica, de grande



Fig. 60 - Obra de Beuys na Documenta de Kassel, 1982: Pilha de basaltos na Praça Friedrichsplatz. Foto: Ute Klo-

31. Kassel, cidade alemã de porte médio, na qual é realizada a cada 5 anos, uma das mais importantes e conceituadas exposições de arte contemporânea, a “Documenta de Kassel”, onde se discutem os novos conceitos de arte tendo como um dos suportes para os trabalhos, os espaços livres urbanos da cidade. A proposta de Joseph Beuys, considerado por muitos como o mais importante artista da segunda metade do século 20, tinha como meta, o plantio das 7.000 árvores até 1987, quando seria realizada a próxima exposição, mas nesse ínterim vem a falecer, em 1986, aos 65 anos de idade, e a tarefa foi completada por sua esposa.

ocorrência na região. Desta forma, Beuys não só contribuía para a mudança da paisagem da cidade, como também, provocava um debate, sobre a relação entre os valores sociais, ambientais e estéticos.

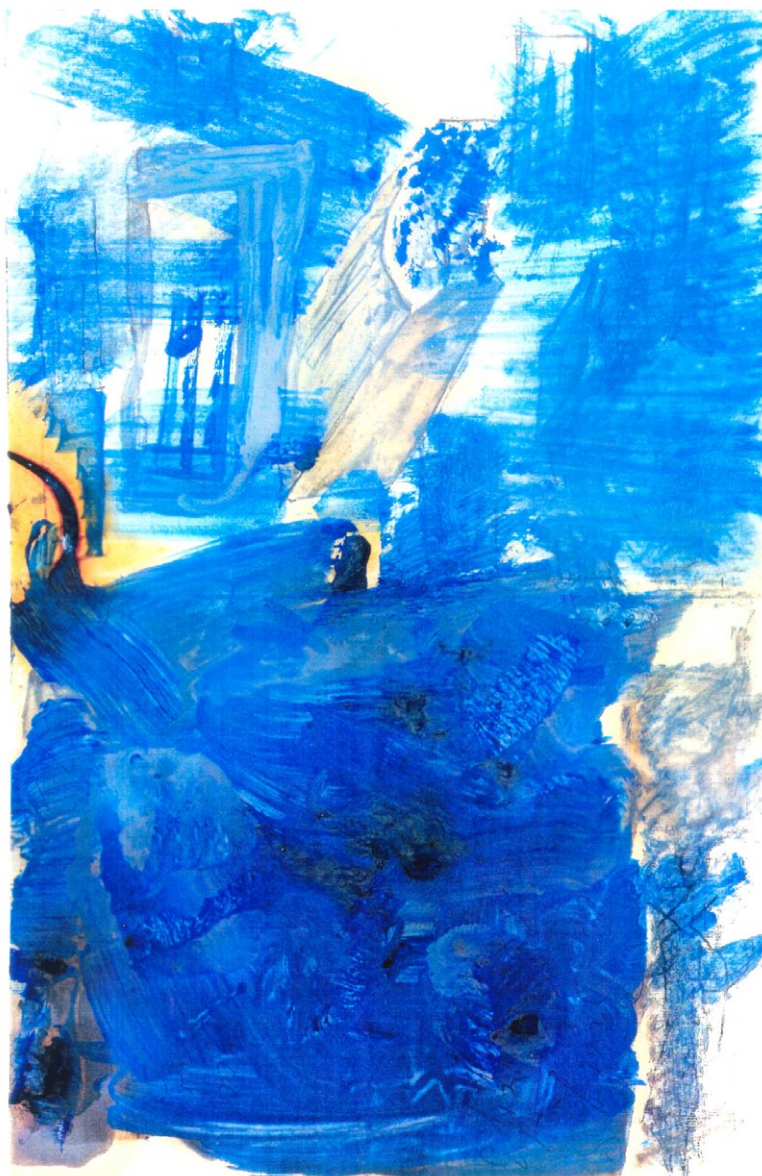


Fig. 61 - Uma das pinturas de Beuys.



Fig. 62 e 63 - Carvalhos plantado ao lado dos tótems de basalto

Com essa atitude de impacto e de estranhamento, Beuys “chacoalhava” a estrutura burocrática dos órgãos públicos municipais, que, por sua morosidade, e alegação de falta de verba, impediam um plano de arborização, já tentado anteriormente pelo artista. As árvores e o basalto foram conseguidos através de doações e no início do projeto, a população demonstrou uma certa atitude de rejeição ou indiferença, mas aos poucos foi absorvendo, e se incorporando ao projeto, auxiliando no plantio das árvores, ao longo de cinco anos.



Fig. 64 - Beuys em uma de suas "performances"

Fortemente marcadas pelo desenvolvimento urbano, as cidades mostram as mutações de sua fisionomia, obrigando a rever as relações entre as escalas do corpo edificado e das áreas livres. No caso das grandes metrópoles brasileiras como São Paulo, a ocupação pelas áreas construídas, mutilou o espaço que poderia ter sido preservado, através de um planejamento, onde as áreas verdes impermeáveis e os recursos hídricos pudessem formar componentes sistêmicos. Frederick Law Olmstead e Charles Eliot nos dão um exemplo clássico, já no final do século XIX, dessa convivência, com o projeto de reestruturação da Charles River, na cidade de Boston, que posteriormente ampliou essa ação para os espaços livres de toda a sua região metropolitana, conhecida pelo nome de "Emerald Necklace" (Colar de Esmeraldas). Outro projeto exemplar é o Central Park de Nova Iorque, que numa atitude quase profética em 1857, Olmsted previu a verticalização da ilha de Manhattan, demonstrando que não é por falta de modelos de abordagens mais abrangentes do tratamento da paisagem, que nossas cidades não possuem uma relação mais generosa com os espaços livres públicos.

O planejamento do sistema de áreas livres costuma ser baseado em modelos pré-estabelecidos de índices de área verde por habitante, sendo esses critérios meramente quantitativos, que podem variar, em função das diferentes tipologias e das especificidades da paisagem de cada local. Deste modo, uma cidade rodeada por um cinturão verde rural, difere muito de outra de mesma dimensão, densamente edificada, localizada numa região metropolitana. Da mesma forma, uma área de cobertura arbustiva, produz efeitos climáticos diferentes daquela, de predominância arbórea, bem como um centro urbano industrial e densamente poluído, necessita de um tipo específico de vegetação, diferentemente de uma cidade bucólica, cuja vocação econômica principal é a prestação de serviços de baixo impacto ambiental. Portanto, esses critérios empíricos, transpostos mecanicamente, desconsiderando os contextos, podem resultar em diagnósticos e planos,

destituídos de qualquer fundamentação científica. No entanto, como os índices de áreas verdes, da maioria dos grandes centros urbanos brasileiros, estão muito aquém desses indicadores, na pior das hipóteses, melhor seguí-los, mesmo com esse índice de imprecisão, do que não se referenciar em nenhum.

A forma de ocupação desordenada, determinada pela especulação imobiliária, pelo poder público ou por loteamentos clandestinos, onde é priorizada a circulação de veículos, em detrimento do pedestre, deixando, em média, um espaço exíguo de calçada de 1,5 m (no caso de São Paulo e de Osasco), só vem ressaltar a importância que a arborização de vias públicas representa.

A especulação do solo urbano deturpa o conceito original da verticalização preconizada pelos idealizadores, particularmente os arquitetos modernistas do início do século XX, que tinham como pressuposto básico a alta densidade construtiva e populacional em troca da liberação do solo para um maior equilíbrio entre o espaço construído e o espaço aberto.

Temos na visão de Segawa:

“O passeio foi, por muito tempo, uma recreação urbana apreciada, e ruas margeadas por árvores, serviram a esse propósito por, no mínimo 4 séculos, se não mais. O surgimento e a proliferação da árvore de rua desde o fim do século XVI e durante o século XVII, marcam um período de rápidas mudanças na sociedade urbana européia”

[...] “O plantio de árvores em praças não era usual na Idade Média, como não o foi na prática no período imediatamente seguinte. Quando o espaço público começa a conviver com a vegetação? A natureza organizada em forma de jardins comparecia em espaços privados, como claustros conventuais. Paul Zucker afirma que a aplicação imediata das idéias renascentistas de cidade teria suas primeiras manifestações concretas na arquitetura de jardins e parques privados do séc. XVI, identificando nos canteiros palacianos italianos idealizados por Bramante (1444-1514), Raphael (1483-1520), Sangalo (1445 – 1516), Peruzzi (1481 – 1536), Vignola (1507 – 73) e Giulio Romano (1492/9 – 1546), o rebatimento das geometrias reguladoras de Alberti e outros (Girouard, 1985). Os jardins de Versalhes (desenhados por Lê Nôtre entre 1661 e 1668), a remodelação das Tulherias (desenvolvida por Lê Nôtre a partir de 1664), bem como os jardins de Luxemburgo, do Arsenal, Palais – Royal, Temple, do L’Hotel Soubise e o Jardin des Plantes, são arquétipos jardinísticos franceses do séc. 17 – mas jardins reservados ao rei e à nobreza, que só foram franqueados à população no reinado de Luis XV ( DUBY, 1981) – e que constituíram, no momento de sua abertura, o espaço público cotidiano na Europa. (Segawa, 1995:38)

Antes de abordarmos a especificidade do estudo do projeto Mutirão Verde, cabe aqui algumas considerações a respeito das dificuldades, normalmente enfrentadas num plano de arborização urbana e também, no tocante ao grau de especialização que essa ação requer.

## O caso de São Paulo

Historicamente, a arborização urbana de São Paulo teve a Europa como fonte de inspiração, o que levou a utilização não só de espécies exóticas, então em moda, como também caracterizadas pelo seu grande porte.<sup>32</sup>

Em estudo recente feito por Vignola no município de São Paulo, baseado em dados oficiais existentes, considerando-se que a cidade possui ao todo 15 000 km de vias pavimentadas e não pavimentadas, caso fosse efetuada uma arborização desse sistema viário, com largura aproximada de 7m e em pontos viáveis de implantação, teríamos uma biomassa com 105 km<sup>33</sup>.

Um projeto de caráter abrangente e sistêmico deveria ter como ponto de partida, um Plano Diretor, instrumento que, de fato (pelo menos teoricamente, considerando-se que, na maioria dos casos, fica engavetado nas mesas dos gabinetes dos órgãos públicos), determinaria uma rede de áreas verdes para a cidade. A mesma forma de ocupação desordenada do sistema edificado da cidade, ocorre no plano de urbanização de moradias de interesse social, onde muitas vezes, a compatibilização entre as normas ambientais e a necessidade de melhorias de habitação, fica reduzida a uma opção entre o menos danoso e o péssimo, levando-se em conta, que esse já constitui um processo quase irreversível. Uma solução mais radical exigiria grandes investimentos com desapropriações, condições impossíveis, pelas precárias condições financeiras da maioria dos municípios brasileiros. Os bairros periféricos são os que mais necessitam de áreas verdes, e são justamente, os que possuem menos condições de implantá-los, devido à natureza do traçado urbano e à densidade construtiva inadequada quanto ao uso e ocupação do solo.

32. É importante também lembrar, como apontado por Lamas, que a árvore fora introduzida nas cidades européias, onde estava em voga o passeio arborizado. Tal ensejo propiciou, no início do século XIX, o aparecimento de tipologias como a do bulevar – certamente servindo de motivo para inspirar, a seu tempo, remodelações dos espaços viários da cidade de São Paulo. Em 1896, através do Acto nº 7, de 28 de março, ficava facultado aos proprietários a arborização das ruas e praças em frente a suas residências, mediante licença da intendência. Conforme publicado, dispunha em seu artigo 3º: “as qualidades das árvores serão de preferência: carvalho, magnolia amarella, ficus benjamins, acácias, platanos orientalis, grevilha robusta, eucaliptus gigante, flamboyant e tulipeiras” (Vignola, 2005:16)

33. Comparativamente, as vias marginais (Tietê e Pinheiros) possuem em toda a extensão, aproximadamente 2,5 km<sup>2</sup> de área verde; todos os parques municipais e estaduais juntos, 14,6 km<sup>2</sup>, praças, canteiros e outras áreas ajardinadas, 10,6 km<sup>2</sup>. Todas essas áreas totalizam apenas 27,7 km<sup>2</sup>, ou seja, 24,73% da extensão arborizada hipoteticamente aqui estimada. Dessa forma, se as árvores fossem colocadas em média, a cada 20m sequencialmente distribuídas em alinhamento em cada lado da via, sem considerar os canteiros centrais, teríamos uma média de 100 árvores a cada quilômetro de via. Se fosse possível arborizar todo o sistema viário de São Paulo, com árvores de porte médio a grande, esses espaços comportariam hipoteticamente 1,5 milhões de árvores ao longo dos 15 mil quilômetros de ruas e avenidas que cortam a cidade. Mas, considerando, que boa parte dessas ruas não comporta arborização devido a impossibilidades de ordem física de boa parte do sistema viário, e reduzindo-se generosamente essa possibilidade para 1/3 de todas as ruas e avenidas, o número de árvores estimado estaria em torno de 500 mil árvores de porte médio a grande – (Vignola, 2005:119).

## Dificuldades da arborização

Somado a essas dificuldades, existe o fato, de que a história de arborização urbana nas cidades brasileiras, raramente se deu, segundo um projeto adequado e planejado. Na prática, o plano de arborização vem suprir uma deficiência da distribuição sistêmica e igualitária de áreas verdes na cidade e, representa uma medida de socorro, como último recurso, uma vez que restam poucos espaços amplos para a sua implantação. As calçadas das vias públicas não foram dimensionadas para comportar arborização, uma vez que a o traçado urbano, sempre priorizou o incremento de área para veículos, em detrimento dos pedestres. Além disso, o fato das construções das calçadas ficarem, por determinação legal, a cargo do morador, sem um processo de fiscalização, por parte do poder público, agrava ainda mais a situação, fazendo com que não sejam respeitadas, por exemplo, as normas de dimensões corretas de acessibilidade ao pedestre, de abertura de canteiros para ajardinamento e de escolha de espécies.

Os conflitos com o sistema de implantação de infra-estrutura urbana, desde instalações subterrâneas até mobiliário urbano, são enormes e as condições de sobrevivência das árvores, praticamente impossíveis (rede de água, esgoto, eletricidade, cabos de fibras óticas, telefones públicos, placas de sinalização de trânsito, entre outros). Somado a isso, o tamanho dos lotes numa cidade carente como Osasco, possui, em média, 5 m de testada, o que vem dificultar ainda mais o plantio de árvores nas calçadas públicas, uma vez que os locais indicados para esse fim, ficam reservados para acesso às garagens.

É muito usual, em datas comemorativas e de festividades, a distribuição, por decisão dos prefeitos, de grande quantidade de mudas para a população, muitas vezes de uma só espécie e inadequadas, não só pela grande dimensão, como também, por outras características como o sistema radicular agressivo, que foi o caso da cidade de Santo André, com a distribuição de *Hovenia dulcis* (uva japonesa), árvore de grande porte, há algumas décadas atrás. A população, normalmente, não é orientada a respeito dos cuidados necessários ao plantio, resultando numa tragédia futura, uma vez que para se adequar à rede de fiação elétrica e ao pequeno recuo das edificações, as árvores acabam sendo drasticamente mutiladas, reduzindo muito seu tempo de vida útil.

Em grande parte das cidades brasileiras, predomina a utilização de espécies exóticas, com o fato agravante da utilização de uma pequena variedade. Há dificuldade de se conseguir uma biodiversidade em larga escala, e as de porte adulto, diferentes das já consagradas pelos viveiristas, e pelos órgãos públicos, que optam pelas de rápido crescimento e retorno comercial, ao sabor das oscilações da moda. Esse aspecto, além



de constituir um elemento de monotonia estética e ambiental, favorece o surgimento de agentes patógenos, ocorridas pela vulnerabilidade de um ecossistema indefeso. Exemplo emblemático é o caso da morte dos olmos-holandeses e dos olmos-americanos, em algumas cidades norte-americanas. Minneapolis, arborizada praticamente só com olmos, perderam a maior parte de suas árvores, num curto período de tempo. Numa única década, entre 1955 e 1966, mais de 90% dos olmos das cidades de Illinois, sem um controle de pragas, morreram. O plátano londrino, o bordo-norueguês e mais recentemente, a acácia-meleira tiveram um desfecho semelhante, cujas remoções acarretaram milhões de dólares de prejuízo para o poder público (Spirn, 1995: 198). No Brasil, podemos citar casos similares, como a arborização de Goiânia, com o uso da *Pachira aquatica*.

Ironicamente, essa "monocultura urbana" ocorre no Brasil, possuidor de umas das maiores biodiversidades do mundo, contando com, pelo menos, 50.000 espécies vegetais e 5.000 espécies arbóreas, onde só em uma área ao sul da Bahia, podemos encontrar num só hectare, 458 espécies de árvore<sup>34</sup>. E para a manutenção do conjunto de árvores já existentes, os departamentos públicos responsáveis, não possuem estrutura e recursos humanos suficientes, para prevenir e dar respostas rápidas às necessidades de manejo, mesmo possuindo, muitas vezes, em seus quadros, profissionais tecnicamente competentes na área. Esse processo poderia ser otimizado, por meio de um arquivo cadastral informatizado das espécies arbóreas, que pouparia onerosos e desnecessários deslocamentos de funcionários para vistorias. O sistema de monitoramento das árvores, largamente utilizado nas cidades norte-americanas, desde o início do século, muito contribuiria para uma racionalização que pudesse, através de mapeamento cadastral, sistematizar o manejo das espécies: quantidade, porte, localização, identificação, condições fitossanitárias, possibilitando assim, um trabalho de prevenção, controle e planejamento mais rigoroso do conjunto arbóreo da cidade. No Brasil, podemos citar experiências similares nos municípios de Maringá a partir da década de 80 e em Santo André, no ABC paulista, a partir da década de 90.

"Em 1973, 30% das cidades americanas avaliadas conduziam inventários de suas árvores e menos de 3% manejavam as informações através de computadores, enquanto em 1980, quando se avaliou um maior número de cidades, observou-se que 43% mantinham levantamentos e 10% utilizavam sistemas computadorizados". (Gerhold et alii, 1987, in Takahashi, 1990: 116)

Em 2004 com uma receita anual de aproximadamente 14 bilhões de reais, a Prefeitura do Município de São Paulo gastou aproximadamente 7 milhões de reais com podas e remoções de árvores (Vignola, 2005: 122). Isso representa um dado significativo, se nós

34. Fonte: Fundação SOS Mata Atlântica.

considerarmos que grande parte desses serviços se deve à correção de plantios feitos incorretamente, e à utilização de espécies de porte acima do recomendado, ou por manejo e podas mal feitos. Normalmente, mesmo com um projeto adequado e tomando todos os cuidados necessários para o desenvolvimento, a vida média das árvores é reduzida, se comparada com as existentes em seu *habitat* natural, uma vez que podemos considerar a cidade como um ecossistema peculiar, onde a temperatura, regime dos ventos, índice pluviométrico, grau de umidade, entre outros, são diferentes, quando comparados com o de uma zona rural, arquétipo que ainda perdura, no imaginário da maioria da população.<sup>35</sup>

Ver a cidade (também) como ecossistema, significaria buscar uma base para o entendimento das conseqüências das ações da sociedade humana sobre a natureza no ambiente urbano, avaliando a medida e a interconexão desses impactos numa escala abrangente, incluindo os seres vivos e elementos abióticos, a estrutura física urbana, os processos e fluxos existentes, mas percebendo igualmente as mudanças no universo valorativo dos cidadãos.

"A vegetação urbana deve conviver com tremendas pressões biológicas, físicas e químicas: muita ou pouca água; temperaturas muito elevadas ou muito baixas; atmosfera, água e solo contaminados; pragas e doenças. Muitas plantas não conseguem sobreviver de modo algum; outras sobrevivem numa condição de desamparo e angústia. A cidade contém uma grande variedade de habitats dentro do mosaico de edifícios e pavimentação. Alguns habitats são extremamente desgastantes, e a quantidade de plantas, que conseguem sobreviver é muito reduzida; outros são menos e suportam uma variedade maior de vida vegetal. Infelizmente os espaços públicos mais valorizados da cidade estão entre os mais desgastantes; ruas, praças e parques podem agravar os piores problemas do ambiente urbano. As árvores das ruas convivem com grande pressão: calor intenso, poluição do ar, danos causados por carros ou por vandalismo, superfície pavimentada e compactada, solo infértil, águas contaminadas e limitado espaço do solo. Não admira que a média de vida de uma árvore urbana seja apenas de dez anos" (Spirn, 1995: 93-194).

35. O filme *Deliverance*, (*Amargo Pesadelo*, na tradução brasileira), do diretor britânico John Boorman, escrito por James Dickey, retrata bem e desmitifica esse imaginário urbano, onde um grupo de quatro homens de negócios de Atlanta, decide sair em busca de aventura, rio abaixo, numa jornada de fim de semana no campo. Mas ao contrário da calma e harmonia bucólica esperada e idealizada, como contraponto à vida urbana, acabam vivendo momentos de verdadeiro terror, de estupro, mortes e vitimados pela violência da correnteza do Rio de Chatiooga, Geórgia, deparando-se com camponeses fisicamente deformados, numa bela metáfora da personificação das forças complexas e autônomas, não facilmente domesticáveis, da natureza.

## Fatores importantes para a arborização de ruas

Um plano de arborização deve possuir a capacidade de se integrar com a paisagem local e regional, valorizar e respeitar a sua história, seus valores simbólicos, culturais, ambientais e considerar o grau de sociabilidade. Deve também, levar em conta o ambiente urbano no seu conjunto: vegetação existente, marcos referenciais, monumentos, paisagens únicas, atividades e usos, fluxo de veículos, vetores de expansão, planos e legislação existentes, além de considerar os seguintes fatores:

### A. Ambiente urbano:

Condicionantes fisiográficos: clima, topografia, solo, qualidade do ar, insolação e a umidade.

### B. Espaço físico disponível:

Considerar largura de ruas e calçadas, afastamento predial, isolamento das edificações, ocorrência e posicionamento de instalações aéreas e subterrâneas, de forma a possibilitar a insolação dos edifícios, e não danificá-los pelo crescimento agressivo das raízes.

Definir o local adequado e sua relação com os equipamentos urbanos: de preferência em divisas de lotes, estabelecendo distâncias mínimas de postes, transformadores, hidrantes, caixas de inspeção, instalações subterrâneas, esquinas, bueiros, árvores existentes nas calçadas e nos lotes, insolação, fiação elétrica, guia rebaixada, mobiliário urbano, placas de identificação e sinalizações, fachadas de edificações, faixas de travessia, tutores e protetores, entre outros.

### C. Características das árvores a se utilizar:

- As espécies devem ser:
  - de preferência nativas
  - diversificadas, a fim de evitar desastres ecológicos perante qualquer causa abiótica, que venha a destruir a espécie.
- Devem possuir:
  - adaptabilidade climática
  - tolerância à poluição
  - altura mínima de 2,50m
  - frutos e flores pequenos, folhas coriáceas ou pouco suculentas
  - características morfológicas e fenológicas (forma, porte, raiz, floração, frutificação, entre outros) adequados ao espaço onde vai se desenvolver

- altas possibilidades de enraizamento após o transplante
- capacidade de se desenvolver num espaço limitado, e com o solo pouco arejado
- capacidade de brotação rápida
- características ecofisiológicas, que lhe permitam uma expectativa de vida longa.
- resistência à seca
- resistência aos ataques de agentes abióticos
- resistência ao ataque de cupins, brocas e de agentes patogênicos
- características que requeiram pouca manutenção

#### **D. Evitar espécies que apresentem<sup>36</sup>:**

- debilidade ou fragilidade de seu cerne, ramos quebradiços, passíveis de ocasionar perigo de acidente aos usuários.
- espinhos e princípios tóxicos perigosos.
- sistema radicular agressivo, que cause problemas nos pavimentos, tubulações e canalizações.
- crescimento excessivamente lento e porte adulto demasiado reduzido, incapaz de resistir ao vandalismo.
- problemas de natureza alérgica.

Este elenco de requisitos apresentados, não tem como objetivo criar um manual especializado de arborização de vias públicas, mas de demonstrar o grau de complexidade e especificidade que um planejamento adequado requer e, a necessidade de socializar, pelo menos parte desses conhecimentos, uma vez que as dificuldades enfrentadas, tanto no projeto, como na implantação, de um modo geral, não é de domínio público. Além dos aspectos meramente instrumentais, acrescenta-se o fato da explicitação da importância que o processo de arborização representa, do ponto de vista de seus significados simbólicos e culturais.

36. Fonte: manual técnico de arborização urbana – SVMA- secretaria do Verde e do Meio Ambiente – Prefeitura de São Paulo – 2002.

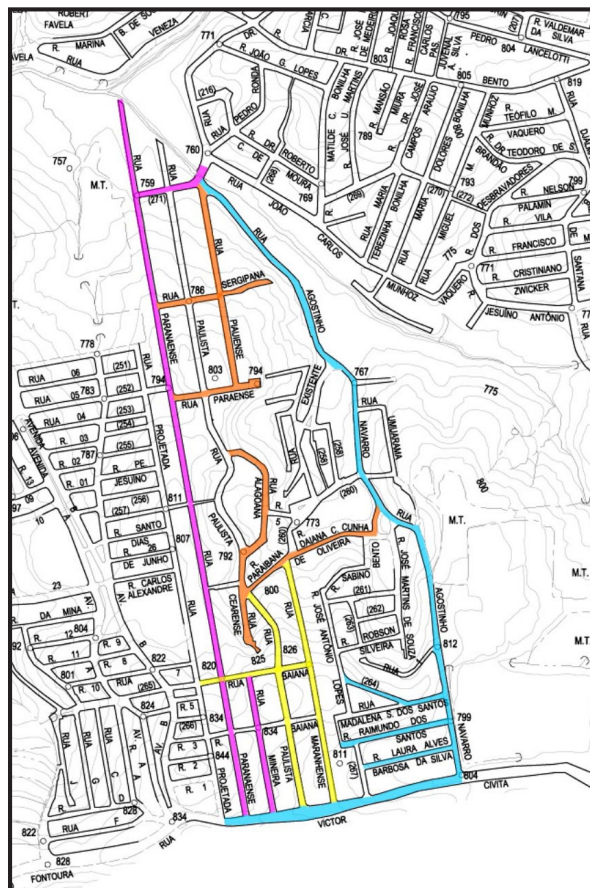
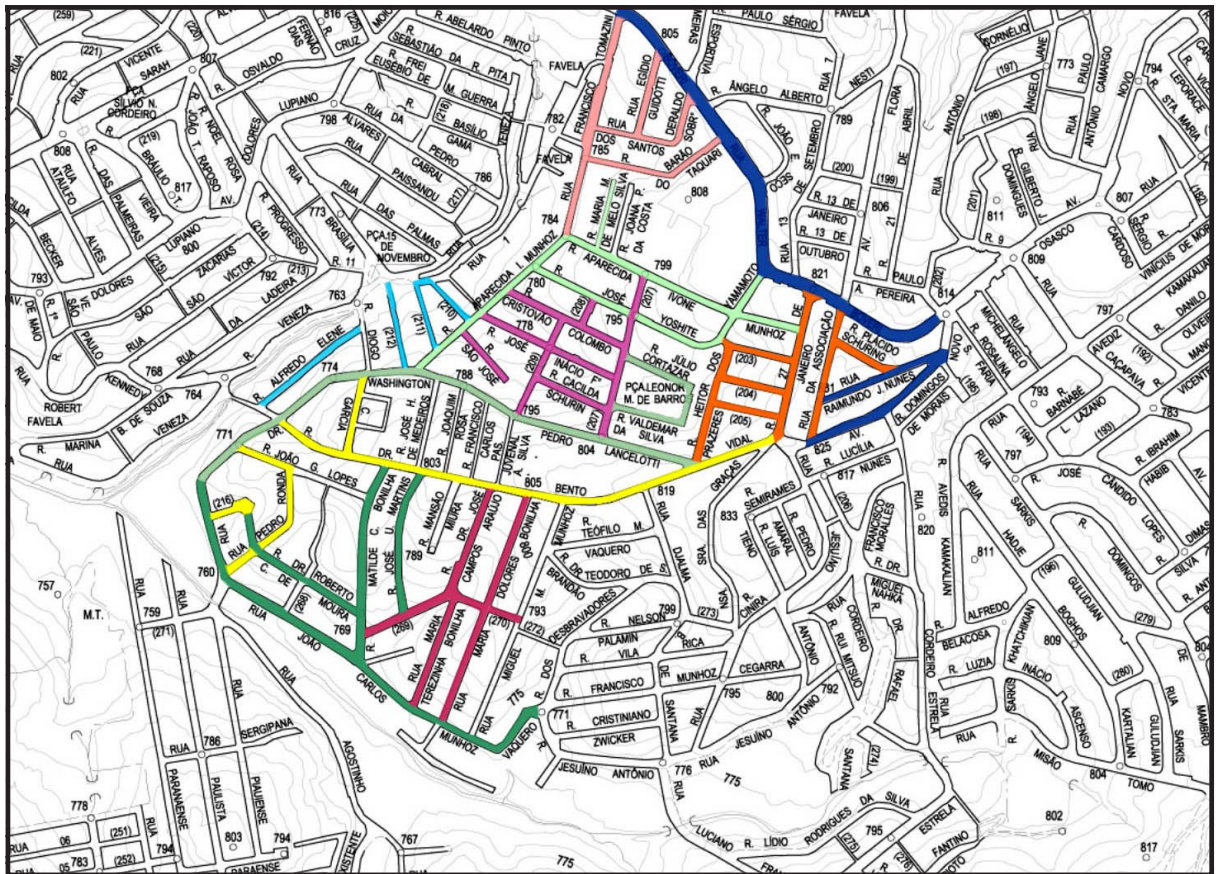


Fig. 65 e 66 - Planta esquemática das especificações das ruas a serem arborizadas

## Desenvolvimento do projeto

O projeto Mutirão Verde foi lançado há 20 anos, em 21 de setembro de 1986, durante os dois últimos anos da gestão do prefeito Humberto Parro, no intuito de estabelecer, de forma mais ampla e igualitária, um sistema de arborização, que conectasse os poucos fragmentos dos espaços verdes da cidade.

Através do DAV (Departamento de Áreas Verdes), ligado à Secretaria de Obras e Meio Ambiente, criado no mesmo período, foi elaborado um projeto físico e um plano de manejo para esse fim. Cientes de que não bastaria efetuar o plantio das árvores, sem a participação da população, no que se refere à discussão do plano, como à elaboração da concepção, dividimos a cidade em zonas de conjuntos de bairros contíguos, que iriam operar como unidades modulares para a mobilização da população e, para a implementação do projeto, a ser efetuado por etapas.

Em seguida, era realizada uma assembléia, convocando toda a população região, para apresentar, discutir e divulgar o plano. Paralelamente, a equipe de arquitetos e técnicos do DAV<sup>37</sup>, elaborava o diagnóstico e levantamento das características dos bairros, assim como das ruas e calçadas, definindo um anteprojeto, a partir do qual, visitavam as residências e os estabelecimentos comerciais, industriais, de serviço, entre outros, consultando a população e, ao mesmo tempo orientando sobre o plantio da(s) árvore(s) em frente ao seu imóvel. O aval do munícipe é um dos fatores básicos e importantes, para que o plano obtenha bons resultados, e para a garantia da preservação das árvores.

A maioria da população é favorável à arborização de ruas, mas existe resistência de uma parcela dos moradores, que alega problemas de segurança, receando que a árvore funcione como trampolim para a escalada do muro do imóvel. Outro argumento muito frequentemente citado era o da “sujeira” na calçada, causada pela queda das folhas. “Não quero árvore porque é escada para marginal roubar minha casa e as folhas fazem muita sujeira no chão e entopem as calhas”. Nesses casos, era estabelecido um diálogo para esclarecimento, no intuito de mostrar as vantagens da arborização, para a melhoria da qualidade ambiental, mas na hipótese da recusa categórica do cidadão o plantio não era efetuado.<sup>38</sup>

37. Participaram da equipe os arquitetos Eugênio F. Queiroga, Francelli Guaraldo, Lúcia, Luiz Henrique Zanetta, Nelson Rebelo e Robson Pabst.

38. Em enquete realizada recentemente por Vignola (2005:135-136) em diferentes bairros da cidade de São Paulo, procurando aferir o grau de aprovação da arborização de vias públicas constatou-se que a arborização, de forma geral, é bem aceita pela maioria, devendo, porém, ser considerado que uma parcela significativa aprovaria a ampliação da arborização, mas não em frente a seus imóveis.

## Domingo de mutirão

Decorridos quase um ano, desde o início do Projeto Mutirão, decidiu-se viabilizar uma atividade concentrada de plantio de árvores, que abrangesse uma série de bairros simultaneamente. Para esse dia, foram mobilizadas diversas Secretarias e todas as Administrações Regionais, correspondentes, em menor escala, às Sub-Prefeituras da cidade de São Paulo. O projeto era estruturado sobre um trajeto pré-determinado, percorrido por 40 caminhões dessas unidades, sobre cada um dos quais havia uma equipe composta por um coordenador (arquiteto, engenheiro agrônomo, biólogo, engenheiro civil ou jardineiro especializado), respeitando um projeto de plantio, que efetuava a distribuição das árvores adultas para os moradores, que juntamente com os técnicos da Prefeitura, efetuavam o plantio nas covas, já previamente preparadas<sup>39</sup> protegidas pelos gradis de proteção, executados pelos moradores. A muda, era acompanhada por um folheto explicativo sobre as características da espécie a ser plantada, contendo as instruções sobre cuidados necessários para sua manutenção.

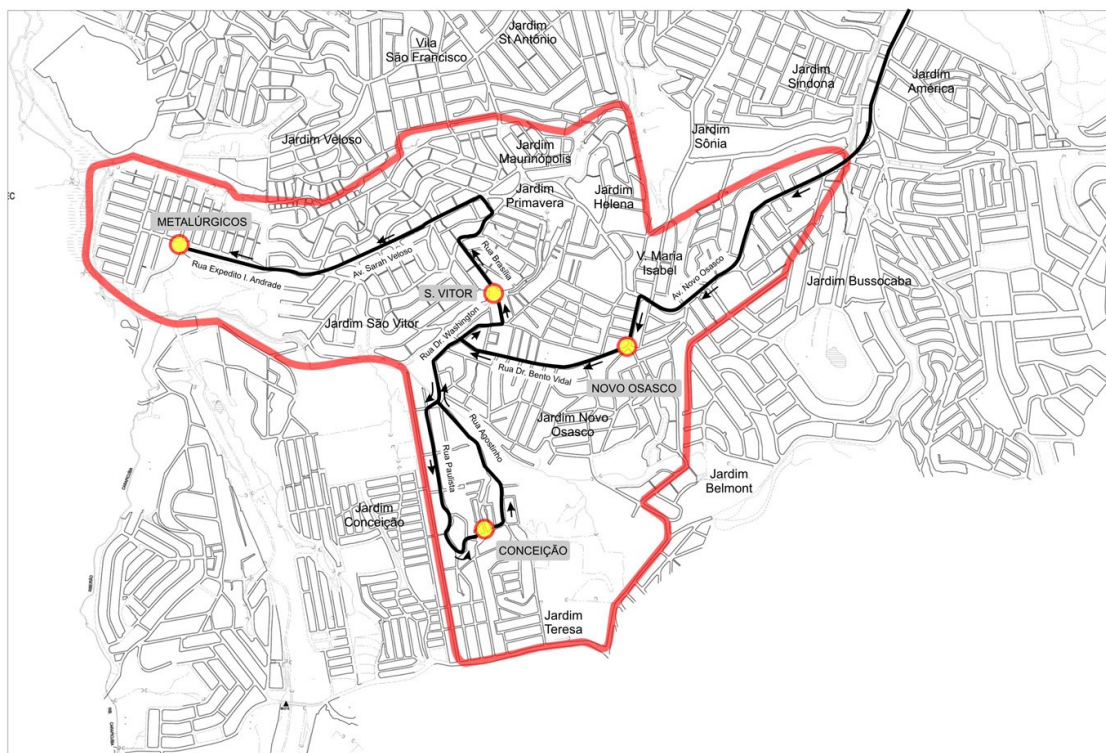


Fig. 67 - Mapa de um dos roteiros percorridos no dia do mutirão

39. A preparação das covas era feita através de empreiteiras contratadas por meio de licitação, cuja tarefa consistia em quebrar a calçada no perímetro quadrado delimitado para ser feita a cova, retirar o solo impróprio existente, substituí-lo por terra vegetal adubada e finalmente reconstituir a borda do canteiro com orla de concreto e, deste modo, o local já estavam em condições de receber a árvore no dia do Mutirão. Essa operação, complexa por requerer serviços de construção civil e importação de solo, fornecia a infra-estrutura básica para o plantio, normalmente pouco valorizada pelo poder público, no processo de arborização das cidades brasileiras. Spirn (1995, pg. 209) cita uma máxima dos velhos viveiristas: “plante uma árvore de um dólar numa cova de dez dólares”.

O projeto, através do NEA (Núcleo de Educação Ambiental), do Departamento de Áreas Verdes, previa a arborização em escolas estaduais e municipais. Durante todo o período em que transcorreu o projeto, foram plantadas 30.000 árvores nas calçadas de vias públicas e em 1987, grande parte dos esforços foram voltados para um evento realizado no domingo de 7 de junho, com o plantio de 10.000 árvores, contando com a participação dos moradores.



Fig. 68 e 69 - Carregamento das mudas no viveiro municipal para o plantio nas calçadas da cidade. Fotos: Raul Pereira



Fig. 70 - Distribuição das mudas. Fotos: Raul Pereira



Fig. 71 a 75 - Plantio das árvores pelos moradores do bairro. Fotos: Raul Pereira





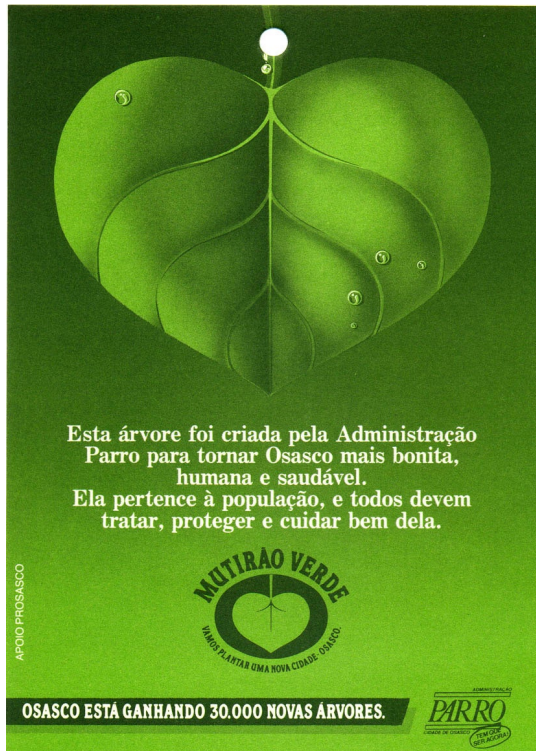


Fig. 76 - Etiqueta anexada à árvore a ser plantada.

Até o período que precedeu o evento, o plantio era efetuado gradativamente, e, o que se pretendia nesse domingo, era desencadear um clima de sensibilização coletiva na cidade, no intuito de reforçar a idéia da importância da participação social, na arborização urbana e dos benefícios e efeitos da mudança da fisionomia da cidade. Essa celebração, vinha reforçada por um processo de discussão, ocorrido anteriormente nos bairros, o que retirava do evento, o caráter de mera demonstração de espetáculo. Durante as reuniões, discutia-se a necessidade do planejamento e do projeto para a implantação da arborização viária da cidade, ao mesmo tempo em que se procurava esclarecer, que essa atividade implicava em abordagens não somente de natureza estética, mas também científica.

A idéia de arborização ou execução de jardins, coloca-se, na prática, e no imaginário da população, mais como uma atribuição "inata", intuitiva e espontânea, reforçada pela origem rural de seus antepassados agricultores, onde a maioria, de certa forma, tem essa atividade como ato corriqueiro em suas vidas. E uma ação coletiva, envolvendo todo o conjunto da cidade, possui a propriedade de criar um ambiente, que pressupõe, uma atividade de atribuição de todos, onde está implícita a idéia de aglutinação e comunhão, sinalizando com isso, que "não estou simplesmente plantando uma árvore, em frente a meu quintal, mas participo também de uma ação mais ampla no âmbito da cidade". Isso estabelece um acordo coletivo, não verbalizado, de que "meu ipê" faz parte de uma "floresta" urbana, se é que assim podemos nomear o conjunto de árvores enfileiradas,

dispostas nas calçadas.

Um acontecimento comum era, que alguns moradores resistentes durante a pesquisa domiciliar, resistentes ao plantio de uma árvore em frente a sua casa, mudavam de idéia, no dia do mutirão, dado ao clima contagiante, motivado pelo entusiasmo dos moradores vizinhos e como este fato já era previsto, levávamos no caminhão, um lote de árvores extras para essas solicitações. À noite, uma grande festa, com shows musicais e a presença do prefeito, celebrava o encerramento do evento, cujo conceito nos diz:

“A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos *produtos*, Com efeito, a obra é o valor de uso, e o produto é valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e dinheiro).” (Lefebvre, Henri, 1991: 4)

**Tabela 2. Avaliação do Projeto Mutirão Verde**

AVALIAÇÃO DO “PLANO DE ARBORIAÇÃO” DO DIA 07.06.1987							
LEVANTAMENTO REALIZADO DE 22.06.1987 A 30.06.1987							
BAIRRO	ÁRVORES PLANTADAS	ÁRVORES QUEBRADAS		ÁRVORES C/ GRADIL		RUAS COM MAIOR ÍNDICE DE DANIFICAÇÃO	TOTAL*
		Nº	%	Nº	%		
Jardim Helena	338	50	15	79	23	Rua Sociedade Esportiva Palmeiras - E.E.P.G	45
Conceição	507	40	7,8	109	21,5	Rua Paulista	24
						Rua Sergipana	35
Novo Osasco	957	57	5,9	176	18,4	Av. Bento Vidal - E.E.P.G. e Reg. 8	51
						Av. Valter Boveri -Viação Osasco	20
Belmont	533	26	4,8	61	11,5	Rua Miguel Maurício Munhoz	36
Veloso	629	22	3,4	181	27	Av. Sarah Veloso	27
S. Vitor	515	16	3	120	23	Nenhuma rua com porcentagem relevante de quebra de árvore	
Bussocaba	186	3	1,6	31	16,6	Nenhuma rua com porcentagem relevante de quebra de árvore	
Metalúrgico	625	1	0,1	130	20,8	Nenhuma rua com porcentagem relevante de quebra de árvore	
TOTAL	4.290	215	5	887	20		

\* Porcentagem de árvores danificadas em relação ao total plantado.

**Tabela 3. Avaliação do Projeto Mutirão Verde**

AVALIAÇÃO DO " PLANO DE ARBORIZAÇÃO" , DO DIA 07.06.1987										
LEVANTAMENTO REALIZADO EM 05.08.1987										
BAIRRO	ÁRVORES PLANTADAS		ÁRVORES QUEBRADAS		ÁRV. C/ GRA-DIL	ÁRVORES COM TUTOR		RUAS COM MAIOR ÍNDICE DE DANIFICAÇÃO	TOTAL*	
	Nº	%	Nº	%		Nº	%			
Jardim N. Osasco	573		165	29	134	23	245	43	Rua Dr. Bento Vidal Ônibus - EEPG- Comércio	87
									Av. Valter Boveri EEPG - Comércio - ônibus	44
Jardim Helena	207		52	25	68	33	117	56,6	Rua Sociedade Esportiva Palmeiras - 50% - EEPG	50
									Rua Irineu B. Oliveira - 35%	35
S. Vitor	271	53	19,5	82	30	148	54	Av. Brasília Ônibus - Comércio	39	
								Rua Ladeira	31	
								Rua Sebastião Rocha Pita	30	
Metalúrgico	416	66	16	87	21	261	62	Av. Hum Ônibus - sem residência	40	
Jardim Conceição	355	51	14,4	117	33	212	60	Rua Sergipana	68	
								Rua Maranhense	27	
Jardim Veloso	324	45	14	129	40	163	51	Rua Amadeu Amara Favela	36	
								Av. Sarah Veloso Ônibus - Comércio	35,5	
Belmont	305	39	13	63	21	220	72	Rua Nossa Sra. das Graças	23	
Bussocaba	104	13	12,5	26	25	69	66	Nenhuma rua com % relevante de quebra de árvore		
TOTAL	2.555	484	19	706	28	1.435	56			

\* Porcentagem de árvores danificadas em relação ao total plantado.

## Breve avaliação da experiência

O parcelamento e a fragmentação do tecido urbano, em relação ao seu sistema de áreas verdes, fazem com que um projeto como o acima descrito tenha um papel de simples paliativo de uma fratura sistêmica, que na verdade nunca mais será recuperada na sua plenitude, a menos que se reconstitua a cidade de forma radical.

Pesquisa, realizada dois meses após o plantio, aferiu o estado de preservação das árvores.

Do ponto de vista espacial no contexto urbano, o projeto possui a característica de abranger, de forma simultânea, vários espaços da cidade e as escolas, de forma rizomática e não essencialmente pontual. Isso produz um efeito no processo multiplicador de sensibilização da população, de irradiação na cidade, diferentemente da execução de uma praça ou de um parque, implantações pontuais e geograficamente localizadas e, via de regra, porém destinadas mais aos moradores locais. Essa sensação era verificada pela disposição dos moradores em participar do plantio, reforçada pelos relatos:

“Agora, tenho um pé de árvore na minha frente e não vai ter malandro nenhum que vai quebrar”.

“O ipê da minha calçada me lembra da roça, quando tinha um grande amarelo, que três homens não conseguiam abraçar”.

Esta experiência, juntamente com o Projeto Mutirão, serviram como subsídios para a implantação futura do projeto Uma Fruta no Quintal em Osasco – 1993/1996.



Fig. 77 a 79 - Algumas formas de proteção das árvores executadas pelos moradores do bairro. Fotos: Raul Pereira.

CAPÍTULO 5  
**ESTUDO DE CASO:**  
**UMA FRUTA NO QUINTAL**



## 5.1 A PAISAGEM

*O mundo não é.  
O mundo está sendo.  
Paulo Freire<sup>40</sup>*

### Diadema, passado e presente

Densa, compacta, cortada por duas grandes artérias viárias intermunicipais, a fisionomia de Diadema não difere muito da maioria das cidades da Região Metropolitana de São Paulo. Situada entre a Represa Billings e os municípios de São Paulo e São Bernardo do Campo, possuía 316.000 habitantes em 1996, e atualmente, 357.064<sup>41</sup>, na sua maioria migrantes, comprimidos em 30,7 km<sup>2</sup>, o que a coloca entre os municípios de maior densidade demográfica do Brasil<sup>42</sup>, resultante de uma ocupação desenfreada e não planejada, a partir dos anos 50.

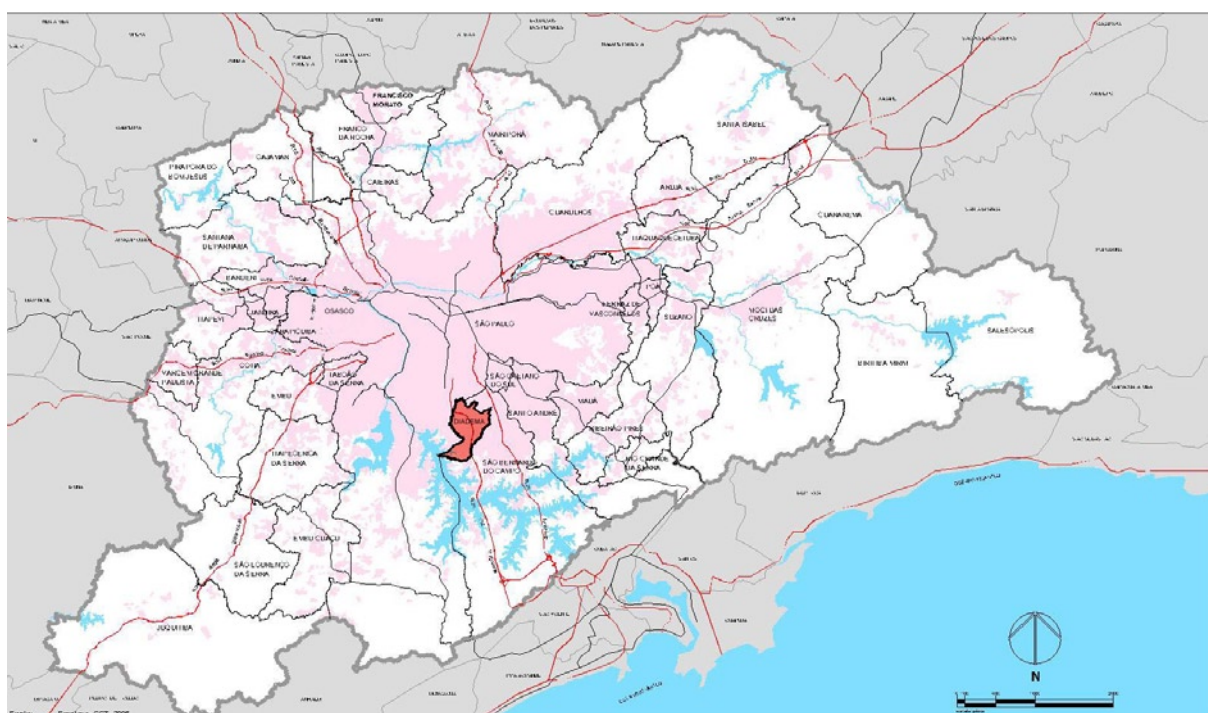


Fig. 80 - Foto: EMPLASA, 2005.

Atualmente, Diadema possui 10m<sup>2</sup> de área verde por habitante em média, estando, no entanto, a sua maior parte concentrada ao sul do Município, dentro da área delimitada como de Proteção e Recuperação aos Mananciais (APRM). Assim, os demais bairros apresentam índices inferiores, que variam desde 1 m<sup>2</sup> no bairro Casa Grande a

40. Freire, P., 2006.

41. 1 Censo IBGE 2.000.

42. Em 2004 possuía a segunda maior densidade demográfica do país. .



Fig. 81 - A foto aérea de Diadema (2002, Aerocarta), revela o alto índice de áreas edificadas, correspondendo à segunda cidade em adensamento demográfico do Brasil. (IBGE, 2000)

6m<sup>2</sup> no centro. Em função desta carência de áreas verdes em outras regiões da cidade, a legislação municipal definiu, no Plano Diretor de 1994, as Áreas Especiais de Preservação Ambiental. Estas consistem em cobertura vegetal significativa em quase a totalidade do imóvel, e que devem ser preservadas para abrigar a avifauna e contribuir para melhores condições do clima local. Cerca de 7,24 km<sup>2</sup>, ou seja, 23,6% do total do território do Município foi definido como APRM, incluindo o braço da represa Billings. Nesta região, que compreende a setores dos bairros Eldorado e Inamar, as regras de uso e ocupação do solo são diferentes, visando proteger a quantidade e qualidade da água da Represa, que abastece a cidade<sup>43</sup>.

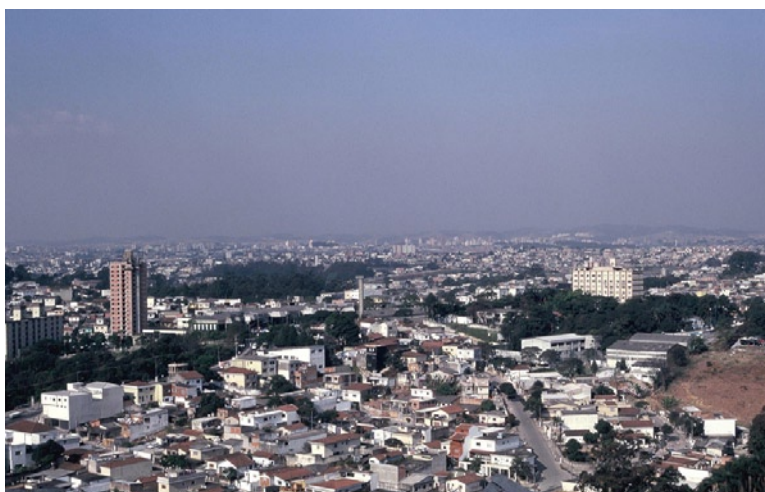


Fig. 82  
Vista parcial de Diadema

Absolutamente precária em infra-estrutura urbana, educação, habitação, saúde e transportes, Diadema apresentava em 1980, uma alta taxa de mortalidade infantil, possuindo um terço da população morando em favelas.



Fig. 83 - Represa Billings vista da região do bairro Eldorado ao sul de Diadema.

Foto: Publicação: Balanço de mandato de Mário Reali, 2004.

43. Fonte [www.diadema.sp.gov.br/csp/diadema/localizacao.csp](http://www.diadema.sp.gov.br/csp/diadema/localizacao.csp). Mantivemos aqui os dados indicados na fonte, para efeito de comparação entre os diferentes adensamentos da cidade. Porém, o estabelecimento de índices (de área verde por m<sup>2</sup>) envolve critérios e métodos de aferição discutíveis e variáveis de acordo com a fonte consultada.



Caracterizada como cidade dormitório, sua imagem era associada, nos anos 80, à miséria e à violência e considerada, simplesmente, como um grande bairro de periferia da cidade de São Paulo. Conurbada com a capital, com 23,6% de seu território em área de proteção de mananciais, a fisionomia da área urbanizada compõe um tecido cinza uniforme, pontuada de forma intermitente por algumas manchas verdes, ligadas entre si por estreitas calçadas, que impedem a arborização da maioria de suas ruas.

Situada, a 17 km do centro da capital, no ABCD (conjunto de municípios compostos por Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema), Diadema nasceu de um plebiscito em 1958 e sua história é caracterizada pelos movimentos populares organizados e pela participação nas lutas operárias, que projetaram nacionalmente os sindicalistas dessa região<sup>44</sup>.

A cidade passou por alterações significativas nas últimas décadas, reduzindo o caráter de mera extensão da capital paulista e adquirindo fisionomia e identidade próprias. A seqüência de cinco gestões municipais do Partido dos Trabalhadores, de 1983 a 1996 e de 2001 a 2006, modificou substancialmente as condições de vida, no que se refere às necessidades básicas e de infra-estrutura urbana: saneamento, habitação, educação, saúde, transporte e segurança. Nesse período, de certa forma, consolidou-se uma política de gestão pública de caráter popular, coletivo e progressista, a ponto de nas quatro últimas eleições para o poder executivo, as disputas ficarem polarizadas e restritas, basicamente, entre correntes de esquerda e centro esquerda, inexistindo representatividade significativa de partidos mais conservadores.

O atendimento à demanda básica de infra-estrutura urbana mínima nas duas primeiras gestões mencionadas permitiu, no período subsequente de 1994 a 1996, uma ênfase maior nas políticas culturais, transformando-se numa das ações prioritárias do governo. Hoje, em 2006, apesar de ter ocorrido um acréscimo no número de favelas, 90% foram reestruturadas. Seu Programa de Reestruturação de Favelas foi apresentado em 1996, na Conferência de Assentamentos Humanos, Habitat 2, promovida pela ONU, em Istambul, Turquia, destacando-se como uma das ações mais eficazes ocorridas em todo o mundo. Todos esses fatores, como serão melhor discutido a diante, proporcionaram condições favoráveis para o desenvolvimento do projeto Uma Fruta no Quintal.

44. Diadema, com o prefeito Gilson Menezes, foi o primeiro município brasileiro a ser governado pelo Partido dos Trabalhadores, em 1983.

## A identidade

A característica de Diadema, como mera extensão da capital de São Paulo, e sua não definição simbólica, devido à diluição dos limites geográficos em relação aos municípios vizinhos, enfatizava essa despersonalização, conferindo aos espaços, uma fisionomia árida e uniforme. Esses fatores são reforçados pela ausência de zona rural ou urbano-rural. Tal delimitação, na maioria das cidades brasileiras, constitui, visualmente, um elemento da paisagem, separador e diferenciador da área urbana. Um cinturão verde, por exemplo, sinaliza com mais clareza os limites de seu núcleo urbanizado. A fragmentação dos espaços que caracteriza a Região Metropolitana de São Paulo e outros grandes centros urbanos brasileiros, reflete a perversidade de um processo de formação orquestrado pela especulação imobiliária, onde a população pobre, sem outras opções, é deslocada para a periferia, vivendo em condições precárias de equipamentos e de infra-estrutura, distante dos locais do trabalho. Para esses moradores, já na gênese da ocupação do território, o espaço não é seu, a rua não é sua, a praça não é sua, e a elaboração e construção do espaço subjetivo são criadas por eles, palmo a palmo, no sentido de obterem as mínimas relações de identidade, que contribuam para suportar a dura labuta cotidiana. Mesmo assim, com todas as adversidades, resistem e criam, dentro do que podem, uma trama de relações sociais e afetivas, que são expressas nas mínimas referências: nos utensílios domésticos, no vaso de gerânio na janela, no time de futebol, nos bate-papos do boteco, na amizade com o vizinho, na igreja, ou na sibipiruna da calçada.

“Se o lugar é a manifestação mais concreta do espaço banal, o cotidiano é a manifestação mais concreta da história (banal). Os marcos das grandes revoluções pouco valeriam se, após, não se estabelecesse, nos lugares, uma mudança na vida cotidiana. Na esfera do cotidiano se entrelaçam a alienação e a percepção do mundo, no dia a dia das pessoas algumas atitudes são pragmaticamente exercidas, outras propiciam a reflexão. Na transversalidade de relações que caracteriza os lugares do território megalopolitano, o hibridismo de ações caracteriza os diferentes processos cotidianos das pessoas e mesmo das empresas e instituições. A diversidade é a potência do reconhecimento e da mudança. O cotidiano megalopolitano abrange um amplo arco de ações da solidariedade orgânica, da comunicação. Tem-se simultaneamente, no cotidiano megalopolitano, desde processos que acentuam o individualismo até os que vão na direção inversa, da individuação.” (Queiroga, 2001: 212)

Esses microcosmos criados, independentemente dos planejadores, existem como espaços pulverizados, sem conexão entre si, uma vez que a cidade não é concebida como espaço planejado e contínuo, mas como somatória dos espaços individuais e parcelares. Na verdade, seus moradores perderam, não somente a natureza primeira (a pai-

sagem natural), como também a natureza segunda, antropizada, uma vez que o espaço livre público já não representa a transcendência da fruição dos encontros e das trocas, que possibilitam o surgimento de utopias, reduzindo-se, como num quebra-cabeça ou num jogo de lego, a mosaicos justapostos de fragmentos físicos e subjetivos.

Raros são os espaços livres públicos de qualidade ou não residuais que restaram na malha urbana. Com o pouco tempo disponível para o lazer, a grande maioria da população nem sequer consegue usufruí-los como "usuários", termo sugestivo que denota bem o caráter excludente daquilo que lhes pertence de direito, mas não de fato.

"Que se considere agora o espaço daqueles que a gente conhece por palavras desajeitadas e malevolentes, por 'usuários', os 'habitantes'. Não há mesmo palavras bem definidas e possuindo uma forte conotação para designá-los. A prática espacial os marginaliza até na linguagem. A palavra 'usuário' tem qualquer coisa de vago e de suspeito. Uso de quê? Usamos roupas, carros como casas. O que representa o valor de uso, ao lado da troca e de suas implicações? Os 'habitantes'? O que designa esta palavra? Todos e ninguém. As reivindicações elementares dos usuários (desfavorecidos) e dos 'habitantes' (marginalizados) mal chegam a se expressar, enquanto que os signos de sua situação se multiplicam e às vezes saltam aos olhos." (Lefebvre, Henri, 1991)

O que é possível fazer, em termos de implemento de áreas verdes, numa cidade quase totalmente ocupada, onde não resta espaço para se expandir, a não ser para o alto, e que já ocupa irregularmente as áreas de proteção de mananciais, com habitações, lixões e cemitérios? Essa condição de encurralamento físico, força, por outro lado, um crescimento vertical, trabalhando na busca dos interstícios físicos e sugerindo até mesmo, um salto de deslocamento dos limites do espaço livre público para os do intramuros ou mesmo para o espaço privado dos quintais residenciais.

Foi a partir desse contexto que nasceu, em junho de 1993, por iniciativa da Prefeitura Municipal, em parceria com a rede estadual de ensino, o projeto Uma Fruta no Quintal. Tratava-se de uma experiência desenvolvida em toda a rede pública escolar de Diadema, envolvendo todas as disciplinas escolares e todas as Secretarias da Prefeitura Municipal, de modo a promover discussões teóricas e ações no meio físico, relativas ao ambiente e à paisagem, e tendo a arte e a concretude como eixos estruturantes.

O nome Uma Fruta no Quintal remete simbolicamente a várias questões: à relação entre a escola e o local de moradia; ao desenvolvimento, no tempo de algo que se modifica, cresce e acompanha a vida do aluno. E remete a uma contradição inerente à forma de ocupação do lote urbano em Diadema, bem como de toda região periférica da Região Metropolitana de São Paulo. Os quintais são pequenos, em grande parte impermeabilizados, e justamente, numa cidade detentora do segundo maior adensamento demográfico do Brasil.

## 5.2 O PROJETO

### As origens

Durante dois anos tivemos a oportunidade de trabalhar, juntamente com o arquiteto Caio Boucinhas, como consultor de projetos e implantação de praças, parques, jardins e arborização na Divisão de Áreas Verdes da Secretaria de Serviços Municipais da Prefeitura Municipal de Diadema (DAV). Como é fato corrente, constatado nos centros urbanos, determinadas áreas verdes apresentam condições de manutenção melhores que outras, podendo, muitas delas, resultar na total depredação.

Nossas experiências anteriores, na Prefeitura de Osasco, no período de 1982 a 1986, já haviam demonstrado que, muitas das praças bem conservadas, eram justamente aquelas, onde ocorria alguma forma de envolvimento dos moradores, seja no processo de decisão e / ou de execução do projeto ou da respectiva obra. Esse fato sugeria, que a simples implantação física das praças e de outros equipamentos de lazer, muitas vezes, eram insuficientes. Tal implantação deveria, na verdade, ser vinculada a um processo mais amplo, no qual se incluísse a participação dos moradores, e onde houvesse possibilidade de se sentirem reconhecidos, como agentes efetivamente integrantes desses espaços.

A proposta original do projeto era simples e despretensiosa: pretendia-se trabalhar paisagisticamente os espaços livres da escola, de forma a envolver todas as disciplinas, com o intuito de levantar questões relativas ao ambiente e aos usos dos espaços físicos escolares e, a partir daí, extrapolar para ações e discussões sobre as demais áreas livres públicas da cidade.

A imagem de "meio ambiente", veiculada diariamente pelos meios de comunicação, está ainda muito associada a uma visão mitificada e massificadora, como aquilo que se apresenta fisicamente distante: o mico-leão-dourado, o urso panda, a Amazônia, a tragédia de Tchernobyl ou os buracos da camada de ozônio e, arquetipicamente, associada à idéia pastoral do mundo rural. Essa banalização dos temas e sua generalidade, apesar do significado simbólico exemplificado por suas trágicas conseqüências, extensivas a todo planeta, pode, contudo, conduzir a sacralizações e a atitudes paralisantes resultante da dificuldade de encontrar alternativas de soluções mais visivelmente concretas ao alcance de todos. Por este motivo, um tema que trata o quintal da escola como base para a referência dos trabalhos, pode favorecer o processo de comparação entre aquilo que é vivenciado local e cotidianamente, com experiências de caráter mais amplo e globalizante.

"A percepção não determina, mas orienta as práticas espaciais do cotidiano. Os processos de leitura da percepção do ambiente urbano, seletiva em função dos filtros culturais dos diferentes grupos sociais, podem auxiliar nos estudos sobre a apreensão do

cotidiano. Busca-se incorporar a questão do cotidiano pela via da análise das práticas espaciais locais, mas entendidas em situação dialética com as lógicas globais," (Queiroga, 2001: 215)

Elegendo esse tema específico, local e pontual, como ponto de partida, e incorporando na metodologia de trabalho, os diferentes interesses de cada comunidade escolar, era previsível a ampliação futura do leque de necessidades e a evolução do projeto em direção a uma complexidade crescente. A proposta, portanto, já continha na sua gênese, a possibilidade de desdobramentos para outras questões, e foi deste modo que, à medida que o projeto foi evoluindo, cada nova escola participante trazia novas questões, que forçava o projeto a se reestruturar e se redirecionar rumo a outras formas de ação, como por exemplo, a discussão sobre a destinação dos resíduos, a questão da água, das drogas, da sexualidade, da segurança no trânsito, etc.

## **Objetivos gerais**

O projeto Uma Fruta no Quintal propunha como objetivos gerais fundamentais:

- Promover na escola ações voltadas à formação do professor e do aluno, visando o desenvolvimento cognitivo, afetivo, físico, social do cidadão, através da compreensão e reflexão sobre os problemas ambientais e culturais de sua comunidade, bem como de ações para a busca de soluções de tais problemas;
- Despertar o reconhecimento do ambiente natural e antrópico como fator de importância vital para a sobrevivência harmônica entre os seres vivos, através da compreensão da complexidade do universo, que somente existe como fruto da interação de suas partes em equilíbrio, mesmo que regidos no caos, através de determinadas leis;
- Despertar a compreensão dos fluxos (mecanismos) dos recursos naturais não renováveis, reconhecendo que o desperdício e o manejo predatório desses bens acarretarão sérias consequências para o futuro da humanidade;
- Identificar e estudar os distúrbios ambientais através de suas causas político-sociais, seu processo evolutivo no tempo, no espaço e suas soluções, capacitando a comunidade escolar como agentes transformadores desse processo;
- Promover ações conjuntas de educação ambiental, capazes de informar a comunidade, fomentar discussões e, sobretudo propor ações para os seus problemas ambientais, visando a melhoria das condições de vida do município e da região, ou seja, expandindo os limites intra-muros da escola e estabelecendo a cidade e o tecido urbano como espaços educadores;
- Enfatizar a compreensão de que o ser humano não é dissociado da natureza, que ambos formam um corpo único, e que a visão antropocêntrica equivocada dessa

relação leva aos desequilíbrios ambientais de graves conseqüências;

- Estabelecer relações entre a realidade próxima e cotidiana, com a global e a planetária, ilustrando com experiências inovadoras em outros países e ecossistemas;
- Estimular a compreensão da bio e sócio-diversidade, reconhecendo e criando processos de convivência solidária, ética, cooperativa, e de respeito às diferenças físicas e culturais.
- Estimular um entendimento voltado para o desenvolvimento de maior capacidade de decisão e para a consciência da diversidade que nos une a todos, menos voltada para o consumo, e pautada por valores dissociados de um modelo único de beleza, quer corporal, quer de outra natureza e se opondo aos processos de competição exacerbada.

## Programa e estratégia

As ações eram desenvolvidas baseadas numa estratégia, que consistia numa estrutura básica de diretrizes e intenções flexíveis, que possibilitava a incorporação de novas propostas no decorrer da implantação dos projetos nas escolas. Morin nos auxilia no sentido da compreensão de uma diferenciação entre uma estrutura aberta e uma que não contempla ações imprevisíveis:

“A estratégia opõe-se ao programa, ainda que possa comportar elementos programados. O programa é a determinação, *a priori*, de uma seqüência de ações, tendo em vista um objetivo. O programa é eficaz, em condições externas estáveis, que possam ser determinadas com segurança. Mas as menores perturbações nessas condições desregulam a execução do programa, e a obrigam a parar. A estratégia, como o programa, é estabelecida tendo em vista um objetivo; vai determinar os desenvolvimentos da ação e escolher um deles em função do que ela conhecer sobre um ambiente incerto. A estratégia procura incessantemente reunir as informações colhidas e os acasos encontrados durante o percurso”. (Morin, 2002: 62)

Habermas estabelece uma comparação entre duas categorias, mostrando que a razão comunicativa opera no campo da incerteza e do imprevisível, estabelecendo portanto, nesse aspecto, pontos em comum com a noção de estratégia definida por Morin.

No âmbito do paisagismo pode-se estabelecer uma comparação entre os conceitos de Morin (programa e estratégia) e os estabelecidos por Laurence Halprin, quando diferencia meta de objetivo. Halprin, arquiteto norte-americano, desenvolve juntamente com sua equipe, desde a década de 1960, trabalhos que utilizam a arte, desenho, dança, pintura, escultura - como instrumentos de sensibilização e apropriação dos espaços. Seu gráfico sobre o processo participativo expressa os diferentes resultados obtidos, de acordo com o percurso escolhido como método projetual.

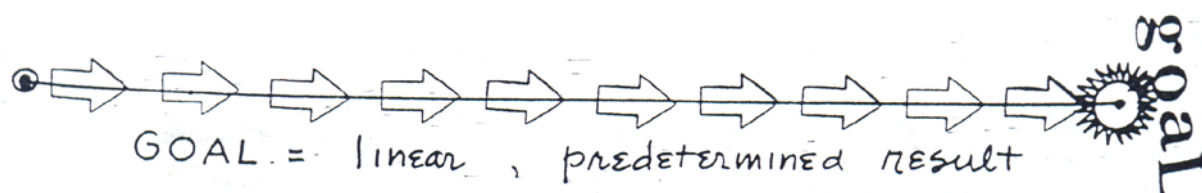


Fig. 84 - META = linear, de resultado pré - determinado. Fonte: Halprin, 1978.

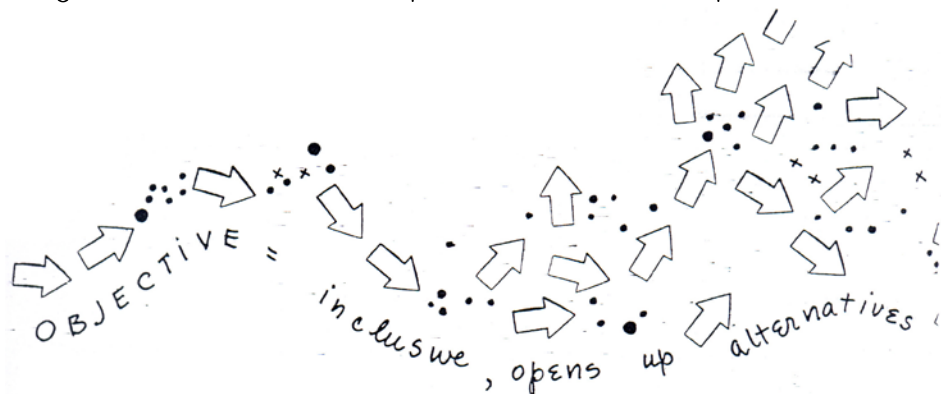


Fig. 85 - OBJETIVO = inclusivo, abre alternativas. Fonte: Halprin, 1978.

“A perspectiva de Habermas aponta para o reconhecimento de duas grandes esferas de racionalidades no tempo presente: a razão sistêmica, praticada pelos atores hegemônicos, atingindo todas as escalas (da global à local), de natureza econômica, instrumental voltada à exploração e dominação e a razão comunicativa, inter-subjetiva, voltada ao entendimento mútuo dos interlocutores. A primeira, toma o espaço como um recurso de exploração e domínio, a segunda como campo de ação dos discursos comunicativos. A razão sistêmica engendra normas, ordens, ideologias, em ação sistêmica diante do espaço, descontínuo e fragmentado. A ação comunicativa é praticada no mundo-vivido, na esfera do cotidiano, permitindo estabelecer processos de compreensão do mundo objetivo, dos fatos; do mundo social, das normas; e do mundo subjetivo das vivências e emoções. A razão sistêmica permite os avanços, atrelados ao capital, da técnica e da ciência, de forma finalista. A razão comunicativa, por seu turno, permite o estabelecimento de sínteses entre ‘razão e emoção’ de processos em que a imprevisibilidade não é extrínseca à razão, trata-se de uma razão em processo, colada às práticas cotidianas.” (Queiroga, 2001: 214)

## A Escola é o lugar.

O processo de urbanização desenfreado, ocorrido nas grandes cidades brasileiras e mais particularmente na Região Metropolitana de São Paulo, fruto do modelo capitalista predatório, como já foi dito, traz como decorrência, graves consequências no que se refere às questões ambientais: contaminação dos rios e dos mananciais, poluição do ar,

desmatamento, degradação do solo e do subsolo, condições precárias de habitabilidade das populações pobres, dificuldades de locais adequados para a deposição dos resíduos, impermeabilidade do solo, alterações climáticas, saneamento básico precário, falta de espaços de lazer etc. Essas questões tendem a induzir o senso comum, a um pensamento que atribui essa degradação a uma polarização, colocando de um lado a responsabilidade única do Estado, e do outro a mudanças comportamentais dos indivíduos, como formas de soluções para os problemas.

A sustentabilidade ambiental, ou seja, a manutenção da capacidade da natureza de absorver e recuperar-se das agressões antrópicas, é colocada numa repartição à parte, que exclui o exercício da política e das relações de poder, como elemento fundamental para a alteração dessa condição de degradação. Para os interesses do capital e do mercado, esse pensamento dicotômico, não só vem ao encontro de seus objetivos, como é incentivado, procurando fortalecer atitudes e ações que permanecem circunscritas nesse "círculo de giz" ambiental, ao mesmo tempo que, aos olhos do conjunto da sociedade, conferem às empresas, um selo de "correção social". Interessa também ao pensamento liberal, dissociar a idéia da relação entre salubridade e melhores condições de vida, da necessidade fundamental da resolução das extremas desigualdades sociais e do acesso e distribuição dos recursos naturais, econômicos e políticos.

"Entre outros motivos porque atores e variáveis como "gerações futuras" ou "longo prazo", são estranhos ao mercado, cujos sinais respondem à alocação ótima de recursos no curto prazo" (Guimarães, 1997: 22). Uma vez que o conteúdo da resolução desses problemas possui, um caráter político-social, a superação dessa contradição e a satisfação dessas necessidades serão possíveis levando-se em conta a efetivação e recuperação de práticas coletivas e solidárias, que comportem amplas parcelas da população. Tratar-se-ia, portanto, de conectar os elos indissolúveis entre as questões ambientais e suas causas políticas estruturantes, onde problemas como uso e propriedade desigual do solo, suporte biofísico, onde se assenta nosso mundo vivido, seria exposto com toda sua relevância e complexidade.

No campo da educação, outro aspecto merece ser ressaltado: no último século, particularmente a partir da Segunda Guerra Mundial, a velocidade dos avanços da ciência e tecnologia, associada à ampliação das redes de conhecimento e informações disponíveis, contribuiu para a ampliação de nosso horizonte de possibilidades, como extensões de nossos sentidos e redução do trabalho braçal exaustivo, por outro, potencializou a capacidade de destruição e esgotamento dos recursos naturais a uma velocidade surpreendente. O tempo cronológico da capacidade destruidora é assimétrico em relação ao tempo mais lento da absorção e da mobilização dos humanos e do tempo biológico de recuperação natural, necessário para deter a tempo esse descompasso. As modifi-



cações naturais, que antes ocorriam em períodos de milênios, hoje com o avanço das tecnologias, ocorrem em curtos períodos de tempo. “Jamais foi tão necessário conseguir a agilidade mental exigida pela interpretação de dados ‘móveis’ deste mundo, exigida pela descoberta e invenção de métodos e técnicas novas para a apreensão dos dados ‘móveis’ deste mundo” (Lefèvre, Rodrigo, 1981: 214)

Tiezzi também reforça este argumento, relacionando a dimensão da gravidade dos riscos ambientais com a pouca capacidade de prevenção e controle pela sociedade civil:

“A ciência e a tecnologia, não podem progredir, sem assumir alguns riscos. Mas as dimensões e a frequência dos eventuais erros também cresceram com o desenvolvimento da ciência e com a expansão da tecnologia. No passado, os riscos assumidos em nome do progresso tecnológico eram limitados no tempo e no espaço. Pela primeira vez na história da humanidade, ameaçam a sobrevivência da espécie humana. O *gap* entre a complexidade das tecnologias e o conhecimento de seus efeitos sobre a natureza, está se alargando a olhos vistos. A superficialidade dos conhecimentos biológicos e globais dos tecnólogos é diretamente proporcional a seu nível de especialização e de cultura específica. Mais do que nunca, a tecnologia moderna está nas mãos de modernos aprendizes de feiticeiros e de sua presunção de resolver as complexas questões do mundo” (Tiezzi, 1988: 11)

Por isso, os papéis que uma educação sistemática, reflexiva e transformadora cumpre, torna-se cada vez mais fundamental. As conexões, entre as sombrias perspectivas de destruição planetária e sua necessidade imediata, fazem com que nos deparemos com um aspecto problemático no âmbito da questão teórica: a necessidade cada vez maior do estabelecimento do vínculo entre a premência e a sensibilização da noção de necessidade. E para o entendimento da complexidade desse processo, o conhecimento intuitivo do campo das experiências sensíveis e concretas existentes na vida cotidiana, apesar de importantes, mostra-se insuficiente, cabendo aqui a introdução da ciência como instrumento de ligação entre a visualização do fenômeno e sua essência. Não se trata de contrapor o sensualismo versus o intelectualismo, mas de fundí-los. A ciência aqui, mais do que nunca, cumpre o papel também de uma introdução ao campo da totalidade do planeta e do universo, estabelecendo conexões e a noção de interdependência entre não só os componentes do mundo natural, como também dos processos políticos, culturais e históricos, aferindo o balanço entre a construção e a destruição, entre *Eros* e *Tanatos*. E é neste momento que se destaca a importância da escola e do ensino formal, como um lugar desse confronto, e do estabelecimento de um espaço de reflexão, visando uma mudança radical de paradigmas.

“A educação pode ser compreendida como um processo permanente, ocorrendo

de forma sistemática e assistemática, em diversos espaços físicos e sociais, englobando todas suas dimensões relacionais com o mundo, em direção à conquista da autonomia humana. Nesse sentido, a escola, como *lócus* social permite o confronto e aferições das diferentes visões entre indivíduos de uma mesma faixa etária, constituindo um espaço de formação de opiniões e de desenvolvimento de autonomia" (Pannuti, 1993: 2)

Já na primeira metade do século XX, L.S. Vygotsky<sup>45</sup>, psicólogo russo marxista, ressaltava a importância do aprendizado escolar, afirmando que a escola, por sua propriedade de oferecer conteúdos e desenvolver modalidades de pensamento bastante específicas, ocupa um papel único, na apropriação, pelo sujeito, da experiência historicamente acumulada. E por este motivo, ela representa um elemento fundamental para o pleno desenvolvimento dos indivíduos, já que promove um modo mais sofisticado de analisar e generalizar os elementos da realidade: o pensamento conceitual.

"Por esta razão, o estudo dos processos de formação de conceitos e a diferenciação entre conceitos cotidianos e científicos ocupam lugar de destaque em seus trabalhos. Ele chama de conceitos cotidianos (ou espontâneos) aqueles que são adquiridos pela criança fora do contexto escolar ou de qualquer instrução formal e deliberada; são os conceitos formados no curso da atividade prática e nas relações comunicativas travadas em seu dia-a-dia. Já os conceitos científicos seriam aqueles desenvolvidos no processo de assimilação de conhecimentos comunicados sistematicamente à criança durante o ensino escolar" (*in* Rego, 2005: 60)

A escola, portanto, possui a capacidade de representar o espaço onde essas conexões podem se estabelecer: entre as esferas ambiente/política e entre o aprendizado cotidiano/ciência, e trazer para as mentes, o invisível, o abstrato, o conceitual e o distante, onde a revelação obtida pela simples realidade imediata, por si só, mostra-se insuficiente. A escola pode, portanto, ajudar a completar o mundo dos fenômenos e da aparência com o universo da imaginação e da ciência.

Outro aspecto muito ressaltado por Vygotsky, e que constitui uma de suas bases fundantes, é o conceito de desenvolvimento cultural. Contrariamente às idéias que consideram o desenvolvimento como um processo ligado às dimensões genéticas e biológicas e à maturação orgânica, sua teoria defende que no desenvolvimento humano, ocorre um salto qualitativo, do biológico para o cultural, de tal modo que este aspecto, potencializado pelo uso de instrumentos semióticos, torna-se dominante.

"Podemos então dizer, que o que distingue a aprendizagem humana é a criação de instrumentos e signos, que caracteriza a atividade mental, e a possibilidade de produção e incorporação da cultura, que Vygotsky chama de processo de internalização. E aqui podemos perguntar: Como se dá essa incorporação? Como a cultura marca e

45. As obras e o pensamento de Vygotsky, só vieram a ser conhecidos pelo mundo ocidental, após o final da Guerra Fria.

humaniza?

No homem, a maior imperícia ao nascer, significa não só uma vinculação inescapável e uma maior dependência em relação ao outro, mas maior abertura para o possível, maior plasticidade cerebral, maior tempo para aprender a experiência cultural histórica. Aprendizagem, nesse sentido, encontra-se relacionada às formas de participação e apropriação das práticas sociais". (in Oliveira, Marta Kohl de, 2005: 80)

Um outro aspecto fundamental na teoria de Vygotsky é o que se refere à importância da socialização no desenvolvimento, não só da inteligência como também de sua função primordial na transformação de nossa condição enquanto humanos. Vygotsky salienta, que o desenvolvimento não ocorre da mesma forma que a evolução biológica, que se inscreve na ordem da natureza, mas sim da apropriação do que é social.

"O desenvolvimento das funções psicológicas superiores não é genético, mas apropriado de um psiquismo que é historicamente acumulado sob a forma de relações sociais entre os homens. Esse desenvolvimento apropriativo, menos do que se opor ao genético, deve ser compreendido como a negação da negação, a superação dialética de tal oposição" (in Davis, 2005: 42)

"Na verdade trata-se de um processo de desenvolvimento interno de essência externa, no qual o outro desempenha um papel central. É por intermédio da relação com os adultos ou companheiros mais experientes que as gerações mais novas se apropriam de formas mais abstratas de pensar que, por sua vez, só serão efetivas para a sobrevivência se conseguirem superar as anteriores, mais antigas e concretas, constituídas na experiência pessoal de cada um. Por isso, Vygotsky, considera que as formas mais elevadas do pensamento aparecem antes na vida coletiva e, só mais tarde, levam ao desenvolvimento da reflexão na conduta humana." (idem)

Todos nós já nascemos gregários, com uma história e habitando um espaço de construção humana, já prontos e, ao mesmo tempo, por se fazer. Essa nossa condição seminal, "condena", parafraseando Sartre<sup>46</sup>, em relação à liberdade, nossa *práxis*, durante toda a existência, à humanização, mergulhados, que somos, conscientes ou não, nessa calda aglutinadora e inescapável do social. Robinson Crusóé, na sua "solidão", existe, porque e somente porque alguém escreveu sobre ele, utilizando a palavra escrita e todo o aparato que a humanidade criou e acumulou através dos tempos, para colocá-lo numa ilha isolada do restante dos humanos, mas ligado a tudo o que a mente e as mãos humanas conseguiram criar. Por esse motivo, o personagem é humano, e não um chipanzé, uma onça ou um sabiá. A nossa relação com a sociedade, ocorre simultaneamente com o mundo da natureza não-humana e sempre mediada por alguém ou por algum grupo.

Em nossa vivência, com e na diversidade, a noção de realidade ocorre, primeiro,

46. "Estou condenado a ser livre" célebre frase citada no livro: *O ser e o nada*, Sartre, J.Paul, Ed. Nova Fronteira, 1991.

através de observações e comparações sucessivas do que acontece com alguém ou com um conjunto de pessoas, onde a palavra exerce um papel fundamental na construção de nossa identidade. A necessidade de discussão, traz a necessidade de sistematização de conhecimento e desenvolvimento da argumentação. A certeza de algo que acreditamos, estabelecemos e aferimos, mesmo que de forma relativa, leva em conta também o olhar do outro, que pode nos assegurar de sua veracidade ou não. "É no confronto com o outro que o indivíduo desenvolve novas e mais eficientes formas de comunicação e interação que o levam a aprofundar o significado das situações e de suas ações" (Pannnuti, 1993:1). Portanto conviver, e de forma organizada, é condição *sine qua non* para o indivíduo compreender a realidade e, comunicar-se com seus semelhantes, para trocar seus pontos de vista e articular suas ações.

Durante o período inicial de elaboração do projeto Uma Fruta no Quintal, nos debruçamos longamente, sobre a questão relativa à decisão da escolha de que segmentos e que locais seriam os mais adequados para um campo de conexão, capazes de estabelecer uma prática de reflexão mais permanente, entre o espaço da cidade e o conjunto dos moradores de Diadema. Concluímos que esse lugar é a escola, onde se reúnem diária e sistematicamente os elos mais frágeis, vulneráveis e potencialmente criativos do universo urbano: os jovens e as crianças. Espaço rico de fluxos, de encontros, energias e disponibilidades, que condensam num microcosmo, muitas das contradições inerentes à sociedade brasileira, porque é também o espaço do conflito, do curto-circuito seco entre o pensamento e a concretude do dia-a-dia, entre a carência e a solidariedade. E não constitui simplesmente um oásis, um recorte simbólico e parcial de representação do real, nem tampouco, um espaço da reflexão teórica sobre a realidade, mas sim uma extensão, um *continuum* sem ruptura, da realidade extramuros. A escola é um dos poucos espaços da cidade que possui essa efervescência concentrada de possibilidades e esperanças, mesmo que potencialmente represadas, e possui a singularidade de sensibilizar, de forma direta, as mentes de praticamente um terço da população da cidade e ao mesmo tempo se distribuir por todo o território urbano.

A droga, a violência e o ensino conservador estão lá. Mas estão também, a cooperação e o esforço de milhares de educadores que, mesmo sem condições, muitas vezes com o dinheiro do próprio salário, procuram suprir as carências da escola, atribuição exclusiva do poder público. Mesmo com as deficiências de infra-estrutura básica, as escolas possuem imensas possibilidades de se tornarem locais de experiências inovadoras e pólos de irradiação de ações mais coletivas e transformadoras.

As escolas passam a se transformar em inúmeros núcleos de discussão e de difusão do conhecimento, abrangendo todos os recantos e abarcando todos os perfis sociais e os modos de vida da cidade. Por isso, podemos dizer, que constitui em uma estrutura representativa, que pode universalizar, reunir e talvez unificar os diferentes espaços pontuais da

cidade. Essa condição rizomática, se democraticamente conduzida, pode reduzir nossas possibilidades de uma atuação parcelar da realidade.

Apesar da redução cada vez maior dos espaços públicos, as praças e as ruas, ainda constituem locais de encontro, de brincar e de lazer, nos bairros periféricos mais pobres da cidade, e aqui nos referimos aos Municípios conurbados da Região Metropolitana de São Paulo. Essa sociabilidade e vivência são ainda maiores se comparadas com os bairros de classe média ou alta, muito mais em condições de procurarem alternativas privadas para esse fim, "para fugirem da violência", tão insistentemente propagada pelos meios de comunicação.

Os pobres, ao contrário, não têm outra alternativa, senão utilizar os espaços públicos e residuais, mesmo os de condições precárias, da cidade. Essas áreas, onde a definição do sistema de objetos, não cumpre a função primordial enquanto desenho elaborado, passa a funcionar como "lugares" cheios de vida, de trocas, de solidariedade e de conflitos, estabelecendo as "pracialidades" a que Queiroga se refere (Queiroga, 2001: 321). Esses espaços são apropriados e "devorados" muitas vezes, não pelos usos a que foram destinados, mas adquirem um outro significado que as vivências do dia-a-dia constroem e criam: barrancos, calçadas, terrenos baldios, leito das ruas menos movimentadas, beira de córregos, trechos de muros de arrimo, banquinhos embaixo de árvores, entre outros, transformam-se em seus "playgrounds".

Se por um lado, essa precariedade, explicita a carência e o descaso do poder público em relação às atividades de lazer, por outro, formula um universo à parte, onde a população pobre recria seu universo de resignação e de identidade. Não se trata aqui, da apologia da pobreza e da carência, mas da dimensão da necessidade de criar, de decifrar seu lugar, e continuar vivendo, mesmo cavado nas brechas do espaço público, que na prática, lhe foi negado. Um dado que ilustra essa forma de ocupação é que parte dos acidentes nas periferias de São Paulo ocorre nas lajes das residências, onde as crianças e jovens empinam pipas<sup>47</sup>. Neste aspecto, o sentido que adquire a palavra planejamento, tanto urbanístico como arquitetônico, foge completamente das noções racionalistas, cujos usos e funções rigorosamente pré-determinados, não deixam espaços permeáveis aos novos usos que os vivenciadores criam.

Carlos Nelson diz que:

"A questão passa a ser como planejar, a partir de que pressupostos planejar e com que objetivos". (Santos, Carlos Nelson F. dos, 1985: 141).

"Planejar espaços para fins de lazer não é construir campos de futebol, ciclovias, ou criar áreas verdes. É cultivar um meio urbano cujas ruas permitam jogar uma "pelada",

47. Pesquisa realizada pela APM - Associação Paulista de Medicina, em 2004, revelou que a queda de laje é a maior causa de lesões na coluna na periferia da cidade de São Paulo. 40% dos pacientes com problema, atendidos nos hospitais caíram de lajes, que nesses locais funcionam como quintais e áreas de lazer.

andar de bicicleta, ou simplesmente passear à sombra. O planejar é cultivar no sentido primeiro da palavra; acompanhar o dia-a-dia, intervir dia-a-dia na escala do dia-a-dia." (idem: 142)

Nesse sentido, o espaço intramuros dos quintais das escolas adquire um caráter não só de suprir, mesmo que às vezes, precariamente, uma deficiência dos espaços externos de lazer, mas também de possibilitar um grau de socialização de seus alunos.

"Cada vez mais, crianças têm poucos espaços para o desenvolvimento e o aprendizado do viver coletivo, da partilha, da solidariedade, das regras traçadas em comum, justamente numa época histórica em que o crescimento demográfico, as crises econômico-sociais e a pluralidade cultural exigem, de cada um, a capacidade de saber-se humano, isto é, inserido e de atos responsáveis, tanto dos coletivos próximos quanto de uma comunidade internacional" (Lima, Mayumi Souza 1995: 190)



Fig. 86 e 87 - Situação comum nas escolas brasileiras: compartimentadas e "protegidas" por muros, paredes e gradis

## O caminho da arte

*Se procurar bem, acaba encontrando não a explicação (duvidosa) da vida, mas a poesia (inexplicável) da vida.*  
Carlos Drummond de Andrade

Um dos objetivos básicos do projeto Uma Fruta no Quintal, era o de promover ações conjuntas capazes de informar a comunidade escolar, fomentar discussões e, sobretudo propor soluções práticas para os seus problemas sócio-ambientais, visando uma contribuição da melhoria da qualidade de vida do município.

Mas como levar essas inquietações para as crianças e adolescentes, embalados pelos sons dos videocliques, e pela velocidade e saturação do espetáculo das imagens televisivas fragmentadas, que dominam o espaço da comunicação? Como navegar o universo, onde os jovens são formados em uma nova percepção de simultaneidade e apreensão quantitativa, que o conjunto de imagens da TV, do computador, do cinema e dos

jogos de videogames produzem? Como interagir com as novas tecnologias da informação e da comunicação, que vêm alterar a abordagem do ensino e o papel do professor? “A introdução da imprensa mecanizada, nascida com os tipos móveis de Gutenberg, consolidou uma cultura centrada na visão e baseada no primado da sucessão temporal em cadeia linear, enfatizando valores abstratos, racionais, hierárquicos, cumulativos e o anseio pelo futuro. O recente advento das técnicas eletro-eletrônicas reformulou este contexto, ao atribuir um novo papel ao olhar, não mais estático como aquele condicionado pela imprensa e pela perspectiva linear do Renascimento, mas sim o olhar agora onipotente e onipresente, dinâmico, versátil, inclusivo, e capaz de se desprender dos limites do tempo e do espaço, como aquele da câmara de cinema<sup>48</sup>. A esse olhar alucinado, os recursos eletro-eletrônicos acrescentaram os potenciais do som amplificado e distorcido, repondo ao conjunto os efeitos de simultaneidade, de descontinuidade, da interatividade de fragmentos autônomos, ademais da conectividade tátil de um mundo invadido pelas multidões, pelos fluxos e pelas mercadorias” (Sevcenko, 2001: 80).

Bisaillon complementa, mostrando o descompasso entre essas transformações e os processos educacionais obsoletos:

“As novas tecnologias da informação e da comunicação alteram a abordagem do ensino e o papel dos professores<sup>49</sup>. A escola não tem mais condições de dominar completamente os diferentes saberes, e relaciona-se com instituições que, por sua vez, também estão em plena transformação, quer se trate da família ou do mundo do trabalho.

[...] Os modos de acesso ao conhecimento por parte dos jovens tiveram uma mudança mais profunda ainda. O principal modo de acesso é por impregnação, graças às mídias, e não mais por mediação (grifo nosso), como na família ou na escola. As mídias solicitam a emotividade e a curiosidade, mas de maneira desordenada, e depois a escola tem grandes dificuldades para ordenar esses conhecimentos, que, conseqüentemente, não chega a utilizar.

[...] Vale lembrar igualmente que o professor continua sendo um ator de primeiro plano em todo o processo de mudança na educação. Por isso, uma das mudanças mais fundamentais das funções educativas, diz respeito à profissão docente. Assim, conviria atualizar as funções docentes e renomeá-las. No contexto da escola contemporânea, ensinar é antes de tudo um ato de criação, de reflexão e de disciplina. É também um ato

48. Pesquisas sociológicas mostram que mudanças consideráveis ocorreram nos modos de recepção, de tratamento e de verificação da informação. Por exemplo, a televisão é atualmente a principal fonte de informação em todo o mundo: 71% das pessoas que responderam a uma pesquisa em 1992 (realizada pela Independent Television Commission da Inglaterra) indicam a televisão como sua principal fonte (contra 17% para a imprensa). Já para as notícias locais, a situação é bem diferente; 51% dos habitantes obtêm informações pela imprensa e apenas 24% pela televisão. (Hancock, Alan, 2005)

49. Apenas para citar um exemplo, das grandes transformações que ocorrem, relacionadas aos meios de informação, podemos citar o “Google”, o maior sistema de busca de informações gerais na “internet”. A empresa está viabilizando um projeto de digitalizar e disponibilizar “on line” 15 milhões de volumes de quatro grandes bibliotecas americanas, até 2015. Hoje, o “Google Earth”, um programa de navegação com bases digitais de imagens satélite, já permite a visualização de todo o planeta.

de mediação e de iniciação que possibilita o acesso ao saber e à construção da inteligência” (Bisaillon, 2005: 239-240)

A maioria dos brasileiros abandona a escola ainda na infância e a média de escolaridade da população é de 6,4 anos, onde a taxa de repetência no ensino fundamental é de 21%<sup>50</sup>. 55% dos alunos brasileiros matriculados na 4ª série do ensino fundamental são praticamente analfabetos e mal sabem realizar cálculos. Na 8ª série, menos de 10% dos estudantes são analfabetos funcionais, ou seja, não têm adquirido competência para elaborar e relacionar frases e textos mais complexos. Conhecem palavras, mas não são capazes de entender o significado das frases<sup>51</sup> e quase metade das escolas do ensino fundamental, nem sequer possui uma biblioteca. Diante desse contexto, onde os meios convencionais de ensino mostraram-se ineficazes, o caminho encontrado pelo projeto Uma Fruta no Quintal foi o da arte.

A arte, quando não compreendida simplesmente como técnica, como ferramenta funcional, como acessório ou uma disciplina a mais, pode colocar-se como uma visceral forma, não somente de expressão, mas também de apreensão do conhecimento e da realidade. Associada à ciência, e buscando uma síntese entre razão e emoção pode-se quebrar e dissolver o limite dicotômico entre arte / necessidade, lazer / trabalho, passado / futuro, educando / educador.

Diferentemente do que defende o pensamento pragmático, a arte não se situa numa instância menos importante que a ciência. Segundo Morin, a diferença entre a ciência e outras formas do conhecimento, não reside na maior veracidade desta em relação às outras, mas sim, na facilidade e possibilidade de sua demonstração<sup>52</sup>. O processo artístico pode contribuir no sentido de “desgovernar”, questionar e liberar as ações puramente racionais, e possui esse dom misterioso de trazer à tona nossas inquietações, nossos demônios, nosso lado não cartesiano, já que opera com a dimensão do global, do múltiplo e do simultâneo<sup>53</sup>.

A arte não representa, por si só, necessariamente, uma atividade desalienante, pois

50. Pesquisa do Banco Mundial, Unesco.

51. Pesquisa do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico, 2003.

52. “Portanto, uma teoria é científica, não só porque parece descrever dados ou fenômenos aos quais se aplica, mas também porque oferece os meios para sua própria refutação. Em outras palavras, uma teoria é científica não porque é verdadeira, mas, porque permite que seu erro seja demonstrado” (Morin, 2002)

53. “Observando a maneira como os currículos se estruturam, podemos ver que a escola se dispõe de mecanismos cada vez mais complicados para excluir e justificar a exclusão do desenho. A arte reclama o homem inteiro, e o processo escolar fragmenta, dividindo em compartimentos geográficos, matemáticos, históricos, ortográficos, científicos e artísticos. Dividindo, a escola circunscreve o problema da expressão para a hora da aula de artes e com isto não enfrenta o problema maior da falta de expressão dentro do currículo. É muito importante, que a criança possa, na aula de artes, utilizar a linguagem plástica para dizer o que pensa e sente a respeito de si e do mundo. Porém, é importante que também possa fazê-lo nas aulas de estudos sociais, ciências, português, matemática ... Não será a matemática também uma linguagem que expressa as relações de tamanho, quantidade, volume etc?” (Moreira, 1995).



está organicamente associada à visão de mundo, ao contexto histórico e ao mecanismo político e ideológico de quem a produz, mas pode favorecer e facilitar o acesso a outras formas de consciência da realidade. Nosso conhecimento adquirido através do ensino formal, baseia-se fundamentalmente na oralidade e na escrita, no léxico e no gramatical, ambos lineares e seqüenciais, e apesar de sua inegável importância, podem colocar-se como limitadores e insuficientes no sentido de criarem condições para formas mais lúdicas de expressão e representação<sup>54</sup>.

É preciso manter uma diversidade de estruturas de acolhimento no interior da escola, que consiga abarcar toda a gama e diversidade de talentos de cada indivíduo. Uns são mais afeitos a raciocínios lógicos, mais próximos de experiências concretas e objetuais; Outros, mais afeitos às questões relativas às relações humanas e às ciências sociais; E outros transitam pelo mundo da imaginação, da arte, das representações simbólicas. Mas todos podem compartilhar da experiência estética e lúdica da criação, desde que a arte não se reduza a uma visão, onde a noção do belo é estabelecida de forma estereotipada, pelo senso comum e que ao mesmo tempo abra espaço e possibilite viajar para uma outra concepção, onde o conceito e o processo tenham lugar. Isso se aproxima da visão que Beuys tinha da arte, que além de artista e ativista, era educador, quando afirmava que "todos os homens são artistas", não significando, porém que a arte não possua um universo próprio e que deva ser desvendada e aprofundada em várias dimensões no âmbito da linguagem.

"O 'no futuro todo mundo será um artista', de Warhol, e o 'pensar é esculpir', de Beuys, podem ser traduzidos como a visão mais elaborada da antiarte, da derrocada do artista e sai da visão platônica de mundo. Esse vaticínio, no entanto, longe de parecer fatídico, carrega em si uma esperança ainda maior no homem como ser criador. O denken ist plastik (pensar é esculpir) de Beuys revela o desejo de ruptura entre o homem e a realidade aparente. Seu conceito de realidade abrange o tempo e o espaço, a cultura e a natureza, a utopia e a existência, propulsores e paradigmas humanísticos da arte. A unidade entre a vida e obra era para Beuys mais importante que o valor estético, já que exigia do espectador uma participação mais efetiva." (in Reis, 2006)

A mitificação da arte oficial, enquanto instituição consolidada e museológica, cujo acesso a sua produção e consumo fica restrito a poucos componentes da pirâmide social, portadores da "aura divina da criação", ou do poder de compra, consolida e reforça seu

54. "A multimídia interativa com suporte digital, por exemplo, apresenta explicitamente a questão do fim do logocentrismo, da destituição de certa supremacia do discurso sobre os outros modos de comunicação. É provável que a linguagem humana tenha aparecido simultaneamente sob diversas formas: oral, gestual, musical, icônica, plástica, cada expressão singular ativando esta ou aquela zona de um continuum semiótico, repercutindo de uma língua a outra, de um sentido a outro, seguindo os rizomas da significação, atingindo tanto mais as potências do espírito por atravessar os corpos e os afetos. Os sistemas de dominação que se fundaram sobre a escrita, isolaram a língua, tornaram-na dona de um território semiótico doravante cortado, parcelado, julgado segundo as exigências de um logos soberano". (Lévy, 1994).

caráter de mercadoria, na medida em que contribui para a elevação de seu valor de troca. Encurralados entre a restrição da linearidade da palavra e a fetichização da arte, a grande maioria dos cidadãos, fica excluída desse círculo vicioso, onde a arte oficial se distancia das infinitas formas de manifestações da expressão, e passa a representar simplesmente o produto filtrável e catalogável, pelo crivo mercantil dos *marchands*, dos museus e galerias, dos teatros oficializados, da TV, da indústria cinematográfica e fonográfica e dos meios institucionais de comunicação.

"Mas arte é manifestação de alegria no trabalho, ensinava W. Morris. A alegria abandonou os trabalhos em geral, que adotaram como antepassado o *tripalium* da tortura. A alegria virou privilégio deste trabalho separado que chamamos de arte. E a arte separada, virou propriedade dos que dominam. Para afastar os que a ela têm direito (já que trabalham), a arte servil se faz esotérica. Ela nunca quis *épater le bourgeois*; na verdade, afasta a massa dos dominados, protegendo os que a usufruem, a dita elite, com suas agressões subalternas". (Ferro, 1993).

Como forma de expressão e de estar no mundo, a arte ainda habita um espaço "protegido" de liberdade num universo saturado pelo excesso de imagens ou pelo fazer pragmático do universo da mercadoria. Justamente por fazer parte de um recôndito e, de certa forma, abrigado pela subjetividade e emoção, talvez consigamos encontrar aí um elo de conexão que pode ligar os humanos entre si e os humanos consigo mesmo. Argan, no entanto, reafirma tanto sua esperança como seu ceticismo perante essa condição.

"Última esperança, voltamo-nos para a arte, como aquela que, entre as atividades humanas, parece mais irredutível ao destino, mais livre, mais desinteressada, mais consciente do valor autônomo do fazer; justamente porque há muito se pensa que a arte não nasce da vontade e da razão, pede-se à arte o remédio para o destino que os homens teriam dado a si mesmos por um excesso de vontade e de razão. Todas as demais atividades, diz-se, podem ser substituídas pela máquina, ou reduzir a mover-se segundo o seu ritmo; mas poderá a máquina, empenhada como é em fazer um trabalho econômico, chegar a produzir obras de arte? Há algo de patético nesse apelo in *extremis* dirigido à arte pela sociedade da tecnologia, dos fatos concretos, dos interesses positivos: a mesma que desprezou Cézanne até depois de sua morte e empurrou Van Gogh ao suicídio. Bem me agradaria responder que a arte é um recinto sagrado, no qual jamais poderá penetrar o tecnicismo que nós mesmos pusemos em movimento, o lugar onde o indivíduo será sempre soberano. Em consciência, não posso dizê-lo: a arte é apenas uma fortaleza já assaltada, na qual ainda se combate" (Argan, 2000: 12)

[...] "Se nos ocupamos da arte não é apenas porque temos preferência por esse problema, mas pela importância que ele tem em relação ao problema geral da civilização contemporânea. Uma investigação séria sobre a evolução tecnológica não pode prescindir da questão da arte, porque na fase que chamamos histórica e que coincide com todo o arco da civilização, a arte é um componente constante com a função de

designar modelos de valor e de comportamento operativo. Não se pode fazer a história da civilização sem fazer a história da arte, embora isso não baste para concluir que uma fase sucessiva, não estruturalmente histórica, da vivência humana deva ser necessariamente sem arte ou – o que seria ainda mais triste – sem uma experiência e uma atividade estéticas.” (idem: 14)

Diante dessas complexas, mas necessárias inquietações, o projeto Uma Fruta no Quintal procurou estabelecer, na prática, processos que pudessem articular as questões da arte e da cultura aos problemas ambientais da cidade.

## Dançando e desaprendendo

*Malandragem de verdade é viver.*<sup>55</sup>

*Mano Brown*

O Departamento de Cultura da Prefeitura de Diadema, tendo como diretor Elmir de Almeida, responsável pelas artes plásticas, Ana Angélica Albano Moreira, pelo teatro, Ângela Barros, pela dança, Ivonice Satie e Rosana Mussa pela música, procurou, por meio de uma política municipal abrangente, abrir canais democráticos para a inclusão de amplas camadas da população, política esta, que possibilitou e criou um terreno propício para a efetivação do projeto. Tendo atendido às necessidades básicas mais urgentes de urbanização, saúde e educação, a Prefeitura entendia, que havia chegado o momento de investir na cultura, aqui pensada como um conjunto de ações, que possibilitasse aos munícipes a prática e o acesso a diferentes linguagens artísticas, e desta forma suas interlocuções com a cidade, permitindo-lhes, também, produzir e expressar seu universo simbólico.

“Ao optar pela alfabetização na música, dança, artes plásticas e teatro, Diadema definiu uma linha de ação cultural, que teve como objetivo favorecer a expressão individual e coletiva de seus munícipes e, ao mesmo tempo, ampliar as possibilidades de leitura do meio em que vivem, ampliando desta forma seu direito à cidadania” (Moreira, 1996: 3).

Em 1994, não havia nenhum cinema na cidade que possuía apenas uma livraria e contava com 6 Centros Culturais municipais nos bairros, tendo ampliado para 11, ao final de 1996. O Departamento de Cultura estabeleceu como diretriz, descentralizar a ação cultural nos diferentes bairros, o que significava um desafio, uma vez que além de precisar aprofundar cada uma das linguagens nas suas especificidades, exigia também um acompanhamento extremamente diversificado, em função de diferenças marcantes das realidades de cada bairro, criando espaços onde pudessem conviver ao mesmo tempo, a festa e o trabalho. (idem)

55. Trecho da música “Fórmula mágica da paz” do grupo musical de rap paulistano Racionais MC’s.

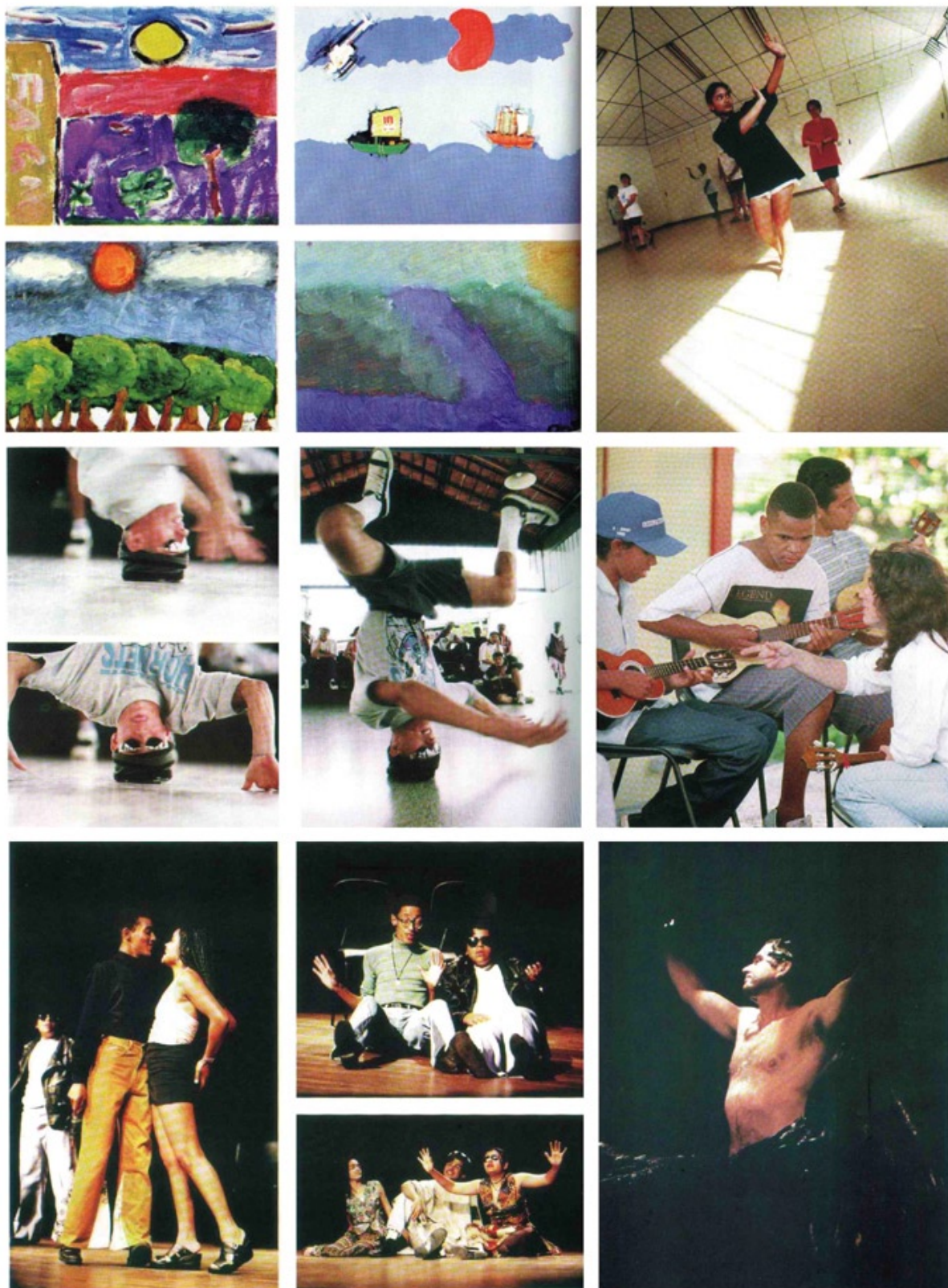


Fig. 88 a 100 - Atividades de artes cênicas, música e dança realizadas pela Secretaria de Cultura do Município de Diadema.



Fig. 101 - Pintura feita pelas crianças durante as atividades artísticas realizadas pela Secretaria de Cultura do Município de Diadema. Foto: Gal Oppido.

“A questão fundamental era dar voz e vez aos desejos de cada munícipe, independente de sua idade ou condição social e ao mesmo tempo, ampliar o seu repertório cultural, oferecendo-lhes a possibilidade de fruição de espetáculos diversos daqueles que estavam acostumados a consumir através da televisão. Enfim, desconstruir os sentidos acomodados à cultura de massa, para proporcionar novas articulações do pensamento e, conseqüentemente, da expressão.” (idem). Se, por um lado essa política permitia uma erupção dos talentos potenciais, em direção às formas de expressão autônomas, por outro, procurava maneiras de “desaprender” o universo cultural, estereotipado pela mídia.

As atividades desenvolvidas em todos os Centros Culturais fundamentaram-se basicamente em três pontos:

1. Entendimento da arte como linguagem dentro de uma perspectiva do fazer.
2. Respeito ao repertório dos usuários e conseqüente instrumentalização nos diferentes procedimentos artísticos para favorecer sua expressão.
3. Ampliação do repertório dos usuários, através da manipulação de diferentes materiais e técnicas, assim como, por meio da fruição de exposições, espetáculos, livros

e vídeos, de forma a possibilitar a dupla experiência de criador e espectador.

Diadema terminou o ano de 1996 com mais de 2.000 alunos freqüentando as oficinas de teatro, artes plásticas, cerâmica, dança, canto coral, educação musical, violão, percussão e cavaquinho. Em dezembro de 1994, seis meses após o início da implantação das oficinas, os Centros Culturais já apareciam nas pesquisas do Instituto Gallup em 5º lugar entre os melhores serviços oferecidos pela Prefeitura. Em agosto de 1996, passam para o 3º lugar, precedidos apenas pela iluminação e limpeza.

Essa preleção, no sentido de contextualizar a política cultural da Prefeitura, através do Departamento de Cultura, visa muito mais demonstrar o clima efervescente reinante na cidade, voltado para as atividades artísticas, do que caracterizar as diretrizes do projeto Uma Fruta no Quintal, como decorrente direta das metas do Departamento. Apesar deste Departamento ter tido participação como integrante do projeto, sua atuação, efetivamente, foi pequena nas atividades do projeto e posterior ao início dos trabalhos e à elaboração das propostas. Caminharam, portanto, paralelamente, vindo a se cruzar só futuramente, revelando, deste modo, uma convergência feliz e curiosa das propostas. Mais do que uma suposição de coincidências ou frutos do acaso vem reforçar uma determinação político cultural, que abrangia e penetrava em todas as políticas públicas implantadas pela Prefeitura.

## **5.3 A CONSTRUÇÃO**

### **A implantação do projeto**

O projeto Uma Fruta no Quintal teve como público destinatário principal, todo o conjunto da comunidade escolar, municipal e estadual, abrangendo desde o ensino fundamental até o ciclo colegial. Restando apenas dois anos para o encerramento da gestão do então prefeito José de Filippi Jr., e sem garantia de sua continuidade, a equipe gestora do projeto viu-se diante de duas alternativas: eleger apenas algumas escolas, desenvolvendo o projeto de forma mais profunda, ou trabalhar horizontalmente, abrangendo todas as 120 escolas da rede pública.

Optou-se pela última hipótese, mesmo consciente da intensidade e do volume do trabalho exigido, caso fossem mantidos os objetivos conceituais iniciais. Já em 1993, houve a tentativa de implementação do projeto, frustrada devido aos obstáculos apresentados por parte da Delegacia Estadual de Ensino Regional, alegando diversos pretextos para o agendamento de um primeiro encontro. A relação entre o governo municipal e as instâncias estaduais era tensa, e o diálogo praticamente inexistia, acirrado pelas divergências partidárias (PT x PMDB), que transformava as escolas estaduais em territórios proibidos para

possíveis ações conjuntas.

Com o encerramento do mandato do governador Luiz Antonio Fleury Filho e a posse do governador Mário Covas em 1994, abriram-se novas perspectivas para o diálogo e para um trabalho de parceria, e através de inúmeras reuniões entre a Delegacia de Ensino Estadual e a Secretaria de Educação do Município, contando com o apoio irrestrito do prefeito, teve início o projeto Uma Fruta no Quintal. Dado o caráter transversal da proposta, houve a necessidade de inserí-la dentro da grade curricular e dos horários das atividades, destinados à formação dos professores, HTPs (Horas de Trabalho Pedagógico), correspondentes a duas horas semanais. A pouca disponibilidade de horários comuns livres dificultava a fluidez dos diálogos, obrigando a equipe coordenadora a encaixar na agenda escolar, com rigorosa precisão, as reuniões já previamente definidas de professores e coordenadores.

## **A educação por projetos de trabalho**

O Projeto Uma Fruta no Quintal tinha como pressuposto básico o desenvolvimento de uma série de atividades, baseadas numa proposta conjunta e orquestrada entre os professores e toda a comunidade escolar, no sentido de se trabalhar, pelo menos por um período determinado, sobre um tema ou ações específicas. Ações, que teriam como resultado, num primeiro momento, reabilitações e transformações dos espaços livres escolares e futuramente, dos espaços da cidade. “Qualquer tema é uma desculpa de motivação para o aluno, e pode encadear-se no percurso que a professora propõe para desenvolver os objetivos procedimentais que orientam sua ação”. (Hernández, 1998)

A abordagem de ensino, através de projetos de trabalho<sup>56</sup> pressupõe, no entanto,

56. “A proposta que inspira os projetos de trabalho, está vinculada à perspectiva do conhecimento globalizado e relacional. Essa modalidade de articulação dos conhecimentos escolares é uma forma de organizar a atividade de ensino e aprendizagem, que implica em considerar que tais conhecimentos não se ordenam para sua compreensão de uma forma rígida, nem em função de algumas referências disciplinares preestabelecidas, ou de uma homogeneização dos alunos. A função do projeto é favorecer a criação de estratégias de organização dos conhecimentos escolares em relação a:

1) O tratamento da informação

2) A relação entre os diferentes conteúdos em torno de problemas ou hipóteses que facilitem aos alunos a construção de seus conhecimentos, a transformação da informação procedente dos diferentes saberes disciplinares em conhecimento próprio.

Um projeto pode organizar-se seguindo um determinado eixo: a definição de um conceito, um problema geral ou particular, um conjunto de perguntas inter-relacionadas, uma temática que valha a pena ser tratada por si mesma... Normalmente, superam-se os limites de uma matéria. Para abordar esse eixo em sala de aula, se procede dando ênfase na articulação da informação necessária para tratar o problema, objeto de estudo, e nos procedimentos requeridos pelos alunos para desenvolvê-lo, ordená-lo, compreendê-lo e assimilá-lo. Quando um professor ou uma professora pretende tratar em sala de aula do tema “a pesca”, além das motivações particulares do contexto em que trabalha, e no qual as crianças tomam consciência de um setor produtivo, se estabelece qual possa ser a estrutura; o fio condutor que, presente nesse tema, possa ser transferido a outros, estudar “a relação entre uma profissão e uma forma de vida” pode ser o nexo, adaptado a cada caso, também presentes em temas de Biologia, História, Antropologia, etc. (Hernández, F. e Ventura, M., 1998).

uma estrutura escolar que trabalhe a interdisciplinaridade, prática incomum em toda a rede pública escolar do Brasil, e que enfrenta uma série de dificuldades, tais como:

- O sistema de horários é estruturado, através de uma agenda fixa de aulas e atividades escolares;

- Os professores possuem poucos horários comuns reservados para discussões, horários estes ampliados somente em preparações de festas e comemorações previstas nos calendários oficiais, e é muito comum os reservados a HTPs serem utilizados para atividades burocráticas, ou para outras finalidades, não propriamente relacionados à formação pedagógica;

- O espaço físico escolar nem sempre é dimensionado para comportar atividades coletivas que reúnam grande número de alunos, e o projeto arquitetônico não contempla flexibilidade para tal;

“Mesmo as instituições voltadas para as crianças, como as escolas e creches, as áreas livres para brincar das crianças, tendem a ser tratadas como áreas abandonadas, simples terreno de chão batido ou invadido pelo mato;

Os parques infantis, utilizando e fechando parte de praças, organizam e constroem seus espaços, segundo a ótica disciplinar e da segregação;

Fecham-se para e contra o mundo externo, constroem-se instalações que só estimulam os movimentos. Separam-se os ambientes para os exercícios que envolvem o pensar; a fantasia limita-se à hora das histórias contadas”. (Lima, Mayumi S., 1995)

Paulo Gonçalves reitera essa crítica, quando compara os espaços escolares atuais, com os espaços inovadores, já propostos desde o início do século XX, pelos pensadores da pedagogia, como Emília Ferreiro, Maria Montessori, Paulo Freire, Piaget, Rudolf Steiner, Vygotsky, entre outros.

“Cem anos se passaram e as salas de ensino fundamental (primeira a oitava série) da maioria arrasadora das escolas continua igual, o mobiliário foi trocado, é mais leve, proporciona mobilidade, mas no dia-a-dia, salvo ocasiões especiais, os professores repetem a tradicional disposição em fileiras, direcionadas para a lousa, para o professor. Estranha arrumação para quem professa ser o educando, grande agente na construção do conhecimento”. (Gonçalves, 1999)

A educação por projetos de trabalho exige também uma reformulação na estrutura e na forma de organização do tempo e do espaço físico escolar. Divididos os alunos por salas de aula e professores específicos, em horários determinados, os espaços escolares não são dotados de flexibilidade para atividades mais coletivas, do que comportem os três períodos simultaneamente, com exceção do pátio e o quintal a céu aberto. Por esse motivo, algumas festividades programadas, de celebração das atividades, tiveram que ser feitas na rua da escola, sendo necessário para isso, sua interdição através de solicitação à Prefeitura.



Como muitas das atividades programadas eram realizadas em locais fora dos muros da escola, havia, por parte dos professores, dificuldade para a organização, receosos de que ocorressem problemas de segurança com os alunos, pelos quais eram responsáveis. Nesse sentido, o desenvolvimento do projeto Uma Fruta no Quintal quebrava, de certa forma, a rotina da escola. Às vezes, ocorria uma assimetria entre os interesses do conjunto dos professores e da diretoria da escola, seja por motivos de divergência política com a gestão municipal, seja por exigir um rol e um período de atividades, que fugiam da programação segura já conhecida da agenda diária. De um modo geral, se nós quisermos estabelecer um grau de hierarquia de avaliação sobre o projeto, a aceitação pelos professores era mais imediata, e a dos alunos, ainda mais, se comparada com a dos diretores. E, para contornar essa situação e procurar quebrar uma eventual imposição autoritária da direção, procurávamos agendar a reunião inicial com ambas as instâncias, e o entusiasmo dominante dos professores, na maioria das vezes, conseguia vencer a resistência da diretoria.

## **Interdisciplinaridade: necessidade e problema**

No Brasil, considerando-se desde o ensino fundamental até à universidade, tanto público como privado, a tentativa da prática interdisciplinar e mesmo multidisciplinar, coloca-se como uma das tarefas mais complexas e difíceis de serem concretizadas, deparando-se, na maioria das vezes, com alguns obstáculos recorrentes.

O quesito que se refere à ordem prático-funcional advém das dificuldades da trama burocrática em compatibilizar diferentes horários de aula dos diferentes professores, que possibilitem amplas reuniões conjuntas, porque a estrutura não possui flexibilidade para tal, uma vez que está assentada secularmente sobre uma divisão de horários rígidos, desenvolvidos em salas de aula estanques. No entanto, os obstáculos maiores residem num pensamento, já consolidado, de que a interdisciplinaridade pode se limitar a uma simples justaposição de diferentes visões de diferentes áreas do conhecimento sobre um determinado tema<sup>57</sup>.

57. “A posição interdisciplinar se fundamenta na crença de que o aluno possa estabelecer conexões, pelo simples fato de serem evidenciadas pelo professor, e em que o somatório de aproximações a um tema permita, por si próprio, resolver os problemas de conhecimento de uma forma integrada e relacional...”

E mais adiante:

“A interdisciplinaridade nos é apresentada como uma tentativa de uma organização da informação, dos conhecimentos escolares, partindo de uma visão disciplinar que tenta centralizar-se em alguns temas contemplados, a partir de múltiplos ângulos e métodos. O peso dessa tarefa recai nos diferentes professores de cada uma das matérias, sendo que eles se propõem ir além das disciplinas. Ocasionalmente, essas propostas pecam por ingenuidade, já que, tendo em vista alguns exemplos, estas se limitam a que cada professor, individualmente, apresente aos estudantes a visão da matéria na qual cada um é especialista em torno do tema dado. Espera-se que os alunos relacionem o que lhes é oferecido fragmentado. Pede-se a eles que globalizem, por um processo persuasivo e que façam inferências dos diferentes conteúdos, quando estes são produto de pontos de vista e enfoques

No que tange à educação ambiental, como tema que perpassa todas as disciplinas, Pontuschka aponta a dificuldade dessas novas conexões, que não se encaixam na estrutura rígida constituída pelas disciplinas:

“O professor nem sempre pode contribuir satisfatoriamente com os projetos de educação ambiental, apesar de presentes na última Constituição Brasileira, porque ele não tem informações e recursos didáticos suficientes para propor pesquisas em sala de aula ou na escola, para que os estudantes possam trabalhar com documentos já existentes e tenham condições, sob a orientação do professor, de produzir novos documentos que auxiliem a ambos na reflexão e solução de certos problemas.

Parece haver consenso entre os pensadores do ambiente, que o propósito não é acrescentar uma nova disciplina, mas oferecer informações no interior de cada uma delas que permitam a concretização de projetos interdisciplinares, tendo como meta, despertar a consciência de alunos e professores, para uma questão que depende de cada um de nós, das empresas, das ações públicas e do Estado”. (Pontuschka, 1999).

Transferindo essa questão para o campo da atividade paisagística, como paisagistas, Catharina Lima nos auxilia:

“O campo do paisagismo é, por sua própria natureza, interdisciplinar. Desde sempre foi preciso entender os ciclos biológicos e as vicissitudes dos reinos vegetal e animal, lidar tecnicamente com materiais inertes, captar as demandas do cliente (seja um indivíduo, grupo social e até a sociedade como um todo), para dar respostas esteticamente satisfatórias, que preencham expectativas em projetos, e compreendem ainda custos e planejamento de execução e manutenção. A paisagem, como síntese formal e estética das relações entre a sociedade e seu meio biofísico, sugere um campo abrangente de trabalho. Esse campo tem se complexificado na medida da evolução das sociedades e da própria expansão do quadro de variáveis (cada vez mais diversificadas) que adentram sua episteme.” (Lima, Catharina, 2006: 78)

Da mesma forma como o projeto Uma Fruta no Quintal tinha como diretriz, uma perspectiva de trabalho interdisciplinar nas escolas, propunha também trabalhar com todas as Secretarias da Prefeitura Municipal e com diversas organizações não-governamentais. No caso das escolas, esse procedimento deparou com algumas questões de fundo, além das já apresentadas nas páginas anteriores:

A primeira, relativa à gestão administrativa e funcional, através da tarefa de com-

que não aparecem relacionados além do esforço do professorado.”

E acrescenta ainda: “Numa organização interdisciplinar assim estabelecida, continua implícito que os alunos aprendam a partir do somatório de informações. Isso ocorre, talvez, porque não se costuma levar em conta que aprender a estabelecer vínculos entre diferentes fontes de informação implique acrescentar novos níveis de dificuldades às complexas relações entre a estrutura do conhecimento diferencial de cada estudante e as estratégias de aprendizagem que irão desenvolver.” (grifo nosso) (Hernández, F. e Ventura, M., 1998)

patibilizar horários, conteúdos e metodologias diversificados, procurando estabelecer uma unidade mínima, e se empenhando para que as atividades ocorressem nos prazos previstos, e isso foi conseguido de forma satisfatória.

A segunda, no tocante a problemas relativos à carga horária, pois, a atitude interdisciplinar exige uma disponibilidade de tempo maior dos professores e de toda a comunidade escolar, o que é agravado pelos baixos salários recebidos, forçando-os a complementá-los através de outras atividades, nem sempre relacionadas à educação. Apesar dessas dificuldades, muitos professores e alunos envolvidos no projeto, prolongavam voluntariamente sua jornada de trabalho, como citam Hernandez e Ventura:

“Levar adiante um currículo integrado, exige uma maior dedicação dos professores, pois são eles que planejam suas próprias matérias, já que os especialistas oferecem, nos livros-texto apenas propostas referentes a matérias concretas (argumento dos professores contra o ensino integrado)”.

[...] “O pensamento que recorta, isola, permite que especialistas e *experts* tenham ótimo desempenho em seus compartimentos, e cooperam eficazmente nos setores não complexos do conhecimento, notadamente os que concernem ao funcionamento das máquinas artificiais; mas a lógica a que eles obedecem, estende à sociedade e às relações humanas os constrangimentos e os mecanismos inumanos da máquina artificial e sua visão determinista, mecanicista, quantitativa, formalista; e ignora, oculta ou dilui tudo que é subjetivo, afetivo, livre, criador”.

[...] “É o que procuram aqueles que questionam a distribuição do horário por matérias, em unidades de 50 minutos, e a organização da escola por departamentos, que têm como base as disciplinas escolares. Esses docentes tratam de ser mais flexíveis com o uso do tempo e do espaço (rompendo os limites do dentro e do fora da escola), e começam, a trabalhar de maneira cooperativa, e não cada docente em sua sala, e em sua disciplina. São os professores que, às vezes, sem estar consciente disso, tentam restabelecer o significado do saber escolar”(Hernández, F. e Ventura, M., 1998).

Historicamente, a educação no Brasil, não trabalha com processos interdisciplinares e as diferentes áreas do conhecimento são programadas e desenvolvidas baseadas nos conteúdos sobre os quais os educadores já possuem o domínio consolidado e pré-estabelecido. Os próprios vocábulos “disciplina, matéria, cadeira,” já evocam um caráter estático e impositivo.

“A mentalidade interdisciplinar vai tornar-se uma mentalidade de proprietário, que proíbe qualquer incursão estranha em sua parcela de saber. Sabemos que originalmente, a palavra “disciplina” designava um pequeno chicote utilizado no autoflagelamento e permitia, portanto, a autocrítica; em seu sentido degradado, a disciplina torna-se um meio de flagelar aquele que se aventura no domínio das idéias que o especialista considera de sua propriedade”. (Morin, 2002).

[...] “Contrariamente à opinião hoje difundida, o desenvolvimento das aptidões gerais da mente, permite o melhor desenvolvimento das competências particulares ou especializadas. Quanto mais desenvolvida é a inteligência geral, maior é sua capacidade de tratar problemas especiais. A educação deve fornecer a aptidão natural da mente para colocar e resolver os problemas e correlativamente, estimular o pleno emprego da inteligência geral.” (idem: 22)

A interdisciplinaridade, na medida em que possibilita a abertura para outros saberes, caminha necessariamente para uma perspectiva de aprendizado conjunto e compartilhado. Aprendizado este, que exige do educador uma abertura em direção à pesquisa e ao desconhecido, que pode mostrar-se atraente para alguns, porém, e provavelmente para a maioria, representa uma ameaça, e uma jornada insegura, comparada com a certeza do conteúdo da área do conhecimento da qual possui o domínio. Mas o que se verifica, onde o exercício multi ou interdisciplinar atinge, de forma mais contundente, a espinha dorsal da estrutura de ensino, é no tocante às relações de poder, tanto no interior da escola, quanto nas suas interações com o conjunto da sociedade.

Na medida em que um determinado saber, seguro, garantido e protegido, é exposto perante outros saberes e a outros colegas, situados na mesma hierarquia funcional escolar, torna-se suscetível de questionamentos e inter-relações mais complexas, de outra ordem do ministrado rotineiramente aos alunos, e isso coloca em risco a segurança do professor, mesmo tratando-se, de fato, de uma segurança frágil e ilusória, uma vez que o embate das idéias e ações, pode engendrar o fortalecimento de ambas.

Como arte e ambiente constituíam-se duas abordagens básicas do projeto Uma Fruta no Quintal, isso fazia com que, pelo senso comum, houvesse uma associação imediata por parte do corpo docente, às disciplinas de Biologia, Ciências, Geografia e Educação Artística, considerando-se praticamente como atribuições exclusivas desses saberes. E esse pensamento criava, muitas vezes, uma atitude de disputa e superioridade do grupo, de áreas consideradas afins, com os temas em relação aos docentes de outras áreas.

Durante as discussões iniciais sobre a implantação do projeto, uma das tônicas, por parte da coordenação da escola e do projeto, era procurar quebrar essa visão reducionista, e demonstrar as interfaces intrínsecas desses temas com as disciplinas tidas como não necessárias, para a compreensão das questões ambientais: Matemática, Física, Português, etc.

Apesar do consenso, no pensamento acadêmico educacional, em torno da importância dessa temática, mesmo que efetivamente pouco praticada, Frigotto (2004) nos adverte que a interdisciplinaridade deve ser apreendida como uma necessidade (algo que historicamente se impõe como imperativo) e como problema (algo que se impõe como desafio a ser decifrado), e não se trata de uma questão de método de investiga-

ção, nem de uma técnica didática, mas coloca-se como problema, fundamentalmente no plano material histórico-cultural e no plano epistemológico<sup>58</sup>. O caráter necessário do exercício interdisciplinar na produção e na socialização do conhecimento, decorre da própria forma de o homem produzir-se enquanto ser social e enquanto sujeito e objeto do conhecimento social. Na medida em que o conjunto das ciências humanas procura a compreensão e explicitação da produção da existência social dos homens, não há razões de ordem ontológica e epistemológica para cindir-se autonomamente esta ou aquela prática social. (idem).

Ocorre que nas relações de produção capitalista, dividida em classes com interesses antagônicos, estabelecem-se diferentes processos de alienação e de cisão em todo o conjunto de práticas sociais, que atingem todos os humanos, mesmo que de formas distintas. A interdisciplinaridade coloca-se como necessária, na medida em que a realidade social, de caráter dialético, é una e ao mesmo tempo diversa, impondo uma natureza intersubjetiva para sua apreensão. Ao fazermos um recorte de um objeto que uma especialidade exige, não se pode perder de vista a dimensão de totalidade e as múltiplas determinações que o constituem. O conhecimento dessa multiplicidade, complexa que pendularmente transita entre o estudo e observação da exterioridade dos fenômenos, e suas mediações com o conhecimento abstrato das ciências, exigem interfaces com diferentes áreas do conhecimento.

O processo de investigação utilizado para as ciências da natureza possui um caráter diverso dos estudos dos fatos sociais. Se por um lado existe uma "objetividade concreta", mais visivelmente demonstrável nas ciências físicas e exatas, nas ciências que tratam dos fatos e ações sociais, essa validação ocorre num plano complexo intersubjetivo e histórico empírico. O processo de conhecimento social vem marcado então "pelos interesses, concepções e condições de classe do investigador. O conhecimento não tem como ser produzido de forma neutra, tendo em vista que as relações que ele tenta apreender não são neutras. É justamente neste âmbito, que percebemos que a interdisciplinaridade na produção do conhecimento, nos é uma necessidade imperativa, mas nos é também um problema que está lotado de materialidade das relações capitalistas de produção da existência." (idem)

58. Por outro lado, Follari chega a afirmar que a interdisciplina surgiu primeiramente na Europa (França, Alemanha e Itália) e depois no México e Argentina, nos anos sessenta, através dos estudantes universitários, como reação do capitalismo diante dos próprios problemas de legitimação. Suas posições questionavam o papel da universidade, seu funcionamento, a cisão teoria/prática e a ausência de conteúdo social nas grades curriculares. Em resposta a essas reivindicações que punham em crise todo o sistema, decidiu-se, de maneira enviesada, atender à demanda, absorvendo seu potencial crítico, porém deturpando seu real significado. Desta forma, houve uma série de mudanças nas universidades européias, de caráter curricular, orçamentário, de estrutura e de funcionamento acadêmico. E dentro dessa estratégia incluiu-se o recurso à interdisciplina. As instâncias de poder, tanto governamentais como universitárias tomaram para si esse conceito, alterando a rota da concepção básica, onde a noção de práxis foi substituída pela eficiência no plano técnico, por um discurso cientifizante/tecnocrático, rumo a uma modernização saudável. (Follari, 2004)

Follari (2004) defende, que apesar da noção da interdisciplina representar um avanço em relação a uma grade curricular engessada e pulverizada, estavam contidos no pensamento dos estudantes universitários anticapitalistas, vários equívocos: o primeiro, de que aquilo que se enfoca na interdisciplina é o conjunto de "partes" do real, aquilo que busca reunir a "totalidade" na teoria marxista. Nesta última concepção, a noção de totalidade não se limita à soma das ciências particulares, nem a alguma combinação delas.

"A totalidade é uma categoria que não está acima das ciências instando por sua reunião, mas pertence a um discurso determinado, a um discurso social" (idem, 2004). Outro equívoco, seria admitir que a especificidade das ciências poderia ser superada pela "unidade" dialética, já que a realidade seria única. Mas a natureza da unicidade, não implica na sua não pluralidade e não variedade, "não podendo por isso, ser analisável a partir de um discurso ao mesmo tempo único. Substituir a complexidade dos diferentes discursos científicos, por alguma homogeneidade imaginária levaria a simplificar e fazer retroceder o conhecimento científico" (idem). O terceiro equívoco subjacente ao apelo interdisciplinar reside numa ilusão teoricista, pressupondo que os problemas relativos à divisão social do trabalho, poderiam ser superados a partir de uma modificação interna à prática científica, mudança esta que só é possível com uma mudança estrutural da sociedade, ou pelo menos o papel do científico, por via de seu funcionamento outorgado pela sociedade em seu conjunto. "Introduzindo uma metodologia de trabalho científico – como é o interdisciplinar – é possível melhorar a eficácia das pesquisas, aproximá-las a problemas concretos, mas não é possível, por outro lado, modificar radicalmente o lugar da ciência em relação com o poder, seu lugar político: isto seria pedir da interdisciplina o que ela não pode dar de si mesma" (idem).

As questões aqui colocadas por Frigotto e Follari, relativas à necessidade da interdisciplinaridade, seus problemas inerentes e a apropriação e esvaziamento do conteúdo pelo poder instituído, não invalida de forma alguma sua importância, mas apenas a coloca dentro dos limites de suas possibilidades reais, ou seja, circunscrita à metodologia de trabalho científico, não podendo operar e esperar dela, mudanças estruturais. Essa prática possibilita o exercício democrático interno de trabalho em grupo das atividades científicas, exercício que se vinculou na América Latina a políticas modernizadoras em saúde, educação e meio ambiente. (Follari, 2004)

Passamos, a seguir, ao estudo e caracterização de como transcorreram as atividades do projeto nas escolas municipais e estaduais.

## Percorrendo a corrente sanguínea

O projeto era desenvolvido obedecendo a ritmos distintos, segundo duas etapas consecutivas: a intensiva e a extensiva. O intensivo variava de um período de 60 a 90 dias, e correspondia ao início do projeto em determinada escola, que culminava com uma festa de celebração, envolvendo a participação de toda comunidade escolar. A etapa extensiva compreendia o período subsequente, de prazo indeterminado, uma vez que o projeto se propunha às atividades e às ações continuadas e permanentes, mesmo tendo claro o risco de sua interrupção, caso o prefeito em gestão não fosse reeleito. Essa divisão em duas etapas mostrou-se adequada, uma vez que grande parte das ações desenvolvidas pelas secretarias municipais, era concentrada simultaneamente nesse período, promovendo um clima de ebulição e entusiasmo, que impulsionava e potencializava as ações futuras na escola que se desenvolviam, a partir de então, de forma mais lenta e sistemática, incorporadas ao cotidiano escolar.



Fig. 102 - Reunião inicial dos professores das escolas e os coordenadores do projeto. Foto: Mario Llaguno.



Fig. 103 - Professores em reunião no jardim da escola. Foto: Mario Llaguno.

Esse caráter simbólico, que a preparação da festa e das exposições proporcionava, demarcava de forma lúdica, um ambiente de cooperação coletiva, onde a escola “virava de ponta cabeça” nas palavras de uma educadora, possibilitando a criação de uma perspectiva de mudança, por mais modesta que fosse. Em ambas as etapas eram desenvolvidas atividades ligadas aos temas: **flora, fauna, água, ar, solo, resíduos, paisagem urbana, saúde pública, nutrição e educação no trânsito**, utilizando-se as mais diversas formas de arte e de expressão: *teatro, desenho, música, pintura, escultura, poesia, literatura, artesanato, fotografia, vídeo, dança, cenografia*. Na medida em que o projeto foi adquirindo corpo em diferentes escolas, atendendo às reivindicações dos professores e alunos, o número de temas foi se ampliando.

O trabalho era desenvolvido, basicamente, sob a direção dos professores no dia-dia das salas de aula, em todas as disciplinas, incorporando-se à “corrente sanguínea”



Fig. 104 e 105 - Visita dos alunos à usina municipal de reciclagem de lixo

Fig. 106 - A horta era uma das atividades que integravam o projeto "Uma Fruta no Quintal"



Fig. 107 - Palestra e apresentação de vídeo para os alunos da escola



Fig. 108 - Maquete de Diadema elaborada pelos alunos  
Fotos: Mario Llaguno.



Fig. 109 - Painel sobre estudo da vegetação elaborado por alunos da escola



ou ao fluxo natural da escola. Cada unidade de ensino, de acordo com sua realidade específica, propunha a forma mais interessante e conveniente de elaborar as atividades, enfatizando aspectos lúdicos e associados à vivência cotidiana dos alunos, e às características locais de seu bairro e de sua região.

Durante esse período, uma equipe de 90 profissionais da Prefeitura (arquitetos, agrônomos, arte-educadores, sanitaristas, psicólogos, agentes comunitários, assistentes sociais, médicos, fotógrafos, nutricionistas) realizavam palestras, cursos, oficinas, exposições, e exibições de vídeos, relativos aos temas propostos:

**Temas abordados nas palestras e vídeos:**

- *Os problemas da preservação ambiental do planeta e em particular de Diadema.*
- *Saneamento básico e recursos hídricos.*
- *A destinação dos resíduos.*
- *Drogas, AIDS, sexualidade*
- *Violência urbana*

**Cursos e Oficinas ministrados:**

- *Educação no trânsito*
- *Técnicas de jardinagem para a arborização da escola*
- *Implantação da coleta seletiva de lixo.*
- *Implantação de horta na escola (em convênio com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo)*
- *Curso prático sobre cozinha alternativa e aproveitamento de alimentos, usualmente descartados como resíduos (em convênio com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo)*
- *Atividades artísticas e estudo do meio.*

As escolas eram arborizadas, respeitando um projeto de paisagismo elaborado pelos arquitetos da Prefeitura, em conjunto com os professores e alunos, incorporando as sugestões da comunidade escolar. A seguir, elencamos alguns números do projeto:

**Tabela 4**

<b>Público</b>	<b>Número Total</b>
Escolas municipais e estaduais	120
Alunos participantes *	115.000
Fruteiras distribuídas	150.000
Total da área dos terrenos das escolas arborizadas	200.000 m <sup>2</sup>
Profissionais da Prefeitura Municipal envolvidos	90
Professores e funcionários da rede estadual e municipal envolvidos	6.910
Total de árvores plantadas nas escolas	3.500

\* Número correspondente a aproximadamente 1/3 da população de Diadema, na época (316.000 habitantes)

## A concretude e o sonho

*Nossa exploração não pode nunca cessar.  
E o fim de toda nossa exploração será voltar ao lugar  
de onde partimos e conhecê-lo pela primeira vez.*  
T.S. Elliot

O projeto paisagístico da escola era elaborado, a partir de uma oficina realizada em duas etapas: a primeira, onde os professores pediam que todos os alunos desenhasssem como gostariam que fosse um projeto ideal, colocando suas fantasias e descrevendo o que esperavam da área externa à edificação intramuros da escola. Antes de iniciarem os trabalhos, era esclarecido que o projeto final seria uma síntese de todos os trabalhos apresentados, com a ressalva de que a execução do projeto seria feita dentro das reais possibilidades orçamentárias da Prefeitura. Essa informação era importante e tinha como objetivo não criar falsas expectativas nos alunos e professores, e mesmo tendo ciência da possibilidade apenas parcial da execução do projeto, considerávamos importante trabalharem também na dimensão do sonho e do utópico.

Em outra etapa, depois de percorrerem todo o quintal em conjunto com os arquitetos da Prefeitura, detectando e observando a paisagem, expressavam por meio de desenho sobre uma planta básica da escola, previamente fornecida, seus desejos e necessidades. Durante o percurso, mesmo que esse espaço fizesse parte de seu cotidiano, os professores eram orientados a passear e observar os elementos componentes da paisagem, de forma “descuidada”, deixando-se envolver pelo que de sensível essa percepção da realidade lhe mostrava. Antes do passeio, quase nada lhes era verbalizado e racionalizado, nem tampouco, era pedido que atentassem mais para este ou aquele aspecto. A intenção era de se deixarem imbuir pelo “espetáculo do mundo” nas palavras de Merleau-Ponty<sup>59</sup>. Numa segunda etapa de discussão do desenho, os processos de análise e de incorporação dos aprofundamentos epistemológicos iriam sendo introduzidos. Desta forma, essa abordagem de vai-e-vem, que transita nesse arco sensual-cognitivo, partindo primeiro de um “olhar desprevenido e não pré-concebido” até chegar a uma concepção mais objetiva dos processos ambientais, pode abrir campo para uma abordagem, que pode reduzir a margem de “erro” que o olhar sensorial tenha captado.

Esse movimento de vai-e-vem possibilita um olhar de estranhamento àquilo que é

59. “Não diremos mais que a percepção é uma ciência iniciante, mas inversamente, que a ciência clássica é uma percepção que esquece suas origens e se acredita acabada. O primeiro ato filosófico seria então retornar ao mundo vivido aquém do mundo objetivo, já que é nele que poderemos compreender tanto o direito como os limites do mundo objetivo, restituir à coisa sua fisionomia concreta, aos organismos sua maneira própria de tratar o mundo, à subjetividade sua inerência histórica, reencontrar os fenômenos, a camada de experiência viva através da qual primeiramente o outro e as coisas nos são dados, o sistema “Eu-Outro-as coisas” no estado nascente, despertar a percepção e desfazer a astúcia pela qual ela se deixa esquecer enquanto fato e enquanto percepção, em benefício do objeto que nos entrega e da tradição racional que funda” (Ponty, 1999: 90)

familiar e transforma o que é estranho em familiar, e o ato de elaboração do projeto no papel possibilita também uma visão de conjunto do espaço. Os professores inicialmente desenhavam suas propostas, individualmente, e em seguida reuniam-se em grupos. "Para saber ver é preciso saber pensar o que se vê. Saber ver implica, pois, saber pensar, como saber pensar implica saber ver. Saber pensar não é algo que se obtém por técnica, receita, método. Saber pensar não é só aplicar a lógica e a verificação aos dados da experiência. Pressupõe, também, saber organizar os dados da experiência." (Morin, 1986: 111)

O primeiro exercício individual de projeto objetivava uma tentativa de esforço para que cada um extraísse o máximo de suas próprias convicções, reflexões e experiências de vida, antes de se confrontarem com o grupo. Esse procedimento, reduz a margem de possibilidade daqueles "mais folgados", que tendem a se acomodar e esperar sempre que os outros participantes do grupo, de apresentarem primeiro as soluções. Por outro lado, também, impede que os mais extrovertidos ou autoritários monopolizem e manipulem as discussões diante dos mais tímidos e menos competitivos, situação muito freqüente nos trabalhos de grupo.

A discussão das propostas suscita reflexões sobre uma grande variedade de temas ligados ao espaço físico como:

- as árvores que morreram e as raízes que danificam os pisos.
- a horta que não existe mais
- a ausência de bancos e de áreas de estar externas
- os espaços ociosos ou mal aproveitados
- os solos de empoçamento, mal drenados
- a ocorrência de taludes
- a dificuldade de acessibilidade universal
- os recantos bonitos de jardim

De posse de todos os desenhos e das anotações das discussões, os arquitetos elaboravam uma síntese, e antes de iniciarem a execução do jardim, voltavam a discutir com a comunidade escolar.

Esse simples exercício de simulação de um cenário futuro trazia à tona uma multiplicidade de problemas, necessidades e conflitos que a escola enfrentava, não só de natureza técnica, como também de gestão. Um bom exemplo ilustrativo é a campanha que uma das escolas fazia com os alunos, para a economia de água e energia elétrica. Os professores demonstravam essa contradição, uma vez que todo o sistema de acionamento das lâmpadas era centralizado em uma única chave geral, cujo comando era de atribuição exclusiva dos professores. Isso impossibilitava uma orientação, no sentido de trabalhar a responsabilidade individualizada de cada aluno, onde fosse solicitado que o último a sair da sala, desligasse o interruptor. O mesmo ocorria em relação aos vasos sani-



Fig. 110 a 115 - As tristes paisagens das escolas revelam, de certa forma, as carências da estrutura de ensino no Brasil.  
Fotos: Mario Llaguno.



tários, cujas descargas utilizavam válvulas convencionais de consumo seis vezes maior que os de caixa acoplada, cuja tampa móvel quebrava-se facilmente, devido ao manuseio curioso ou descuidado dos alunos. Nas escolas municipais os vasos sanitários possuem o tamanho padrão para adultos e não adaptados às dimensões compatíveis com o corpo menor das crianças. Essas simples questões traziam à tona várias outras, tais como:

- a universalização de todos os equipamentos e instalações para todas as escolas, o que acarretaria um alto custo para sua substituição, como podemos aferir na fala dos professores: "como podemos exigir dos alunos, se não podemos dar o exemplo?"

- a discussão de cunho pedagógico, onde parte dos professores alegava que o tamanho dos vasos sanitários deveria continuar com o padrão dos adultos, uma vez que era esse o modelo real utilizado em suas casas, e se deveria trabalhar com os elementos de sua realidade concreta fora da escola, e não com modelos ideais.

Como se pode verificar, não é necessário muito esforço, nem tampouco imaginação para levantar temas para discussões gerais, relativas ao espaço físico e ao ambiente da escola e da cidade. O micro universo físico contido na escola, já é rico na explicitação de problemas, qualidades e conflitos, que podem ser generalizados e estendidos.

A respeito do exercício de percepção e reflexão, sobre o espaço escolar e o meio urbano, a arquiteta Sylvia Dobry desenvolveu diversos trabalhos com os alunos e professores, através de oficinas, procurando, por meio do universo vivido e do cotidiano, extrair novas formas de apreender o espaço físico. Dobry levou para Diadema, as experiências obtidas através de suas oficinas, promovidas pela FUPAM - Fundação para a Pesquisa Ambiental - São Paulo - nas quais desenvolve, através do desenho, trabalhos de percepção dos espaços livres públicos.



Fig. 116 - Sylvia Dobry junto a escultura de Marcelo Nietzsche nos jardins da Pinacoteca do Estado - Praça da Luz - São Paulo.



Fig. 117 - Alunos nos Jardins da Luz - São Paulo em exercício de percepção da paisagem, através do desenho, ministrados por Sylvia Dobry.

Um deles, relatado abaixo, foi realizado no “Parque Pousada dos Jesuítas”, parque municipal localizado na área central de Diadema.



Fig. 118 - Vista de área coberta para eventos culturais do Parque Pousadados Jesuítas. Foto: Raul Pereira.

## Quarta-feira no parque

“Um dos temas desenvolvidos foi Percepção do Espaço (usando espaço no sentido de lugar), utilizando o desenho como forma de se apropriar do lugar e interagir com outras áreas da arte e da ciência. Cada oficina diferenciou-se das outras, dependendo dos recursos e características dos alunos e professores de cada escola. Relembramos, em especial, duas atividades desenvolvidas na EEPG João Ramalho: Estudo do meio no Parque Pousada dos Jesuítas.

Primeiramente, um passeio pelo Parque, com *as antenas muito ligadas*, como se fôssemos de outro planeta, onde cada disciplina destacou observações a ela pertinentes. Depois realizamos uma atividade de consciência corporal e espacial, encabeçada por um professor de História da escola, que era também bailarino. Ele organizou, com muita criatividade, ajustando os exercícios corporais aos objetivos de percepção do espaço, tais como topografia, conformação espacial da vegetação, paisagens visualizadas, que previamente tínhamos combinado, ao som e ritmo de pandeiros.

Por último, um grupo realizou desenhos de observação, de maneira livre, no lugar, sentados na grama, (*um teatro grego*, conformado pela topografia, com vistas à cidade de Diadema, emolduradas por uma colunata que sustenta uma lona vermelha que traz a reminiscência de um circo). Cada um com uma pranchetinha de *artista*, no dizer dos alunos. Outro grupo realizou esculturas, orientado por uma artista plástica. Da buliçosa atividade física, cheia de energia e sons, de vozes marcadas pelos pandeiros, parecia que passávamos a um outro mundo, com adolescentes concentrados cada um na sua

criatividade individual, num momento de serena introspecção.

Na mesma escola, foi desenvolvida outra atividade com alunos de várias séries, crianças ao redor de dez anos:

No Departamento de Paisagem Urbana da Prefeitura, foi elaborada uma planta de arborização da escola: um grande papel que mostrava um desenho “de arquitetos”, realizado dentro de convenções com normas estabelecidas, mas legível para a maioria das pessoas. O grupo de arquitetos decidiu criar algumas atividades interdisciplinares para a sua compreensão e discussão. Formamos uma equipe de Português, História e Educação Artística, que se dispuseram, com entusiasmo, a elaborar uma atividade de percepção do espaço, que permitisse uma visão crítica do projeto paisagístico.

Primeiramente, tínhamos um trabalho de campo na própria área livre da escola. Este era um espaço, que como outros, nas escolas, foi deixado de lado, com se fosse depósito de lixo, já que por conta das grades e “perigos”, não era usado. A diretoria e professores, na correria do dia-a-dia, tinham até se esquecido de sua existência. Mas, para olhos atentos, se mostrava como uma área com um belíssimo potencial: uma vista maravilhosa, um lindo pomar abandonado e até uma declividade do terreno formando um *teatro grego natural*.



Fig. 119 - Parque Pousada dos Jesuítas - Aquarela de Sylvia Dobry

Inicialmente foi difícil para os alunos o relacionamento com o lugar. As crianças só viam nele a sujeira e o desleixo e não queriam ficar ali. Conseguimos realizar um mutirão de limpeza. Fomos explicando com a planta de paisagismo em mãos, como era o projeto de arborização, explicação esta, facilitada pela marcação de estacas que já indicavam

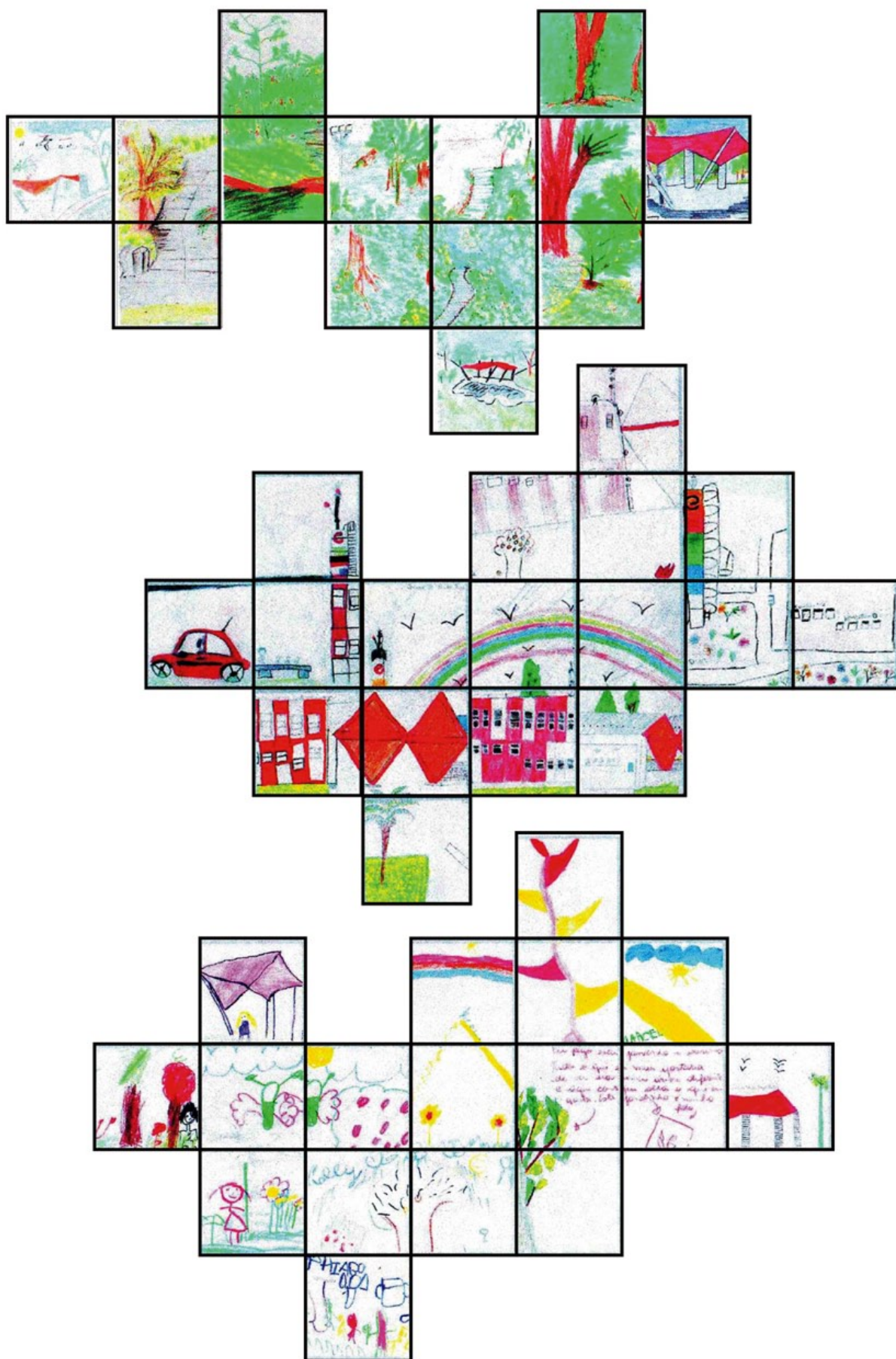


Fig 120 a 122 - Desenhos realizados pelos alunos sobre a percepção do Parque Pousada dos Jesuítas, em oficina coordenada por Sílvia Dobry.



o lugar de cada árvore. Pedimos para cada aluno ficar junto a cada estaca, simulando uma árvore, e assim teatralizar esse espaço. Combinamos, a seguir, que cada criança assumiria, como personagem, uma árvore do projeto de paisagismo deste quintal. As crianças estudariam suas características e depois em conjunto, elaboraríamos um roteiro para uma teatralização.

Na reunião seguinte, estávamos montando, ao ar livre, um espetáculo com teatro, dança, poesia, música com sons de pássaros e natureza. Estávamos vendo pequenos artistas “*profissionais*”. Depois, pedimos, com as pranchetinhas em mãos, no lugar, que desenhassem como eles imaginavam que iria ficar o Quintal da escola, depois do paisagismo executado. Timidamente, alguns perguntaram se podiam desenhar no papel, coisas que eles gostariam de ver. Vimos como estas crianças de periferia, da escola pública, muitas vezes, tão desvalorizadas, viraram *pequenos arquitetos paisagistas*, propondo “banquinhos para olhar a paisagem e namorar, canteiros de flores, caminhos, brinquedos e até espaços para grafitar” (Dobry, 2001)

Se por um lado, o espaço escolar suscita uma série de questões, cujas soluções podem ficar circunscritas ao âmbito interno, por outro, determinados problemas e conflitos extrapolam sua atribuição e passam a exigir articulações mais amplas, no âmbito da comunidade de moradores.

Um fato ocorrido em 2003, na Escola Municipal Tiradentes, localizada no bairro periférico de Serraria, zona oeste de Diadema, é um bom exemplo dessas contradições. O local onde se situa a escola é carente de equipamentos públicos de esporte e lazer. Após um período tenso de roubos e depredações, a quadra esportiva da escola, a única existente na redondeza, foi apropriada pelos moradores, entre os quais, integrantes da rede de narcotráfico. As inúmeras tentativas de acordo foram infrutíferas, e a solução final foi construir um muro divisor, isolando a escola e privando os alunos da utilização da quadra. (ver figura 146 da página 181)

Tomamos conhecimento do problema, através de uma reunião que tivemos com os professores e com o corpo diretivo da escola, quando estranhamos o fato de nos reivindicar a construção de uma quadra esportiva. Nessa ocasião, registramos a inquietação de todos, como demonstra o diálogo entre Caio Boucinhas<sup>60</sup> e os professores.

C. B.: Mas a quadra está ali, estamos vendo por cima do muro!

P.: Mas não tem portão para dentro da escola. A quadra é aberta para a rua.

C. B.: Por quê?

P.: Depois de um período tenso e delicado, durante o qual a escola era diariamente depredada e roubada - computador, televisão, papel, merenda e material escolar espalhado - os acessos da escola para a quadra foram fechados e abertos para a rua. Desde então, esse vandalismo acabou, mas os nossos alunos não podem usá-la.

60. Arquiteto coordenador do projeto Uma Fruta no Quintal.

C. B.: Não dá para retomar a discussão e se estabelecer uma programação de uso, que contemple a escola e a comunidade?

(Os professores expressam opiniões divergentes e medo por uma volta à situação anterior, mas avançam numa reflexão sobre os motivos que devem estar na origem do seqüestro da quadra)

P.: Não há opções de lazer em todo o entorno da escola, não há praça, não há centro cultural, não há campo de futebol.

P.: Havia uma expectativa de que, em vez de escola, aqui fosse construído um conjunto habitacional.

P.: A maioria dos nossos alunos mora nos núcleos<sup>61</sup>.

P.: Quem sabe possamos voltar a conversar sobre a quadra com os pais que frequentam a escola nas atividades de arte e formação nos fins de semana. Muitos deles são pais dos meninos que ocupam a quadra.

Hoje, passados três anos, essa situação de *apartheid* continua, sem que a comunidade escolar tenha condições de utilizar esse equipamento. Uma das origens dessa ocupação, como foi mencionado, reside no fato de que, originalmente, estava prevista a construção de um conjunto habitacional para o local, mas a Prefeitura decidiu pela construção da escola, e esta seria uma forma de retaliação de parte dos moradores que se sentiram preteridos .

Se esse conflito for visto somente do ponto de vista da comunidade escolar, onde “a turma lá de fora resolveu seqüestrar nossa quadra”, as formas de uma possível solução do problema ficariam restritas, unicamente ao âmbito educacional. Porém, os ocupantes da quadra podem também alegar que “a escola e a Prefeitura seqüestraram” os seus direitos de poderem praticar esporte e o direito de ter uma casa no local. O fato suscita, portanto, pelo menos três questões:

- A ausência de equipamentos de lazer no bairro.
- A força do poder exercido por grupos que utilizam a violência, como forma de resolução de problemas.
- O sentimento de exclusão, nas esferas de decisões, desses atores sociais.

Como se verifica, todo o conflito, não diz respeito, propriamente, à quadra, enquanto elemento construtivo. Ela é simplesmente o objeto concreto, sobre o qual recaem contradições mais profundas no âmbito das formas de gestão das políticas públicas, e essa amplitude tem que ser levada tanto para as discussões internas da escola, como para a comunidade do entorno envolvida, pois a cidade constitui-se como um corpo uno.

Isso traz à baila outro aspecto, que é o da introdução das questões urbanas, para dentro da escola, de forma sistematizada. A comunidade escolar passa a participar, não

61. São chamados de núcleos os grupos de habitações subnormais, favelas reestruturadas ou em processo de reestruturação. Evitamos aqui o termo “reurbanizadas” uma vez que denota uma visão preconceituosa, pressupondo-se que seus moradores, de baixa renda, não estão incluídos na malha urbana.

só do entendimento do metabolismo, funcionamento e das interações sociais da cidade, como também dos obstáculos enfrentados pelo poder público para a resolução de seus problemas. Essa presença dos gestores públicos, além de facilitar uma relação direta com o poder executivo, permite um questionamento crítico de mão dupla, em relação à efetivação e ao andamento das ações. A partir do instante em que agentes do poder municipal chegam na escola, passam a ser vistos também, como entidades jurídicas, como a corporificação e representação da Prefeitura, e para isso é necessário que estejam munidos e instrumentalizados suficientemente, para responder às questões surgidas no processo de discussão, questões nem sempre relacionadas às suas especialidades e atribuições, mas que exigem, pelo menos, que sejam encaminhadas às áreas responsáveis. "Não quero nem saber se o assunto não é da sua área. Tudo é uma coisa só. Tudo é Prefeitura", no dizer de uma professora a um técnico da Prefeitura.

Se por um lado, o projeto carregava esse ônus de responsabilidade perante a escola, ao mesmo tempo lhe era permitida uma liberdade de ousar e de inventar, já que não possuía as amarras de submissão a uma grade curricular pré-estabelecida pelo fato de ser "uma coisa que vem de fora". O projeto passa a representar uma instância, que também opera na dimensão do sonho e da fantasia, carregando com isso um componente de liberdade, em direção ao qual, em condições "normais do dia-a-dia", muitas vezes, o professor não se permite aventurar.

## Hoje é dia de festa

Esse período mais intensivo de atividades culminava numa festa de celebração, constituída de apresentações musicais, artes cênicas com exposições dos trabalhos realizados nesse período, e o fornecimento de uma muda de árvore frutífera para cada aluno e demais membros da comunidade escolar, plantarem no quintal de sua casa, apartamento, jardim do edifício ou em áreas públicas ou institucionais disponíveis. Acompanhava um folheto de instruções sobre a descrição da fruta, técnicas de plantio e cuidados para sua manutenção.

No período imediato de preparação do dia que antecedia à celebração, a sensação que se tinha, ao chegar à escola, era a de que estávamos diante de uma escola de arte, ciência e experimentação. Grupos de alunos espalhados por todos os cantos, pátios e salas de aula, pintavam cartazes, executavam maquetes, cortavam papéis coloridos, panos, garrafas plásticas, moldavam argila, escreviam peças e poesias, plantavam árvores e verduras, cantavam e dançavam ao som de *rap*, *rock*, músicas clássicas, faziam mímica, preparavam peças teatrais, figurinos, cenários. Muitos deles iriam pisar num palco pela primeira vez e não escondiam o nervosismo e a emoção.

#### Tabela 4. Espécies de fruteiras\* utilizadas:

Nome Popular	Nome Científico
Araçá	<i>Psidium catleyanum</i>
Pitanga	<i>Eugenia uniflora</i>
Cambuci	<i>Paivaea langsdorfii</i>
Maracujá	<i>Passiflora edulis</i>
Uvaia	<i>Eugenia uvalha</i>
Grumixama	<i>Eugenia brasiliensis</i>
Ciriguela	<i>Spondias purpurea</i>
Jaboticaba	<i>Myrciaria cauliflora</i>
Cereja do Rio Grande	<i>Eugenia involucrata</i>
Goiaba da serra	<i>Feijoa sellowiana</i>
Cabeludinha	<i>Eugenia tomentosa</i>
Jambo	<i>Eugenia malaccensis</i>
Marmelo do campo	<i>Thieleodox alanceolata</i>
Amora	<i>Morus nigra</i>
Mexerica	<i>Citrus reticulata</i>
Acerola	<i>Malpighia glabra</i>
Romã	<i>Punica granatum</i>
Caimito	<i>Chrysophyllum caimito</i>
Longana	<i>Euphorbia longana</i>
Vampi	<i>Clausena lansium</i>
Carambola	<i>Averhoa carambola</i>
Calabura	<i>Muntingia calabura</i>
Laranja	<i>Citrus sinensis</i>
Jambolão	<i>Syzygium jambolanum</i>

\*Cerca de um terço das espécies é nativa do Brasil, sendo a maioria, enxertadas e de pequeno a médio porte, compatíveis com o espaço reduzido dos quintais residenciais de Diadema.



Fig. 123 - Cartaz de divulgação do projeto (Raul Pereira)

<h1>UMA FRUTA NO QUINTAL</h1> <h2>DIADEMA, virando um pomar</h2>		 <p><b>ACEROLA</b></p> <p>É a fruta produzida em pomares locais. Chega a atingir 20 cm de altura. De origem da Colômbia e do Equador. Origem: América Latina.</p>	 <p><b>CABELUDINHA</b></p> <p>É a fruta produzida em pomares locais. Chega a atingir 20 cm de altura. De origem da Colômbia e do Equador. Origem: Brasil.</p>
<p><b>MARACUJÁ</b></p> <p>É a fruta produzida em pomares locais. Chega a atingir 20 cm de altura. De origem da Colômbia e do Equador. Origem: Brasil.</p>	<p><b>MARIELO DO CAMPO</b></p> <p>É a fruta produzida em pomares locais. Chega a atingir 20 cm de altura. De origem da Colômbia e do Equador. Origem: Brasil.</p>	<p><b>CALABURA</b></p> <p>É a fruta produzida em pomares locais. Chega a atingir 20 cm de altura. De origem da Colômbia e do Equador. Origem: Brasil.</p>	<p><b>LONGANA</b></p> <p>É a fruta produzida em pomares locais. Chega a atingir 20 cm de altura. De origem da Colômbia e do Equador. Origem: China.</p>
<p><b>CARAMBOLA</b></p> <p>É a fruta produzida em pomares locais. Chega a atingir 20 cm de altura. De origem da Colômbia e do Equador. Origem: Índia.</p>	<p><b>GRUMIXAMA</b></p> <p>É a fruta produzida em pomares locais. Chega a atingir 20 cm de altura. De origem da Colômbia e do Equador. Origem: Brasil.</p>	<p><b>CAMBUCI</b></p> <p>É a fruta produzida em pomares locais. Chega a atingir 20 cm de altura. De origem da Colômbia e do Equador. Origem: Brasil.</p>	<p><b>MIXIRICA</b></p> <p>É a fruta produzida em pomares locais. Chega a atingir 20 cm de altura. De origem da Colômbia e do Equador. Origem: Brasil.</p>
<p><b>CEREJA DO RIO GRANDE</b></p> <p>É a fruta produzida em pomares locais. Chega a atingir 20 cm de altura. De origem da Colômbia e do Equador. Origem: Brasil.</p>	<p><b>JABUTICABA</b></p> <p>É a fruta produzida em pomares locais. Chega a atingir 20 cm de altura. De origem da Colômbia e do Equador. Origem: Brasil.</p>	<p><b>UVAIA</b></p> <p>É a fruta produzida em pomares locais. Chega a atingir 20 cm de altura. De origem da Colômbia e do Equador. Origem: Brasil.</p>	<p><b>PITANGA</b></p> <p>É a fruta produzida em pomares locais. Chega a atingir 20 cm de altura. De origem da Colômbia e do Equador. Origem: Brasil.</p>
<p><b>ARAÇÁ</b></p> <p>É a fruta produzida em pomares locais. Chega a atingir 20 cm de altura. De origem da Colômbia e do Equador. Origem: Brasil.</p>	<p><b>LARANJA</b></p> <p>É a fruta produzida em pomares locais. Chega a atingir 20 cm de altura. De origem da Colômbia e do Equador. Origem: Brasil.</p>	<p><b>AMORA</b></p> <p>É a fruta produzida em pomares locais. Chega a atingir 20 cm de altura. De origem da Colômbia e do Equador. Origem: Brasil.</p>	<p><b>SIRIGUELA</b></p> <p>É a fruta produzida em pomares locais. Chega a atingir 20 cm de altura. De origem da Colômbia e do Equador. Origem: Brasil.</p>
<p><b>SSU</b>          Secretaria Municipal de Educação          Rua: ...</p>		<p><b>DIADEMA</b>          Projeto de Educação Ambiental nas 42 Escolas          Estaduais Ligado aos Temas: Verde, Fauna, Ar, Solo, Água e Lixo</p> <p>ATIVIDADES COMO: DESENHO, PRÁTICA, MÚSICA, TEATRO, REDAÇÃO, POESIA, DANÇA, ETC.</p> <p>DISTRIBUIÇÃO DE ATIVIDADES FORTÍFICAS PARA OS 88000 ALUNOS PLANTAREM EM SEUS QUINTAIS, SENDO METADE DAS ESPÉCIES NATIVAS DO BRASIL.</p> <p>ARBOREZACÃO DAS ESCOLAS</p>	

Fig 124 - Folheto ilustrativo das fruteiras distribuídas à comunidade escolar (Regina Garibaldi).



Fig. 125 - Distribuição das mudas.



Fig. 126 - Apresentação do grupo de dança composto por mães de alunos em Escola Estadual do Bairro Eldorado



Fig. 127 - O prefeito José de Filippi Jr. plantando uma árvore com os alunos.



Fig. 128 e 129 - Preparação para o show.



Fig. 130 - Os "clowns" Manoel Boucinhas e Éσιο Magalhães animavam a festa de celebração de encerramento da primeira etapa do projeto



Fig. 131 - Gero Camilo e Éσιο Magalhães divertindo as crianças.  
Fotos: Mário Llaguno.

## 5.4 RUPTURA E RETOMADA

### Parou por quê?

O prefeito não conseguiu eleger seu sucessor e apesar da ampla aceitação pela comunidade escolar e pela população, o projeto foi deliberadamente interrompido em 1997 pela nova gestão, uma vez que se tornou fortemente associado à imagem da administração anterior e o espírito competitivo não permite esse hibridismo político. Desta forma, fica demonstrada a debilidade de nossas estruturas administrativas, no sentido de garantir a permanência de projetos significativos, cujos prazos de consolidação ultrapassam os quatro anos de gestão do poder executivo. Trata-se de uma questão recorrente nos programas, obras e projetos, desenvolvidos pelo poder público brasileiro, tanto na esfera do executivo municipal como na estadual e federal. Tanto o projeto Uma Fruta no Quintal, como o Mutirão Verde e o Projeto Mutirão, mencionados neste trabalho, tiveram o mesmo triste desfecho. Estes dois últimos foram encerrados durante a mesma gestão em que foram desenvolvidos, por determinação política do próprio prefeito.

A participação da população ocorre de forma difusa, pontual e num período curto de tempo, e esses fatores não possibilitam uma articulação orgânica e mais continuada, a ponto de amadurecer um processo de resistência a essas deliberações arbitrárias. O mesmo não ocorre em diversos países, particularmente europeus, onde a sociedade civil já possui instâncias permanentes de organização, independentemente das mudanças de governo, e onde as os projetos e ações conquistados já são colocados baseados em normatizações já incorporadas e assimiladas pela maioria dos cidadãos. A tradição brasileira, de caráter patrimonialista e patriarcal, constitui um dos grandes obstáculos para a possibilidade de garantia de processos e ações mais duradouros que requerem médio ou longo prazo para se efetivarem.

A aderência e a não distinção entre a esfera pública e a vida privada, historicamente enraizada no Brasil, parte do núcleo familiar e tem como gênese a força da origem do trabalho artesanal do clã. Sérgio Buarque de Holanda ressalta essa dificuldade que tem o poder público, em se descolar da esfera privada:

“No Brasil, onde imperou desde os tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização – que não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também do crescimento dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades – ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos até hoje.

Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do priva-

do e do público. Assim, eles se caracterizam, justamente pelo que separa o funcionário 'patrimonial' do puro burocrata, conforme a definição de Max Weber. Para o funcionário 'patrimonial', a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem, relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para assegurar garantias jurídicas aos cidadãos." (Holanda, 2005: 45-46). Ianni vem reiterar essa opinião quando afirma:

"Sim, o patriarcalismo pode ser visto como um signo, símbolo e emblema de um estilo de mando e desmando, no qual se distinguem e confundem o público e o privado, o burocrático-legal e o tradicional, o carisma e a prepotência." (Ianni, 2004).

No entanto, Sylvia Dobry<sup>62</sup>, acrescenta que os motivos que concorreram para a não continuidade do projeto Uma Fruta no Quintal, vão além do argumento centrado na herança patrimonialista brasileira. Segundo sua opinião, a interrupção do projeto por um período de 10 anos, revela uma questão mais profunda, que reside no fato de o projeto não conseguir se consolidar a tal ponto que, mesmo com uma mudança de gestão por forças assimétricas à anterior, pudesse garantir sua continuidade, através de uma pressão política da comunidade escolar. Dobry ainda completa essa análise, argumentando que a fragilidade que se observou a partir de 1996, na não resistência da comunidade escolar à deliberação do prefeito sucessor em por fim ao projeto, teve como um dos fatores a opção da coordenação em trabalhar horizontalmente, em todas as unidades escolares, em vez de centrar, de forma mais profunda e vertical, em apenas algumas escolas.

Outro argumento de Dobry, de caráter mais geral, refere-se a uma modificação nessa correlação de forças entre as diferentes correntes políticas, no âmbito tanto nacional como municipal e mesmo internacional, que resultaria da necessidade de alianças e negociações com forças mais neoliberais, esvaziando o espaço reservado para o aprofundamento das questões mais conceituais.

A interrupção do projeto em Diadema em 1996, no entanto, não impede que continue se multiplicando em outros municípios e retornando a Diadema, uma década depois.

62. Em entrevista com Caio Boucinhas em novembro de 2006.



## Outras cidades e a volta a Diadema

O Projeto Uma Fruta no Quintal foi retomado em agosto deste ano (2006), em Diadema, exatamente dez anos após sua interrupção em 1996<sup>63</sup>. O retorno partiu de solicitação do prefeito José de Filippi Júnior, agora em sua terceira gestão, e da comunidade escolar do município e do Estado. Inicialmente o projeto está sendo desenvolvido em cinco escolas, localizadas em pontos distribuídos por toda a cidade, lugares de perfis diversificados, tanto no que se refere às condições sócio-econômicas da população, como aos ecossistemas locais e à situação de uso e ocupação do solo. Assim, uma das escolas localiza-se em área de proteção de mananciais, junto à Represa Billings, outra, conta com 90% de seus alunos morando em núcleos habitacionais de baixa renda, outra em área central da cidade, de alunos de renda mais alta e assim por diante.



Fig. 132 - Reunião com representantes das Secretarias da Prefeitura de Diadema e convidados para a exposição da retomada do projeto em 2006

A volta do projeto em Diadema, além de significar um reconhecimento por parte da Prefeitura, do Estado e da comunidade escolar, dos resultados positivos que o projeto proporcionou, trouxe a possibilidade de poder avaliar criticamente, através de inúmeras reuniões, as mudanças e avanços ocorridos nessa década, nas políticas públicas municipais, e de certa forma obter uma avaliação, mesmo que empírica, de nossos erros e acertos e do que seria importante manter, modificar ou excluir no projeto em relação a sua primeira versão da década de 1990. Assim, pudemos detectar as seguintes mudanças:

No momento atual, a composição do governo municipal, é fruto de uma aliança de vários partidos políticos, diferentemente de 1993, formado quase que exclusivamente, por Secretarias compostas por membros do PT (Partido dos Trabalhadores). Se por um lado,

63. Em agosto de 2005 o projeto Uma Fruta no Quintal foi também implantado, em Taboão da Serra, município da Região Metropolitana de São Paulo.

isso possibilita uma governabilidade, baseada num leque mais amplo de tendências, e a facilidade de aprovação de projetos pela Câmara Municipal, por outro, torna-se mais difícil as articulações de projetos matriciais, que envolvem todas as Secretarias, como é o caso do projeto Uma Fruta no Quintal. Isso ocorre porque os interesses político-administrativos das secretarias tendem a ser mais particularizados, havendo uma disputa por espaço político, diferentemente da unidade obtida, quando o PT governava somente com seus dirigentes indicados pelo próprio partido. Como o lócus do projeto ocorre basicamente nas unidades escolares, isso implica, dentro de uma visão mais estreita de política administrativa, em um reforço político da Secretaria da Educação. Por mais que se esclareça que o projeto Uma Fruta no Quintal não tem existência em si, enquanto entidade autônoma, mas que representa a expressão e explicitação das políticas de todas as Secretarias, programas e empresas municipais, esse argumento nem sempre consegue ser suficientemente convincente.



Fig. 133 a 136 - Festa de lançamento do Projeto "Uma Fruta no Quintal" em setembro de 2006 na Escola Municipal de Ensino Infantil Florestan Fernandes

Nesse sentido, o projeto só se torna viável, se compreendido como projeto de governo, assumido categoricamente pelo Prefeito e articulado e legitimado primeiramente por todos os Secretários, visando um trabalho unificado de cooperação. Esse fato vem

demonstrar a íntima e orgânica ligação entre as esferas de poder, este aqui entendido no sentido harendtiano, ou pelo menos, como pretendemos que seja, e sua efetivação em termos de sistema de objetos.

Além das mudanças acima citadas, se comparadas com a primeira versão do projeto em 1993/1996, podemos mencionar ainda que:

- Os coordenadores das escolas são eleitos pela comunidade também.
- Os projetos e programas da gestão pública municipal se multiplicaram.
- Existe um maior número de projetos que incorporam o lúdico e a arte em seus conteúdos.
- Há menor área permeável nos quintais das escolas, uma vez que houve ampliação das dependências da escola.
- Há uma atuação e um acompanhamento mais sistêmicos e continuados por parte da Secretaria da Educação Municipal.
- Hoje existe uma Secretaria do Meio Ambiente enquanto, na época era um departamento embrionário mais atinente às “áreas verdes”.

## **Dez anos depois, novos projetos**

Durante o intervalo de 10 anos de interrupção do projeto Uma Fruta no Quintal, pode-se verificar um aumento considerável de projetos introduzidos nas escolas municipais de Diadema, que têm contribuído para um enriquecimento dos processos curriculares convencionais, de apropriação de saberes.

Enumeramos a seguir, de forma sucinta, os principais Programas, Projetos e Experiências em andamento nas escolas<sup>64</sup>:

1. Em relação aos processos de democratização das decisões, podemos mencionar:

### **Eleição de Professores Coordenadores e Professores Assistentes de Coordenação**

As Escolas Municipais são geridas por Professores Coordenadores (antes denominados diretores) e Professores Assistentes de Unidade Escolar, que são eleitos mediante voto proporcional e paritário da comunidade escolar, composta por:

- Pais de alunos matriculados na escola, sendo 1 voto por família.
- Alunos do Ensino Fundamental, maiores de 14 anos.

64. Fonte: Diário da Escola, Programa, Projetos e Experiências na Educação de Diadema, Diário do Grande ABC, 2006.

- Representantes de entidades regularmente constituídas da comunidade.
- Equipe docente, equipe de coordenação de Unidade Escolar e equipe auxiliar da ação educativa.

Os votos dos pais, alunos e entidades da comunidade, somados, devem corresponder a 50% do total dos votantes, sendo no máximo 5% das entidades. Os 50% restantes, correspondem ao total dos votos da equipe docente, de coordenação de Unidade Escolar e equipe auxiliar de ação educativa.

Os professores eleitos são nomeados em comissão para cargos, por um período de 3 anos, podendo ser reeleitos para mais um mandato.

Como estrutura de representação, foram criadas também os Grêmios Estudantis, como instância de participação dos alunos nas deliberações das ações e diretrizes curriculares das escolas.

2. No campo das artes podemos mencionar:

### **Educação Musical nas Escolas**

O projeto desenvolve ações concretas de educação municipal e de formação de professores para o ensino de música, através de instrumentos específicos: canto coral, iniciação musical, flauta doce, teclado, violão, percussão, fanfarra e Banda Jazz Sinfônica. Possui também a interface com a Secretaria de Saúde no que se refere a: Curso de Importação Vocal; Grupo de Terapia Vocal e Canto Coral.

### **Mostra de Criação Artística Infantil em Diadema**

O projeto objetiva levar os alunos da Rede Municipal de Ensino para dentro dos equipamentos culturais da cidade, proporcionando-lhes condições de se expressarem através de linhas, cores, sons e gestos e terem também acesso à produção (memória) cultural do Brasil e da humanidade.

Nesse sentido o projeto procura mostrar a relevância das culturas infantis, através de exposições permanentes e esporádicas, visitas, apresentações e oficinas, num contexto de experimentação e troca de experiências.

### **Dançando a Vida ... na escola**

Implantado em 1996, o projeto se propõe à capacitação de professores, no sentido de, através da dança, construir um elo de ligação entre escola-criança-família, propondo o resgate das brincadeiras infantis dos pais e/ou responsáveis: " A presença do ato de educar".

### 3. Outros:

#### **Da Rede para a Rede: “Pratas da Casa”**

Implantado em 2001, o programa visa materializar suas pesquisas e estudos na construção e autoria de sua própria prática e, compartilhar este fazer pedagógico com os demais profissionais da Educação, construindo novos saberes e (re) inventando outras práticas.

#### **Projeto de Informática Educativa em Diadema**

O projeto, implantado em 2004, visa democratizar o acesso ao uso das modernas Tecnologias de Informação e Comunicação, no processo de inclusão digital. Uma das ações de política pública voltada para esse fim é a implantação dos laboratórios de informática, atendendo prioritariamente ao público estudantil das Escolas Municipais, que se distribui em Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação para Jovens e Adultos.

#### **Projeto Diversidade na Escola**

Visa introduzir a discussão e a reflexão sobre a situação vivida pelo negro no Brasil, e seus reflexos na escola, sensibilizando os profissionais de educação, quanto à diferença etnoracial existente na escola, resultado da diversidade na formação da cultura brasileira. Visa também debater a desigualdade racial no processo educacional e a criação de processos de respeito às diferenças na escola, gerando um espaço de criação e ampliação da auto-estima.

#### **Projeto “Educar é Prevenir – Refletindo Sobre Sexualidade DST / AIDS e Drogas nas Escolas”**

Tem como objetivo específico, integrar as áreas de Saúde e Educação, no desenvolvimento de ações de prevenção, que contribuam para a redução da vulnerabilidade em relação às DST (doenças sexualmente transmissíveis) / AIDS e Drogas no Município de Diadema.

#### **Projeto “Paisagismo e Jardinagem”**

Visa possibilitar à comunidade, o aprofundamento do vínculo com a escola, através de ações de conservação e embelezamento das áreas externas e internas dos prédios, e instituir um mecanismo concreto de profissionalização para alunos de necessidades especiais.

#### **Projeto Trânsito Vivo**

Consiste em formar as crianças e os professores de Educação Infantil e Educação

Fundamental sobre a segurança no trânsito.

### **Rede de Informação Pública para o Município de Diadema**

O projeto tem por objetivo, a implantação da rede de informação e leitura para educação: biblioteca escolar interativa, na perspectiva de uma nova concepção do fazer educacional, integrando educação e cultura, através do fazer, da ação e da produção cultural. Visa também, contribuir na formação de leitores e cidadãos, que sejam capazes de desenvolver potenciais e competências específicas, como ser capaz de decodificar diferentes tipos de leitura e ter autonomia para apreensão do conhecimento de novos saberes.

### **PROESA – Projeto de Educação e Saneamento Ambiental**

Criado em 2003, visa, através da educação ambiental, contribuir no processo pedagógico, potencializando ações voltadas para a conscientização de professores, alunos e da comunidade em geral.

O projeto é realizado com alunos e professores, através de ações que envolvem: saneamento ambiental, sensoriamento remoto, roteiros ambientais ( visitas monitoradas ao Jardim Botânico do Município, Parque Ecológico do Tietê, Usina de reciclagem de lixo, Represa Billings) utilizando também de meios como palestras, oficinas e cursos.

### **Ação Compartilhada – Uma Escola de Todos**

O programa procura re-significar o conceito de gestão participativa, onde seja possível criar uma grande rede de mobilização social, e com isso efetivar a participação propositiva onde, por exemplo, para combater a violência, a sociedade não deve só indicar possibilidades “estatais”, mas junto à Prefeitura, planejar e executar ações solidárias de melhoria de indicadores sociais. O programa procura, através de uma articulação com todas as entidades da sociedade que desenvolvem projetos sociais, refletir, no sentido da conquista de melhorias, procurando o fortalecimento e organização do poder local. O programa Ação Compartilhada tem contribuído enormemente para a redução da violência nas áreas onde se desenvolve.

### **Outras cidades**

O projeto Uma Fruta no Quintal teve desdobramentos em outros municípios da RMSP. Em 1998 foi implantado em Santo André, numa versão adaptada sob o nome de “Tudo em Volta”, tendo uma breve interrupção no início do projeto por aproximadamente 1 ano e meio. A coordenação geral do projeto ficava a cargo da SEFP - Secretaria de Educação e Formação Profissional, com apoio do DEPAV / Parque-Escola e a coordenação das ati-

vidades a cargo da arquiteta Daniela Ramalho (entre 2001 e 2003).

Em Taboão da Serra está sendo desenvolvido o projeto Uma Fruta no Quintal desde 2005 nas escolas municipais, sob a coordenação de Ana Gonzatto, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação.



Fig. 137 - Projeto "Tudo em Volta": professores das Escolas Municipais representam em maquete a escola e seu entorno após passeio de reconhecimento do bairro, Vila Palmares, Santo André, 1998.



Fig. 138 - Discussão geral do filme "Vem dançar comigo" e análise das relações com a rotina da sala de aula, 1998.



Fig. 139 - Professores fazem levantamento do entorno da escola e registram suas observações, Vila Palmares, Santo André, 1998.



Fig. 140 - Projeto "Tudo em Volta". Apresentação do grupo teatral La Mínima no Parque-Escola, DEPAV, Santo André, 2002. Fotos: Arquivo Prefeitura de Santo André.

Fig. 141 - Projeto "Tudo em Volta", Santo André. Estudo do meio e finalização com oficina de arte, 2002.





Fig. 142 - Caio Boucinhas e Ana Gonzatto (à direita) em estudo do meio com professores da Escola Municipal em Taboão da Serra, SP.



Fig. 143 - Caio Boucinhas juntamente com os professores, percorrendo o quintal da Escola Municipal Florestan Fernandes para o estudo do projeto paisagístico em 2006. Foto: Annette Torres.

Durante uma década, na qual transcorreu a interrupção do projeto em Diadema, não houve condições de se efetuar um acompanhamento das ações, tanto no âmbito escolar, como no processo de gestão da Prefeitura no seu conjunto. As avaliações, a seguir, portanto, são baseadas em duas etapas distintas, utilizando-se metodologias diferentes.

A primeira foi realizada no período final da primeira etapa do projeto, em 1996, por meio de questionários. A segunda, ainda em andamento, procuro extrair depoimentos e observações em reuniões com o corpo docente nas cinco escolas onde o projeto está sendo implantado. A partir da síntese das duas etapas, pode-se estabelecer injunções mais gerais, apresentadas no final deste capítulo.

## 5.5. O PROCESSO DE AVALIAÇÃO

### Pesquisa da primeira fase do projeto

Em junho de 1996, quando praticamente o projeto já tinha percorrido todas as escolas, realizamos uma pesquisa através de uma amostragem em escolas, com o intuito de avaliar alguns resultados, através da opinião dos professores.

Foram escolhidas 30 escolas (15 municipais e 15 estaduais) correspondendo a uma amostragem de 25% do total. As escolas possuíam perfis diferentes, de bairros de classes sociais diversificadas. A pesquisa foi realizada também com os alunos, através de questionários, para avaliar, mais especificamente, as atividades relativas às condições de sobrevivência e destinação dos locais de plantio das árvores frutíferas.

A amostra não objetivou, entretanto, estabelecer uma representatividade estatística e os depoimentos foram selecionados e agrupados em tópicos, de tal forma que permitissem subsidiar a discussão.



## Questionário

Prezado(a) Professor(a)

Com o objetivo de avaliar o aproveitamento e recolher sugestões relativas ao projeto *Uma Fruta no Quintal*, solicitamos a gentileza de aplicar este questionário em sala de aula, de acordo com as seguintes instruções:

1- Escolher dois alunos, por sorteio, por sala de aula. Sugerimos que se escreva num papelzinho o nome de cada um, misture num recipiente e peça para um deles retirar dois nomes, sem olhar.

2- A pesquisa abrangerá dois alunos por sala de aula, de todos os períodos, de todas as salas de aulas (exceto em salas de aula onde não haja nenhum aluno que tenha participado do projeto. Ex: CBs onde o projeto foi levado no ano passado).

3- Devido à reformulação de ensino, encontraremos três situações de alunos nas escolas:

- a) Os que participam uma vez do projeto;
- b) Os que participam duas vezes do projeto;
- c) Os que não participam nenhuma vez do projeto.

Solicitamos que a pesquisa seja aplicada somente aos alunos que tenham participado do projeto nesta escola e caso ele já tenha participado do projeto em outra escola no ano passado, ele responderá somente sobre a escola onde está estudando hoje e não da escola do ano passado.

4- Solicitamos que a(o) professora(r) oriente o aluno como responder o questionário e em caso dele ainda não saber ler ou escrever, que a(o) professora(r) preencha por ele, sem contudo induzir a resposta.

5- As perguntas serão respondidas com um X ou por extenso e solicitamos a gentileza de devolver à(o) diretora(r) até no máximo dois dias após o recebimento do questionário. Caso haja necessidade de assinalar vários X numa mesma pergunta, isso poderá ser feito.

6- Pretendemos ao final da pesquisa fotografar algumas frutíferas já plantadas nos quintais dos alunos. Por esse motivo, constam no questionário, o nome e endereço do aluno.

7- Gostaríamos também que os professores escrevessem no verso desta página suas opiniões sobre o projeto *Uma Fruta no Quintal*: pontos positivos, negativos e sugestões abrangendo todas etapas, desde a preparação do projeto, palestras (caso

tenha havido) e outras atividades.

No que se refere às palestras, gostaríamos de saber especificamente se elas de fato colaboraram para essas atividades.

Estamos cientes das dificuldades de disponibilidade de tempo e da sobrecarga de trabalho dos professores, mas solicitamos essa nova gentileza pois com os resultados poderemos aperfeiçoar o projeto.

Escola: \_\_\_\_\_  
Endereço: Rua \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_  
Professora(r) que aplicou a pesquisa: \_\_\_\_\_  
Disciplina (se não for CB) \_\_\_\_\_

Nome do(a) aluno(a) \_\_\_\_\_  
Endereço: Rua \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_ Apto. \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_  
Série: \_\_\_\_\_ Sala: \_\_\_\_\_ Período: \_\_\_\_\_

1- Você recebeu uma muda de árvore frutífera do projeto Uma Fruta no Quintal?

- a) Sim                      b) Não

2- Se recebeu

a) Qual o nome da árvore frutífera? \_\_\_\_\_

b) Você plantou a muda?

- b 1) Sim                      b 2) Não

3- Se você plantou, onde plantou?

- a) No quintal de terra de minha casa;  
b) foi quebrado o piso de cimento do meu quintal e foi feita uma cova para plantar;  
c) Num vaso;  
d) Em outro lugar. Qual lugar? \_\_\_\_\_

4- A muda que você plantou está viva?

- a) Sim                      b) Não

5- Se está viva. Está:

- a) Bonita e saudável  
b) Doente, seca ou quebrada

6- Se não plantou, o que fez com a muda? (se você plantou, não precisa

responder esta pergunta).

- a) Deixei no saquinho mesmo sem plantar;
- b) Dei de presente para: \_\_\_\_\_
- c) Joguei fora
- d) Outras possibilidades \_\_\_\_\_

7- Se não recebeu a muda, qual foi o motivo? (se você recebeu a muda, não precisa responder esta pergunta)

- a) Não estava presente no dia
- b) Não tenho onde plantar porque:
  - b1) Não tenho quintal
  - b2) Meu quintal é todo cimentado
  - b3) Tenho quintal mas não tenho espaço para plantar
- c) É difícil levar no ônibus
- d) Foi por outro motivo. Qual motivo? \_\_\_\_\_

8- Você guardou os folhetos que recebeu com a muda de frutífera?

- a) Sim
- b) Não

9- Se não guardou, porque não guardou? \_\_\_\_\_

10- Como você volta da escola?

- a) A pé
- b) De ônibus
- c) De carro

11- O que você mais gostou do projeto Uma Fruta no Quintal? \_\_\_\_\_

12- O que você menos gostou do projeto? \_\_\_\_\_

13- O que você gostaria que houvesse no projeto, que não há? \_\_\_\_\_

Obs.: Se suas respostas não couberem nos espaços acima, favor continuar respondendo no espaço em branco do final da página ou atrás desta página.

Muito obrigado por ter respondido à pesquisa

## Depoimentos

Os relatos a seguir foram feitos pelos professores das escolas estaduais através de questionários em julho de 1996, e transcritos *ipsis literis*.

### E.E.P.G. Inamar II

[...] “Que esses eventos permaneçam sempre a cada ano e que não se dê por esquecido, ou fazer uma só vez para ganhar nome”.

“Quero que saibam que nós professores PI (período integral?) trabalhamos e muito, pois, sem o nosso esforço e trabalho este evento não seria possível. Gostaria que jamais se esquecesse disso”. (Sônia Maria R. da Silva Souza)

### **E.E.P.G. Gregório Bezerra**

“Pontos positivos: integração dos profissionais da UE (unidade escolar) com os alunos; trabalho coletivo e respeito mútuo; a valorização do Meio Ambiente e a conservação das áreas verdes da UE; o desempenho dos alunos para realizarem as atividades expositivas para os eventos.

Pontos negativos: o nosso pequeno espaço físico para a realização das atividades”. (Fernanda de G.G. Correa)

“Pontos positivos: incentivo a preservação do meio ambiente. Incentivo a ter amor ao verde.

Pontos negativos: A própria comunidade arranca as árvores que foram plantadas na Escola.

De um modo geral foi proveitoso, pois são crianças que nunca participaram de um grande evento”. (anônima)

“Eu achei ótimo o projeto “Uma Fruta no Quintal”, pois contribuiu para o aprimoramento da Educação Ambiental, pois os bons resultados dependem da conscientização. E é somente através da cultura que o indivíduo aprende a respeitar o mundo em que vive, o amor à Natureza, a ser sensível e responsável; a ser, enfim, um verdadeiro ser humano. Às escola compete administrar uma cultura verdadeira à criança, a desenvolver sua sensibilidade através de boas poesias, bons projetos e boas músicas; através de explicações claras do que é o nosso mundo; de quanto é nobre e importante saber construir e não destruir; de que somos parte da Natureza e tudo depende de nós.

Enfim, o projeto foi ótimo, pois houve uma grande conscientização e todas as crianças saíram sorrindo, apaixonadas pelas suas plantinhas”. (Solange Restolatte Schutz Ferrante)

### **E. E. P.G. Professora Zilda Gomes dos Reis de Almeida**

[...] “O homem sempre modificou o ambiente para atender a suas necessidades. Mas nas últimas décadas, essas tornaram-se muito rápidas e profundas e tem causado grandes desequilíbrios, responsáveis por boa parte dos problemas que a humanidade vem enfrentando atualmente. Este projeto veio no momento exato. É desse tipo de trabalho que o Brasil e até mesmo o mundo estar precisando. Em nossa escola, foi fantástico pois passou um ensinamento divertido e criativo por parte dos professores e todo corpo da escola. Sugiro que venham a espalhar o projeto pelo Brasil inteiro, e que venham a alçar o mundo”. (João)

[...] “Quanto ao projeto na nossa Escola, foi muito bom. Não houve pontos negativos, pois houve entrosamento, dedicação e participação por parte de todos os

professores, funcionários e alunos. A respeito das palestras, principalmente a do “Lixo” feita pela Miriam foi de grande utilidade e enriquecimento de conhecimentos para as crianças, pois veio reforçar também que merece discussão e atenção por parte de todos”. (Raimunda Zilma)

“Esse trabalho teria que ser para todas as comunidades cidades, estados, países. Os pontos positivos foi a conscientização através da mudança de hábitos. Perceber a relação progresso vezes conservação. Reconhecer a relação entre o “que eu faço” com o que acontece com o planeta “causas e conseqüências”. Urbanização versus áreas de mananciais, utilização do espaço, Reciclagem do lixo”.

“Pontos negativos: palestras de agendamento difícil apesar de diversificada. Palestras que são ministradas apenas à uma parte dos alunos”.

[...] “Não encerrar o projeto com a festa, mas desenvolver, mesmo que não intenso, um acompanhamento a longo prazo para que não caia no esquecimento”. (Suzy e Rosária)

### **E.E.P.G. Aldemir de Sousa Castro**

“Tivemos a apresentação de uma peça teatral, que marcou bastante, os alunos do noturno, representaram, como se planta (puseram a semente no solo, irrigaram, cultivaram esta semente até que florescesse), mas enfatizando sempre a importância de se cuidar das plantas”.

“O único problema existente foi que, tivemos pouco tempo para nos organizarmos, planejarmos uma apresentação melhor até passarmos para a nossa comunidade a real importância disso tudo”. (anônimo)

“Ponto negativo do projeto: o modo e a pressa com que ele foi realizado, não dando tempo de se organizar coisas melhores e mais bem feitas, a sugestão que eu dou é a seguinte tentar ficar informado sobre o plano anual das escolas para ver as datas disponíveis para que à escola e a comunidade possa participar e desempenhar um melhor papel; é melhor atingir qualidade do que quantidade”. (Daniel Carlos Pereira)

“Na minha opinião, antes de distribuir as mudas, deveria fazer uma pesquisa para saber quem tem o quintal disponível para conservar realmente esta muda até chegar a fase adulta e dá frutos. Ao contrário acho que os frutos, a colher serão bem poucos, devido a falta de espaço para o plantio”. (anônimo)

“Foi um trabalho muito bem feito e elaborado, que deu muito trabalho e exigiu muito dos professores, dos alunos nem tanto porque para eles tudo é alegria.

Os professores trabalharam bastante para que os alunos pudessem entender o significado deste projeto.

O que mais chamou atenção dos alunos foram os palhaços, só que eles fizeram

uma participação muito pequena, e as crianças queriam mais, pois além de divertirem as crianças ainda informaram bastante sobre o projeto.

O que falou foi mais brincadeiras para as crianças, tudo relacionado com o projeto". (Rosemeire de Fátima Brito)

"A única crítica e que esta não seja negativa é sobre a "Coleta Seletiva do Lixo". O trabalho em si está sendo ótimo, havendo a participação de todos os alunos, professores, funcionários e comunidade, só que a organização enquanto à visita à Usina ficou a desejar, pois não participaram todos os alunos, devido o organizador desta parte, alegar falta de tempo, gostaria muito que fosse concluída esta parte que ficou a desejar, principalmente pelo trabalho ter sido por mim e pelos alunos considerado excelente". (Miriam Cristina Almeida)

"Gostaria de relatar sobre a ousadia da administração da cidade no pioneirismo em coleta seletiva. Temos certeza que juntos teremos uma cidade melhor.

Moro em São Bernardo, e gostaria que São Bernardo seguisse o exemplo de Diadema". (Silvio T. Souza)

#### **E.E.P.G. José Piaulino**

"Acompanhamento quanto ao desenvolvimento das frutíferas na escola. Trazer amostras das frutas desconhecidas para motivar e incentivar as crianças no plantio". (Lenir C. C. Mafra, Luzia Maria de Medeiros Machado, Luci de Fátima Vieira Soares, Izabel Borges V. Gomes, Sandra Maria da Rocha, Maria de Jesus Lima, Neusa A. de Souza, etc.)

#### **E.E.P.G. João de Melo Macedo**

Pesquisa do projeto respondida pela Prof.<sup>a</sup> Aparecida O. de Oliveira Passos

Pergunta: O que você mais gostou do projeto "Uma Fruta no Quintal"?

Resposta: Ter ganhado a muda.

#### **E.E.P.G. Reverendo Atael F. Costa**

"Pontos positivos: eles terem ganhado as mudas. Os palhaços. A palestra sobre o projeto para os alunos.

Pontos negativos: não foi feito o palco e os alunos não viram os palhaços direito e má organização na hora, que tivemos que plantar as mudas na escola. Faltou adubo e preparo da terra por parte dos organizadores. O prefeito não compareceu. E deveriam dar mais mudas variadas de árvores para a escola plantar, com flores e grama". (Tereza)

#### **E.E.P.G Santa Maria**

"Ponto positivo: doação de muda para os alunos

Ponto negativo: descontinuidade do projeto". (anônimo)

"Pontos negativos: Foi feito o programa, mas faltou uma palestra ou orientação

para o trato da terra, o local apropriado para o plantio. Por exemplo: como plantar numa casa pavimentada ou num apartamento?

Sugestões: Que sejam atingidos além dos filhos, (estudantes) os pais, através de palestras com orientação e distribuição de Literatura informativa sobre o plantio". (Ofania)

### **E.E.P.G. Simon Bolívar**

"Sugestões: Preparar palestras com nutricionistas, ambientalistas e técnicos no plantio das árvores. Agrupar os alunos que plantaram as árvores para receberem mais informações". (Sônia Regina de Vasconcelos)

"Talvez com um prazo maior, professores e alunos, poderiam preparar o trabalho com mais calma, havendo assim melhores resultados.

Houve muita conscientização por parte dos alunos, quanto à tudo que refere-se ao meio ambiente e sua preservação.

Acredito que os resultados foram positivos". (anônimo)

"O projeto Fruta no Quintal em questão, deveria ser algo mais elaborado, com mais tempo de preparação de aulas (caso professor) para não só colocar a criança em contato com o superficial e sim estar colocando o aluno em contato com as frutas, natureza ou seja a escola levar os alunos como por exemplo ao Jardim Botânico (atividades extra curriculares), haja visto que em sala de aula temos alunos que não conhecem algumas frutas, ou até mesmo nunca comeram". (autor não identificado)

"Gostei muito, foi criativa mostrou as crianças as variedades de plantas frutíferas incentivando assim o amor a natureza". (Maria Helena B. Ledandeck)

"Eu achei o Projeto muito bom e coerente com as necessidades de nossa cidade tão urbanizada e tão afastada da natureza. Acho que o Projeto deveria ter continuidade e estender os vídeos e palestras aos pais.

Não levei a muda da árvore, porque moro em apartamento e num outro projeto do qual participei, levei e plantei em minha casa uma muda de acerola, ela não se desenvolveu e acabou morrendo". (anônimo)

"Deve haver mais palestras com o Projeto e o aluno passando novas informações.

Distribuir novas mudas não só frutíferas, como mudas de hortaliças, mudas ornamentais, etc.

A prefeitura deverá colaborar com a preparação do solo, fornecendo adubo, calcário e vitaminas.

Manter a grama podada.

Orientar na confecção e formação de hortas e épocas para o plantio, através de engenheiro agrônomo.

Tudo isso para dar continuidade a esse projeto para que não fique no esquecimento". ( anônimo)

## Considerações sobre a pesquisa de avaliação

Em relação à pesquisa com os professores, pudemos extrair algumas conclusões:

- A grande maioria tece comentários elogiosos à iniciativa de se trabalhar as questões ambientais e neste tópico específico, os relatos se fazem de forma repleta de lugares-comuns;

- O que verificamos é uma grande carência de projetos ou atividades que associem a prática com teoria, particularmente no que se refere a orientações técnicas, ao plantio e cuidados posteriores com a vegetação.

- O projeto exerceu um papel, como elemento integrador entre professores que lecionavam num mesmo do próprio período de horário ou inter-períodos, fato não comum no cotidiano da escola;

- Se por alguma eventualidade o prefeito não pudesse comparecer à escola, no dia da festa, como era de praxe, essa ausência era motivo de frustração por parte da comunidade escolar, o que demonstra a importância dada a essa visita, conforme já descrevemos anteriormente;

- Um dos grandes problemas encontrados no projeto, é que determinadas atividades não podiam ser estendidas a todos os alunos ficando restritas a poucas salas de aula, por exigüidade de tempo, de condições de estrutura (não existia disponibilidade de número suficiente de ônibus, por exemplo), e imprevistos que eventualmente ocorriam;

- Os professores mostravam-se muito sensíveis à questão da desorganização: problemas de mal funcionamento dos equipamentos de som, microfones, atraso na entrega de mudas, de folhetos, agendamento não cumprido, e esse sentimento era comum, uma vez que as escolas, pela sua própria estrutura, eram condicionadas a seguir um rígido calendário para dar conta de suas atividades. Isso vem revelar dois aspectos: se por um lado demonstra uma preocupação positiva, porque há a cobrança de uma atitude de seriedade por parte dos organizadores, por outro revela o pouco exercício, no dia-a-dia, de atividades mais flexíveis, aonde a desorganização vem provocar uma sensação de insegurança;

- Muitas residências não possuem quintal, e faltou uma orientação mais clara para o plantio de frutíferas e muitas mudas foram plantadas fora do perímetro de Diadema, em sítios, chácaras e quintais de outras cidades, fato que conotava “desperdício” da verba do município, na opinião dos professores.

- Havia reclamação em relação ao pouco material de caráter educativo impresso ou de outras mídias, que possibilitasse uma orientação mais continuada e autônoma em salas de aula, que independesse da presença dos agentes de projeto.

- O que verificamos de importante é que para o corpo docente, o processo de reflexão teórica está indissolivelmente ligado a questões práticas e pragmáticas do cotidiano.

Gros reforça o argumento da necessidade de enfatizar a importância do processo experimental como processo pedagógico: “No ensino médio, a atividade



experimental deveria ser ensinada desde cedo. Essa atividade é crucial, porque é ela que coloca o jovem aluno diante de suas responsabilidades: não se pode ter contato com o campo experimental, sem trabalhar em equipe, sem ter um espírito crítico muito aguçado e o sentimento de que não há uma única resposta a uma determinada questão, que há vários procedimentos possíveis para resolver problemas, em suma, que a própria vida é de fato uma contextualização que obriga a resolver, a cada momento, problemas difíceis e concretos" (Gros, 2005: 247)

Difícilmente se consegue partir de abstrações para se chegar a elaborar uma atividade, e isso é potencializado pelo fato dos horários serem rigidamente restritos e limitados, não deixando espaço, na agenda, para o exercício do fluir, divagar e transcender. As questões práticas, portanto, precedem quase que numa condição *sine qua non* os processos reflexivos mais profundos, muito dentro da visão fenomenológica e talvez esse também tenha sido um dos motivos da boa aceitação do projeto pela comunidade escolar. Os compromissos prometidos na grande maioria das vezes, eram cumpridos rigorosamente e esse rigor de conduta, possibilitava uma confiança recíproca entre o projeto e a escola;

- Faltou participação da representação dos alunos nas instâncias de organização, implantação e desenvolvimento do projeto na escola, junto aos agentes coordenadores do projeto. Essa interface ocorria, fundamentalmente, no decorrer das atividades de salas de aula ou nas palestras, visitas e oficinas;

- As atividades artísticas, quase sempre, eram baseados em repertório estereotipado, oferecida pela mídia oferece e, raramente, excediam o âmbito dessa esfera;

As avaliações realizadas permitiram que fossem sendo detectadas algumas "espinhas dorsais", que entre inúmeras ações efetivadas durante o projeto, se impuseram como determinantes para a visível receptividade na escola: a concretude no cotidiano e a arte.

## **Uma discussão dos eixos estruturantes**

### **A prática do cotidiano**

Se tivéssemos que escolher alguns dos fatores responsáveis e indutores da ampla e efusiva participação demonstrada pela comunidade escolar, nos projetos e mais especificamente em *Uma Fruta no Quintal*, um deles recairia na ênfase da concretude e da cotidianidade dos processos desenvolvidos, como ponto de partida para as discussões, reflexões e ações para o entendimento dos problemas ambientais da escola e da cidade.

"A idéia de um projeto para a escola, na medida em que parte de um sonho, em direção a uma ação futura, faz aflorar também os conflitos que a escola enfrenta, em

relação ao seu espaço físico". (Boucinhas)<sup>65</sup>

Partindo da realidade do espaço físico-vivencial da escola: os quintais, os espaços de lazer, os jardins, a horta, os caminhos, as salas de aula, o pátio, todos esses aspectos, abrem campo para uma discussão mais ampla a respeito do ambiente em que vivem.

Merleau-Ponty, insistiu na importância que representa o mundo objetual existente, que nos é oferecido na sua plenitude imediata, enquanto universo já repleto de significado, antes de mediado pela razão:

"O mundo percebido não é apenas o conjunto de coisas naturais, é também os quadros, as músicas, os livros, tudo os que os alemães chamam de um 'mundo cultural'. Ao mergulhar no mundo percebido, longe de termos estreitado nosso horizonte e de nos termos limitado ao pedregulho ou à água, encontramos os meios de contemplar as obras de arte da palavra e da cultura em sua autonomia e em suas riquezas originais". (Ponty, M., 66: 2004)

[...] "A visão já é habitada por um sentimento que lhe dá uma função no espetáculo do mundo, assim como em nossa existência. O puro *quale* só nos seria dado se o mundo fosse um espetáculo e o corpo próprio um mecanismo do qual um espírito imparcial tomaria conhecimento. O sentir, ao contrário, investe a qualidade de um valor vital; primeiramente a apreende em sua significação para nós, para esta massa pesada que é o nosso corpo, e daí provém que ele sempre comporte uma referência ao corpo.

O problema é compreender estas relações singulares, que se tecem entre as partes da paisagem ou entre a paisagem e mim, enquanto sujeito encarnado, e pelas quais um objeto percebido pode concentrar em si toda uma cena, ou tornar-se a *imago* de todo um segmento de vida. O sentir é esta comunicação vital com o mundo que o torna presente para nós como lugar familiar de nossa vida. É a ele que o objeto percebido e o sujeito que percebe devem sua espessura. Ele é o tecido intencional que o esforço do conhecimento procurará decompor. Com o problema do sentir, redescobrimos o da associação e da passividade. Elas deixaram de representar questão, porque as filosofias clássicas se situavam abaixo ou acima delas, e lhes atribuíam tudo ou nada: ora a associação era entendida como uma simples coexistência de fato, ora era derivada de uma construção intelectual; ora a passividade era importada das coisas para o espírito, ora a análise reflexiva reencontrava nela uma atividade de entendimento.

Ao contrário, essas noções adquirem seu sentido pleno se distinguimos o sentir da qualidade: agora a associação, ou, antes a 'afinidade' no sentido kantiano, é o fenômeno central da vida perceptiva, já que ela é a constituição, sem modelo ideal, de um conjunto significativo, e a distinção entre a vida perceptiva e o conceito, entre a passividade e a espontaneidade, não é mais apagada pela análise reflexiva, já que o atomismo da

65. Em entrevista com o autor em novembro de 2006.

sensação não mais nos obriga a procurar em uma atividade de ligação o princípio de toda coordenação.

Enfim, depois do sentir, o próprio entendimento precisa ser novamente definido, já que a função geral de ligação que o kantismo finalmente lhe atribui é agora comum a toda a vida intencional e, logo, não é mais suficiente para designá-lo". (Ponty, 1999: 84)

A ênfase centrada nas questões concretas norteou todos os três projetos desenvolvidos: Projeto Mutirão, Mutirão Verde e Uma Fruta no Quintal. O universo palpável e vivencial, demonstrou ser uma idéia-força para a manutenção de um espírito empreendedor e experimental que o projeto suscitava nos alunos e nos professores, onde a pura contemplação e reflexão mostram-se insuficientes para o conhecimento da realidade, necessitando de atividades concretas<sup>66</sup>. Veio comprovar também, com muita evidência, o que o mundo objetivo, o que a paisagem pode proporcionar enquanto percepção de uma descoberta inaugural, diante do "espetáculo do mundo". Isso talvez possa revelar uma carência e uma deficiência na educação brasileira, desde o ensino fundamental até o universitário, e aqui nos referimos particularmente às Faculdades de Arquitetura, no que diz respeito ao universo da investigação prática relacionada à teoria, ficando polarizada entre o praticismo e o teorismo, ou mesmo entre a teoria e a prática.

Rodrigo Lefèvre, ao analisar essa dissociação nas universidades, comenta que as relações entre o fazer e o pensar são hoje, o ponto focal das preocupações do ensino e da formação:

"As várias concepções e opções nessas relações é que têm dado corpo a proposições antagônicas no campo das atividades didáticas: desde proposições que privilegiam o saber e o pensar, até proposições que só enxergam o atuar e o fazer profissional.

O ensino no Brasil tem participado desse processo de adaptação e, no geral, adotou proposições, onde as relações entre o pensar e o fazer ficam quase no nível de uma relação de causa-efeito, isto é, no nível que supõe o conhecimento como que precedendo a ação, a teoria, como que precedendo o objeto, enfim, um saber como causa de um fazer como efeito: essas proposições correspondem ainda à concepção de que a prática é uma aplicação deturpadora da teoria, a prática depende do conhecimento

66. "A experiência da compreensão será tão mais profunda quanto sejamos nela capazes de associar, jamais dicotomizar, os conceitos emergentes na experiência escolar aos que resultam do mundo da cotidianidade. Um exercício crítico sempre exigido pela leitura e necessariamente pela escuta, é o de como nos darmos facilmente à passagem da experiência sensorial que caracteriza a cotidianidade à generalização que se opera na linguagem escolar e desta ao concreto tangível. Uma das formas de realizarmos este exercício, consiste na prática a que me venho referindo como 'leitura da leitura anterior do mundo', entendendo-se aqui como 'leitura do mundo' a 'leitura' que precede a leitura da palavra e que perseguindo igualmente a compreensão do objeto, se faz no domínio da cotidianidade. A leitura da palavra, fazendo-se também em busca da compreensão do texto e, portanto, dos objetos nele referidos, nos remete agora à leitura anterior do mundo. O que me parece fundamental deixar claro que é a leitura do mundo, que é feita a partir da experiência sensorial não basta. Mas por outro lado, não pode ser desprezada como inferior pela leitura feita a partir do mundo abstrato dos conceitos que vai da generalização ao tangível." (Freire, 2002).

anterior da teoria, de que para se propor um objeto ou uma transformação do objeto é necessário um conhecimento anterior teórico quase perfeito desse objeto e do que ele implica. É por isso que os cursos universitários foram montados com ciclos iniciais de cursos básicos e ciclos posteriores de especialização. É por isso que em todas as escolas existem aulas teóricas separadas das aulas práticas". (Lefèvre, Rodrigo., 1981: 215)

Além do aspecto instigante que essa práxis apresenta, subjaz outra questão mais problemática, que ocorre com freqüência, quando trabalhamos com questões de natureza concreta: ela transita muito intimamente com a possibilidade de permanecer puramente no âmbito do instrumental, e de se encerrar por aí mesmo, uma vez que o entendimento do que é visivelmente direto, possui essa sedução que o sistema de objetos nos proporciona. Esse risco torna-se mais agravante, no contexto, onde o exercício é exatamente o ensino e as formas de apreensão do conhecimento, terreno este que não pode se limitar a ser uma solução e um entendimento pragmático do mundo, mas deve extrapolar, problematizar e estabelecer relações mais amplas com o espaço em que vivemos.

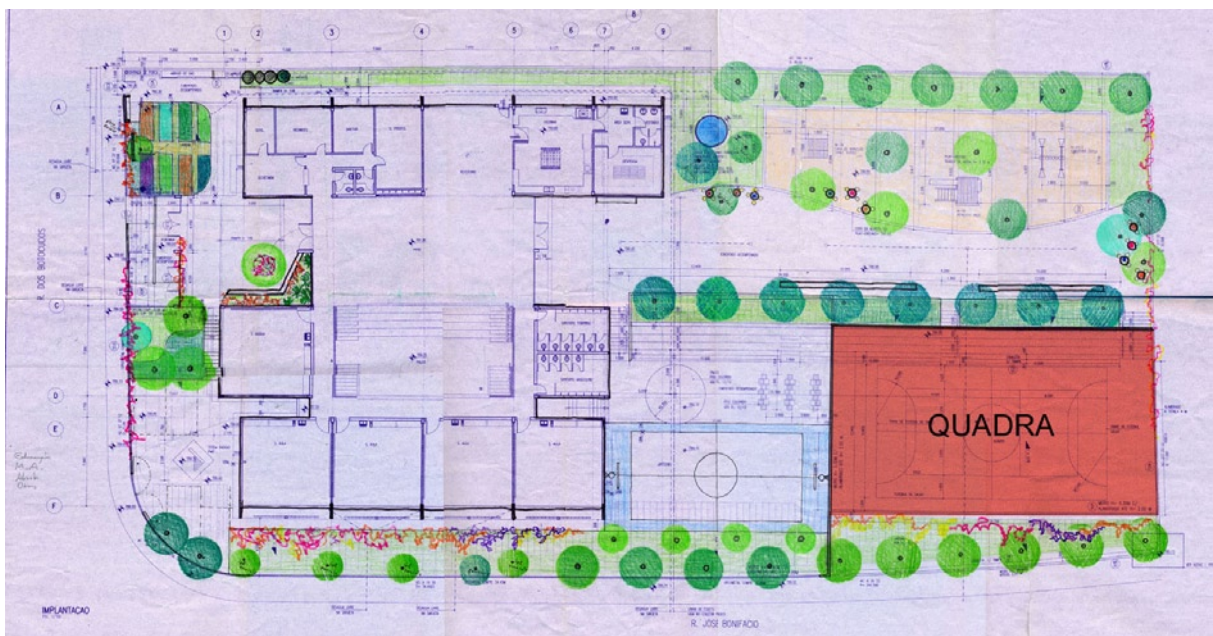


Fig. 144 - Projeto paisagístico das escolas elaborado pelo Arq. Caio Boucinhas com a colaboração dos professores. Escola Municipal Perseu Abramo, 2006.



Fig. 145 e 146 - Projeto paisagístico das escolas elaborado pelo Arq. Caio Boucinhas com a colaboração dos professores, 2006.

Escola Municipal Florestan Fernandes



Escola Municipal Tiradentes

A concretude, por sua vez, possui tanto a capacidade de fazer sepultar nela mesma a sua intenção, como pode caminhar em direção ao vó necessário, rumo à utopia e à construção de lugares e espaços de vida mais inovadores, poéticos e convergentes. Por outro lado, “a modificação do espaço físico deve sinalizar as possibilidades de transformações sociais” como afirma Boucinhas<sup>67</sup>.

Esse era um dos grandes problemas que enfrentávamos, pois nem sempre o projeto conseguia estabelecer esse elo de discussão e atingir a uma dimensão mais profunda, que transcendesse esse prático imediato. Não dispúnhamos de tempo hábil e de pessoas em número suficiente para essa tarefa ou talvez seja um aspecto conceitual que o projeto precisa alterar. No afã de conseguirmos universalizar e cumprir a agenda horizontalmente em todas as escolas, nós nos mostramos incapazes de saltar, como gostaríamos, para uma instância mais ampla.

Como já mencionamos, outro aspecto que se mostrou de suma importância no processo de envolvimento da comunidade escolar, foi o da cotidianidade. Os professores e coordenadores possuem uma rotina diária extremamente exaustiva e pautada por ações muito práticas e com grande carga de responsabilidade: têm que dar conta das aulas, encaixadas rigorosamente em horários pré-definidos, além de participarem de reuniões de preparação. Somado a isso, uma parcela trabalha em outras escolas ou em outros empregos, e à noite, dedicam-se aos afazeres domésticos e familiares. É, portanto uma rotina atribulada, que possibilita pouco espaço para um “tempo mais lento”, para questões que exigiriam períodos de leitura, discussões conjuntas e participação em congressos e seminários. Essa condição é mais agravada nas escolas estaduais.

O que podemos concluir, após a passagem do projeto pelo universo das 120 escolas estaduais e municipais, onde realizávamos pelo menos três reuniões com os professores em cada, é que raramente vinham à tona, de forma espontânea, questões teóricas, relativas aos métodos pedagógicos ou às diferentes linhas de orientação no campo da educação. A pauta se limitava à resolução de problemas concretos: como vamos plantar a árvore, como vamos ensinar as crianças a preparar a peça de teatro, quando vêm os aparelhos de som, quando vão ser as palestras sobre reciclagem de lixo etc. O que verificamos é que existe uma cisão e uma dificuldade em relacionar a experiência concreta com as questões teóricas que muitas vezes vinham, em forma de textos ou de reuniões esporádicas por parte da direção da Secretaria da Educação, posicionando-se por um lado toda a bagagem teórica abstrata e de outro, a dura prática do dia-a-dia. Dificilmente, surgia alguma referência a pensadores seminais como Paulo Freire, Emilia Ferreiro, Freinet, Vygotsky ou outro pensador da educação.

67. Em entrevista com o autor em novembro de 2006.

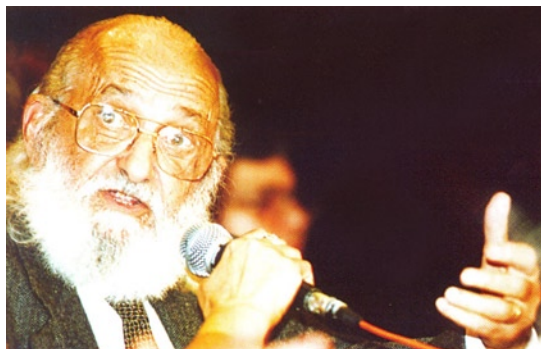


Fig. 147 - O educador Paulo Freire em Congresso de Educação a Diadema, 1989. Foto: Mariano Villalta.

O que pudemos verificar é que essa ligação teoria/prática ocorria basicamente em salas de aula, através dos temas estudados na grade curricular: assim, por exemplo, relacionando o desmatamento dos ecossistemas à mudança de clima do planeta, à poluição das águas a sua carência no futuro, a questão da saúde à deposição de lixo, e assim por diante. Essa realidade concreta reforçava ainda mais, a convicção de que o ponto de partida de toda nossa ação, deveria ser o universo do cotidiano e que só a partir desse percurso, passo-a-passo, poderíamos avançar em direção a uma compreensão conjunta de questões teóricas mais abstratas. Com isso, se está, de forma alguma, afirmando que o universo abstrato/reflexivo do conjunto dos educadores, se apresenta impermeável ou incapaz de absorver questões de caráter mais complexos e transcendentos, mas que a nossa prática deveria não perder de vista essa ligação indissociável da teoria e prática, com o intuito de sensibilizá-los para os objetivos aos quais nos propusemos.

Nesse processo de reflexão conjunta, existem momentos significativos, inerentes à prática pedagógica, onde as idéias já consolidadas e consagradas no cotidiano, e tidas como naturais, podem atingir uma nova etapa do conhecimento e de tomada de consciência. Esse momento de transcendência e mudança pode possibilitar e representar uma passagem do universo cotidiano para o humano-genérico a que Heller se refere:

“O pensamento cotidiano orienta-se para a realização de atividades cotidianas e, nessa medida, é possível falar de unidade imediata de pensamento e ação na cotidianidade. As idéias necessárias à cotidianidade jamais se elevam ao plano da teoria, do mesmo modo como a atividade cotidiana não é práxis. A atividade prática do indivíduo, só se eleva ao nível da práxis quando é atividade humano-genérica consciente; na unidade viva e muda de particularidade e genericidade, ou seja, na cotidianidade, a atividade individual não é mais do que uma parte da práxis da ação total da humanidade que, construindo a partir do dado, produz algo novo, sem com isso, transformar em novo o já dado”. (Heller, 2004)

Essa passagem do discurso do cotidiano, em direção a conceitos mais universais e generalizantes, constitutivos da epistemologia é, no nosso entender, um ponto nevrálgico

que determina a travessia de fronteiras entre o saber da prática e a viagem ao mundo da abstração mais global<sup>68</sup>.

E acreditamos que, mesmo com a imperfeição da experiência empírica, essa hibridez entre ambas as categorias é que pode, quem sabe, fazer fermentar uma nova práxis, depositária de uma realidade crua, cravada na experiência e na utopia, que parte também das miudezas do cotidiano. Miudezas aqui, entendidas, não como aquilo que é menor, menos importante, mas como aquilo que exige mais acuidade do olhar, conseguido por meio de lentes de observações prático-sensíveis e de vivências compartilhadas, vivências essas mergulhadas nessa amálgama, onde os agentes participantes vão trocando de papéis, entre si, o tempo todo e de onde se possa extrair o imponderável do cotidiano e o vernacular das ciências. Outra instância preponderante que pode transitar por esse universo fenomenológico, trazendo novas formas de percepção, é a arte, da qual trataremos a seguir.

## A arte

*Se o homem conseguir ficar 24 horas num dia,  
sem imaginação, à noite ele sonha.  
Antônio Candido<sup>69</sup>*

Um dos aspectos que funcionou como elemento aglutinador e que significou uma instância que catalisou e foi grandemente responsável pelo entusiasmo, que tomou conta da comunidade escolar, particularmente dos alunos, foi a dimensão da arte. Na medida em que, usualmente lhe é concedido um papel secundário, de simples "distração e entretenimento", e que dessa mera condição de figurante, passa à protagonista principal, essa ampliação de espaço começa a ser vista pelos professores, como um meio de despertar nos alunos, possibilidades de expressão, que se mantinham adormecidas e bloqueadas,

68. "O estudo da vida cotidiana, oferece um local de encontro entre as ciências parcelares e alguma coisa a mais. Demonstra a posição dos conflitos entre o racional e o irracional na nossa sociedade, na nossa época. Determina ao mesmo tempo a posição em que se formulam os problemas concretos da produção em sentido mais amplo: a maneira como se produz a existência social dos seres humanos, com as transições da rareza à abundância e do precioso à depreciação. Esta análise crítica seria o estudo dos constrangimentos, dos determinismos parciais. Visa encarar esse mundo ao contrário, onde os determinismos e constrangimentos passem como racionais enquanto a razão teve sempre por sentido e por finalidade a dominação imposta sobre os determinismos. Libertar as virtualidades do cotidiano não será restabelecer os direitos de apropriação, esse aspecto característico da atividade criadora, através da qual o que resulta da natureza e da necessidade se transforma em obra, em (bem) para e pela atividade humana, em liberdade? O conhecimento racional incidia sobre as condições existentes sem contudo as aceitar e confirmar, dando-lhe qualquer garantia de cientificidade! A atitude que valoriza os constrangimentos contém, de fato, uma ideologia de coloração próxima da racionalidade e da ciência. Estamos dispostos a refutar esta ideologia.."(Lefebvre, 1968)

69. Proferido em palestra na Escola Nacional Florestan Fernandes, Guararema, SP. Escola de formação dos integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) em março de 2006.



logo que se termina o ciclo de educação infantil.

As atividades artísticas podem nos revelar vários aspectos:

- seu poder mobilizador
- a confirmação de como as manifestações artísticas são massificadas pelos meios de comunicação, e isso é mais facilmente visível, uma vez que, mais publicizável, se comparada com outros temas veiculados pela TV, como a literatura, para ficarmos só nesse exemplo. O projeto não contou com recursos humanos e econômicos para contratar arte-educadores em número suficiente, no sentido de aprofundar o entendimento do significado do fazer artístico, não dentro da concepção denominada erudita, onde se compreende arte, como uma instância de refinamento, mas sim, daquilo que cada um pode extrair de si, rumo a uma autonomia criativa, não reprodutora dos clichês mercadológicos.

Os resultados do projeto ultrapassaram nossas expectativas.

Durante os dois anos em que transcorreu o projeto, as atividades do “Fruta no Quintal” conseguiram quebrar, mesmo por um curto período de tempo, a rotina consolidada das salas de aula.

Uma constatação importante foi de que, em inúmeras escolas, muitos dos alunos que se destacaram nas atividades de preparação dos eventos e nas apresentações artísticas, foram justamente, os que normalmente eram classificados como “maus alunos”, ou desinteressados nas disciplinas da grade curricular, demonstrando clara a falência do ensino acadêmico e linear, carente da necessidade de uma radical reestruturação, no sentido de favorecer outras formas não convencionais de expressão e de processos cognitivos. “Não tenho cabeça prá estudar, não. Minha cuca não dá prá isso. Só quero saber de cantar *rap*, dançar e pintar muro” relata um aluno da 3ª série.

Uma vez abordados os aspectos estruturantes do projeto, pode-se tecer outras considerações a respeito de indagações mais gerais que existiram e continuam existindo na complexa *práxis* escolar.

## **Estado e escola: superando conflitos**

Existe uma assimetria da relação da escola com a cidade. Apesar de inserida em sua malha urbana, muitas vezes, esta atua como mero suporte físico e infra-estrutural, e o poder público ligado à educação, participa com as instalações edificadas e o corpo de funcionários da comunidade escolar: coordenadores, professores e agentes de serviço. Comparada com as escolas municipais, que possuem uma ligação mais orgânica com a cidade, as estaduais operam com um descolamento maior. A abertura da escola para a comunidade do entorno, como ocorre atualmente com as unidades de ensino municipais

de Diadema, favorece essa quebra do isolamento, mas isso não acontece em relação ao poder público diretamente, enquanto conjunto das Secretarias. Nesse sentido, o projeto Uma Fruta no Quintal procurou alterar essa relação, na medida em que trouxe para a comunidade escolar, a presença do Estado, como sistema de diretrizes e de funcionamento. Se por um lado, isso, representa um fator positivo, por outro traz algumas dificuldades:

- Essa introdução do Estado na escola possui forte possibilidade de se transformar em procedimentos de caráter eleitoreiros ou de propaganda demagógica, onde cada órgão ou Secretaria divulga suas realizações de forma direta, "em seco", sem a mediação de uma discussão crítica ou pedagógica. Para que isso não aconteça, é necessária uma atenção permanente e cuidadosa, tanto por parte dos agentes do projeto, como da comunidade escolar.

- A maioria dos técnicos da Prefeitura que atuam no projeto, não possui formação pedagógica suficiente para a interação com a escola, uma vez que os profissionais, advêm, em sua maioria, de atividades de natureza mais prática, cujo caráter pragmático é acentuado pela própria condição de urgência exigida pelas demandas de serviços e obras, solicitados pela população. Para que isso não ocorra, o projeto Uma Fruta no Quintal, hoje, em sua segunda fase, propõe que haja uma instância de discussão coordenada pelo corpo diretivo pedagógico da Secretaria de Educação, com o intuito de definir linhas metodológicas de ação, e procurar obter um mínimo de unidade entre os técnicos participantes. Essa instância faz-se necessária, mesmo considerando-se que a formação dos alunos, no que tange aos assuntos abordados pelo projeto Uma Fruta no Quintal, é mediada basicamente pelos professores.

Se formos deslocar essa realidade para as práticas do ensino universitário no Brasil, verifica-se que essa instância intermediária de formação pedagógica, que deveria existir de forma sistemática, raramente ocorre, o que constitui uma grande lacuna, uma vez que a natureza do exercício didático implica num processo de reflexão, pesquisa e investigação, cujo caráter é muito diferente do fornecido pelas simples ferramentas que a vida profissional, geralmente submetida às leis do mercado, exige. Ensinar é uma tarefa altamente especializada que não se resume na transparência, *ipsis literis*, da prática profissional para o interior das salas de aula.

Dos resultados obtidos, extraímos também outras conclusões:

- A importância da integração e parceria da Prefeitura com o Estado, que normalmente atuam separadamente nos municípios. Houve no período inicial da implantação do projeto, uma certa resistência por parte dos diretores e professores da rede estadual, receosos de que o objetivo do projeto se resumia em extrair dividendos eleitorais. Mas, com o passar do tempo, essa dúvida foi se desfazendo, dando lugar a um clima de confiança, resultando numa integração e colaboração mútuas;

- A necessidade de troca de experiências, obtida através da interface entre as diferentes disciplinas escolares e entre os órgãos da Prefeitura. A tentativa de interdisciplinaridade foi um das questões mais difíceis enfrentadas durante o projeto porque aborda aspectos profundos como o domínio dos territórios do poder adquirido, tanto do poder político e econômico, como do domínio do conhecimento e da informação;

- As estruturas administrativas e as orientações metodológicas, tanto da escola como da Prefeitura não estão adaptadas ao desenvolvimento de projetos transversais, e as instâncias de discussões e decisões ainda são estabelecidas de forma hierárquica, vertical e piramidal;

- O dia da festa representava um acontecimento singular na escola. Ao mesmo tempo em que representava um momento de celebração da primeira fase intensiva do projeto, contava com a visita do prefeito, fato incomum nas escolas da cidade, tanto municipais, como estaduais. Se por um lado, essa presença pode ser vista através de um viés eleitoral, dividendo, sem dúvida, inevitável, por outro, contém um significado simbólico importante, na medida em que demonstrava um interesse, por parte da autoridade máxima do executivo local. Uma visita dessa natureza era vista pela comunidade escolar, como um sinal de reconhecimento da importância que a escola e o ensino representa para o poder público;

- Há necessidade de uma avaliação mais profunda do projeto no que concerne aos resultados efetivos de alguma transformação de forma mais continuada ocorrida nas práticas pedagógicas e na qualidade e gestão do espaço escolar.

- Algumas questões continuam em aberto:

- A transversalidade do projeto foi vista como uma contribuição importante?

- É possível a arte se transformar numa atividade sistêmica da escola, em todas as disciplinas?

Se tivermos que fazer um balanço crítico no sentido de dimensionar que avanços o projeto promoveu no campo do espaço físico-territorial, quer seja pela melhoria da qualidade dos quintais da escola, quintais das casas ou outros espaços livres da cidade, podemos dizer que os avanços foram tímidos e só futuramente, através de uma pesquisa mais aprofundada, teremos condições de avaliar com maior precisão e rigor. Talvez, porém, possamos concluir, mesmo que ainda parcialmente, que houve uma mudança visível no âmbito do espaço público no sentido habermasiano, mencionado anteriormente em outros capítulos desta tese. Consideramos aqui, que a comunidade escolar, apesar de não pertencer a uma instância autônoma, enquanto figura jurídica, em relação ao Estado, possui, na prática, uma autonomia que lhe permite elaborar seu currículo e seu plano escolar com relativa liberdade e flexibilidade, respeitando, sem dúvida, diretrizes gerais estabelecidas pela coordenação da Secretaria de Educação.

No caso de Diadema essa instância, pode se aproximar do espaço público, defen-

dido por Habermas, e o fato de as coordenadoras das escolas serem eleitas, com peso de 50%, pela comunidade moradora de pais de alunos, vem reforçar e contribuir para essa condição. Outro aspecto que reforça a importância da comunidade escolar nos processos de gestão do espaço da escola e conseqüentemente, podendo ser estendido pelos espaços da cidade, é o fato do conjunto, tanto do corpo docente, como discente, ter uma continuidade e permanência nas unidades escolares por um período de tempo significativo, de anos seguidos, mesmo que nesse período, ocorra um revezamento de professores ou mudança de moradia dos alunos. No Brasil, como já foi mencionado nesta pesquisa, o tempo médio de um aluno na escola é de aproximadamente 5 anos. Isso nos permite considerar que existe um processo continuado e de certa forma, um componente "sustentável" dessa instância.

Por tudo isso, o projeto Uma Fruta no Quintal, ao mesmo tempo que faz emergir conflitos, trabalha no sentido de superá-los coletivamente, o que vem confirmar o potencial da *práxis*, campo onde podem interagir a ação, a reflexão e a utopia.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**



## TECENDO JUNTOS

As migrações crescentes, em escala mundial, de populações rurais para os centros urbanos, e ocorridas no Brasil de forma acentuada no último século, podem nos sugerir, pelo menos, dois aspectos:

Se por um lado representa uma busca de melhores condições materiais básicas de sobrevivência e de maior facilidade de acesso aos benefícios concedidos pela ciência, tecnologia e meios de comunicação, por outro, pode significar uma busca pelo que a cidade oferece enquanto espaço cultural de encontro, convívio, diversidade e troca de experiências com os iguais, os diferentes e os estranhos e, características essas que lhe confere uma condição única e inerente. Através da publicização de seus habitantes cria-se também, um processo contínuo e dinâmico, de novos referenciais, pautados na Cultura, na História e nos significados simbólicos de sua linguagem e de sua paisagem. A natureza, no campo, sujeita às ações imponderáveis dos processos naturais, passa agora, no ambiente urbano, a ser compreendida como resultado dos processos de interação com a ação antrópica artificial, regulada pela razão, pela nova dimensão do tempo do relógio e pela intensidade das freqüências e das relações intersubjetivas.

Esse ponto de encontro, no entanto, delimitado e concentrado num espaço geográfico, não se estabelece num contexto de simples conagraçamento. Ele resulta, também, de um estado de permanentes conflitos, aqui não entendidos como "uns contra os outros", mas no sentido da contradição dialética, onde se confrontam forças opostas, como as do novo contra o velho.

Nas duas últimas décadas, assistimos a significativas turbulências político-sociais, advindas das mudanças ocasionadas pela queda dos regimes do Leste Europeu, resultando na hegemonia do pensamento neoliberal e na propagação da idéia de sua inevitabilidade.

Para Marx, o Estado que representava uma instância provisória de poder, que perduraria apenas até a conquista, pela sociedade, de formas de auto-gestões futuras, já sem classes sociais, não só se burocratizou, como transformou-se em estruturas calcificadas, que excluíram do campo de decisões, o conjunto da sociedade civil. Porém, por mais que o discurso neoliberal ressoe como força hegemônica, e as formas de governo se revezem, das mais diferentes formas, um dos pressupostos defendidos por Marx, permanece cada vez mais, vivo e atual:

- Se comparado com os rápidos avanços da Ciência e da Tecnologia, os acessos aos bens sociais, tanto de consumo e de produção, como imateriais, pouco se alteraram, no último século, e continuam sendo atributos de poucos. A quase totalidade dos humanos do planeta despendem grande parte de suas vidas na garantia de condições mínimas de sobrevivência, e essa é uma condição seminal, que continua permeando a quase totalidade das relações humanas.

E se existe um local, que representa a completa tradução desse embate, esse espaço é a cidade. E é no "meio desse redemoinho", dessa complexidade (do latim, complexus: tecer juntos) para a qual convergem, tanto a transcendência da celeb-

ração solidária entre os humanos como o conflito, que podemos nos inserir como cidadãos e como profissionais, na nossa especificidade enquanto arquitetos, que trabalham a espacialização da paisagem da cidade. Essa condição, que a princípio pode parecer desalentadora, pela pouca força de nossas mãos, pode, por outro lado, nos auxiliar para que os efeitos das pequenas atuações que ocorrerem ao nosso alcance, não sejam nem sub, nem superestimados e, desta feita, talvez, tenhamos condições de atuar mais diretamente, de forma mais eficaz, com as variáveis transformadoras. Só que no caso, não mais como artífices do mero sistema formal de objetos, mas através de uma ação política na paisagem. Política, aqui, não entendida no sentido restrito da ação partidária, mas na concepção, a que Deleuze se refere: "A confusão entre poder e potência é ruínosa, porque o poder sempre tem por objetivo separar as pessoas submetidas daquilo que elas podem... A potência é o prazer da conquista, não a conquista que leva à submissão das pessoas, mas aquela que tem o mesmo sentido de quando se diz que o pintor conquistou a cor" (Deleuze, Giles)

Esses novos tempos em que vivemos, requerem, portanto, enfoques cada vez mais plurais, relacionais, pedagógicos e processuais, de tal forma, que possibilitem uma abertura para ações coletivas da construção da paisagem da cidade.

A globalização econômica, possui como dado inerente, um componente que homogeneiza, desagrega e fragmenta o tecido social urbano, em direção a condições de vida cada vez mais vulneráveis e inseguras, relacionadas à estabilidade no empregos e ao deslocamento geográfico de moradia ou de trabalho. Por outro lado, num aparente paradoxo, e justamente por esse motivo, essa fluidez passa a requerer, mais acentadamente, do conjunto da sociedade, exatamente o contrário: a busca e a construção de espaços físicos e sociais, que possam assegurar mínimas condições de garantia de um corpus íntegro e *uno*, de cada indivíduo e dos diferentes agrupamentos humanos. Esse "abrigo", que acolhe e possibilita a recomposição da esfera fragmentada, contempla também possibilidades de discernimentos mais precisos, como forma de enfrentamento das turbulências e dos imprevistos. E da experiência, aqui descrita, do projeto Uma Fruta no Quintal, pode-se concluir que um dos locais privilegiados para esse exercício, e ainda pouco explorado na sua potencialidade, é, por excelência, a escola.

Os espaços escolares possuem a capacidade inesgotável de possibilitar a criação de formas de socialização e, por conseguinte, a nossa auto-referenciação no mundo, através do exercício comparativo entre as diferentes práticas e pontos de vistas sociais. Na escola é possível, também, estabelecer o acesso à ciência que pode desvendar e articular o universo físico concreto, com o que existe de processual e invisível. Como instância promotora e legitimadora de práticas sociais coletivas e solidárias, a escola pode também promover meios de reflexão que remetem a uma outra dimensão do tempo, o ritmo lento, mais propenso a um tipo de acuidade que toda investigação mais profunda requer, servindo como contraponto ao tempo mais veloz e atropelante da mídia e dos discursos opacos.

Nesse sentido, a tese referenda a idéia, de que o processo participativo na

construção da paisagem, faz aflorar complexidades, potencialidades e conflitos do espaço urbano, e a escola é um dos lócus privilegiados, para o desenvolvimento dessas práticas. O que pudemos também aferir, com certa evidência, é a potência exercida pela práxis, estabelecida como ponto de partida, na concretude dos espaços vividos da escola, daquilo "que está a nossa frente": os caminhos, a quadra, o jardim, o playground, a horta, o pátio, as salas de aula e assim por diante. Da percepção desse universo banal e palpável do cotidiano, é possível desnovelar os fios que se ligam aos ambientes da cidade no seu conjunto, e a partir daí, tecer relações com a escala planetária e universal, podendo agora, tornar a voltar a atenção para o quintal, "com outros olhos". Esse caminho, no entanto, mostra-se ineficaz, se percorrido pelo simples viés da razão e da indução iluminista, e passa a se ampliar, quando mediado pela procura da conjunção entre a ciência, a arte e o diálogo, e pela tessitura de um espaço político e social, onde todos, independentemente de qualquer condição considerada limitadora, possam se expressar, elaborando propostas e ações coletivas, em pé de igualdade, e preservando a autonomia em relação a qualquer estrutura burocrática e manipuladora.

Deste modo, pode-se considerar, que as experiências desenvolvidas no projeto Uma Fruta no Quintal, podem não ter ampliado e qualificado os espaços livres públicos de Diadema, na dimensão que pretendíamos, mas pode-se inferir que talvez, tenha ocorrido um fortalecimento do espaço público, no sentido a que Habermas se refere. As ações e desdobramentos do projeto, apesar de contar, originalmente, com a idealização de caráter individual não se colocam como obra autoral, mas coletiva, na medida em que foi se modificando e se reformulando em função das contribuições tecidas pelas centenas de atores participantes: a comunidade escolar, a comunidade de moradores do bairro, e os gestores e técnicos envolvidos. O projeto se desdobrou para outros municípios da Região Metropolitana de São Paulo: em Taboão da Serra, foi implantado em 2005 e em Santo André, desde 1998, dentro de uma estrutura reformulada, com o nome de "Tudo em Volta". Mesmo considerando-se que o projeto esteja em andamento em outras cidades, não podemos inferir, com segurança, que é passível de ser replicável em todo e qualquer município, ou que, mesmo implantado, consiga os resultados propostos. Isto, porque, como vimos, o projeto é eminentemente contextualista, podendo se adequar à realidade de cada local, na qual irá se inserir, como reforça Caio Boucinhas: "E para não termos ou criarmos falsas expectativas, devemos considerar que a dialética estabelecida entre o projeto participativo de arquitetura, urbanismo, paisagismo e o poder político instituído, pode ou não qualificar os espaços públicos, dependendo das correlações de forças, que atuam em cada momento histórico" (Boucinhas, 2005). No entanto, se pudéssemos apontar alguns aspectos replicáveis, estes seriam, possivelmente, aqueles que dizem respeito a dois pontos fundamentais:

- o primeiro, seria a consideração e a escolha da escola, como lócus privilegiado para uma ação educativa;
- o segundo, o aspecto do "como" proceder na condução de uma ação educativa: processual, transversal e incorporando a arte e a percepção do espaço



concreto, como elementos estruturantes para a compreensão e encaminhamento de práticas da escola, relativas às questões da paisagem urbana. Os espaços escolares, já existem aos milhares, espalhados por todos os recônditos do Brasil e que possuem, em diferentes graus, comunidades escolares e de moradores, empenhadas, abertas e dispostas a mudar o estado de coisas.

“Está em todo lugar, pronto para a partida:  
Mas falta o convite para a viagem”

Freinet<sup>70</sup>

70. Freinet, 1996

## BIBLIOGRAFIA



- ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Vozes, Petrópolis, 2000.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1991.
- ARGAN, Giulio Carlo. *Projeto e destino*. Ática, São Paulo, 2000.
- AUGÉ, Marc. *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Papirus, Campinas, 2004.
- BARDI, Lina Bo. *Contribuição propedêutica do ensino da teoria da arquitetura*. Instituto Lina Bo Bardi, 2002.
- BARONE, Ana Cláudia Castilho. *Team 10: arquitetura como crítica*. Annablume, FAPESP, 2002
- BARTALINI, Vladimir. "Os córregos ocultos e a rede de espaços públicos urbanos". In: Revista Pós – FAU-USP, 2005.
- BISAILLON, Robert, "A escola na encruzilhada". In: *A educação para o século XXI*. Artmed, Porto Alegre, 2005.
- BONDUKI, Nabil. *Habitar São Paulo: reflexões sobre a gestão urbana*. Estação Liberdade, São Paulo, 2000.
- BORER, Alain. Joseph Beuys. Ed. Cosac & Naify, São Paulo, 2001.
- BOUCINHAS, Caio. *Memorial do Exame de Qualificação – dissertação de mestrado*. São Paulo: FAUUSP, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Algumas considerações sobre a "Fruta no Quintal" – trabalho de disciplina de mestrado*, FAU-USP, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Projeto participativo na produção de espaço público, tese de doutorado* FAUUSP, 2005.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Ed. 34, EDUSP, São Paulo, 2003.
- CALVINO, Italo. *Seis propostas para o próximo milênio*. Cia. Das Letras, São Paulo, 1998.
- CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e cultura emergente*. São Paulo: Cultrix, 1982.
- CEPAM, Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal. *Catálogo de experiências municipais*. Gestão 93/96, São Paulo, 1997.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano – (1- artes de fazer)*, Vozes, Petrópolis, 1994
- CHACEL, Fernando, "Paisagismo, conservação da natureza e ecologia" In Apostila do Curso de paisagismo da ABAP – Associação Brasileira dos Arquitetos Paisagistas, São Paulo, 2004
- DAVIS, Claudia. "Piaget ou Vygotsky, uma falsa questão". In: Revista Viver, mente e cérebro – col. Memória da pedagogia. Ediuoro, São Paulo, 2005.
- DEMO, Pedro. *Participação é conquista*. Cortez Editora, São Paulo, 2001.
- DIÁRIO DO GRANDE ABC. *Diário da escola, Programas, projetos e experiências na educação de diadema*, 2006,
- DOBRY, Sylvia Adriana Pronsato, "Arte, percepção e participação" In: Trabalho

- Programado de Mestrado – FAU-USP, São Paulo, 2001
- \_\_\_\_\_. *Projeto participativo e criação coletiva*. Dissertação de Mestrado, FAU-USP, São Paulo, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Gênese do "Projeto participativo em espaços públicos"*, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Arquitetura e Paisagem. Projeto participativo e criação coletiva*. Annablumme, São Paulo, 2005.
- DOURADO, Guilherme Mazza Dourado. *Visões de paisagem*. ABAP, São Paulo, 1997.
- DRUMOND, Maria Auxiliadora. *Participação comunitária no manejo de Unidades de Conservação*. Ministério do Meio Ambiente, Instituto Terra Brasília de desenvolvimento sustentável, Belo Horizonte, BH, 2002.
- ESTATUTO DA CIDADE. Guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília: 2001
- FERRO, Sergio. *Revista Caramelo nº6*, FAU-USP, São Paulo, 1993.
- FISCHER, Ernest. *A necessidade da arte*. Ed. Guanabara, Rio de Janeiro, 1987.
- FOLLARI, Roberto A. "*Interdisciplina e dialética: sobre um mal entendido*". In: *Interdisciplinaridade para além da filosofia do sujeito*. Vozes, Petrópolis, 2004.
- FREINET, C. *Pedagogia do bom senso*, Martins fontes, São Paulo, 1996
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*, Paz e Terra, São Paulo, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Paulo Freire, um educador do mundo*. São Paulo. ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola, 2002.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. Interdisciplinaridade para além da filosofia do sujeito*. Vozes, Petrópolis, 2004.
- GARCIA, Ernesto Busto. "*Ação cultural, espaços lúdicos e brinquedos interativos*". In: MIRANDA, D.S - organizador. *O parque e a arquitetura: uma proposta lúdica*. Papirus, Campinas, 1996.
- GONÇALVES, Paulo Cássio de Moraes. *Pensando o espaço escolar*. Trabalho Final de Graduação, FAU-USP, São Paulo, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Construção coletiva da paisagem, processos participativos com comunidades escolares*. Dissertação de mestrado, FAU-USP, 2005.
- GROS, François. "*Descompartimentar a Ciência*". In: *A educação para o século XXI: questões e perspectivas*. Artmed, Porto Alegre, 2005.
- GUATTARI, Felix. *As três ecologias*. Papirus, Campinas, São Paulo, 2005.
- GUIMARÃES, Roberto. "*Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas*". In: *A Geografia política do desenvolvimento sustentável – org. Bertha K. Becker e Mariana Miranda*, 1997.
- HALPRIN, Lawrence. *The RSVP cycles – creative processes in human environment*. New York, George Braziller Ink, 1978.
- HANCOCK, Alan. "*A educação e as novas tecnologias da informação e da comunicação*". In: DELORS, Jaques (organ.). *A educação para o sé-*

- culo XXI. Questões e perspectivas. Artmed, 2005
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1992.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão, guerra e democracia na era do império*. Record, Rio de Janeiro, 2005
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2004.
- HERNÁNDEZ, Fernando. *Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho*. Artmed, Porto Alegre, 1998.
- HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. *A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio*. Artmed, 5ª. Edição, Porto Alegre, 1998.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, Cia. das Letras, São Paulo, 2005
- HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo. Companhia das Letras, 1993.
- IANNI, O. *Pensamento social no Brasil*, EDUSC, Bauru, 2004.
- IBGE. *Folha de São Paulo*. São Paulo, n.23, 2004.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. Martins Fontes, São Paulo, 2000.
- JA, *Jornal dos Arquitetos* n2, agosto 1979, Avante, São Paulo.
- JEUDY, Henri Pierre. *O espelho das cidades*. Casa da Palavra, Rio de Janeiro, 2005.
- LABHAGFAU . "Manifesto Jardim América". In: *Revista Contravento GFAU* (Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo), São Paulo, out. 2002.
- LAPPER, Richard. "Das favelas para subúrbios: São Paulo mostra como civilizar uma megacidade". In: *Financial Times*, 25/08/2006.
- LE CORBUSIER. *Carta de Atenas*, Hucitec, São Paulo, 1993.
- LEENHARDT, Jacques (org.). *Nos jardins de Burle Marx*. Perspectiva, 1996.
- LEFEBVRE, Henry. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Ulisséia, Lisboa, 1968.
- \_\_\_\_\_. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes Ltda., 1991.
- LEFÈVRE, Rodrigo Botero. *Projeto de um acampamento de obra: uma utopia*. Dissertação de mestrado, FAU-USP, 1981.
- LEITE, Maria Ângela Faggin Pereira. "Natureza e participação social: uma nova estética para o desenho urbano". In: PESAVENTO, S.J.; SOUZA, C.F.-organizadora. *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1997.
- LEVY, Pierre. *A inteligência coletiva*. Loyola, São Paulo, 1994.
- LIMA, Catharina Pinheiro C. Dos Santos. *A natureza na cidade*. Tese de doutorado, FAUUSP, 1996.
- \_\_\_\_\_. Miranda Magnoli, orientadora. "Um processo dialógico e compreensivo de construção do conhecimento". In: *Paisagem e Ambiente* nº 21, FAU USP, São Paulo, 2006.
- \_\_\_\_\_. SANDEVILLE, Euler. *Por um projeto contemporâneo de paisagismo*. In: DOURADO, G.M.-organizador. *Visões de paisagens: um panorama do*

- paisagismo contemporâneo do Brasil. São Paulo, Patrocínio TELESP, 1997.
- \_\_\_\_\_. “Criação coletiva e espaço público”. In: Boletim – Notícias da ABAP, nº 7, ABAP-2000.
- LIMA, Mayumi Souza. *A cidade e a criança*. Ed. Nobel, São Paulo, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Arquitetura e educação*. Studio Nobel, São Paulo, 1995.
- LÜCK, Heloísa. *A gestão participativa na escola*, Vozes, Petrópolis, RJ, 2006
- MACEDO, Silvio Soares. “O ensino de paisagismo na FAUUSP e a figura de Miranda Magnoli”. In: Paisagem e Ambiente nº21, FAUUSP, São Paulo, 2006
- \_\_\_\_\_. *Quadro do Paisagismo no Brasil*. Quapa, FAUUSP, São Paulo, 1999.
- MAGNANI, J.G.C. “De perto e de dentro. Notas para uma etnografia urbana”. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.17 n49, São Paulo, 2002.
- MAGNOLI, “Espaço livre – objeto de trabalho”. In: Paisagem e Ambiente nº 21, pg. 182, FAUUSP, São Paulo, 2006.
- MARICATO, Ermínia. “As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: Planejamento urbano no Brasil”. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2000
- \_\_\_\_\_. *Metrópole na periferia do capitalismo*. Hucitec, São Paulo, 1996.
- MARX, Karl. *Le Capital*. Livro I, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.
- MIRANDA, Danilo Santos de. *O parque e a arquitetura - uma proposta lúdica*. Papirus, Campinas, 1996.
- MOREIRA, Ana Angélica Albano. *O espaço do desenho: a educação do educador*. Loyola, São Paulo, 1995.
- \_\_\_\_\_. “O Lazer e as artes: luxo e necessidade: uma experiência de iniciação artística em Diadema”, 1996.
- MORIN, Edgar. *Para sair do século XX*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1986.
- \_\_\_\_\_. *A cabeça bem feita*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Os sete saberes necessários para a educação do futuro*, Cortez, 2003.
- NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Multidão, guerra e democracia na era do império*. Record, Rio de Janeiro, 2005
- OLIVEIRA, Marta Kohl de. “Escola e desenvolvimento conceitual”. In: Revista viver, mente e cérebro, edição especial “Memória da Pedagogia”, Ed iouro, nº2, 2005.
- ORTIZ, Renato. *Um outro território: ensaios sobre a mundialização*. Olho d'água, São Paulo, 1999.
- OSEKI, Jorge Hajime. *Pensar e viver a construção das cidades*. Tese de doutorado, FAUUSP, 1992.
- PALLAMIN, Vera M. “Espaço público e as lutas por reconhecimento”. In: Revista Espaços e Debates nº 46, Annablume, São Paulo, 2004.
- PANNUTI, Maria Regina Viana. *Professor de Escola Pública: dialética trabalho versus carecimento*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, USP, São Paulo, 1993.

- PELLEGRINO, Hélio, "A burrice do demônio"- capítulo "escuridão e rutilância", Rocco, Rio de Janeiro – 1998
- PELLEGRINO, Paulo. *Planejamento ambiental e paisagístico*, Curso: Paisagismo, a visão ambiental da paisagem, CREA – DF, IAB/DF – 1988.
- PONTUSCHKA, Nídia Nacib, *Um olhar sobre o Campus – São Paulo Perspectiva Sócioambiental*. FEUSP, São Paulo, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Um projeto... tantas visões*, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Lapech, FEUSP, São Paulo, 1996.
- PONTY, Maurice Merleau. *Fenomenologia da percepção*. Martins Fontes, São Paulo, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Conversas – 1948*. Martins Fontes, São Paulo, 2004.
- QUEIROGA, Eugenio Fernandes. *A megalópole e a praça*. Tese de doutorado, FAU-USP, 2001.
- \_\_\_\_\_. *A produção da paisagem habitacional metropolitana: três estudos de caso no município de Osasco – SP*, dissertação de mestrado, FAUUSP, São Paulo, 1994.
- RANCIÈRE, Jacques, *O dissenso*, in *A crise da razão*, Cia. Das letras, São Paulo, 1996)
- REGO, Teresa Cristina. "Ensino e constituição do sujeito". In: *Revista Viver, mente e cérebro – col. Memória da pedagogia*, Ediouro, São Paulo, 2005.
- REIS, Paulo. "Beuys e a razão objetiva dos objetos", 2006. Texto em meio digital obtido no site: [www.mac.usp.br/exposicoes/00/beuys/textoj.html-10k](http://www.mac.usp.br/exposicoes/00/beuys/textoj.html-10k)
- RODRIGUES, Arlete Moisés. *Produção e consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana*, Hucitec, São Paulo, 1998.
- SANDEVILLE, Euler; LIMA, Catharina L. "Por um projeto contemporâneo de paisagismo". In: DOURADO, G.M.-organizador. *Visões de paisagens: um panorama do paisagismo contemporâneo do Brasil*. São Paulo, Patrocínio TELESP, 1997.
- SANOFF, Henry. *Participatory Design – theory & techniques*, Bookmasters, Inc., 1990.
- SANTOS, Carlos Nelson F. dos. *Quando a rua vira casa*. Projeto Ed. Assoc., FINEP/ IBAM, São Paulo, 1985.
- \_\_\_\_\_. *A cidade como um jogo de cartas*. EDUFF, Projeto Editores, Niterói, 1988.
- \_\_\_\_\_. "Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo". In: *Revista Projeto*, abril/1996.
- \_\_\_\_\_. "Estarão as pranchetas mudando de rumo?". In: *Revista Chão*, Rio de Janeiro, março/1979.
- \_\_\_\_\_. *Formações metropolitanas no Brasil, mecanismos estruturantes*, tese de doutorado, FAUUSP, 1984.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço habitado*. Hucitec, São Paulo, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Território e sociedade*. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2000.

- \_\_\_\_\_. *Por outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Record, São Paulo, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Pensando o espaço do homem*. EDUSP, São Paulo, 2004.
- SEGAWA, Hugo. *Ao Amor do Público*. Studio Nobel, São Paulo, 1995.
- SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa*. Companhia das Letras, São Paulo, 2001.
- \_\_\_\_\_. "Boston Blues". In: Revista Carta Capital, junho, 2005.
- \_\_\_\_\_. "Uma urbe tropical". In: Jornal Folha de São Paulo, 21/05/2006.
- SPIRN, Anne Whiston. *O jardim de granito*. EDUSP, São Paulo, 1995.
- SVMA – Secretaria do Verde e do Meio Ambiente – Prefeitura Municipal de São Paulo. *Manual Técnico de Arborização Urbana*. São Paulo, 2002
- TAKAHASHI, Leide Yassuco. "Controle e monitoramento da arborização urbana". In: Anais do III Encontro Nacional de Arborização Urbana, FUPEF – Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná – UFPR, Universidade Federal do Paraná, 1990.
- TEIXEIRA, Elenaldo. *O local e o global. Limites e desafios da participação cidadã*. Cortez Editora, São Paulo, 2002.
- TENDRICH, Patrícia. "O conceito de espaço público na concepção de J. Habermas". Texto em meio digital obtido no site: [http://www.puc-rio.br/sobrepuc/depto/direito/revista/online/rev11\\_patricia.html](http://www.puc-rio.br/sobrepuc/depto/direito/revista/online/rev11_patricia.html), 2005.
- TIEZZI, Enzo. *Tempos históricos, tempos biológicos*. Nobel, São Paulo, 1988
- VAINER, Carlos B. "Cidades, cidadelas e a utopia do reencontro – uma reflexão sobre a tolerância e urbanismo". texto IPPUR/UFRJ – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.
- VAINER, Carlos; ARANTES, Otilia; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Vozes, Petrópolis, 2000.
- VIGNOLA, Roberto Júnior. *A arborização de vias públicas e a paisagem urbana: caso da cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. FAUUSP, 2005
- VYGOTSKY, L.S. *Pensamento e linguagem*. Martins Fontes, 1991.
- ZACHARIASEN, Bidon -, Catherine. In introdução, de volta à cidade. Anab lume, São Paulo, 2006
- WENDERS, Win. "A paisagem urbana". In: Revista do Patrimônio Histórico e artístico Nacional, nº. 23, 1994.
- WULZ, Frederik. In: Sanoff, Henry et. Alli, *The concept of participation, Participatory Design, theory and techniques*, Raleigh, Book Masters inc.,1990.

### **Web sites:**

([www.diadema.sp.gov.br/csp/diadema/localizacao.csp](http://www.diadema.sp.gov.br/csp/diadema/localizacao.csp))

Diário da Escola, Programa, Projetos e Experiências na Educação de Diadema,

Diário do Grande ABC, 2006



A N E X O S



## **CRÉDITOS: PROJETO UMA FRUTA NO QUINTAL**

### **Secretarias, empresas municipais e entidades envolvidas diretamente: protagonistas**

#### **Prefeitura Municipal de Diadema:**

- *Prefeito:* José de Filippi Júnior
- *Vice-prefeito:* Antônio de Lucca Filho
- *Chefia de Gabinete:* Mário Wilson Pedreira Reali
- *Secretaria de Administração:* Nelson Akio Fujimoto
- *Secretaria de Assuntos Jurídicos:* Márcia Pelegrini
- *Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (SECEL), Assessoria Comunitária, Centros Culturais e Departamento de Educação:* Lizete Regina Gomes Arelaro.
- *Secretaria de Finanças:* Francisco Humberto Vignoli
- *Secretaria do Governo:* Lício Gonzaga Lobo Júnior
- *Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano* através da EMA - Equipe do Meio Ambiente. Jorge Fontes Hereda.
- *Secretaria de Obras (SO)* - Oswaldo Misso.
- *Secretaria da Saúde (SS)* - Divisão da Saúde Mental. Rodolpho Repullo.
- *Secretaria dos Serviços Urbanos (SSU)* - Divisão da Paisagem Urbana (coordenação do projeto), Divisão da Limpeza Urbana e Divisão do Trânsito. Walter Rasmussen Júnior
- *Empresa de Transporte Coletivo de Diadema (ETCD)* - Márcio Chaves Pires
- *Instituto de Previdência do Servidor Municipal de Diadema (IPRED).* Odair Cabreira.
- *Saneamento Básico de Diadema (SANED):* João Batista Peixoto.
- *Departamento de comunicação* - TV Diadema e Assessoria de Imprensa – Alípio Freire.

#### **Estado:**

Delegacia Estadual de Ensino de Diadema e escolas estaduais – Maria Carmem de Paula Freitas.

Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

#### **Organização não governamental:**

Greenpeace

**Equipe de coordenação do projeto:**

Idealização e coordenação geral do projeto: Raul Isidoro Pereira

Coordenador geral: Caio Boucinhas

Assessoria de coordenação: Fernando Moreira de Castilho, Regina Garibaldi,

Arq. Colaboradora: Sylvia Dobry

**Equipe gestora e/ou técnica:**

Afrânio Paula Sobrinho, Alaídes, Carlos Henrique A. de Oliveira, Cláudia, Danilo Soares, Eliane Viera, Elísia do Céu Correia, Ézio Magalhães, Geraldo Duarte, Gero Camilo, Henrique Rodrigues, Heraldo Marcon, José Antonio Leite, José Augusto Santana, José Roque, José Sugai, Jurandi, Inês Maria Boffi, Laerte Brittes, Lívia Castro, Manoel Boucinhas, Márcia Pitarello, Maria Carmen Llaguno, Maria do Carmo A. Malosti, Maria Telma, Mário Llaguno, Maryluci de Araújo, Miriam Aranda, Nadir Horvato, Nelson Reis, Nelson Roberto, Nilson Louzada, Paula Louzano, Ricardo Perez, Robson Nascimento, Ruth Marisa Almeida, Sérgio Braga, Silmara de Paula Sobrinho, Sônia Nagai, Stella Moredo, Toninho Lauro, Valter Carvalho, Wladimir Valada.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)